DÉBORA CRISTINA GOULART

O ANTICAPITALISMO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO – MTST

Marília - SP

2011

DÉBORA CRISTINA GOULART

O ANTICAPITALISMO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO – MTST

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - Campus Marília - como requisito para obtenção do título de doutor. Linha de pesquisa: Trabalho e Sociabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio

Marília – SP
2011

DÉBORA CRISTINA GOULART

O ANTICAPITALISMO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO – MTST

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - Campus Marília - como requisito para obtenção do título de doutor. Linha de pesquisa: Trabalho e Sociabilidade.

Banca Examinadora:

_____
Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio (orientador)

_____
Prof. Dr. Jair Pinheiro
Universidade Estadual Paulista – Unesp/Marília

_____
Profa. Dra. Fátima Aparecida Cabral
Universidade Estadual Paulista – Unesp/Marília

_____
Prof. Dr. Lúcio Flavio Rodrigues de Almeida
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

_____
Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi
Universidade Estadual Paulista – Unesp/Araraquara

Suplentes:
Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Javier Amadeo
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Prof. Dr. Lilian Marta Grisolio Mendes
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Ficha catalográfica elaborada pelo
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP – Campus de Marília

Goulart, Débora Cristina.
G694a O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) / Débora Cristina Goulart. - Marília, 2011
275 f. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências 2011

Bibliografia: f. 221-242
Orientador: Marcos Tadeu Del Roio

1. Brasil – Política econômico-social. 2. Anticapitalismo. 3. Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST. I. Autor. II. Título.

CDD 361.24

A minha avó Maria
que me ensinou a amar a vida.

Ao Jeferson
que me ensinou que o amor vale a pena.

Aos lutadores e lutadoras, sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos militantes, coordenadores, acampados, apoiadores do MTST que aceitaram que eu entrasse em sua militância para conhecer mais de perto a realidade dos sem-teto e compartilharam comigo suas trajetórias.

Agradeço ao meu pai, José, pelo apoio incondicional e pelo orgulho que transborda dele e me alimenta. Às minhas irmãs, Daniele e Denise, que eu tanto amo e que estão sempre perto de mim (mesmo à distância). Reconheço que sem a presença da Dani em casa nestes últimos meses, fazendo de tudo um pouco, minhas tarefas ficariam mais angustiantes.

Sou especialmente feliz por contar com amigas tão companheiras como a Pati e a Lilian que trocaram comigo incontáveis e-mails nestes meses, sempre me orientando e me salvando nos momentos alucinantes.

Agradeço aos amigos que me acompanham nesta vida, desde a PUC, Egle, Amailton, Clécio e Vanderlei, que de maneiras diferentes acrescentam amizade e carinho à minha caminhada.

À Kelma, Ana Lúcia e Moisés, amigos dos tempos doutorandos, que se tornaram meus queridos e que sempre me mostram quão imprescindíveis são os amigos, seja pela presença, seja pela ausência.

Aos amigos que conheci em Paris, um forte abraço, por compartilharem suas teses e suas vidas comigo durante os nove meses que vivi naquela maravilhosa cidade.

À Danuza que me presenteou com o abstract e com telefonemas para dar ânimo à nossa amizade e à mim.

Aos professores que marcaram minha trajetória acadêmica, o meu mais profundo agradecimento: Vera Lúcia Vieira e Marcio Naves. Ao professor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, um fraterno agradecimento, pelos anos de diálogo, pela confiança e por fazer parte da banca de defesa.

Agradeço aos companheiros da luta sindical e aos educadores da escola pública que me mostraram os caminhos da prática transformadora e seus obstáculos.

Aos companheiros do NEILS, agradeço pelo incentivo, pelas conversas, pelas leituras, pelos debates e pelas festas, por que não?

Agradeço ao professor Michael Löwy que me recebeu na École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS.

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa-sanduíche PDEE que me possibilitou realizar as pesquisas durante nove meses que estive na França.

Aos professores Jair Pinheiro e Maria Orlanda Pinassi, agradeço pelas contribuições durante o exame de qualificação, que me ajudaram enormemente na finalização deste trabalho e também, por aceitarem compor a banca de defesa.

Agradeço, também, a professora Fátima Aparecida Cabral por dialogar comigo sobre este trabalho, compondo a banca de defesa.

Ao meu orientador, professor Marcos Del Roio, que me recebeu no programa de pós-graduação e desde o início me incentivou e me auxiliou nesta aventura chamada doutorado.

E, novamente, ao Jeferson que cuidou das imagens, dos anexos, dos mapas e de mim.

Quando a noite parece eterna
e o frio nos quebra a alma.
Quando a vida se perde por nada
e o futuro não passa de uma promessa.

Nos perguntamos: vale a pena?

Quando a classe parece morta
e a luta é só uma lembrança.
Quando os amigos e as amigas se vão
e os abraços se fazem distância.

Nos perguntamos: Vale a pena?

Quando a história se torna farsa
e outubro não é mais que um mês.
Quando a memória já nos falta
e maio se transforma em festa.

Nos perguntamos: vale a pena?

Mas, quando entre camaradas nos encontramos
e ousamos sonhar futuros.
Quando a teoria nos aclara a vista
e com o povo, ombro a ombro, marchamos.

Respondemos: vale a pena viver,
quando se é comunista.

Mauro Iasi

Sabe, Ali, começar uma revolução é difícil.
Mais difícil ainda é continuá-la e, o pior de tudo, é vencê-la.
Mas é depois, quando tivermos vencido que começarão as reais dificuldades.
Ou seja, há muito a fazer.

Ben M'hidi, personagem do filme “A Batalha de Argel” de Gilo Pontecorvo

Revolucionário do Brasil! Fogo no pavio! Fogo no pavio!
GOG

RESUMO

O presente trabalho analisa o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), buscando reconstruir sua história e compreender como a reconfiguração da classe trabalhadora e a ação política no Brasil recente, repercutem sobre os projetos e ações deste movimento.

Partimos da construção histórica dos movimentos sociais urbanos a partir do final dos anos 70, mostrando suas principais características e como suas ações forçaram um debate político sobre a organização dos trabalhadores em movimentos por moradia.

Ao relacionar o MTST à historicidade dos movimentos sociais no Brasil pós-ditadura militar, queremos demonstrar que há um repertório de ação que foi ressignificado pelo MTST advindo daqueles movimentos.

Por outro lado, construiu-se um projeto político formulado de maneira mais acabada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que teve repercussão intensa em movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), que contribuiu para as primeiras formulações do MTST, principalmente em sua forma de organização (ocupações e dinâmica dos acampamentos).

Porém, a conjuntura neoliberal em que surge o movimento, impõe novas formulações internas e novos modos de enfrentamento com o Estado e o capital, que fazem com que o movimento ultrapasse o projeto participativo democratizante que se tornou hegemônico na esquerda brasileira dos anos 80 e 90.

O MTST surge no final dos anos 90 e cresce em numero de ocupações e área de sua atuação territorial, até chegar à nacionalização em 2009. Toda sua trajetória foi construída sob o projeto neoliberal em pleno desenvolvimento no Brasil, e mais da metade de sua existência ocorreu durante os dois governos do Partido dos Trabalhadores na presidência da República.

Com um projeto político apresentado como anticapitalista, o MTST, vive as dificuldades de uma ação coletiva que busca transformações radicais na sociedade e a necessidade de negociação para obtenção das demandas da base social do movimento, mas com elementos que intensificam as contradições, visto que os governos do PT em nível federal (2003-2006/2008-2011) lograram apoio da classe trabalhadora, sobretudo das camadas mais empobrecidas por meio de programas compensatórios.

Para conhecermos este processo de embates e reconstrução de projeto político do MTST, consideraremos a conjuntura sócio–política e ideológica implantada nos últimos 15

anos, como linha condutora, verificando como se posicionou, enfrentou, negociou com o Estado e com os governos.

Como parte deste caminho, traremos para compor esta análise as relações estabelecidas pelo movimento com partidos, sindicatos e entidades de organização da classe trabalhadora, compondo um quadro de alianças políticas em âmbito nacional que avalia e se posiciona, muitas vezes construindo pautas de luta contra a implantação da política econômico-social dos governos.

É, portanto, o caminho do MTST, traçado nos últimos 15 anos, considerando as transformações na configuração da classe trabalhadora e seu projeto político, o centro de nossa pesquisa.

ABSTRACT

This paper analyzes the Movement of Homeless Workers - MTST, showing its history and trying to understand how the reconfiguration of the working class and social policy, more specifically the housing, impacts on the projects and actions of this movement.
We start our discussion from the construction of urban social movements of the late 1970s, showing its main characteristics and how their actions have forced a debate on the political organization of workers in movements for housing.

We seek to demonstrate that the legacy of these movements was reframed by MTST that arises in the late '90s with the neoliberal project in Brazil in full deployment. The growth of MTST and its nationalization in 2009, occurs during the two governments of the Workers Party in the presidency, leading to new ways of coping with the State and its policy, which we analyzed through the perspective of class struggle in Brazil.

With an anti-capitalist political project, MTST, experiences the difficulties of collective action that seeks radical changes in society, the need for negotiation to obtain the demands of its social base and maintaining consistency between their political positions and dynamic form of internal organization.

Thus, the core of our research is to examine the trajectory of MTST as an element in the class struggle in Brazil in the last 15 years.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 - Ocupações realizadas pelo MTST no estado de São Paulo – de 1997 a 2010

Quadro 2– Descolamento entre atendimento do programa e perfil do déficit

Quadro 3 – Distribuição do atendimento do Programa *Minha Casa, Minha Vida* por faixa de renda (em salários mínimos)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB – Associações Amigos de Bairro
ABC – região que abrange as cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano
ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANEL – Assembleia Nacional dos Estudantes - Livres
ANPOCS – Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciências Sociais
APA – Associação Periferia Ativa
APEOESP – Sindicato dos professores da rede oficial de ensino do estado de São Paulo
BIRD – O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BNH – Banco Nacional da Habitação
CBICC – Chamber of Business & Industry of Centre County
CCFD – Comite Catholique Contre la Faim et pour le Developpement
CDH – Centro de Direitos Humanos
CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CEDEC – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CEF – Caixa Econômica Federal
CEMPRE – Cadastro Central de Empresas
CMP – Central de Movimentos Populares
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAM – Confederação Nacional de Associações de Moradores
CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas Cooperifa
CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz
CPV – Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro
CSP – Conlutas – Central Sindical e Popular – Conlutas
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EED - Servico das Igrejas Evangélicas da Alemanha para o Desenvolvimento
FAETEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica
FAU/USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNH – Fundo Nacional de Habitação

FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

FOMAESP – Coordenação Nacional de Lutas

FSP – Folha de S. Paulo

GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

HTMF – Hicks, Muse, Tate & Furst

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICCO – Organização Interclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento

IDHM – Indice de Desenvolvimento Humano – Municipal

IPEA – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais

MCidades – Ministério das Cidades

MCMV – Minha Casa, Minha Vida

MCP – Movimento dos Conselhos Populares - Ceará

MCV – Movimento do Custo de Vida

MFST – Movimento das Famílias Sem-teto

MLPC – Movimento de Luta Popular Comunitária

MML – Movimento de Mulheres em Luta

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MSTB – Movimento Sem-Teto da Bahia

MSTC – Movimento dos Sem-Teto do Centro

MTL – Movimento Terra e Liberdade

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

MTSTRC – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central

MUST – Movimento Urbano dos Sem-Teto

NERU – Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos

NMS – Novos Movimentos Sociais

NOVIB – Organização para a Cooperação Internacional de Desenvolvimento

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OGU – Orçamento Geral da União

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não-Governamental

OP – Orçamento Participativo

OSC - Organizações da Sociedade Civil

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PM – Polícia Militar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios

PNH – Política Nacional de Habitação

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PV – Partido Verde

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SAB – Sociedade Amigos de Bairro

SECOVI – Sindicato da Habitação do Estado de São Paulo

SNH – Sistema Nacional de Habitação

SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

STU – Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp

TMR – Teoria de Mobilização de Recursos

TNMS – Teoria dos Novos Movimentos Sociais

TPP – Teoria de Processo Político

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas

UDR – União Democrática Ruralista

UMM – União dos Movimentos de Moradia do Estado de São Paulo

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNMP – União Democrática Ruralista

INTRODUÇÃO

A idéia inicial desta pesquisa surge ainda na graduação, com meu interesse pelas ações realizadas pelos trabalhadores, sobretudo na cidade de São Paulo. As greves, paralisações, acampamentos de protesto, passeatas, ocupações, enfim, as mais variadas formas de luta destes grupos me instigavam para uma questão: porque as pessoas participam destes movimentos?

As respostas imediatas, superficiais, surgiam prontamente, sugerindo a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência. Mas não era suficiente, uma vez que a mais profunda miséria não é, por si só, impulsionadora de ações coletivas.

Outras questões acompanham esta primeira. Porque estes movimentos se formam? O que garante sua vitória? Ou melhor dizendo, quais as perspectivas de alguma conquista? Por que, em muitos episódios, os movimentos somavam derrotas parciais ou totais? Somente em longo prazo poderíamos considerar as ações coletivas como impulsionadoras de garantias de direitos e avanços nas condições de vida da classe trabalhadora? Não seria este um grande obstáculo para ações progressistas, radicais ou revolucionárias?

Foi ao longo de minha vida acadêmica e como militante política, que estas questões foram parcialmente sendo respondidas, sempre de maneira provisória. A cada nova conjuntura e aprofundamento teórico, novas e mais questões se colocavam, na direção de um entendimento mais qualificado da ação das classes trabalhadoras.

Nesta busca, o mestrado finalizado em 2004, me colocava diante de um sindicato de professores do Estado de São Paulo (APEOESP), em meio à implantação das reformas educacionais do primeiro mandato estadual de Mario Covas (1995-1998).

Os elementos que me pareciam inevitáveis para compreender a ação deste sindicato eram: sua composição social, seu histórico, o projeto político intencionado, a relação com o Estado e com o(s) governo(s). Em contrapartida, quais os projetos/ações do Estado em relação à esses trabalhadores, o que o levava a realizar tais investidas? Que intencionalidades se manifestavam na resistência à investida estatal contra os trabalhadores em educação?

Para mim a compreensão dos movimentos da classe trabalhadora ocorre de maneira indissociável da atividade política que nos coloca em duplo desafio: realizar uma ciência social que seja profícua, para podermos nos colocar adequada e consequentemente na ação.

Foi esta preocupação que me levou a acompanhar os debates do sindicalismo às vésperas das eleições que levaram o PT e Lula à Presidência da República. Nestes encontros,

mais movimentos sociais, além do movimento sindical, se integravam às discussões e foi neste ínterim que me aproximei do MTST.

Vinda de uma tradição sindical de trabalhadores em educação, em que os debates políticos estão vinculados a uma pressuposta compreensão das relações sociais e políticas por parte dos sindicalizados/professores, me instigava a radicalidade com que trabalhadores "informais", desempregados, mães de família, empregadas domésticas, realizavam a atividade política.

Percebia que muitos elementos presentes no MTST revelavam sua relação com os movimentos sociais que emergiram na conjuntura de "abertura política" nas décadas de 70 e 90. Mas, os enfrentamentos da classe trabalhadora com o neoliberalismo brasileiro mostrava suas marcas nas ações dos sem-teto, ao que se somava, as expectativas e frustrações em relação a um governo do Partido dos Trabalhadores (PT), origem de grande parte dos movimentos sociais recentes do país.

Este caminho militante e estes questionamentos me levaram a formular a questão que dá base a esta pesquisa. Como o MTST constrói um projeto anticapitalista ao reivindicar moradia urbana? E ainda, quais relações estabelece com as forças políticas que, durante a década de 1990, postularam-se como oposição ao projeto neoliberal e posteriormente, tornam-se governo com a vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2002?

Para nós, o período que compreende a década de 90 não representou um refluxo dos movimentos sociais, mas, diversamente, significou um reordenamento nas formas de organização e enfrentamento dos movimentos sociais e suas bases, também distintas daquelas que compuseram os movimentos sociais urbanos dos anos 80, sendo o MTST um exemplo deste processo.

Decorre desta afirmação nossa primeira hipótese, a saber: o MTST como herdeiro de uma forma de ação coletiva, advinda dos movimentos sociais pós-ditadura militar, pauta-se por redimensionar esta herança e transformá-la, superando suas premissas principais de luta pela cidadania e aposta na institucionalização.

Parte da releitura desta herança ocorre porque o MTST é originado nas instâncias internas do MST e através de seus militantes recebe forte influência de suas concepções e ações. Porém, como organização de luta urbana, necessita refletir sobre as possibilidades de ação nas cidades.

O MTST é confrontado com três aspectos da conjuntura econômico e social brasileira, que impõe reformulações que determinaram seu *modus operandi* na década posterior. A primeira é a mudança da base social dos movimentos sociais que sofre com a intensa

precarização do trabalho, com o crescimento do desemprego estrutural e não tem qualquer experiência em organizações de trabalhadores. Em segundo, a aplicação de políticas sociais regressivas pelos governos neoliberais desde os anos 1990, piora as condições gerais de vida da classe trabalhadora, que por outro lado, se vê apartada de sua direção histórica, o PT e a CUT, que ao longo dos anos 90, aderiram ao neoliberalismo até completar este ciclo com a vitória eleitoral em 2002, que elege Lula para a Presidência da República.

A história do MTST, com seus avanços e recuos, vai se construindo em um período ímpar de ruptura na esquerda e de formação de movimentos sociais, posteriores ao que ficou conhecido como "emergência dos movimentos sociais" no Brasil. Outra hipótese que levantamos é o papel que o MTST confere, nesta nova fase das organizações de trabalhadores, ao erigir um movimento social classista no enfrentamento do projeto neoliberal, indo além, ao constituir-se como instrumento da classe trabalhadora em uma ação anticapitalista, sem no entanto, passar incólume pelas conseqüências deste delicado contexto.

Esta pesquisa, portanto, se propõe a mostrar no primeiro capítulo a composição do MTST em suas diversas faces, desde a reconstrução de sua história, passando pelo conhecimento de sua base social, até chegarmos ao seu projeto político de poder popular, pautado pelas lutas de ação direta para contestação do capitalismo, como forma de verificar o fenômeno em sua aparição, tal como ele se apresenta na sociedade.

Porém, para compreender seu objeto o investigador deve buscar várias fontes, a fim de desvendá-lo. Há um traçado inicial delimitado pela abordagem teórico-metodológica da qual o pesquisador retira seus pressupostos e instrumentos para a análise. Não há como andar pelos caminhos da pesquisa, sem antes saber de quais ferramentas se dispõe. Tratando-se de um trabalho com um movimento social específico, é preciso questionar como é possível conhecer a história do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)?

Independentemente da vertente teórico-metodológica que se adote, pode-se dizer, sem exagero, que o trabalho do cientista social busca a compreensão das relações entre os sujeitos e o mundo que os cerca. Muito embora essa afirmação seja bastante ampla e genérica, ela trata do foco da tarefa do "investigador social".

Adotando esta perspectiva, este trabalho procura ir além do que é possível verificar apenas através dos sentidos, buscando compreender, e não somente relatar, os fatos ocorridos no tempo, ou a forma como os integrantes do MTST percebem a si e ao movimento social do qual participam, pois sabe-se que a percepção do real pelos sentidos é uma parte da realidade e não própria realidade, e a imediatamente da vida constitui fragmentos de seu conteúdo histórico.

Se a superficialidade dos fenômenos correspondesse integralmente à essência dos mesmos, não haveria necessidade de um estudo mais abrangente e profundo do mundo, dos seres e das relações. A verdade das coisas seria tal como é vista.

Na ação prática do cotidiano, o indivíduo percebe-se como um ser que entra em contato com um conjunto de objetos e com outros indivíduos e que, juntos, fazem esforços, realizam vontades, usam ferramentas, etc., ou seja, utilizam as coisas que os rodeiam para realizarem as atividades prático-utilitárias. É com essas atividades que o homem se familiariza e se orienta no mundo em que vive, intui, vivencia, mas não compreende a realidade em si, sua dinâmica essencial. Embora realize uma relação de mediaticidade com as coisas, não as compreende em sua essência.

Os indivíduos vivem em duas esferas no espaço-tempo do cotidiano: na atividade prática da vida material, como já foi citado, e na projeção do pensamento sobre essa realidade mesma. É o que Kosik (1976, p. 17) chama de representação, em oposição ao conceito de coisa, que é fruto de uma investigação científica.

A representação é a construção ideológica da realidade vivida, é o pensamento comum sobre o fenômeno, que contém a essência da coisa, mas que não a revela, pelo contrário, esconde-a. Pode-se afirmar que essa representação é abstrata, pois não tem fundamento na vida concreta, na essência do fenômeno, mas apenas tem relação com sua forma manifesta.

O materialismo histórico entende essa relação inescapável entre o fenômeno evidenciado na vida material e espiritual e a essência da coisa em si. Sem a manifestação da essência pelo fenômeno, essa essência não poderia ser conhecida. Porém, para uma investigação crítica que procure as relações concretas da realidade, essa aparência fenomênica precisa ser dissolvida, sem, no entanto, ser ignorada.

A suposta independência do mundo dos fenômenos se dá pela percepção imediata através dos sentidos e do pensamento abstrato e, consequentemente, pela aceitação de sua completude em si mesmo. A representação do mundo se constrói nas experiências vividas e na coleta das diversas significações do real pelos indivíduos. Por exemplo, o homem que vê sua tenda de lona preta em um acampamento do MTST vê sua moradia temporária, suas necessidades, seu pequeno grau de conforto, sente a ausência dos objetos básicos para alimentação e higiene, a instabilidade de sua condição, mas não vê a valorização do terreno, a proliferação de microorganismos, a socialização pela palavra, etc.

As relações entre o fenômeno e a essência da coisa não estão apenas no grau de evidência com o contato humano, mas, sim, na constituição deste produto humano-social, e, por isso, para conhecer a essência da realidade, é preciso conhecer seu processo constitutivo.

Para reconstruir essa esfera da realidade concreta, esta investigação adotou, como instrumento de pesquisa, a análise de documentos produzidos pelo MTST, as entrevistas semiestruturadas e as notícias da imprensa escrita. O objetivo é conhecer o movimento social em sua formação, reconstruindo sua gênese e o curso de sua história, considerando duas fontes iniciais: uma individualizada, revelada pelos próprios militantes, e outra coletiva, como saldo prévio do caminho do movimento social.

Como resultado, temos um material analítico inicial: uma descrição do factual pronunciado, ou seja, uma descrição que articula a representação da realidade pelos agentes principais (militantes) e secundários (imprensa e pesquisadores) e que serviu de base para problematização e posterior investigação.

Este primeiro passo metodológico exigiu um constante levantamento bibliográfico e uma leitura atenta dos documentos do MTST, que tem como público-alvo diferentes interlocutores. São manifestos, denúncias, informativos sobre os acampamentos, convites, programas de ação, entre outros, que pelas dificuldades impostas pelo dia a dia da militância e da intermitência de ativistas na comissão de comunicação, não tem periodicidade e muitas vezes, não acompanham todos os passos de uma ação. Não é incomum o sítio do MTST na internet comunicar uma ocupação, acompanhar as ações por alguns meses e, a partir de um ponto, não publicar mais nenhuma informação.

O levantamento de matérias na imprensa nos orientou quanto à cronologia dos fatos, que puderam ser cotejados com as entrevistas e documentos do movimento. Além desta primeira utilidade, os documentos da imprensa nos serviram para desvendar o posicionamento da mídia, sobretudo impressa, quanto ao MTST, mostrando que a voracidade da oposição ao movimento era imensa, evidenciando a relação entre os interesses de frações de classe burguesa, especialmente nos municípios e a divulgação das notícias.

Outro passo fundamental na pesquisa foi a realização das entrevistas que tratando-se de um estudo sobre um movimento social, acrescentam-se outras nuance que devem ser consideradas. Primeiro, a entrada em acampamentos e reuniões são combinadas previamente e a acolhida dos acampados, coordenadores e militantes, depende de sua atuação no campo político mais amplo. A identificação como “companheira do movimento” abre portas e minimiza resistências à figura do pesquisador como o “outro”, “de fora”, que se materializa, não apenas no fato do pesquisador não ser um sem-teto, mas nas diferenças de vestuário, linguagem, etc.

Segundo ponto a ser destacado é o respeito pela disposição das pessoas em serem entrevistadas, além de como e onde estas são mais adequadas. Evidentemente as entrevistas

somente ocorrem com a concordância do entrevistado, mas uma indicação de um militante ao acampado pode ser lida como uma obrigação, o que gera um enorme desconforto, e consequentemente um material de pesquisa bastante inadequado. Por isso, optamos por realizarmos entrevistas que fossem desejadas pelos entrevistados, sendo, no entanto, selecionadas, porque se a negativa à entrevista a inviabiliza, uma superexposição narcisista também não contribui com a pesquisa.

Assim, outro passo metodológico foi a observação in loco em acampamentos, encontros e manifestações do movimento, o que nos forneceu uma visão mais dinâmica e pormenorizada das relações entre seus membros, suas convergências e divergências, ao acompanhar o cotidiano da luta destas pessoas.

Procuramos em teórico-metodológicos, a realidade em suas diversas manifestações fenomênicas, que estão contidas em uma coesão de fatos históricos que, integrados, formam a totalidade.

Conhecer a totalidade não é conhecer tudo ou o conglomerado de fenômenos do presente. A concretude, como diz Marx, é o espaço e gênese da vida humana e, como tal, integra os fenômenos e sua essência, que, dialeticamente, estão interdeterminando a realidade. A ciência, assim, ao analisar a realidade, considerando a inter-relação entre as partes e o todo, hierarquizando as relações num processo de constituição do real, pode explicar qualquer parte e também o todo, como real concreto.

O estudo da totalidade é uma teoria da realidade, que contempla uma metodologia que busque o real concreto que está todo ele coeso e partido, ou seja, cada parte foi constituída pelo todo e não deixa, no entanto, de ter sua especificidade e determinação no todo real.

A compreensão de qualquer fenômeno torna imprescindível o estudo do todo como interferência significante nesta parte, que não pode ser fracionada para fins do conhecimento, pois se tornará algo construído apenas no tempo do estudo e pela mão do estudioso e não se mostrará tal como realidade concreta, pois está indissoluvelmente ligada à totalidade.

Esta totalidade de que falamos é constituída pelos sujeitos históricos sociais que, na construção da vida social, determinada por um tempo e espaço e por relações determinadas que estão além de sua vontade individual, são ao mesmo tempo, abertos a possibilidades de um futuro diferente do presente.

Segundo Kosik, “a criação da totalidade como estrutura significativa é, portanto, ao mesmo tempo, um processo no qual se cria realmente o conteúdo objetivo e o significado de todos os seus fatores e partes” (1976, p. 50), e também um contingente de contradições que demonstram a unidade, no todo, do diverso antagônico. Assim, a totalidade não é somatória

de partes, fatos, indivíduos, mas um sistema integrado e estruturante da vida social e, somente ao vislumbrar uma, podemos conhecer a outra, como produto e produtor do sujeito histórico social.

Para o materialismo histórico, a totalidade tem de ser considerada em sua hierarquia relacional, ou seja, não podemos ignorar as relações imbricadas na construção desse todo e a hierarquia das relações postas em movimento na história. A investigação do concreto leva em conta o conhecimento da aparente objetividade do fenômeno e busca desconstruí-lo para, em um segundo momento, procurar a essencialidade do fenômeno, de onde emana sua face manifesta, para então, conhecer o conteúdo efetivo do fenômeno na totalidade concreta.

Para que possamos investigar a realidade como totalidade, é necessário parti-la, tornando-a totalidade abstrata para análise e, assim, compreendê-la. Propomo-nos, agora, a desconstruir nosso objeto, buscando, nas referências do passado, as conexões entre as partes, para que possamos, adiante, reconstruí-las em um todo que seja elucidativo.

É por isso que Osório diz sobre Marx que "seus conceitos são 'abertos', no sentido de que formam pontes para estabelecer as articulações que organizam a sociedade"[1] (2004, p. 01), estabelecendo o nexo entre a totalidade concreta e abstrata, como sujeito histórico que constrói a realidade e a conhece, na medida em que nega a verdade na imediaticidade do sensível e busca a ascensão do abstrato ao concreto sem perder o ponto de partida: o real concreto.

Izaguirre afirma que para os que buscam pesquisar no campo dos conflitos sociais, é fundamental reconhecer e utilizar a historicidade dos processos sociais, pois

> A fuer de parecer una obviedad, se trata de una dimensión epistemológica del conocimiento de lo social y de la producción y reproducción de lo social, de la que no siempre el investigador tiene plena conciencia. Para quienes analizamos conflictos sociales, la historicidad supone distintos tipos de análisis: desde la consideración de la estructura social objetiva y subjetiva que constituyó a las distintas fracciones sociales y sujetos que luchan hoy, y que pueden tener una inserción similar en el proceso productivo, incluso como población sobrante, y no obstante tener comportamientos divergentes de difícil explicación, salvo que se tenga en cuenta que se constituyeron en procesos distintos, en confrontaciones distintas (2009)[2].

O movimento, então, se apresenta para o pesquisador tal como ele quer ser visto e cabe ao pesquisador buscar aprofundar sua análise, modificando o "ponto de onde se olha". É o que procuramos fazer no segundo capítulo, ao retomar na história brasileira, a atuação e

---

[1] Texto original "sus conceptos son 'abiertos', en el sentido de que conforman puentes para establecer las articulaciones que organizan la sociedad". Tradução da autora.

[2] Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/izagui.rtf. Acesso em: 07 dez. 2009

análise dos movimentos sociais urbanos, desde o final da década de 70, quando os movimentos sociais se reorganizam no processo de "abertura política".

Buscamos trazer elementos para esta análise que considere o contexto de atuação destes movimentos, considerando-os de uma maneira global e não através de um movimento específico. Para isso, recorremos à literatura das ciências sociais que em muito se dedica à contribuição destes estudos. Mas, lembramos que na pesquisa em questão, a produção científica sobre os movimentos sociais, em muito se confunde com eles próprios e ao considerar este traço, não podemos deixar de dizer que esta literatura é, também, um elemento de análise que contribui para compor o quadro contextual de análise. Para que conheçamos um movimento no presente é preciso compreender sua gênese e suas influências.

Distinguindo como momentos distintos, mas imbricados, o passado e o presente, em uma análise da conflitividade social é fundamental reconhecer a perpectiva das frações de classe da classe trabalhadora em relação à ordem social dominante e outras classes.

Consideramos que para traçar um quadro da luta de classes no Brasil recente é imprescindível partir dos estudos sobre a reconfiguração da classe trabalhadora e o impacto dos governos do PT (2003-2010) sobre suas organizações. Este estudo, no entanto, está baseado na proposição de uma análise marxista dos movimentos sociais, que nos fornece elementos para repensarmos a hegemonia das "teorias da cidadania", muito presente ainda nos dias atuais. Este debate é apresentado no terceiro capítulo.

Ponderamos que tal análise compõe um processo amplo de múltiplas interferências, avanços e recuos dos sujeitos envolvidos, o que nos leva a averiguar a ação do Estado sobre os movimentos sociais e suas implicações deste enfrentamento para a constituição e dinâmica da classe trabalhadora organizada nesta forma de movimento popular.

A história está aberta, como está também a capacidade criadora humana empregada na ação do trabalho, que não é individual, dadas as condições sociais que o presente impõe aos indivíduos, mas coletiva, histórica. Porém a história apenas se realiza com a presença dos indivíduos e não apesar deles. Estamos falando da esfera onde opera necessidade e liberdade, onde a transformação material, através do trabalho, contém a ação teleológica do humano, capaz de projetar objetivamente seus desejos.

Como nos diz Kosik, esse difícil processo de levar do pensamento e no pensamento a realidade realiza-se quando "se reproduz idealmente a realidade em todos os seus planos e dimensões" (1976, p. 30), não se limitando a limpar o todo caótico com a clareza conceitual, mas buscando, no curso do processo, a gênese deste todo, compreendendo-o.

Nesse processo de reconstrução das interconexões entre as análises dos movimentos sociais, optamos pelo levantamento dos elementos que contribuem diretamente para a compreensão do objeto de estudo em questão – o MTST, indicados pela investigação primária de sua existência.

Estabelecemos, assim, um fio condutor entre os elementos latentes desse movimento na sua dinâmica atual e a herança dos movimentos sociais urbanos das décadas anteriores presente em seu cotidiano.

Retomamos, primeiramente, a questão metodológica que temos realizado ao longo do texto, mostrando que a apreensão do real se coaduna com a o método utilizado para tanto. Por isso, numa perspectiva marxista a dialética aparece como uma tripla relação: como dialética epistemológica, ou método científico; como dialética ontológica, conjunto que governa a realidade e, como dialética relacional, vinculada ao movimento histórico.

Engels nos dá, no trecho abaixo, uma pista sobre a visão da dialética como instrumento ontológico e epistemológico:

> A vida não é, pois, por si mesma, mais que uma contradição encerrada nas coisas e nos fenômenos, e que se está produzindo e resolvendo incessantemente: ao cessar a contradição, cessa a vida e sobrevém a morte. Vimos também como, no próprio mundo do pensamento, não poderíamos estar livres de contradições, como, por exemplo, a contradição entre a capacidade de conhecimento do homem, ilimitada interiormente e a sua existência real, no seio de um conjunto de homens, cujo conhecimento é limitado e finito exteriormente. Essa contradição, no entanto, se resolve na sucessão infinita, pelo menos para nós, das gerações, num progresso ilimitado. (2008, p. 58).

A presença da contradição como núcleo da dialética considerada em um tempo de existência e, portanto, ponderada em um processo de acontecimentos e relações entre objetos e sujeitos de que fala Engels, nos indica que a dialética está presente tanto na dinâmica do concreto, da existência, como na sua forma de conhecimento, a ciência.

Na ação prática humana, objetividade e subjetividade se constituem como esferas de um mesmo conjunto: a práxis do trabalho humano criativo e desta unidade humano-natureza, emerge a realidade criada e novamente criadora de uma nova perspectiva de ação. Uma possibilidade de conhecimento se abre ao humano, pois, na medida em que ele age, transforma e dá forma ao mundo material, formando também, seu mundo subjetivo.

A criação da realidade humano-social é resultado da práxis e por isso objeto de conhecimento. Toda a realidade, excetuando-se a primeira natureza, é realidade produzida pelo trabalho humano e por isso, fruto de uma ação teleológica, o que a põe em condições de

ser conhecida, por ser objeto de conhecimento está em relação com o humano e foi dele conseqüência.

Estabelece-se assim a unidade prática-teoria, presente na práxis e essência do humano, não como coisa dinamizada, mas como constituição deste caráter humano.

A ciência busca conhecer o real, como parte constituinte deste e, sempre, inserida nas relações que produzem o conhecimento sobre as relações sociais contraditórias.

Izaguirre propõe um modelo epistemológico, com o qual concordamos,

> donde la confrontación es la condición necesaria para el aprendizaje de sí mismo y del otro, no sólo del enemigo sino también de los aliados, los pares, los iguales, o sea para la toma de conciencia. [...] ese aprendizaje que confronta las ideas con la práctica, la teoría con la acción, se transforma en conciencia o sea en conocimiento, cuando se produce la reflexión posterior a las acciones (2009)[3].

Por isso, buscamos uma análise que combinasse a análise das relações econômicas, político-ideológicas que envolvem o movimento social. Neste ponto, apresentaremos, ao identificar e conhecer as contradições mais profundas das relações entre o movimento social e as forças opostas a este, compreender seu papel como sujeito histórico social e identificar os avanços e recuos de sua ação na sociedade brasileira atual.

O que nos permite, no quarto e último capítulo, após este processo de ampliação do campo de análise e aprofundamento dos elementos apontados no primeiro capítulo de exposição histórica e empírica, voltarmos ao MTST, para, de "posse" de um arcabouço explicativo sobre a historicidade das relações que o construíram, podermos apontar com maior clareza sua constituição, dinâmica, perspectivas e sua inserção no contexto atual de luta de classes no Brasil.

[3] Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/izagui.rtf. Acesso em: 07 dez. 2009

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1
CAPÍTULO 1 - MTST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO 13
1.1 Um histórico do MTST 13
1.1.1 Uma prosa sobre a história 13
1.1.2 Do campo à cidade 13
1.1.3 “Cidade” Parque Oziel 21
1.1.4 A presença fora de São Paulo 27
1.1.5 Reconfiguração das lutas em São Paulo 29
1.1.6 O Anita Garibaldi 30
1.1.7 Começa uma história de despejos, violência e criminalização: Carlos Lamarca, Santo Dias e Rosa Luxemburgo 34
1.1.7.1 Lamarca 34
1.1.7.2 Santo Dias ou a “ocupação da Volks” 36
1.1.7.3 Rosa Luxemburgo, uma breve passagem por São Paulo 42
1.1.8 “Agora não é só você. Agora é nóis”. As ocupações Chico Mendes e João Cândido 43
1.1.9 Estadualização e nacionalização do MTST 52
1.2 Base social 60
1.3 Projeto político, formas de ação e organização 69
CAPÍTULO 2 - MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL 83
2.1 Para onde ir? Democratização e reconstrução dos movimentos sociais nas décadas de 70 e 80 83
2.2 Um beco sem saída? Movimentos sociais durante o desmonte neoliberal 113
CAPÍTULO 3 – O MOVIMENTO SOCIAL ANTICAPITALISTA COMO EXPRESSÃO DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL 143
3.1 A reconfiguração da classe trabalhadora no Brasil contemporâneo 144
3.2 O debate sobre as teorias dos movimentos sociais e uma crítica marxista 161
3.3 Se os trabalhadores estão no governo, onde estamos nós? Os governos do PT e os movimentos sociais 175
CAPÍTULO 4 – MTST EM AÇÃO 188
4.1 MTST: uma luta por moradia ou anticapitalista? 188
4.1.1 Minha Casa, Minha Vida *versus* Minha Casa, Minha Luta. 196
4.1.2 – Desafios do MTST 213
CONSIDERAÇÕES FINAIS 217
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 221
ANEXOS 243

Capítulo 1
Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST

CAPÍTULO 1 - MTST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO

1.1 Um histórico do MTST

1.1.1 Uma prosa sobre a história

Elaborar um histórico de um movimento social é uma tarefa um tanto ardilosa. As informações não são precisas; e nem poderiam. Seu processo de constituição envolve avanços e recuos, histórias que se entrecruzam, expectativas projetadas nas ações, lembranças individuais e coletivas que formam diferentes enfoques.

1.1.2 Do campo à cidade

Os trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) seriam os mesmos do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)? Que identificações teriam esses trabalhadores? Estariam separados apenas pela espacialidade em suas lutas, ou a essência das reivindicações apresenta divergência?

A unidade das lutas entre trabalhadores do campo e da cidade apareceu como um elemento importante para o MST, que tinha uma larga história nos debates das organizações de esquerda. Essa perspectiva de luta surgiu, a partir de um determinado momento de seu desenvolvimento, como estratégia para sua consolidação na conjuntura sociopolítica do final dos anos 90. A proximidade entre os dois movimentos, portanto, foi deliberada e trouxe uma história de relação estreita e de conflitos.

MTST faz referência à sua origem apenas em um documento, a Cartilha do Militante, onde confere ao MST um papel de coautor em sua formação e esboça uma explicação para sua atuação na cidade.

> O MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é um movimento conhecido por todos nós por sua luta árdua por uma vida digna para quem mora no campo. É um movimento sério que sabe que a maioria do povo pobre vive na cidade e não nas áreas rurais. Com isto, percebeu a necessidade de ajudar os trabalhadores urbanos a se organizarem para lutar também por melhores condições de vida (CARTILHA DO MILITANTE, 2005).

O acontecimento que aproximou o MST dos movimentos urbanos foi a Marcha Nacional de 1997[4], quando houve uma determinação interna de liberação de militantes com diretrizes claras de trabalho.

> Foi assim que, na marcha nacional que o MST realiza todos os anos, no ano de 1997 este movimento resolveu liberar militantes comprometidos com a transformação da sociedade para criar um movimento urbano. Estes militantes começaram a estudar os problemas que os trabalhadores viviam com mais dificuldade e perceberam que, naquele momento, dois eram os mais preocupantes: Moradia e Trabalho (Idem).

E adotando os métodos de ação do MST, forjava-se um movimento de intervenção com a classe trabalhadora da cidade que, "juntasse as duas lutas na mesma bandeira e então nasceu o MTST, o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto." (Idem)

Esse documento forneceu pistas importantes para que se descobrissem mais informações a respeito da ligação entre os dois movimentos na constituição do MTST. Primeiro, mostrou uma preocupação do MST com a organização dos trabalhadores das cidades e não apenas nas cidades. As marchas já indicavam a necessidade de divulgação e contato com outros agentes sociais, mas, agora, de maneira mais incisiva, havia uma diretiva de trabalho de formação e ação com essa parte da classe trabalhadora fora do campo e calcada nas reivindicações em torno de moradia e trabalho.

Além disso, a liberação de militantes para auxiliar no trabalho de constituição de um movimento urbano, a partir da Marcha Nacional de 1997, indicava, além de um interesse, uma deliberação do MST de trabalho na cidade, construindo um movimento análogo, capaz de enfrentar o neoliberalismo e os ataques aos trabalhadores naquele momento.

Não parece haver, entre os militantes do MTST, a negação desse vínculo no momento de sua criação, o que aparece em mais de um depoimento. Sobre isso, Eduardo, coordenador do MTST em 2003, diz que "Não há relação orgânica, mas somos irmãos do MST. Temos um relacionamento estreito. Muitos militantes vieram de lá. Temos uma filosofia parecida" (MOVIMENTO..., 2003, p. C3).

Guilherme, também coordenador, diz que "O MTST, incondicionalmente, tem, dentro de si, o código genético do MST" (BENOIT, 2002), o que é referendado por Camila,

---

[4] A Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça ocorreu em 1997 para denunciar a impunidade dos policiais que empregaram a violência, no fato que ficou conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996. Nessa ação para desobstrução da rodovia, foram assassinados 19 trabalhadores rurais. Outro objetivo da Marcha era dar visibilidade à oposição do movimento ao governo federal de Fernando Henrique Cardoso. A Marcha saiu de três localidades: São Paulo (SP), com agricultores vindos do sul e sudeste; Rondonópolis (MT) e Governador Valadares (MG), rumo à Brasília (DF), e durou 60 dias, com a participação de cerca de 1300 pessoas.

coordenadora em 2003, ao tratar da origem dos militantes, afirmando que "muitos companheiros e companheiras do MTST vieram do MST e se juntaram a nós porque têm um perfil urbano" (ALVES, 2003)[5].

Essa relação com o MST em sua origem marcou profundamente o movimento, como será discutido adiante, mas não é consensual, pois, como afirma Lima (2004), há uma gênese "em diferentes versões e interpretações" (p. 139). A primeira enfatiza que o surgimento do MTST ocorreu a partir de uma ação deliberada para o crescimento do MST nas cidades. Outra destaca a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, de 1997, como momento de aproximação entre o MST e os movimentos urbanos por moradia, da qual surgiram ações de ocupação de terrenos, já com um formato híbrido.

As entrevistas com membros do MTST que tiveram passagem pelo MST confirmam sua presença na história da gênese do movimento sem-teto.

> O MTST surgiu em virtude de uma discussão do MST no Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo. [...] Foi em função de uma realidade específica do Pontal, isso que é interessante. Mas culminou com uma forma nacional de pensar, uma forma nacional de agir. Foram duas vertentes. Essa questão do Pontal é uma e a outra foi a Grande Marcha Nacional que tinha sido feita em 1997. Mas, a primeira foi a discussão feita lá no Pontal.[...] (LIMA, 2004, p. 140; CASSAB, 2004, p. 107).

A "primeira vertente" a que se refere o entrevistado está relacionada à ênfase que alguns militantes dão à necessidade do MST de tratar de uma importante questão sobre a procedência de sua base de acampados, formada por militantes que não estariam mais ligados a uma origem rural, mas urbana, como afirma um coordenador estadual do MST:

> [...] em 1993 nós fizemos uma das maiores ocupações do estado de São Paulo, que foi a na região de Getulina. A gente começa a perceber que começa a mudar o perfil das ocupações de terra no estado de São Paulo, não tem mais só camponês [...] então a gente começa a perceber que são famílias que queriam lutar, mas não queriam sair da cidade. E precisavam também de alguma forma de luta para que pudesse sobreviver na cidade; que não iam para o campo por ter vivido algum tempo na vida urbana e se readaptar a rural de novo é difícil. Então a gente começa a ter a ideia de liberar militantes do MST para trabalhar a questão urbana (CASSAB, 2004, 110).

Ao mesmo tempo, um impasse ocorria na região do Pontal do Paranapanema, onde havia um grande contingente de trabalhadores rurais que podiam se organizar junto ao MST,

[5] Disponível em: http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=892. Acesso em: 10 out. 2010.

devido à grande atividade agrícola na região, ao mesmo tempo em que havia grande concentração de terras da União. No entanto, por terem sido griladas, essas terras estavam em posse de "proprietários" organizados na União Democrática Ruralista (UDR). A situação foi se tornando mais conflituosa, à medida que novas ocupações de terras aconteciam, o que, segundo um membro do MTST, teria levado a uma situação que gerou a possibilidade de um acordo, à época, com o governo do estado de São Paulo.

> De um lado, muita gente sem terra e que dependia da terra, de outro lado, uma burguesia latifundiária armada. [...] O governo Mario Covas era um governo mais negociador e fez um acordo com o MST, cedendo 40% das terras no Pontal. [...] É um acordo que se constitui como uma faca de dois gumes: ele pode ficar com a propriedade de 40% das terras, mas não pode avançar mais nos 50% das terras, que eram as dos latifundiários" (CASSAB, 2004, p. 107).

Essa condição local, no Pontal do Paranapanema, impôs ao MST o desafio de pensar sua ação frente a uma situação de impasse, ao que o movimento respondeu com uma investida nas áreas urbanas, buscando aprimorar uma discussão sobre a unidade entre trabalhadores do campo e da cidade. Um membro do MTST depõe:

> [...] Então qual era o jeito do Movimento? Pensar uma saída que não fosse fazer luta na região. E ali mesmo foi discutido, entre os dirigentes do Sem Terra, a possibilidade de construção de um movimento urbano que atuasse na cidade, mas que partisse de um plano de aumento da correlação de forças entre o MST e as cidades de uma maneira geral. Que esse movimento fosse unificador dos movimentos que já existiam nas cidades e que canalizassem para uma pressão sobre o governo, toda essa força social pressionando [...], para que, em consequência dessa pressão, tivesse conquistas no campo. (LIMA, 2004, p. 141).

Houve, também, uma elaboração nacional do Movimento, que apareceu em 1995 nas formulações do III Encontro Nacional do MST, referindo-se a essa tentativa de ampliação da luta pela reforma agrária também nas cidades,

> Por outro lado, precisamos conscientizar a população e a sociedade de que um programa de reforma agrária interessa a toda a sociedade. Hoje, não se trata apenas de uma solução para o problema dos sem-terra, mas faz parte de um novo modelo de desenvolvimento nacional e está relacionado com a maioria dos problemas que acontecem nas cidades. A reforma agrária é uma solução não apenas para os problemas do meio rural, mas também de toda a sociedade brasileira, e também do meio urbano. (MST, 1995)

E segundo Robson, militante do MTST no Rio de Janeiro, a aproximação do MST com o movimento urbano não ocorreu apenas no interior de São Paulo, mas apareceu também em outras cidades, onde já havia um movimento social urbano com um caráter de enfrentamento, ou seja, que organizasse a base do movimento para a realização de ocupações com vistas à conquista da terra urbana. Referindo-se aos anos de 1997 e 1998, ele lembra que

> (a ocupação) é feita com um processo que o movimento fez lá, que foi muito interessante... [...] esse apoio institucional e de infraestrutura do Movimento Sem-Terra, ligado com a articulação com figuras históricas lá do Rio que eram muito ligadas à Igreja Católica e que faziam ocupações. [...] há movimento muito rápido disso ser (sic) traduzido na ocupação, [...] como qualquer movimento de massa isso foi traduzido numa ocupação [...] mas não foi traduzido em organização, continuava um pequeno grupo de militantes" (Informação verbal)[6]

Havia, portanto, situações locais específicas e uma elaboração nacional do Movimento Sem-Terra que apostava na intervenção dos militantes nas áreas empobrecidas das cidades, e a Marcha Nacional de 1997 foi uma ação que possibilitou aglutinar essas iniciativas que já estavam em andamento. Helena, ex-militante do movimento, confirma a pertinência dessa afirmação, lembrando que:

> tem uma primeira ocupação que o MST fez em 1995, isso pouca gente fala, que era o Parque Oziel. [...] O MST faz essa ocupação urbana. Na verdade são alguns acampamentos que são assentados numa gleba gigantesca de terra em Campinas, e ficou com o nome de Parque Oziel que é um bairro hoje em Campinas [...] em 97 o MST meio que oficializa isso[7]. [...] Durante a marcha nacional o movimento já está discutindo [...] vamos ir pra cidade e aí oficializa essa história. Então, enquanto uma organização (o MTST) mais centralizada é 97 (Informação verbal).[8]

A passagem da Marcha Nacional de 1997 pelas cidades seria, para a segunda "vertente" de explicação do surgimento do MTST, um momento crucial, justamente pela relação entre militantes do MST e de movimentos de moradia urbanos, que, juntos, teriam formado o primeiro foco de atuação com propostas vinculadas ao projeto político e de

---

[6] Entrevista concedida por Robson à autora, em fevereiro 2011.

[7] Embora o registro escrito da ocupação do Parque Oziel apareça apenas em 1997, não podemos afirmar com certeza, que ela já não existisse antes, seja batizada com outro nome, seja, organizada por outro movimento, ou ainda que tenha ocorrido de forma espontânea. A reportagem "Parque Oziel recebe mais cem famílias de sem-teto hoje" (1997) anuncia a ocupação realizada em fevereiro de 1997, na área que abrigou a maior ocupação de Campinas na época, com mais de 6.000 famílias

[8] Entrevista concedida por Helena à autora, em outubro de 2010.

organização de acampamentos do MST. Sobre a influência da Marcha, na gênese do movimento sem-teto, Alex, membro do MTST, afirma:

> Vamos dizer que tudo surgiu lá em Campinas, numa atividade que o MST desenvolveu em 97, na marcha popular nacional. [...] A ideia da marcha era discutir a realidade que cada cidade e região estava enfrentando, com isso alguns militantes do MST que passaram por lá conheceram alguns companheiros da cidade. Aí a coisa começou (BENOIT, 2002, p. 140).

Camila, coordenadora estadual do MTST, em 2003, também insiste nesse ponto, mas referindo-se à cidade de Guarulhos,

> [...] tivemos um primeiro contato com o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra], que estava passando pela cidade e organizava a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, em 1997. Como já tínhamos o contato com as pessoas de periferia, fizemos o convite para que elas participassem da marcha. Elas foram e gostaram.[...] Desse modo, surgiu nossa primeira iniciativa de caráter urbano com periferia. E foi assim também que surgiu o embrião do que é hoje o MTST [Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto] (ALVES, 2003)[9]

As informações oferecidas pelos entrevistados, sobre as datas das ações no Parque Oziel e sua relação com o MST/MTST, são desencontradas. Não conseguimos, no levantamento da documentação escrita ou nas entrevistas com militantes desse período, reconstruir uma cronologia suficientemente precisa, que pudesse ordenar a ligação entre MST e MTST, a realização das ocupações e a Marcha Nacional, mas podemos afirmar, com segurança, que há uma relação estreita entre os dois movimentos antes da Marcha Nacional e que ela representou um impulso inegável na organização do MTST, no sentido de construção de sua autonomia.

Para sustentarmos nossa hipótese, destacamos a presença do MTST na região de Campinas desde o ano de 1996, quando militantes do MST auxiliaram na organização de ocupações de terrenos realizadas de maneira espontânea. É o caso da Vila San Martin, que chegou a agregar 3.500 famílias, mas, segundo Wendel Alves da Silva, coordenador regional do MST no período, "os trabalhadores estavam desorganizados, e eu fui chamado para ajudar" (INVASÕES..., 2003, p. 2).

[9] Disponível em: http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=892. Acesso em: 10 out. 2010.

Havia na cidade de Campinas uma situação propícia para a intervenção do movimento sem-teto e não somente do MTST. Isto porque o déficit habitacional na cidade era grande[10] e as ocupações vinham crescendo e reunindo cada vez mais famílias[11].

Nesse período, a imprensa local noticiou a existência de 86 ocupações, sobretudo na região oeste da cidade (PREFEITURA..., 1997, p.1), dentre as quais destacavam-se as tiveram presença do MTST, como a ocupação San Martin, com 3.500 famílias, o Parque Oziel, que chegou a ter 6.000 famílias, Jardim Campo Belo, com 3.500 famílias, Eldorado dos Carajás, com 650 famílias e a ocupação Carlos Marighella, com 190 famílias (SEM-TETO..., 1998, p. 3).

Segundo um dos coordenadores do movimento, a escolha dessa cidade teria ocorrido pela

> [...] proximidade com um grande centro urbano; carência habitacional da população; existência de terras desocupadas; pequeno número de movimentos populares e do fato de que, na época, estavam acontecendo, na cidade, lutas desarticuladas por moradia, através da ocupação de terrenos (OLIVEIRA, 2001 *apud* LIMA, 2004, p. 142), e chega a aglutinar 5000 famílias, mesmo tendo iniciado (sic) com 800 (BENOIT, 2002).

As ocupações se sucediam e o MTST construía um espaço de atividade entre as famílias das áreas ocupadas da cidade, fortalecendo-se e articulando, junto às outras organizações de trabalhadores, ações contra os governos local e nacional. Destacamos a presença do movimento na Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, organizada pelo MST, ocorrida em abril de 1997, embora essa participação não tivesse ocorrido de maneira orgânica, mas apenas com o envio de militantes e ativistas da base dos acampamentos que, como foi visto, ainda estavam em fase de organização pelo MTST.

Porém, em 1997, o movimento foi um dos organizadores do ato do Dia do Trabalho, realizado em 02 de maio, junto com 19 sindicatos da região, e do qual participaram 4000 sem-teto, que, segundo Wendel, coordenador do MST à época, foram impulsionados pela perda do emprego e partiram "para fazer oposição mesmo" (SEM-TETO..., 1997, p. 1).

O movimento também mobilizou cerca de 1000 pessoas da região de Campinas para a Marcha pela Reforma Urbana, Emprego e Justiça, que, no período de 20 a 25 de julho, realizou uma caminhada até a Avenida Paulista, onde ocorreu o encerramento da Marcha organizada pelo MTST, MST, Central de Movimentos Populares (CMP), Central Única dos

[10] Segundo dados da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Campinas, 15% da população estava em condição de moradia precária, habitando ocupações ou favelas, o que somavam 150 mil pessoas. (PREFEITURA..., 1997, p. 1)

[11] Dados da Defesa Civil de Campinas mostravam que o número de ocupações na cidade em 1997 tinha crescido 33% em relação ao primeiro trimestre do ano anterior. (SEM-TETO..., 1997, p. 3)

Trabalhadores (CUT) e Partido dos Trabalhadores (PT)[12], no dia 25, intitulado Dia Nacional de Luta, reunindo ao todo 7000 pessoas.

Nessa ocasião, em entrevista à Folha de S. Paulo, Daniel Costa, um dos organizadores da Marcha Nacional do MST na região do Pontal do Paranapanema, agora militante do movimento sem-teto na região de Campinas, evidencia a orientação do MST de "ir para as cidades organizar os trabalhadores que foram expulsos do campo" (MST..., 1997, p. 1). Porém, outra liderança do MST no estado de São Paulo, Gilmar Mauro, nega essa orientação e afirma que "O Daniel tem origem urbana e apenas voltou para organizar um movimento mais ligado às suas raízes" (Idem).

Enquanto o prefeito Francisco Amaral do Partido Progressista Brasileiro (PPB) assumia a prefeitura, em 1997, afirmando "negocio apenas com sem-teto, não com sem-terra" (AMARAL..., 1997, p. 5), os dois movimentos juntos, montaram, em abril, um escritório na Casa de Formação do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), para cadastrar desempregados e sem moradia, conclamando-os para a luta com a seguinte declaração: "(àqueles) que quiser(em) ir à luta, estaremos dando todo o apoio, pois sabemos que a reforma agrária ou urbana só vai sair se houver pressão" (SEM-TERRA..., 1997, p. 1), o que representava, naquele momento, realizar ocupações.

Como afirmou Helena, "naquele tempo tinha uma confusão de instâncias. Não tinha instâncias. Os militantes eram dos dois movimentos e acabavam se encontrando mesmo, nos encontros do MST" (Informação verbal)[13].

Até este ponto, foi possível acompanhar a convergência de alguns elementos favoráveis que levaram à organização de um movimento sem-teto, que não nasceu vinculado a lideranças partidárias, tampouco de um "racha" de um movimento anterior, e que tem, como traço fundamental, a ação de enfrentamento com base na organização dos ativistas e da militância.

Estiveram presentes no mesmo espaço territorial da região de Campinas, movimentos urbanos por moradia que "(tinham) crescido nos últimos anos, mas de forma desordenada"[14], baseados, substancialmente, na necessidade imediata de parte da população e na existência de muitos terrenos abandonados, o que facilitava sua ocupação. De outro lado, havia também a

---

[12] No site da CUT, o evento aparece como organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), MST, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e Partidos Políticos de oposição, por terra, trabalho, moradia, salário, previdência pública e justiça social e contra as reformas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso. Disponível em http://www.cut.org.br/institucional/68/cronologia-de-lutas. Acesso em: 15 dez. 2010.

[13] Entrevista concedida por Helena á autora, em outubro de 2010.

[14] Afirmação de Daniel Costa, coordenador do MST (SEM-TETO..., 1997, p. 1)

deliberação de um movimento de massa como o MST, de incursão nas cidades com o deslocamento de militantes "[...] que vieram do campo, (e) não foram lá para intervir, mas, para contribuir com as pessoas que já vinham nas cidades tentando se organizar. [...]"(BENOIT, 2002, p. 141).

Nesse bojo, a Marcha Nacional de 1997 propiciou o contato entre militantes e ativistas da base de diversas partes do estado e do país vinculados à tarefa de construção de um movimento urbano.

Essa expectativa demorou a se concretizar, mas foi no município de Campinas que o MTST lançou suas bases, mais especificamente, com o desenrolar da ocupação no Parque Oziel[15], que batizado com o nome de um dos sem-terras assassinados no massacre em Eldorado dos Carajás – PA, em 1996, paradoxalmente, inaugurou o período de autonomização do MTST.

1.1.3 "Cidade" Parque Oziel

A primeira ação de organização de um acampamento realizada pelo MTST ocorreu no município de Campinas-SP, na ocupação do Parque Oziel, e serviu como experiência de aplicação da forma de organização de acampamentos do MST em um contexto urbano, tendo sido concretizada por militantes deste movimento.

As dificuldades eram novas para esses militantes que não estavam acostumados com a complexidade das relações nas grandes cidades, como, por exemplo, "[...] o papel das forças políticas dentro da cidade, como se organizar nesse meio, como se relacionar com os partidos políticos, com o tráfico de drogas e com todas as facções que se organizam no meio do urbano" (BENOIT, 2002, p. 141).

E essa realidade urbana não tardou a se apresentar duramente para o movimento, que viveu, no Parque Oziel, os percalços de enfrentar a criminalidade na cidade e a criminalização dos movimentos sociais.

A ocupação ocorreu em fevereiro de 1997, em uma área conhecida como Fazenda Taubaté que reunia 1135 lotes, de 144 proprietários, em uma área de quase 1 milhão de m^2. Sem água e esgoto, luz e serviço de coleta de lixo, o local reuniu, inicialmente, 200 famílias, mas, em menos de quatro meses, esse total já alcançava o admirável número de 4500 famílias.

[15] Trata-se de Oziel Alves Pereira, liderança do MST, que foi preso após o massacre, mas apareceu morto dias depois.

Em barracos de madeira e de "chão de terra", os moradores viam as dificuldades aumentarem na mesma proporção da chegada de novas famílias, pois, sem infraestrutura, a vida coletiva ficava cada vez mais complicada.

A miséria era grande e 25% das crianças que viviam nos locais ocupados, em junho de 1997, estavam subnutridas, como denunciou, à época, a Pastoral da Terra (SEM-TETO..., 1997, p. 1). Esta dava assistência à população local, com o acompanhamento, de perto, e apoio do padre Nelson Ferreira de Campos, que, em 30 de julho desse ano, iniciou uma greve de fome de 05 dias para denunciar as más condições de vida no Parque Oziel.

Com esse grande número de moradores, incluindo os trabalhadores desempregados, os aposentados, as mulheres em atividades informais e os que sobreviviam de "bicos", o perfil dos sem-teto do Parque Oziel incluía cerca de 10 a 15% de metalúrgicos e alguns professores desempregados que deixaram as casas de aluguel[16] na tentativa de diminuir os gastos mensais.

A mobilização na ocupação mostrava-se forte, sobretudo nas manifestações e na construção de melhorias coletivas pelos próprios moradores, que fundaram a Associação dos Moradores do Parque Oziel, como espaço de aglutinação. Desse período, lembramos a "procissão" (como foi chamada), do dia 28 de julho de 1997, que reuniu 2000 pessoas que carregaram uma cruz de 150 kg, por 18 quilômetros, na rodovia Santos Dumont, reivindicando reforma agrária e urbana (SEM-TETO..., 1997, p. 3). Outro exemplo é o funcionamento de salas de aula improvisadas nos barracões, para atender às crianças que estavam sem escola, visto que, na área, não havia nenhuma escola pública, municipal ou estadual. Os professores desempregados, como voluntários, formaram turmas reunindo os estudantes por faixas de idade próximas (ESCOLA..., 1997, p. 3).

Em um ano, o projeto de assentamento urbano estava em construção com a formação de agricultura de subsistência e incentivo às pequenas lavouras, como contou à Folha de S. Paulo, o militante João Francisco Carlota: "essas famílias chegam à cidade e não temos controle disso (agricultura de subsistência). Procuramos seguir o modelo do MST, de garantir seu próprio sustento" (SEM-TETO..., 1997, p. 1).

Esta iniciativa, além de auxiliar na aquisição da alimentação para a família, foi uma forma de fortalecer a autonomia em relação às políticas compensatórias municipais. Mas o

[16] Segundo a CUT, nos anos de 1995 e 1996, foram extintos na região de Campinas 22,5 mil empregos, sobretudo entre metalúrgicos, trabalhadores da construção civil e bancários. (DESEMPREGO..., 1997, p. 1). Entre os professores, o desemprego é decorrente da Reorganização da Rede Pública de Ensino que superlotou as salas de aula e aumentou o número de aulas por professor, com a extensão da jornada de trabalho, o que gerou a dispensa de 40.000 professores entre os anos de 1996 e 1998 (GOULART, 2004).

projeto de assentamento urbano ia muito além da sobrevivência econômica, como esclarece Camila, coordenadora do MTST:

> Temos um projeto que gostaríamos que fosse modelo para outras ocupações: uma área grande que resolvesse não só a questão da moradia, mas que permitisse às pessoas uma horta de subsistência. E também que, dentro dessas habitações urbanas, houvesse uma área social, escola, projeto de farmácia viva, secretaria, galpão de formação de cultura e tudo o mais que a comunidade achar necessário e que o espaço permita fazer. [...] Isso é o que chamamos de assentamento rururbano (ALVES, 2003)[17].

A outra face do projeto *rururbano* foi forjar uma relação dos indivíduos com o conjunto do acampamento, sobrepondo os interesses coletivos aos individuais ou aos de grupos, através da construção de atividades que corresponsabilizassem cada morador pelas melhorias possíveis na ocupação, fossem elas de infraestrutura ou de organização política.

Enquanto a ocupação crescia, duas ações de reintegração de posse foram movidas por diferentes grupos de proprietários e ambas foram concedidas ainda em junho de 1997. A desocupação deveria ser realizada com acompanhamento do Serviço Social da Municipalidade, e a Polícia Militar deveria fixar data única para o cumprimento de todos os mandados.

A reintegração não ocorreu rapidamente e duas ações de reintegração de posse, com pedido liminar, movidas em novembro por Pedro Tavares de Souza em face de Gentil Ribeiro, Wendel Alves da Silva e Luiz Benedito de Almeida, lideranças da ocupação, foram concedidas, em dezembro do mesmo ano, com sucessivos pedidos de suspensão do processo (Souza, 2009), o que acabou por travar a disputa jurídica.

Mas em 1998, outra contenda se apresentou, com o crescimento da violência urbana expressa na forma de criminalidade e ação policial ostensiva. Nesse contexto a militância foi diretamente atingida, e culminou com o assassinato de quatro líderes em menos de quatro meses: Gentil Ribeiro, em quatro de abril; Expedito Souza Silva, em primeiro de julho e Mauro Filho Garcia e sua esposa Sonia Nunes Garcia, apenas 18 dias depois.

A tensão entre os acampados e a polícia aumentou, sobretudo após a declaração do delegado responsável pela apuração das mortes, que classificou a ocupação como "cangaço" e "terra de ninguém", e afirmou que as motivações dos assassinatos iriam de "uma suposta ligação ao tráfico de drogas à luta pelo poder local e a existência de alguma 'rixa' entre os envolvidos" (PM MONTA..., 1998, p. 1). Três meses depois, ocorreu a prisão de seis

[17] Disponível em: http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=892. Acesso em: 10 out. 2010.

moradores acusados de tráfico de drogas, após uma ronda da polícia militar na ocupação (DISE..., 1998, p. 1).

Em meio ao conflito, o prefeito Francisco Amaral, em decreto de 01 de abril de 1999, declarou a área questão de utilidade pública e, em 28 de abril de 1999, foi publicado outro decreto, declarando-a área de interesse social e autorizando a desapropriação de todas as áreas questionadas em processos judiciais.

Em outubro de 1999, a Secretaria de Habitação de Campinas divulgou uma pesquisa que mostrava que a situação habitacional na cidade era mais grave do que a prefeitura revelava até então. Eram 157.648 pessoas vivendo em moradias precárias, ou 16,76% da população de Campinas. Sendo que, destas, 86.974 (55,17%) viviam em ocupações e 63.690 (40,4%) viviam em favelas. Os dados anteriores, baseados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostravam um total de moradias precárias de 88.093 (9,7%).

A prefeitura de Campinas declarou não dispor de meios materiais para realizar a desapropriação, estimada em 12 milhões de reais, mas ficou claro que não havia disposição para enfrentar o enorme desgaste político decorrente da expulsão de um contingente tão grande de pessoas.

Em 2000, em mais uma ação violenta, outras duas lideranças foram assassinadas: Clovis Ferreira e Adir Rodrigues. As ações de protesto persistiam e foram realizados atos, como o bloqueio da rodovia Anhanguera, manifestações no centro de Campinas e a ocupação do prédio da CDHU.

O Parque Oziel, em 2001, já não era somente sua grande extensão de área que abrigava 6000 famílias. A ele, estavam integradas mais 3500 famílias do Jardim Monte Cristo e da chamada Gleba B, reunindo, no total, mais de 10.000 famílias. Sua história acumulava, além de uma vasta disputa judicial, envolvendo os proprietários, moradores e prefeitura, também uma intensa luta pela sobrevivência cotidiana, em uma área sem quaisquer benfeitorias públicas, com alto índice de violência e sem qualquer garantia de posse da moradia.

Mas, depois de quase uma década, essa “cidade” já não era a mesma que fora ocupada em 1997, pois já dispunha de reservatórios de água, instalados pela Sociedade de Abastecimento e Saneamento S.A, de energia elétrica provisória, realizada pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) como meio para diminuir as ligações “clandestinas”, que já haviam causado diversos acidentes, inclusive fatais (SOUZA, 2009).

O atendimento de saúde era realizado por um posto de saúde próximo à ocupação e a longa luta por escola foi, aos poucos, sendo atendida. Em 2002, foram instalados, pelo

Governo do Estado de São Paulo, 08 contêineres que serviram como salas de aula para o ensino fundamental e, em 2004, foi enfim construída a escola municipal "Oziel Alves Pereira", que passou a atender a 1800 estudantes (SOUZA, 2009).

Finalmente, em 2006, a prefeitura de Campinas, após negociação com os proprietários dos imóveis, já tinha 96,6% da área total desapropriada, e os atuais moradores passaram a ter a permissão de uso, concedida, por decreto do prefeito[18], em fevereiro de 2007.

Nos registros sobre o Parque Oziel, a partir de 2001, o MTST já não aparece como mediador de negociações com o governo, nem suas lideranças são citadas em quaisquer atividades. Depois de seis anos de organização e luta na periferia de Campinas, o movimento se retirou e não se vinculou às conquistas que viriam posteriormente para os moradores daquela área.

O que fez com que o MTST se afastasse daquela ocupação?

Pode-se considerar a ocupação do Parque Oziel como a primeira "experiência" de organização e luta em ocupação urbana do MTST, ainda bastante vinculado ao MST e com forte apoio da Pastoral da Terra, o que foi, sem dúvida, uma prova de fogo. Uma área de 1 milhão de m^2, com 6000 famílias, alto índice de violência urbana, com investidas sucessivas da polícia na área ocupada, inúmeras ações de despejo aprovadas pela Justiça foi o único local onde ocorreram assassinatos de militantes na história do movimento.

Após essa investida, houve um processo de recuo dos militantes, que se voltaram para um processo de estudo das condições materiais e conjunturais nas cidades, revendo a necessidade de imprimir uma nova forma de organização da população e, sobretudo, a necessidade de uma reflexão sobre a dinâmica dos acampamentos urbanos.

Miagusko (2008) traz a declaração de um militante que afirma: "[...] num primeiro momento – e isso nós avaliamos como um erro – talvez um erro necessário, mas que não pode ser reproduzido, o MTST buscou ser o MST urbano, buscou reproduzir as formas de luta e de organização do MST no espaço urbano. Deu errado." (2008, p. 184)

Esse processo de "revisão" das condições e avaliação das ações realizadas até então significou um processo de construção dos pilares fundamentais do MTST, que, naquele momento, definia sua autonomia em relação ao MST, sem, no entanto, negá-lo completamente.

[18] Nas eleições municipais de 2004 é eleito Hélio de Oliveira Santos, o Dr Hélio (PDT), substituindo Izalene Tiene (PT), que assumiu após o assassinato de Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT, em 11 de setembro de 2001.

Como afirma Helena, ex-militante do MTST, até 2003 havia uma intensa relação entre os movimentos, e uma herança do MST era, de fato, vivenciada no urbano, através da realização de cursos para os ativistas, da mística, da organização dos acampamentos (Informação verbal)[19].

Do Pontal à Campinas, de 1993 à 1997, do campo à cidade. Essa história de aproximação entre movimentos do campo e da cidade, na década de 90, mostra a ampliação das lutas de alguns movimentos sociais, a partir da caracterização de ação política que vai além das reivindicações imediatas e vincula as esferas socioeconômica e política, buscando elaborar um projeto social em âmbito nacional.

O MTST surgiu, então, inserido em um projeto social de ação política das classes trabalhadoras, que articulou movimentos sociais em torno de uma perspectiva de transformação social e, portanto, de enfrentamento à ordem vigente.

Porém, a última década do século XX, no Brasil, representou um período bastante delicado para os movimentos sociais, pois, ao mesmo tempo, ganhavam visibilidade na sociedade brasileira, com um projeto de ampliação dos direitos sociais, e chocavam-se com o neoliberalismo regressivo do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Foi um período de reconfiguração das lutas sociais no Brasil. No campo sindical, o surgimento e crescimento da Força Sindical, como central de apoio à política neoliberal e de cunho patronal, além da mudança de posicionamento da CUT, que partiu de um sindicalismo de oposição para um sindicalismo de participação, ou "cidadão" (BOITO, 1999), nos termos da própria central. Ao mesmo tempo, processava-se a metamorfose do PT, que chegava ao fim dos anos 90 caracterizado, não por poucos, como um partido da ordem (IASI, 2006).

Se, do ponto de vista das disputas político-sociais, as organizações de trabalhadores estavam vacilantes quanto à forma de enfrentamento do projeto neoliberal e, em alguns casos, em um caminho de adesão "branca" à esta política, de outro ângulo, as condições de empobrecimento da população indicavam que a luta popular tinha um terreno fértil para ações reivindicativas, sobretudo aquelas dirigidas à melhoria das condições de vida mais emergenciais.

Nas cidades, essa organização concentrou-se na luta por moradia, mais do que por emprego, visto que a diminuição do mercado formal, pelas medidas neoliberais, empurrou um grande número de pessoas a trabalhos precarizados e instáveis e atingiu, em cheio, a

[19] Entrevista concedida por Helena à autora, em outubro de 2010.

mobilização sindical. E o MTST procurava "a base pobre" nas cidades, mas não só no estado de São Paulo.

1.1.4 A presença fora de São Paulo

A existência do MTST em São Paulo, como já foi dito, tem uma participação direta do MST e essa configuração é se repete em outros estados, como explica Guilherme, coordenador estadual do MTST em São Paulo:

> A nacionalização do MTST foi um processo sempre cheio de idas e vindas. O MTST surgiu em 97, não como uma organização própria, autônoma. Surgiu por iniciativa do Movimento Sem-Terra. Em alguns estados, a direção nacional decidiu liberar militantes pra formar o MTST e em outros não fez isso. Então, não foi um surgimento planejado, não foi uma nacionalização planejada. Pará. O MTST surgiu no Pará em 2000 e se manteve sem nenhuma vinculação com o MTST de São Paulo até 2, 3 anos atrás. Pernambuco? Algo semelhante. (Informação verbal)[20]

Verifica-se que, nos anos 90, houve duas iniciativas de organização do MTST no país. Uma, por iniciativa da direção nacional do MST, e outra, que está relacionada à primeira, de deslocamento do MTST de São Paulo para outro estado, o Rio de Janeiro.

Embora tenhamos de maneira sistematizada apenas duas pesquisas sobre a presença do MTST em outros estados, a de Rodrigues (2002), sobre Pernambuco, e Lima (2004), sobre o Rio de Janeiro, há documentos do movimento que citam a relação da militância de São Paulo com movimentos análogos em Sergipe, Rio Grande do Norte e Minas Gerais.

A frente no Rio de Janeiro começou a ser formada em 1997, com o deslocamento dos militantes que saíram do Parque Oziel, no estado de São Paulo, onde, posteriormente, as ações foram temporariamente interrompidas.

A primeira ocupação no Rio de Janeiro ocorreu de maneira conturbada, sofrendo rapidamente um despejo e reocupando a mesma área, com 350 famílias, que novamente foram desalojadas.

Em 1998, o acampamento Che Guevara ergueu-se, mas não teve êxito na fixação dos acampados na área. Houve um acampamento de protesto na Av. Brasil, mas sem negociação com o governo municipal ou estadual, e os manifestantes voltaram a ocupar a mesma área.

Em 1999, porém houve um fortalecimento das ações no Rio de Janeiro, quando o "MTST, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, chegou a ter 2.001 famílias assentadas

[20] Entrevista concedida por Guilherme Boulos à autora, em dezembro de 2010.

em três regiões: 1.600, em Sepetiba; 360, em Nova Iguaçu e 41, em Bangu" (LIMA, 2004, p. 144).

Porém, esse crescimento não se traduziu em organização, o que trouxe dificuldades para a consolidação do MTST no Rio de Janeiro, pois, segundo Oliveira, havia um "pequeno número de militantes e (um) forte sistema de coerção e de cooptação utilizado pelo governo estadual"[21] (OLIVEIRA *apud* LIMA, 2004, p. 144).

Essa visão é corroborada por Robson, militante do movimento, no Rio de Janeiro, que afirma que, entre 1997 e 2002, houve duas ou três tentativas de atuação, aproveitando a organização já presente, inclusive com ocupações de prédio, o que não é foco do MTST. Em alguns casos, a ocupação assumiu a bandeira do movimento, mas as tentativas de unificação dos movimentos por moradia foram frustradas, entre outros fatores (como citamos acima), pelo caráter fragmentado das organizações nesse estado.

A construção do conjunto Nova Sepetiba[22], planejado para 10 mil casas, começou a receber os novos moradores em 2001. Localizado na zona oeste do Rio de Janeiro, há três horas de ônibus do centro da cidade, o projeto habitacional, de casas de 32 m^2, passou a ser o novo bairro de acampados das ocupações Paulo Freire, em Sepetiba, Nova Canudos, em Nova Iguaçu, e Araguaia e Che Guevara, na zona oeste, todas organizadas pelo MTST.

A conquista das moradias e ameaças de morte a militantes[23] selaram a desarticulação do movimento no estado, que já vinha sofrendo um desgaste.

Em Pernambuco, o MTST apareceu como movimento organizado ainda em 1997, mas sofreu, em 1999, uma redefinição em decorrência de divergências entre as lideranças e os objetivos das organizações envolvidas na ocupação do prédio do Instituto Nacional de Seguridade Social, o que gerou a separação entre o MTST do Recife e o Movimento Urbano Sem-Teto – MUST.

Segundo Rodrigues (2002) e Santos (2010), o MTST em Pernambuco teria surgido diretamente ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao MST, em conflito direto com o

[21] A autora se refere ao governo de Marcelo Alencar, governador do Rio de Janeiro, de 1995 a 1999, pelo PSDB.
[22] O conjunto foi ocupado antes de ser inaugurado e já sofria com problemas de infraestrutura, como o vazamento da tubulação de esgoto, falta de escolas e posto de saúde e ruas sem asfalto. Por representar tão bem as condições de vida da população das periferias, o local foi cenário da primeira parte do filme "Cidade de Deus" (CONJUNTO..., 2001, p. 6).
[23] O militante conhecido como Eric Vermelho foi espancado por quinze pessoas e passou um tempo em casa de parentes no Nordeste. Em seu retorno ao Rio de Janeiro, apresentou queixa à polícia e acusou o então vereador Mario Del Rei (PSB) como mandante da agressão. (MOVIMENTO..., 2001, p. 6)

MUST, sendo este último um movimento de moradia ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)[24].

Como se vê, não foi somente no Rio de Janeiro que a fragmentação dos movimentos deixou consequências, embora o objetivo anunciado, em 1997, fosse sua ampliação e unificação, como afirmou Daniel Costa, militante do MST e atuante no Parque Oziel, em Guarulhos: "os sem-teto têm crescido muito nos últimos anos, mas de forma desordenada [...] o movimento precisa deixar de ser municipalizado e ganhar caráter nacional" (MST..., 1997, p. 1).

A nacionalização demorou a ser uma realidade e não foi pelas mãos do MST que ela aconteceu, mas pelo fortalecimento do MTST em São Paulo e pelo aparecimento de movimentos sem-teto, em outros estados do Brasil, com convergências sociais, políticas e ideológicas.

1.1.5 Reconfiguração das lutas em São Paulo

Os primeiros cinco anos do século XXI foram importantes para o amadurecimento das formas de luta urbanas e para a configuração do movimento com características próprias de organização de acampamentos, desenvolvidas a partir de suas experiências em área urbana, bastante diversas das táticas já consolidadas no campo pelo MST.

A partir do ano 2000, o movimento já tinha uma base social clara: a população pobre das periferias das grandes e médias cidades e um projeto político de transformação social, a partir da reivindicação por moradia e reforma urbana.

As ocupações concentravam-se na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com uma frente de ação também na região de Campinas. Tal escolha se deve a alguns fatores que precisam ser considerados para a compreensão da dinâmica de crescimento e consolidação do movimento.

Primeiro, havia nos municípios da Grande São Paulo, a presença de movimentos sociais vinculados à estrutura do legislativo nos municípios, que tem estreitas relações com vereadores e atuam na base social, sobretudo utilizando-se do cadastramento de famílias sem moradia. Essa prática gerou uma ampla negociação de benefícios para as duas partes. De um lado, o movimento viu-se fortalecido, porque havia a "conquista" de uma demanda. Por outro

[24] Atualmente o MTST de Pernambuco não aparece como parte da Frente de Resistência Urbana que congrega o movimento em caráter nacional, figurando como membro da União Nacional por Moradia Popular (UNMP).

lado, a prefeitura e/ou os vereadores envolvidos apareciam como agentes diretos da concessão de um direito, neste caso, a moradia.

Decorrente desse tipo de relação entre movimento e Estado, Miagusko (2008) chama a atenção para o fato de o MTST ser considerado um "movimento estrangeiro", pois é organizado fora da institucionalidade do município. Miagusko cita um militante que diz que:

> [...] o Poder Público municipal está acostumado com movimentos de lógica municipalista. De movimentos que formam sua base em determinado município, em geral com pretensão de eleger um parlamentar numa eleição seguinte, né, ficam mantendo relação de cadastramento, de reuniões, de relação com a Prefeitura e ganham espaço na política institucional da região [...] Quando falam que o MTST é estrangeiro o que estão dizendo na verdade é que o MTST é estrangeiro a uma lógica de fazer política. E somos mesmo (2008, p. 194)

Fazendo frente a esses movimentos "municipalistas", operando em uma outra "lógica" de fazer política e buscando não disputar espaço com movimentos de moradia já consolidados na cidade de São Paulo, o MTST optou por atuar na RMSP.

Em segundo lugar, a RMSP sofreu, desde os anos 90, com o processo de fechamento dos postos na indústria, principal fonte de emprego da região, o que acarretou uma "grande precarização social na região: desde as condições históricas de reprodução dos trabalhadores até a desresponsabilização do Estado com políticas públicas, assim como o desemprego ocasionado pela chamada reconversão produtiva" (LIMA, 2004, p. 95)

Ao mesmo tempo, a situação habitacional da região indicava que havia possibilidade de intensificação da luta por moradia. Segundo a Pesquisa de Custo de Vida (PCV) da Fundação Seade, o número de ocupações na RMSP, entre 1994 e 1998, cresceu 40%, o déficit habitacional estava em 3,6% e concentrava 2174 milhões de moradias inadequadas[25], das 2927 milhões de todo o estado de São Paulo (LIMA, 2004, p. 112).

Foi com esse cenário que o MTST planejou enfrentar a especulação imobiliária e os interesses dos proprietários dos "latifúndios urbanos", conforme denomina o movimento os terrenos que, abandonados, não cumprem uma função social.

1.1.6 O Anita Garibaldi

[25] Para a Fundação Seade, são consideradas moradias inadequadas: domicílios congestionados, casas de alvenaria e apartamentos localizados em favelas, cortiços, moradias em que o aluguel compromete boa parte da renda e domicílios com infraestrutura inadequada.

A primeira investida na Grande São Paulo foi em março de 2001, no município de Guarulhos. Em uma área de 250.000 m^2, localizada na periferia da cidade, no bairro Ponte Alta, próximo ao Aeroporto Internacional de Guarulhos, ergueu-se a ocupação Anita Garibaldi[26]. Um terreno de propriedade particular, desocupado há mais de 50 anos, que vinha sendo utilizado, ilegalmente, para depósito de lixo e, segundo moradores do entorno, para "desova" de cadáveres.

O entorno do acampamento não difere muito das periferias das grandes cidades: existência de favelas, loteamentos clandestinos, deficiência no atendimento de saúde e transporte, e com um intenso comércio local, em grande parte, improvisado na parte da frente das moradias, como bazares, papelarias, bares, mercadinhos, etc.

A preparação para a entrada no terreno iniciou-se muito antes da ocupação, com contatos estabelecidos entre a coordenação do MTST (nesse momento, com membros do MST incluídos) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), movimentos sociais organizados e a população dos bairros pobres da cidade.

Com os movimentos organizados, os contatos tinham por objetivo construir alianças políticas e buscar apoio para a montagem da infraestrutura mínima para as primeiras semanas de acampamento.

As reuniões com a população de diversos bairros cumpriam a tarefa de divulgar as "ideias do movimento" e expor a proposta da ocupação para aqueles que poderiam compor a base de atuação do futuro acampamento. O cadastramento prévio atingiu o número de 1500 famílias.

Na primeira semana, o número de pessoas chegava a 2000, subindo para 12.000, em semanas, o que mostrou a potencialidade da ocupação na região.

Durante os meses que se seguiram, foram realizados atos públicos[27] como meio de pressionar a prefeitura de Guarulhos a assumir a intermediação da negociação entre o proprietário e o MTST, o que ocorreu, após algumas negativas.

Em junho de 2001, a suspensão da liminar de reintegração de posse representou um incentivo para o desenvolvimento dos projetos internos do acampamento e para a continuação

[26] As informações sobre o acampamento Anita Garibaldi têm, como fonte, a pesquisa de Lima (2004), que se dedica a um trabalho de campo nesse acampamento e ao nosso trabalho de campo, que inclui a participação no Encontro Estadual do MTST, realizado em maio de 2009, em uma creche que funciona dentro da área ocupada.

[27] Os acampados realizaram a marcha da ocupação Anita Garibaldi até a praça central de Guarulhos ainda em maio de 2000, onde montaram um acampamento para protestar contra o processo de reintegração de posse impetrado pelo proprietário. Em junho de 2001, houve um ato público para comemorar a suspensão da liminar de reintegração de posse, com a presença de apoiadores do movimento: partidos (PT, PSOL), sindicatos (sindicato dos professores da rede pública e privada de Guarulhos, o Sindicato dos Advogados) e outras organizações, como a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Habitação da Ordem dos Advogados do Brasil.

das negociações com a prefeitura, com a finalidade de regularização do terreno e implementação de um projeto habitacional no local.

Já havia um debate interno, no acampamento, sobre uma proposta de organização espacial da área ocupada, que teve o auxílio de estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP). Embora a proposta dos estudantes e a da coordenação do movimento fossem divergentes[28], houve um consenso e esse apoio resultou na realização da reestruturação espacial do acampamento, que passou de barracos de lona instalados desorganizadamente para uma área projetada e construída a partir das decisões dos acampados.

O terreno passou, então, a ser dividido em lotes de 100 m^2, distribuídos em quadras. Houve a abertura de ruas e a construção de uma área social de 74 mil m^2, que abrigou uma biblioteca, uma sala de reuniões, cozinha e outras salas, onde ocorreram atividades educacionais e de lazer, organizadas, em grande parte, pelos próprios moradores do acampamento.

Esse processo de construção de equipamentos coletivos e a melhoria das condições de permanência no local, com o acesso à água, luz e abertura de vias de trânsito, fosse para a chegada de automóveis, como o caminhão de coleta de lixo, fosse para a passagem de pedestres, foi importante na comprovação da fixação das famílias na área ocupada, que pôde favorecer os acampados no embate jurídico pelo terreno.

Em 2002, a Secretaria da Habitação do município realizou um prévio cadastramento das famílias para traçar o perfil dos acampados, mas o projeto habitacional demorou a sair do papel.

A ocupação Anita Garibaldi foi significativa para o histórico do MTST, por ter sido a primeira grande ocupação (seja pelo tamanho do terreno, seja pelo número de pessoas agregadas) e por ter se mantido sem ação de despejo, o que favoreceu o movimento a prosseguir em seus objetivos de crescimento na RMSP.

Lima (2004) atribui essa excepcionalidade da ocupação Anita Garibaldi a fatores como: o crescimento populacional de Guarulhos na década de 90, sobretudo das camadas de baixo poder aquisitivo, o que teria gerado movimentos que lutavam pela obtenção de equipamentos coletivos nas periferias da cidade; o grande número de loteamentos

[28] Os estudantes estavam voltados para a construção de um projeto arquitetônico que propiciasse a intensa participação dos acampados pela via autônoma de edificação das construções. A coordenação do MTST argumentava que não havia material suficiente para a realização de tal projeto e que a reestruturação do acampamento não poderia esperar até a obtenção (se é que ela ocorreria...) dos materiais.

clandestinos na região, presentes desde a década de 80, quando o prefeito eleito em 2000[29] atuava junto aos movimentos por moradia, o que teria levado a uma plataforma eleitoral com maior ênfase para esse setor; e o interesse do proprietário na venda do imóvel, o que teria diminuído a "briga jurídica" em torno da propriedade. No entanto, salientamos que a história de envolvimento do prefeito Elói Pietá com os movimentos de moradia trouxe uma dinâmica de negociação que amenizou o enfrentamento do movimento com a prefeitura e abriu espaços de negociação que dificilmente se apresentariam em outra situação.

Porém, como já foi visto, os militantes do MTST já chamavam a atenção para a "complexidade das relações no urbano". Embora a ocupação Anita Garibaldi não tivesse sofrido com constantes despejos e reocupações, fixando-se por longo tempo, houve a perda da direção do acampamento durante anos. De um lado, devido à demora da implantação do projeto habitacional e, de outro, pelo enfrentamento com grupos organizados ligados ao tráfico de drogas e a políticos locais.

Em entrevista com um militante, Miagusko tenta investigar mais sobre os motivos que levaram à "perda de hegemonia" do movimento em uma ocupação sem grandes conflitos com o Estado e que tinha boas chances de conquista.

A versão que nos chega (MIAGUSKO, 2008) é que teve início a venda das moradias daqueles que participaram de todo o histórico da ocupação. A casa que ficava fechada durante o dia, à noite não mais pertencia aos ocupantes. "Uma aliança entre o tráfico e os políticos locais impunha esse comércio e passou a ditar as regras de justiça no local" (Idem, p. 212). Os militantes continuaram morando na ocupação, mas não tinham mais como organizar a população, nem como impor sua dinâmica.

Anos depois, houve a "retomada do Anita", em fins de 2008, mas com uma nova configuração. A área sob coordenação do MTST deixou de ser a totalidade da área ocupada anteriormente, e hoje pode ser considerada um bairro, com casas de alvenaria, equipamentos públicos, como creche, escolas e posto de saúde, mas ainda numa situação jurídica indefinida para os moradores.

Em 2009, o Encontro Estadual do MTST realizou-se em uma creche, no interior do Anita Garibaldi, como forma de ressignificar a atuação do movimento naquele local. Foi exatamente onde o movimento fincou suas raízes, que nove anos depois, militantes e coordenadores, ao avaliarem o processo de estadualização das lutas, aprovaram a nacionalização do MTST, que já vinha sendo preparada desde 2007.

[29] O prefeito eleito pelo PT foi Elói Pietá.

1.1.7 Começa uma história de despejos, violência e criminalização: Carlos Lamarca, Santo Dias e Rosa Luxemburgo

1.1.7.1 Lamarca

As ocupações do Parque Oziel e do Anita Garibaldi, embora tenham histórias peculiares, possibilitaram às famílias fixarem-se no local. A permanência não é garantia de posse legal, tampouco de acesso aos equipamentos públicos, mas coloca a luta pela urbanização e melhoria da qualidade de vida em outro patamar.

O despejo é uma ação esperada pelos movimentos de moradia. Em uma ação de reintegração de posse há uma enormidade de fatores que podem desenhar um deslocamento pacífico das famílias ou um episódio de violência generalizada.

Até 2002, o MTST não tinha passado por essa experiência, dadas as peculiaridades das ocupações anteriores. Não tardou a conhecer o despejo em sua versão mais cruel.

O coletivo de militantes que atuavam na ocupação Anita Garibaldi decidiu iniciar a regionalização da atuação do MTST, partindo de Guarulhos e avançando para os municípios de Osasco e para a região do ABC[30] paulista. Esse processo levou às ocupações de áreas em Osasco, em 2002, e em São Bernardo, em 2003.

Em Osasco, a área escolhida foi o Parque dos Príncipes. Um terreno abandonado, de propriedade da família Matarazzo, que foi ocupado em julho de 2002 e chegou a ter entre 2000 e 3000 famílias, número que, em seis meses, baixou para 1000. Após a justiça conceder ao proprietário a reintegração de posse, o movimento acampou, durante dois dias, na frente do Palácio do Governo e conseguiu um acordo com o estado.

A proposta do governador Geraldo Alckmin foi transferir as famílias para um terreno da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), em Guarulhos, há 50 km da área ocupada, onde, segundo o governo: "daríamos água, alimento, saneamento, saúde e, ao longo de 120 dias, transferiríamos todos para 450 unidades da CDHU" (SEM-TETO..., 2003, p. 6).

---

30 A região do ABC compreende os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, porém este último não estava nos projetos do movimento por não possuir condições para iniciar ocupações promissoras: não possuia grandes terrenos vazios, nem bairros empobrecidos que pudessem adensar uma possível ocupação, sendo o município com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (IDHM) do país, em 2000,com 0,919. Disponível em http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrescente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm) Acesso em: 15 maio 2010

O movimento aceitou a transferência, afinal seria "o despejo sem nada ou o despejo para uma área em Guarulhos" (Informação verbal)[31], porém não assinou o acordo, que seria firmado em um inquérito civil, pois, diferente do que havia anunciado o governo, não havia garantias da entrada nos apartamentos. O que existia, de fato, era um "encaminhamento para os programas habitacionais [...] observando os critérios de atendimento aos inscritos" (SEM-TETO..., 2003, p. 6).

Os sem-teto enfrentaram resistência da Guarda Civil de Guarulhos na chegada à cidade, e a Polícia Militar interveio para garantir a entrada do movimento no terreno cedido pelo Estado. Isso porque o prefeito Elói Pietá (PT) não fora informado do acordo.

Mas a prefeitura de Guarulhos não precisou providenciar nada para a manutenção das famílias na cidade, pois, apenas um mês depois, em 06 de janeiro de 2003, uma ação do Ministério Público, que alegou contaminação da área, gerou um novo despejo.

As famílias do "Lamarca" foram acolhidas na área do Anita Garibaldi e, em março de 2003, voltaram a ocupar uma nova área em Osasco, agora, um terreno de propriedade de Sergio Naya[32].

Novamente as famílias foram despejadas, mas dessa vez a polícia não teve a função de escoltar os sem-teto. Sem aviso prévio, em 24 de setembro de 2003, sob forte violência policial, as famílias foram retiradas dos barracos e seus pertences jogados nos caminhões para serem transportados. Tudo o que não coube, foi juntado e queimado pela polícia militar. Segundo Guilherme, coordenador do MTST, foi "de longe" o pior despejo que o movimento sofreu e ilustra o grau de arbitrariedade e violência:

> prenderam uma criança de 12 anos, porque três policiais estavam espancando a mãe desse menino, no meio do despejo. Mesmo porque ela estava gritando, porque tinham quebrado as coisas dela no barraco... três policiais estavam espancando ela. Aí, o menino foi desesperado tentar fazer alguma coisa. Bateram no menino de 12 anos e algemaram e prenderam o menino. Esse foi um dos episódios desse despejo. (Informação verbal)[33]

Ao saírem do terreno, o movimento anunciou que iria para a prefeitura de Osasco e conseguiu desviar a polícia para aquele local. Quando os ônibus estavam no Rodoanel, em direção a São Paulo, as famílias pararam os ônibus e acamparam na beira da rodovia. Não demorou muito para que a polícia aparecesse, e espancando os ativistas, colocou-os em

---

[31] Entrevista concedida por Guilherme Boulos à autora, em dezembro 2010.
[32] Sergio Naya foi deputado pelo PPB-MG e dono da Sersan (Sociedade Empresas Reunidas Sérgio Augusto Naya), responsável por construções embargadas por problemas técnicos que foram evidenciados após o desabamento de um de seus prédios residenciais, o Palace II, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro em 1998.
[33] Entrevista concedida por Guilherme Boulos à autora em dezembro 2010.

caminhões. A seguir, assim que atravessaram a divisa entre Osasco e São Paulo, as famílias foram deixadas na pista da conhecida via expressa de São Paulo, a Marginal Tietê.

Daí em diante foi um tempo de peregrinação, passando por diversos locais improvisados (um galpão cedido por uma paróquia de Osasco e uma passagem pelo Sindicato dos Petroleiros, por exemplo).

Somente em dezembro de 2003, ao reocupar uma área no bairro Novo Osasco, onde havia uma creche abandonada, as 200 famílias, que se mantiveram no movimento desde a primeira ocupação, puderam se fixar, mesmo em condições inadequadas, e lá construíram uma horta comunitária, inauguraram, em dezembro de 2006, uma biblioteca, que recebeu o nome de "Revolução Bolivariana", realizaram cirandas e peças teatrais.

Em julho de 2008, o então prefeito de Osasco, Emídio de Souza (PT), assinou um termo de compromisso de demanda, assegurando às 160 famílias a construção de moradias, que deverão ser entregues em setembro de 2011, após cinco despejos, 9 anos de espera... e muita luta.

E o Parque dos Príncipes? Transformou-se em um condomínio fechado, totalmente murado, com 1787 lotes com metragem acima de 450m^2, deixando de ser um "vazio" urbano e esperando sua valorização, que aconteceu em 2004, quando a aprovação da lei de zoneamento, "nº 13.885 de 25 de agosto de 2004, [...] elevou algumas áreas da cidade a status de áreas nobres, como Z-1, antes Zona Mista. Outra lei que favoreceu a construção de empreendimentos horizontais fechados na região foi a Lei de Vilas" (MAIO, 2009, p. 79).

1.1.7.2 Santo Dias ou a "ocupação da Volks"

Luis Inácio Lula da Silva estava eleito. O PT era governo afinal. Os movimentos sociais estavam agindo. A imprensa continuava a vociferar e sua intenção era clara: solicitar ação dura do governo federal em relação aos seus antigos aliados.

> É aí, nesse inquieto país real, que o MST e difusos movimentos dos sem-teto invadem, ocupam prédios e pátios, bloqueiam rodovias. E deixam como rastro a suspeita de que, se o PT evoluiu para o estágio reformista, disputando e ganhando eleições, a dissidência revolucionária sobreviveu e está forte, ativa.[...] O problema está onde sempre esteve, desde o primeiro dia de governo: nas próprias bases e nos próprios aliados tradicionais do PT. É aí que mora o perigo: a instabilidade (CASTANHÊDE, 2003, p. 02).

A colunista da Folha de S. Paulo faz alusão aos movimentos sociais referindo-se à reunião do Presidente da República com lideranças do MST, em 02 de julho de 2003, no

Palácio do Planalto. Na ocasião, Lula colocou o boné do MST e criou polêmica entre os ruralistas, ao que se seguiu uma enorme produção de artigos e reportagens ressaltando o perigo da dubiedade contida no gesto presidencial.

Mas não foi apenas um boné que causou a ira dos conservadores, mas a atuação dos movimentos que segundo Geraldo Alckmin, governador de São Paulo, gerava um "óbvio clima de confronto", suscitado pela "participação de políticos" com "intenções políticas" (ALCKMIN..., 2003, p. 4). Alckmin se referia às ocupações de três hotéis (Danúbio, Santos Dumont e Terminus) e de um prédio residencial (Edifício Santa Ignez), na região central de São Paulo, pelo Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC)[34], durante a madrugada de 23 de julho de 2003.

Alguns dias antes, em 19 de julho, um grupo de 300 pessoas ocupava uma área de 170 mil m^2 em São Bernardo do Campo em frente à fábrica da Volkswagen do Brasil Ltda., no km 23,5 da Via Anchieta.

Tinha início a ocupação Santo Dias, que, em dias, atingiu 4000 pessoas e confirmou a previsão dos militantes de uma boa adesão do que os jornais chamaram de "vizinhos" (EM SÃO BERNARDO... 2003, p. C3): moradores das favelas dos morros do bairro de Ferrazópolis, onde se situa o terreno ocupado.

O trabalho de base do movimento já tinha cadastrado algumas famílias para a ocupação, mas a maioria delas chegou ao acampamento espontaneamente[35] em busca da moradia digna, tentando fugir da "crise do emprego" do início do governo Lula.

No período entre dezembro de 2002 e junho de 2003, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram que a precarização do trabalho aumentou e a renda média do trabalhador caiu. Mesmo com o aumento das ocupações precárias, que geraram 900 mil postos de trabalho, representando um crescimento de 8%, foi possível conter a subida do desemprego, que cresceu de 10,5% para 13% nesse período.

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores eram lançados no mercado informal, subiu em 54% o número de pessoas que recebiam até um salário mínimo por 40 horas de trabalho

[34] A intenção dos movimentos era ocupar seis imóveis, mas, em dois deles, a polícia impediu a ocupação. Ver Miagusko, 2008, p. 25.

[35] Ao realizar uma ocupação, o movimento informa os moradores do entorno por meio de um carro de som que faz uma chamada aos que querem lutar por moradia.

semanais, chegando a 2474 milhões o número de trabalhadores, cuja renda média caiu 11,4% (A crise do emprego se agrava na gestão Lula. 27/07/2003)[36].

A luta operária nos anos 90 apresentava-se de modo diverso dos tempos que fizeram dos "peões de fábrica" do ABC a vanguarda da classe trabalhadora no Brasil no final dos anos 70. O nome de batismo da ocupação fazia referência direta a essas lutas, ao homenagear o operário assassinado em um piquete, em 1979, na zona sul de São Paulo. E as identificações não pararam aí. Nem poderiam.

A imprensa escrita não perdeu a oportunidade de ligar o passado operário do Presidente à conivência com a "exacerbação dos ânimos e a generalização dos movimentos" (ALCKMIN..., 2003, p. 4), construindo um cenário de conspiração dos "fora da lei" que ameaçariam a "ordem pública".

> A política vive de símbolos, e é muito provável que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tenha entendido a real dimensão do ato de receber o MST festivamente no Palácio do Planalto e usar um boné do movimento como se fosse um dos sem-terra e não presidente de todos os brasileiros. *É possível que líderes dos chamados movimentos sociais tenham decodificado o gesto como sinal de que as leis não são as mesmas para todos* [...] É dentro desse clima que eclodem *ações violentas do braço urbano do MST na região metropolitana de São Paulo*. Não deve ser por coincidência. [...] Agora, é o momento de dar um outro choque, o da legalidade, para desfazer temores que o próprio governo semeou ao emitir sinais contraditórios em relação à defesa da ordem pública.
> *Chegou o momento de dar demonstrações objetivas de que a lei vale para todos, sejam sem-teto, sem-terra, servidores públicos, ou quem for* (A ROTA..., 2003, p. 2, grifo nosso).

A ligação entre MST e MTST foi diretamente atacada pelos jornais, naquela semana de julho, que insistiam na afirmação de que o MTST seria o "braço urbano do MST" (MOVIMENTO..., 2003, p. 3), diferenciando-se dos demais movimentos de moradia, porque "não faz invasões com a intenção discutir alternativas" (Idem).

A reação deveria ser rápida e contundente. Os governos estadual e municipal deram o tom, mostrando que não haveria qualquer negociação. Alckmim insistia na tese de que respeitar a ordem democrática era não perturbar a ordem vigente. E não deixou dúvidas sobre suas intenções no desfecho das ocupações no estado:

> Se você não cumpre determinação judicial, uma reintegração de posse, está indiretamente estimulando esse tipo de conduta, de não respeitar a lei, rompendo a ordem democrática. Em São Paulo, reintegração de posse é cumprida (ALCKMIM..., 2003, p. 4).

[36] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u51647.shtml.>Acesso em: 22 de Janeiro 2010.

O prefeito de São Bernardo do Campo, Willian Dib do Partido Socialista Brasileiro (PSB), por sua vez, repisava a afirmação de que a ocupação foi uma "invasão politicamente importada" (PREFEITURA..., 2003, p. 3) e que não havia sem-teto na cidade, haja vista que os moradores de favelas estariam sendo atendidos pelos programas habitacionais do município e que, portanto, afirmou o prefeito, "não há porque atender os invasores" (Idem). Neste caso, invasores do terreno e da cidade.

A criminalização do movimento, inflada pelo clima de repúdio dos conservadores às ações dos movimentos sociais, ganhou um novo fôlego com a morte violenta de um fotógrafo às portas do acampamento Santo Dias.

Dentro do acampamento, cada vez maior, os militantes dividiam os acampados em grupos que levavam o nome de "brigadas". No Santo Dias eram cinco: Terra e Pátria Livre, Paulo Freire, Che Guevara, Rosa Luxemburgo e Liberdade (MIAGUSKO, 2008, p. 30). Essas brigadas tinham a tarefa de montar coletivos para a organização do dia a dia, montar as cozinhas comunitárias, os banheiros, abrir as ruas, cuidar da disciplina, da recepção da imprensa, de apoiadores, da formação política, dos espaços coletivos para as assembleias e reuniões, etc.

Realizando uma das tarefas do coletivo de comunicação, militantes do MTST recepcionavam a imprensa no portão principal do acampamento, na tarde de 19 de julho, orientando-os sobre como seria a visita à área ocupada. Em meio à aglomeração, ouviu-se um estrondo e, depois do corre-corre, percebeu-se que uma pessoa estava no chão. Era o fotógrafo Luis Antonio da Costa, que fazia a reportagem para a Revista Época. Ele fora atingido por um tiro e não resistiu. Faleceu no mesmo dia.

A polícia levantou duas hipóteses. A primeira, de que dois homens que teriam assaltado um posto de gasolina, há menos de 100 metros da entrada do acampamento, teriam se dirigido para lá e, na tentativa de furtar a máquina fotográfica de De La Costa, como era conhecido o fotógrafo, o teriam atingido com um tiro. A segunda, de que o "autor do disparo ter(ia) saído de dentro do acampamento" (FOTÓGRAFO..., 2003, p. 1).

Na reportagem da Revista Época, que descreve o acontecimento, a segunda hipótese é acrescida de um caráter de desconfiança política.

> O assassino pode ser alguém do acampamento, que mistura todo tipo de gente, de necessitados reais a cidadãos com carro, celular e casa própria, homens honestos a pessoas com passagens pela polícia. Assim como pode ter sido alguém interessado em enfatizar o suposto descontrole em que o país

> estaria mergulhado. Infelizmente, a dor costuma ser refém da manipulação política. (MANSUR et al. Uma bala no peito. São Paulo. 28/07/2003)[37].

A versão confirmada posteriormente, inclusive pelo autor do disparo, foi a do assalto ao posto de gasolina, seguido pela fuga entre os transeuntes aglomerados junto à entrada do acampamento[38], mas o fato já estava criado.

O ambiente de caos social alimentado pela novíssima oposição ao governo federal pôde materializar, em um único espaço, os medos dos quais tanto falavam: uma invasão ilegal realizada por protegidos do "rei", que ameaçavam a paz social, inclusive com a presença da violência urbana. A imagem de uma "terra sem lei" estava criada e seria amplamente divulgada.

As portas da negociação continuavam fechadas e a ação judicial não parecia uma saída. Quatro dias após a ocupação, foi expedida uma liminar autorizando a reintegração de posse. Uma semana depois, advogados do movimento conseguiram a suspensão da liminar, questionando o exercício da posse da área pela empresa.

Nesse ínterim, o MTST pediu a intervenção do governo Lula, por meio do Ministério das Cidades, para uma solução possível, através de uma carta enviada pelo deputado federal Vicente Paulo da Silva (PT-SP), o Vicentinho. O momento era propício, já que o presidente se reuniria, naquele mesmo dia (28 de julho), com o "vice-presidente de recursos humanos da Volkswagen, João Rached" (NO ABC..., 2003, p. 4), para discutir o anúncio de 4000 demissões de funcionários da planta de São Bernardo, localizada em frente ao terreno ocupado. Nem operários[39], nem sem-tetos foram contemplados na conversa e

> Sem acordos ou possibilidade de negociação, restava apenas esperar a reintegração de posse. Em 5 de agosto, três juízes da 3ª Câmara do 1º Tribunal da Alçada Civil do Estado acolheram o pedido da Volkswagen e concederam reintegração de posse, aceitando a contestação da empresa que afirmava que o exercício da posse seria comprovado pelo 'cerceamento da área e pela vigilância do terreno por guardas armados' (MIAGUSKO, 2008, p. 34).

No dia seguinte, a CDHU rapidamente iniciou um cadastramento das famílias no acampamento com a finalidade de "traçar um perfil" dos ocupantes, o que, para o

---

[37] Disponível em: < http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT575335-1653-3,00.html>. Acesso em: 20 jan. 2010.

[38] Renato Santos Lira, supostamente o autor do disparo que matou o jornalista De La Costa foi baleado ao ser preso no município de Diadema. Confessa o crime e conta à polícia que Alexandre Silvério Cinsa fora seu cúmplice. Em seu ato de prisão, em uma favela às costas da ocupação Santo Dias, é morto com um tiro na cabeça, quando "resistiu à prisão" (SUSPEITO..., 2003, p. 3)

[39] Para conhecer o processo de negociação sobre o plano de demissão da Volkswagen naquele momento, ver Miagusko, 2008.

coordenador Guilherme Boulos, poderia apenas ter o objetivo de “mapear a área antes da reintegração” (CDHU..., 2003, p. 7).

Ele estava parcialmente correto. Além de facilitar o despejo, identificando lideranças, o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Saulo Abreu de Castro, em entrevista à rádio CBN, afirmou que o cadastramento teria também a “finalidade de enganar as famílias, aproveitando a ilusão da integração em demanda de programa habitacional” (MIAGUSKO, 2008, p. 35).

O despejo, como era esperado, não foi precedido de negociação e os sem-teto tiveram apenas meia hora, a partir das 8h00 da manhã, para providenciar a sua saída do terreno. Com a presença de “oitocentos homens da Tropa de Choque, setenta da cavalaria, trinta cães, dois helicópteros e cento e quarenta veículos” (Idem, p. 35), quatro mil pessoas foram despejadas da área em pouco menos de 5 horas.

A partir daí começou a andança das famílias por um local onde pudessem se abrigar provisoriamente. Em caminhões, uma parte dos sem-teto passou pela Igreja São José, na praça da Matriz, em São Bernardo, mas não havia lugar para eles. Acampados em frente à prefeitura, tentaram um acordo com o Secretário de Habitação, Osmar Mendonça, de quem receberam insultos.

Ao final da tarde, um pedido de reintegração de posse da praça pública foi concedida pelo juiz da 2ª Vara Cível de São Bernardo, e o MTST foi informado de que teria que “responder criminalmente por dano ao patrimônio público e por incitação ao crime” (NO ABC..., 2003, p. 5).

Não bastasse o impedimento de permanecer em praça pública, o presidente da Câmara Municipal de São Bernardo, Laurentino Hilário do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), “baixou um ato administrativo proibindo a entrada de pessoas exceto funcionários de vereadores na Câmara [...] a partir das 13h [...] e justificou a ação afirmando que havia uma ameaça de bomba”, recebida por um telefonema, no qual uma voz feminina dizia: “se o prefeito não receber representantes do MTST, irão jogar uma bomba no prédio da prefeitura após as 17 h” (NO ABC..., 2003, p. 5)

Enquanto isso, os caminhões que levavam outro grupo de sem-teto foi interceptado pela Polícia Militar na Rodovia Anchieta quando se dirigia para o Paço Municipal de São Bernardo. Sob a alegação de que seriam invasores, segundo as informações do levantamento da CDHU, os policiais obrigaram-nos a descer dos caminhões e “de acordo com Ariel de Castro Alves da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) [...] teriam sido agredidos” (Idem).

Nenhum espaço cedido pelo Poder Público, Igreja, Sindicato de São Bernardo permitiu que os sem-teto fossem abrigados. Somente na noite de 10 de agosto houve a permissão de abrigo na quadra da escola de samba Gaviões da Fiel, no bairro do Bom Retiro, em São Paulo. Assim, em dez ônibus, oito caminhões, e seguidos pela Guarda Municipal e a Tropa de Choque, os sem-teto se dirigiram para São Paulo (MIAGUSKO, 2008, p. 37).

Em 12 de agosto, na mesma página, o jornal Folha de S. Paulo noticiava o acolhimento dos sem-teto na quadra da Gaviões da Fiel e anunciava um pacote do governo federal com a intenção de "diminuir a tensão social nas grandes cidades" (MORADIA..., 2003, p. 5), com o investimento de R$ 200 milhões de reais destinados às famílias de até três salários mínimos para a compra ou construção de moradias.

Mas os sem-teto ainda não seriam contemplados desta vez, pois a "ideia do governo é atender a classe média baixa, que ainda não está em situação tão grave quanto os sem-teto, mas se situa em zona de risco devido ao desemprego e à estagnação da economia" (Idem).

Não por acaso, esse acampamento, que fora batizado como Santo Dias, não é lembrado entre os militantes com esse nome, mas, sim, como o "acampamento da Volks". Talvez porque os fatos vivenciados nas "terras de Lula", no início dos anos 2000, ressignifiquem as personagens e as lutas.

1.1.7.3 Rosa Luxemburgo, uma breve passagem por São Paulo

O acampamento que recebeu o nome de Rosa Luxemburgo foi uma ocupação de 12 dias e pouco é lembrada pelo movimento. Sua história é cheia de desencontros e seu curto tempo de existência contribuiu para o distanciamento na memória.

O primeiro desses desencontros refere-se à divergência em relação à localização do terreno, melhor dizendo, à incerteza se este pertenceria ao município de Osasco ou de São Paulo. Inicialmente, as reportagens anunciaram a ocupação de um terreno em Osasco, no dia 14 de maio de 2004, no km 17,5 da Rodovia Raposo Tavares, (800 FAMÍLIAS..., 2004, p. A14), mas, depois, passaram a anunciar que a área estava localizada no município de São Paulo, especificamente, no Jardim Boa Vista, zona oeste da cidade (REINTEGRAÇÃO..., 2004, p. 4).

A posse do terreno gerou outra polêmica. O movimento pensava ter ocupado, com 600 famílias, uma área de posse da Editora Paulinas, ligada ao grupo católico Filhas de São Paulo e, como afirmou Guilherme Boulos, coordenador do movimento, esperava-se o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que "em sua carta ao povo brasileiro,

disse que apoia os movimentos populares que agem de maneira pacífica. Desse modo, esperamos o apoio da entidade e já estamos em negociação com alguns setores progressistas da Igreja" (SEM-TETO..., 2004, p. 3).

Porém, dois dias depois da ocupação, a Editora Paulinas negou ser proprietária do terreno e a CNBB disse que não iria "se envolver em qualquer tipo de negociação para que a área venha a ficar com os sem-teto" (EDITORA..., 2004, p. 6).

Passados quatro dias da ocupação, quando a imprensa já noticiava a presença de 4000 famílias nos 250 km^2, o proprietário apresentou-se já com uma liminar de reintegração de posse autorizada. O terreno pertencia ao grupo de investimentos norte-americano Hicks, Muse, Tate & Furst (HTMF), que fora parceiro do clube de futebol Corinthians, de 1999 a 2002. Com o fim da parceria, o fundo tentou vender o terreno para o clube, mas a diretoria do Corinthians não entrou em acordo (SEM-TETO..., 2004, p. 3).

O movimento ainda tentou suspender a liminar. Não conseguiu. Em 25 de maio, veio o despejo e pelo menos 300 famílias fizeram uma passeata, que partiu do terreno desocupado até a subprefeitura do Butantã, na tentativa de um acordo para a instalação dos removidos em uma área provisória. No entanto o movimento não teve sucesso. A prefeita Marta Suplicy (2001-2004) não tomou qualquer iniciativa para negociar com o movimento e sequer se pronunciou sobre a ocupação.

Em entrevista, Guilherme, coordenador do movimento, disse que foi um acampamento grande, com pelo menos 3000 famílias e que houve uma aproximação interessante com a torcida uniformizada Gaviões da Fiel, que apoiou a ocupação no terreno e chegou a fazer algumas atividades junto com os acampados (Informação verbal)[40].

O movimento tinha construído uma história de muitas ações em diferentes lugares do Brasil. A ocupação do terreno da Volkswagen, por toda sua carga de interpretação, colocou o MTST em evidência. Em 2003, havia notícias de ocupações em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais (SEM-TETO..., 2003, p. 5).

Mas, as três últimas ocupações em São Paulo foram desmanteladas e o movimento estava desarticulado. A militância fora desgastada pelas derrotas recentes e o trabalho de base se perdera com o desmonte dos acampamentos. Era preciso repensar, rearticular.

1.1.8 "Agora não é só você. Agora é nóis"[41]. As ocupações Chico Mendes e João Cândido

[40] Entrevista concedida por Guilherme Boulos à autora, em dezembro 2010.
[41] Frase do filme "Direitos Esquecidos", produzido pela Brigada de Guerrilha Cultural do MTST, em 2005, no acampamento Chico Mendes.

Depois dos despejos das ocupações Santo Dias e Rosa Luxemburgo, o MTST precisava reestruturar sua atuação e contava com um novo grupo de militantes que se aproximou, sobretudo, durante a ocupação Santo Dias. A mobilização de quase 2000 famílias chamou a atenção de pessoas que estavam afastadas, ou que nunca tiveram uma militância política. Eram os ex-petistas, os desiludidos com a atuação sindical em retração, ou contrariados com os partidos de esquerda e os jovens universitários que não conheceram o ascenso das lutas populares.

A derrota no terreno da Volkswagen e, em seguida, um despejo rápido em São Paulo não deixou incólume o movimento e, do mesmo jeito que aproximou novos ativistas, afastou antigos.

Enquanto a nova ocupação não acontecia, o movimento se rearticulava.

> Nesse tempo ficamos pensando um programa, a cartilha, fazendo formação com as pessoas que estavam se aproximando, cultura, estratégia territorial, educação. E aí faz o Chico Mendes. E é lá que o movimento consegue implementar o que a agente tinha pensado de método (Informação verbal)[42].

As ocupações Chico Mendes e João Cândido representaram um novo patamar de organização e elaboração interna de suas ações e prioridades. Mudou o desenho da ocupação, a estrutura organizativa, as relações internas e a forma de negociação e pressão sobre os governos se aprimoraram. De outro lado, o Estado aprimorou o tipo de relação que estabeleceria com o movimento, passando da não aceitação das ações e da determinação do despejo para a negociação, o que, contudo, não significou conquistas. Essa estratégia do Estado trouxe, muitas vezes, uma dinâmica intermitente de avanço e recuo, o que acarretou consequências profundas aos movimentos populares desde os anos 80.

A ocupação Chico Mendes aconteceu em outubro de 2005, com a entrada em um terreno de 120.000 m^2, em Taboão da Serra, no Jardim Helena. De propriedade de uma cooperativa habitacional chamada Paulicoop, o terreno tinha dois esqueletos de prédios abandonados, que, segundo o MTST, se devia à falência da cooperativa, que não entregou os apartamentos aos compradores, motivo pelo qual corria, na Justiça, ação destes contra a Paulicoop. Além disso, havia uma imensa dívida de impostos com a prefeitura, portanto um bom terreno para negociação.

Nas primeiras semanas, o acampamento atingiu 1300 famílias e já demonstrava sua força organizativa com a realização de um filme sobre os primeiros dias de acampamento.

[42] Entrevista concedida por Helena à autora, em dezembro de 2010.

Chico Mendes: a dignidade não se rende é uma realização da Brigada de Guerrilha Cultural do MTST, que se formou em 2004[43] e já estava em plena produção durante o acampamento. Essa Brigada foi responsável por uma parte importante das atividades culturais desenvolvidas e pela formação política nas duas próximas ocupações.

Nos primeiros dias, ergueram-se os barracos, as cozinhas coletivas, a ciranda (espaço para atividades educacionais e com as crianças e jovens), o barracão coletivo (espaço para reuniões). Sobre isso falou Helena: "como o acampamento é um primeiro acampamento que a gente faz depois de refletir um projeto de metodologia, [...] tem toda uma revisão crítica que o movimento faz [...] Ele avançou em muitas coisas [...] (Informação verbal)[44]

Elegeram-se as coordenações dos setores de infraestrutura (organização da estrutura física e acesso à água e luz), cultura, educação e formação política (implantação da ciranda, cursos, reuniões e assembleias), disciplina (portarias, acesso ao acampamento, construção e obediência às regras coletivas) e negociação (contatos externos e negociação com os governos). Esse modelo foi "implementado em um acampamento que junta toda a militância do movimento." (Informação verbal)[45].

Essa militância agia em diferentes frentes de ação e inovou em alguns aspectos em relação ao que se realizava nos acampamentos anteriores. A formação da Brigada de Guerrilha Cultural e a aproximação com a Associação Periferia Ativa (APA) são uma novidade a ser pontuada.

A Brigada de Guerrilha Cultural foi formada em 2005,

> por um grupo de jovens (que) se aproximou do MTST propondo uma reflexão sobre o papel que a cultura poderia desempenhar no movimento. Apesar de suas formações diversas, todos estavam convictos do quanto uma estratégia nesse sentido – bem planejada e executada – seria capaz de contribuir para a luta social (TEDESCO, 2009, p. 89).

A estratégia era produzir ações culturais com e para os sem-teto, (re)construindo essa identidade como ferramenta para a ação política. A utilização do audiovisual nessa empreitada foi muito significativa e, de 2005 a 2007, o tempo de existência da Brigada, foram produzidos seis filmes: *Chico Mendes: a dignidade não se rende* (2005), a primeira produção; *Direitos esquecidos*[46] (2005), sobre a vida na favela em contraposição à luta na ocupação; *Vídeo-*

[43] Tedesco afirma que a Brigada de Guerrilha Cultural nasce em 2005, no entanto em documento do MTST há referência à Guerrilha Cultural em junho de 2004 (SEMINÁRIOS, 2004).
[44] Idem.
[45] Idem.
[46] O Ministério Público e o Centro de Direitos Humanos (CDH) processou a RedeTV, canal 9, pelas recorrentes declarações ofensivas à mulheres, idosos, homossexuais, negros, que o apresentador João Kleber fazia em seu

Informe 1 (2007), que apresenta os primeiros dias da ocupação João Cândido; *Video-informe 2* (2007), sobre a Marcha dos cinco mil, que retratou a caminhada da ocupação João Cândido até o Palácio dos Bandeirantes; *Vídeo-Informe 3* (2007), que mostra o fechamento das Rodovias Raposo Tavares, Castelo Branco e Regis Bittencourt; e *Construindo o poder popular* (2008), vídeo feito na ocupação Silvério de Jesus.

Os vídeos eram projetados, no acampamento, em saraus, que logo se transformaram em festivais de cultura, com a apresentação de peças teatrais com a presença grupos de teatro já organizados ou montados pelos próprios sem-teto, rodas de capoeira, maracatu, roda de viola. Não faltaram os Festivais de Hip-Hop, que chegaram à sua terceira edição em apenas cinco meses.

O mês de abril de 2006 contou com saraus todos os sábados e mostrava seu vigor em aglutinar o entorno e os bairros próximos.

> Todo esse movimento de cultura da zona sul a gente conseguiu levar para dentro da ocupação. E também aproveitar a repercussão que esses grupos já tinham individualmente. A gente chegou a sair no guia da folha de cultura! Que é um negócio besta, [...] mas, porque era tanta atividade de cultura lá, que não dava pra não falar. (Informação verbal)[47].

A capacidade de conquistar apoiadores trouxe ao acampamento uma intensa vida cultural e traçou diálogo com setores das universidades, como: centros acadêmicos, estudantes organizados em projetos acadêmicos, interessados e curiosos. Como salienta Helena, ex-militante do movimento,

> Você tinha uma ciranda que foi mais equipada que a maioria das creches que eu já vi na minha vida! Porque a gente mobilizou a Faculdade de Educação da USP, Faculdade de Pedagogia da PUC. Essas pessoas vinham fazer formação com as mães e outros coletivos de educação autônomos, não sei quê (sic) e tudo tipo de doação (Informação verbal)[48].

Os contatos se expandiam e foram, também, em direção às comunidades periféricas organizadas. Entre os grupos que se aproximaram do movimento, estavam antigos militantes que, nos idos da década de 1980, realizaram trabalhos de base com moradores dos bairros periféricos de cidades da Grande São Paulo. Esta vivência propiciou uma aproximação com a Associação Periferia Ativa (APA), o que fortaleceu os vínculos do MTST fora dos acampamentos, ampliando a atuação entre a população pobre.

A Associação Periferia Ativa, como explica Guilherme, militante do MTST é

---

programa. A emissora foi sentenciada a dar espaço, em sua programação, a mensagens que veiculassem conteúdo em defesa dos direitos humanos, como Direito de Resposta, e com essa oportunidade, o filme *Direitos Esquecidos* foi veiculado, no dia 28 de dezembro de 2005.

[47] Entrevista concedida por Helena, à autora em dezembro de 2010.

[48] Idem

> um espaço de unidade que reúne dezenas de associações e militantes comunitários na Grande São Paulo. [...] Seu objetivo central é organizar e unificar lutas específicas nas comunidades. O método da APA é a atuação territorial nas periferias, estimulando o poder popular e a mobilização. (BOULOS, O MTST é mais que um movimento de moradia, 2006)[49].

Para exemplificar essa relação, podem-se citar algumas atividades realizadas junto às comunidades em parceria com a Brigada de Guerrilha Cultural, como os saraus que aconteceram na comunidade Maria Rosa, em 21 de julho de 2006, no Jardim Ingá, em 19 de agosto de 2006, ou o ato conjunto na Câmara Municipal de Taboão da Serra, em 23 de setembro de 2006, visando pressionar o governo local por mudanças no Plano Diretor da cidade que beneficiassem a implantação de projetos habitacionais.

Essa associação entre o MTST e APA visava extrapolar as ações concretas, a luta pela moradia, unificando as demandas das comunidades pobres já organizadas em outras associações.

Essa pulsação reverberava nas ações de enfrentamento com o Estado, em suas diversas instâncias, ao atualizar velhas formas de ação, como as Marchas e os atos.

> Em menos de trinta dias foram mais de dez marchas: duas passeatas ao Palácio dos Bandeirantes, do Governo do Estado; três em direção à Prefeitura; quatro à Câmara dos Vereadores; uma em frente à loja de artigos de luxo Daslu[50] (MIAGUSKO, 2008, p. 192).

Esta última teria um aspecto "pedagógico", ao mostrar como "vivem os ricos" e aproveitava o fato de a proprietária da loja ter sido presa por sonegação fiscal. O ato problematizava a legalidade das ações judiciais contra as ocupações, visto que os proprietários de terrenos também são, na maioria dos casos, devedores de impostos públicos.

Outro aspecto das ações de pressão sobre o governo que se destaca são as ações que visam chamar a atenção da sociedade para as reivindicações do movimento, entre as quais salientamo-se o acorrentamento de militantes em frente ao Palácio do Governo do Estado, que durou 15 dias, e a greve de fome de 05 dias, em dezembro de 2005, em frente ao apartamento de Luis Inácio Lula da Silva, em São Bernardo do Campo.

Enquanto o prefeito de Taboão da Serra, Evilásio Farias (PSB), insistia na tese de que o movimento seria "estrangeiro" na cidade e que atenderia apenas os necessitados residentes no município (MIAGUSKO, 2008, p. 193), o MTST, buscava abrir canais de diálogo em

---

[49] Disponível em <http://www.lsr-cit.org/movimentos/46-movimentos/170--o-mtst-e-mais-do-que-um-movimento-por-moradia> Acesso em: 24 jan. 2011.

[50] A loja ficou conhecida como a precursora do mercado de luxo varejista no Brasil. Localizada na Vila Olímpia, em São Paulo, reúne marcas mundiais da moda. Em 2005, a proprietária Eliana Tranchesi foi indiciada por sonegação de US$ 10 milhões em impostos de importação.

outras esferas de governo, como no Ministério das Cidades, com o intuito de uma intervenção do governo federal no processo de negociação.

Em dezembro de 2005, após a greve de fome, conforme conta Guilherme, coordenador do MTST, "[...] o resultado foi um acordo com o governo federal para a construção das casas via Caixa Econômica Federal (CEF) e, com o município e o estado, duzentas e cinquenta bolsas-aluguel para resolver a situação imediata das famílias" (BOULOS, O MTST é mais que um movimento de moradia, 2006)[51].

O acordo previa a liberação de recursos da Caixa Econômica Federal para a compra de um terreno e construção das casas, porém o terreno em que estavam acampados não seria alvo de compra, por desinteresse do proprietário, que já havia solicitado reintegração de posse. A escolha do novo terreno ficou, de fato, a cargo do movimento.

Em junho de 2006, os acampados saíram do terreno da Paulicoop, no Jardim Helena, e foram organizados em núcleos territoriais pelo movimento, aguardando o andamento do projeto de construção das moradias.

O movimento pleiteou a compra de terreno no Parque Laguna, decretado como Zona Especial de Interesse Social, pelo Plano Diretor da cidade, o que foi aprovado pela Caixa Econômica Federal, mas precisaria ser desmembrado pela prefeitura de Taboão da Serra por ser muito grande.

Em janeiro de 2007, as famílias cadastradas foram incluídas em um programa de habitação popular do Ministério das Cidades, mas, em abril, o desmembramento do terreno ainda não tinha sido realizado. O prefeito comprometeu-se com movimento a realizar a divisão em 30 dias e a oferecer a infraestrutura inicial necessária. Expirou o prazo e, não só não foi realizado o desmembramento, como também a prefeitura entrou na Justiça com uma ação de interdito proibitório,[52] que impediu o movimento de ocupar a área almejada, sob pena de multa de R$ 100.000,00 por dia.

Em protesto, o MTST, em nova marcha à prefeitura, em 28 de março de 2007, foi recebido pela prefeitura, que, sem acordo, não atendeu a qualquer reivindicação. Diante de um tumulto em frente ao prédio da prefeitura, a Guarda Civil agridiu os manifestantes, inclusive com tiros. Muitos saíram feridos.

As famílias aguardam a construção das casas para... 2011.

---

[51]Disponível em <http://www.lsr-cit.org/movimentos/46-movimentos/170--o-mtst-e-mais-do-que-um-movimento-por-moradia> Acesso em: 24 jan. 2011.

[52] É a ação judicial em que o proprietário, ameaçado em sua posse, objetiva resguardá-la contra o réu identificado.

Embora a mobilização tenha crescido, a organização dos ativistas se fortalecido e os apoios se multiplicado, os rumos das negociações levaram à um arrastamento dos processos burocráticos para a conquista das moradias.

O movimento passou a conviver, a partir do acampamento Chico Mendes, com os meandros das negociações com o poder executivo e legislativo, que devolveu ao movimento parte das responsabilidades pela viabilização dos projetos habitacionais, como a localização de terrenos, o cadastramento das famílias e mostrou a morosidade dos entraves "técnicos" para aprovação de cada parte do processo, como laudos das áreas, liberação dos recursos, etc.

O despejo foi "atrasado" pela enorme mobilização política e pela pressão das articulações, como lembra Helena:

> O cara da Casa Civil do governo do Estado [...] ele ficava assim 'não aguento mais ficar recebendo e-mail internacional!'. Tinha um outro cara que era advogado que tinha conhecido um ex-ouvidor da polícia e trocou ideia com ele [...] (Informação verbal)[53].

Mas nada supera a espera de quase 6 anos das 860 famílias, que finalizaram o acampamento e tiveram um acordo firmado com as três esferas de governo em dezembro de 2005. O MTST começava a enfrentar o perigo da eterna espera, o que se repetia no acampamento João Cândido.

Em Itapecerica da Serra, região do Valo Velho, divisa com a cidade de São Paulo, no distrito de Capão Redondo, o acampamento João Cândido formou-se em 16 de março de 2007, com 500 famílias. Um número inicial alto, mas que nunca ocuparia totalmente a área de 1,2 milhão de m^2, que foi comprada por duas empresas em leilão realizado pelo Banco do Brasil.

Confirmando a experiência adquirida pelo movimento em organizar ocupações, o acampamento teve 1000 famílias já na primeira semana e chegou a 3000 nos meses seguintes.

Aprimorando a metodologia de implantação de ocupação e dinamizando a vida cotidiana no seu interior, o acampamento mantinha a agenda cheia de atividades culturais[54] e tentava ampliar os debates com as associações populares na periferia e os apoiadores. Em abril de 2007, ao lado da ocupação João Candido, realizou-se o I seminário da Associação de Comunidades Periferia Ativa, com a participação do Fórum de Moradia e Meio Ambiente do

---

[53] Entrevista concedida por Helena à autora, em dezembro de 2010.

[54] O MTST ganhou, em 2007, o 3º prêmio Cooperifa – Cooperativa cultural da periferia – que premia iniciativas que contribuem com a arte na periferia. A Cooperifa é um movimento cultural de incentivo às manifestações culturais da periferia. Iniciado há 10 anos em um bar na Chácara Santana, zona sul de São Paulo, com saraus às quartas-feiras, o movimento hoje tem uma revista impressa.

Estado de São Paulo (FOMAESP), Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), subsedes do Sindicato dos professores da rede oficial de ensino do estado de São Paulo (APEOESP) e outras 50 comunidades.

Todas estas atividades foram divulgadas no site oficial do movimento, que começou a funcionar em 2005 e impulsionou a informação sobre suas ações, publicando seus documentos e fotos.

Ao mesmo tempo, radicalizou suas ações com interdições de rodovias e ampliou o leque de alianças com atividades conjuntas. Em abril de 2007, o MTST parou as Rodovias Castelo Branco, Raposo Tavares e Régis Bittencourt. Em maio, junto com o MST, foi a vez da Rodovia Anchieta-Imigrantes.

Em caráter nacional, aumentou sua participação em ações conjuntas com outros movimentos e entidades que já vinham ocorrendo desde 2005, como, por exemplo, o Dia Nacional de Luta pelo Passe Livre e, em 2007, o Ato contra a Reforma da Previdência, em Brasília junto com sindicatos e partidos.

Mas embora o movimento tenha se fortalecido interna e externamente, a relação com o Estado continuou bastante difícil. As negociações continuavam sendo "arrancadas" por meio de passeatas à prefeitura, ocupação da praça pública e acorrentamento à Câmara dos vereadores. Em Itapecerica da Serra o confronto foi difícil.

Quatro dias depois da ocupação, já vigorava uma liminar para a reintegração de posse. Os vereadores haviam assinado uma moção de apoio à luta dos sem-teto e o prefeito Jorge José da Costa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi ao acampamento, afirmando fazer o possível para buscar uma solução.

Mas o movimento havia aprendido mais algumas coisas. Não esperou e realizou a Marcha dos cinco mil – uma caminhada que partiu do terreno ocupado e seguiu até o Palácio do Governo – que foi impedida, pela Polícia Militar, de se aproximar dos portões do Palácio, por orientação do governador José Serra (PSDB), que, mais tarde cedeu e recebeu uma comissão dos ativistas, e garantiu uma reunião com as esferas municipal, estadual e federal.

Daí em diante, o MTST passou a viver uma espécie de *déjà vu* desagradável, que testou sua capacidade de organização e seu poder de mobilização.

Foram inúmeras marchas à prefeitura, acampamentos em locais públicos e acorrentamentos. Todos como forma de pressionar a prefeitura, que faltava a reuniões com a CDHU e o Ministério das Cidades, atravancando as negociações, além de romper acordos.

O prefeito chegou a oferecer um terreno provisório, na Vila Calu, e, logo após, pediu reintegração de posse da area municipal e entrou com interdito proibitório contra a ocupação da área provisória.

Os aliados políticos manifestaram-se e estiveram presentes em mais de um ato de apoio[55] ou em reuniões com o governo, mas o enfrentamento era constante.

Em 18 de maio de 2007, diante de um despejo inevitável, 350 famílias das quase 3000 que estavam no terreno ocupado, transferiram-se para um terreno na Vila Calu. As outras famílias permaneceram cadastradas e organizadas em núcleos pelo movimento, que continuou sua mobilização e, na primeira assembleia no novo terreno, obteve o comparecimento de 3000 pessoas.

Em julho, os mesmos vereadores que haviam assinado um ofício de apoio à doação do terreno da Vila Calu para a CDHU, rejeitaram, em sessão, a proposta e novamente emperraram as negociações. A prefeitura, diante da disposição de luta dos sem-teto, que não arrefeciam as manifestações, expulsou-os da praça municipal com uma reintegração de posse de local público.

Em 2008, continuavam as marchas para a prefeitura a fim de reivindicar agilidade na venda de dois terrenos: um na Vila Calu e outro na Vila Trapé, para que a CDHU pudesse começar o processo de licitação para a construção das casas.

Atualmente, ainda organizadas em núcleos, as famílias aguardam as casas viabilizadas pela negociação realizada entre o movimento e o Ministério das Cidades, em 2009. Enquanto aguardam, há algumas centenas de auxílio-aluguel como medida emergencial.

Como se viu, os acampamentos Chico Mendes e João Candido fizeram parte de um momento de crescimento do MTST, tanto em termos quantitativos de famílias mobilizadas, em acampamentos ou em núcleos, quanto em termos de organização e reflexão sobre o método de ação do movimento.

Isso se reflete nas várias frentes que foram fortalecidas nesse período, como a formação política e cultural, alianças políticas com entidades de trabalhadores, radicalizção das manifestações. Porém, as demandas mínimas, ou seja, a moradia, ainda não tinham sido conquistadas e o governo Lula avançava já em um segundo mandato.

---

[55] Citamos o ato contra o despejo ocorrido no acampamento João Candido, em 06 de maio de 2007, quando estiveram presentes: o Prof. Plínio de Arruda Sampaio; MST, FOMAESP, Conlutas, Intersindical; os sindicatos - subsede sul, Taboão da Serra e Lapa da APEOESP, SINPRO Guarulhos, Sindicatos dos Químicos de Osasco; e os partidos PSOL, PSTU. Também estiveram presentes deputados e vereadores, como os deputados estaduais Carlos Gianazzi (PSOL), Raul Marcelo (PSOL) e Simão Pedro (PT) e o vereador Paulo Félix (Taboão da Serra), além de lideranças religiosas, como a Pastoral da Juventude, o padre Antonio Naves, representando o bispo Dom Pedro Luiz, o padre Jaime, padre Fernando e o pastor Hélio.

1.1.9 Estadualização e nacionalização do MTST

Em São Paulo, o MTST cresceu em número de ocupações, organização e ganhou visibilidade. Em 2005, após um período de formação dos militantes para uma atuação mais adequada ao contexto urbano, o movimento iniciou uma atuação com um propósito territorial claro: atingir regiões do estado que teriam boas perspectivas de aglutinação de pessoas, de fortalecimento das instâncias internas, com a formação de militantes e a adesão de apoiadores. Foi o que o movimento chamou de "estadualização". As ações do MTST intensificaram-se em determinadas regiões, formando núcleos de atuação, assim divididos: Guarulhos (com o acampamento Anita Garibaldi), sudoeste (acampamentos Carlos Lamarca e Rosa Luxemburgo, em Osasco; Chico Mendes, em Taboão da Serra; e João Cândido, em Itapecerica da Serra) e ABC (acampamento Santo Dias, em São Bernardo do Campo).

Ao final de 2007, o movimento já havia consolidado seu trabalho em diversas comunidades da Grande São Paulo, através da realização dos acampamentos e da manutenção, posterior, dos núcleos que mantiveram os ex-acampados organizados no interior do movimento. Houve ainda, os contatos com comunidades de diferentes bairros que se estabeleceram pela criação da Associação Periferia Ativa, com o trabalho da Brigada de Guerrilha Cultural ou por meio do contato com associações, para a ajuda em ações localizadas em situação de emergência[56].

Até então, "o MTST, em sua história, vivia de intervalos de ocupações. Uma por ano, uma a cada dois anos. A gente optou em fazer três, ao mesmo tempo, no mesmo dia, no mesmo horário, em lugares completamente diferentes" (Informação verbal)[57].

De que ocupações nos fala esse coordenador? O que teria impulsionado essa ousadia, visto que não havia uma prática na coordenação de diversos acampamentos concomitantes?

O MTST, como movimento autônomo, não mais vinculado à dinâmica de organização do MST, realizou sua primeira ocupação em Guarulhos, em 2001. O resultado organizativo dessa ação foi a construção de uma "forma de viver em ocupações", que deu formato e conteúdo a uma ação de enfrentamento contra os "latifúndios urbanos".

---

[56] Em muitos casos, o MTST foi chamado para ajudar comunidades que enfrentavam problemas de despejo, sobretudo. Mas, houve também inúmeras situações de ausência de equipamentos públicos, como creche, postos de saúde, transporte inadequado, ou, até mesmo, casos de violência policial, em que o movimento auxiliou a mobilização da população nas negociações com o governo.

[57] Discurso realizado por Gabriel, coordenador do MTST, no Encontro Estadual, em 2009.

A ocupação tornou-se o instrumento central do MTST, como um recurso de ação coletiva, com potencialidades na formação de identidades coletivas, nas relações subjetivas desenroladas em meio às dificuldades materiais, na formação de militantes anticapitalistas, no embate com o Estado e seus governos, para citar algumas.

O acampamento Anita Garibaldi forneceu aos seus militantes um campo de experiências que serviram como material de reflexão que potencializou a atuação do movimento em outros locais.

De 2001 a 2007, o MTST realizou seis ocupações. Foi nesse intervalo de tempo que ocorreram as ocupações "de tempos em tempos" a que se refere Gabriel.

Porém, em 2008, houve uma mudança fundamental na linha de ação do MTST, que decidiu ocupar três áreas ao mesmo tempo, em cidades diferentes. Essa ação ocorreu como parte de uma mobilização nacional em março de 2008, da qual o MTST participou ocupando áreas nos municípios de Campinas, Embu das Artes e Mauá, gerando os acampamentos Frei Tito, Silvério de Jesus e Terra e Liberdade, respectivamente.

Foi um marco importante nos rumos do movimento, pois implica uma mudança de avaliação da sua capacidade organizativa e indica um crescimento da presença do movimento no estado de São Paulo em termo territoriais. O quadro abaixo mostra esse salto quantitativo nas ocupações.

Quadro 01 - Ocupações realizadas pelo MTST no estado de São Paulo – de 1997 a 2010

Ano	**Nome da Ocupação**	**Propriedade do terreno**	**Município**	**Bairro**
1997	Parque Oziel	Privado	Campinas	Pq. Oziel
2001	Anita Garibaldi	Privado	Guarulhos	Ponte Alta
2002	Carlos Lamarca	Indústrias Matarazzo	Osasco	Jd. Umuarama
2003	Santo Dias	Volkswagen	São Bernardo do Campo	Ferrazópolis
2004	Rosa Luxemburgo	Hicks Muse	Osasco	Jd. Tereza
2005	Chico Mendes	Privado	Taboão da Serra	Jd. Helena
2007	João Cândido	Frigorífico Eder	Itapecerica da Serra	Valo Velho/Vila Calu
2008	Frei Tito	Privado	Campinas	Jd. Maria Rosa
2008	Silvério de Jesus*	Privado	Embu das Artes	Jd. Nossa Senhora de Fátima
2008	Terra e Liberdade/ Nova Mauá*	Privado/Petrobrás	Mauá	Jd. Olinda
2008	Zumbi dos Palmares	Privado	Sumaré	Jd. Denadai

2010	Che Guevara	Privado	Taboão da Serra	Jd. Helena
2010	Nova Palestina	Privado	Santo André	Jd. São Jorge
2010	Santa Cristina	Privado	Santo André	Jd. Santa Cristina

Tabela organizada pela autora, segundo dados retirados de www.mtst.info; Lima, 2004; Miagusko, 2008 e Oliveira, 2010.
*Estas duas ocupações passaram por despejos e reocupações na mesma cidade.

Essa mudança se insere no processo de "estadualização", que, além das ocupações na região metropolitana de São Paulo, incluía outras em cidades do interior e ações coletivas que se colocavam no embate com a ordem jurídica estabelecida e davam visibilidade ao movimento.

A ampliação da atuação do movimento buscou consolidar um "cinturão" de lutas no estado de São Paulo, as quais se apoiavam nos acampamentos e núcleos, e, ao mesmo tempo, buscou divulgar suas ações, pressionando os governos municipal, estadual e nacional com marchas, caminhadas, acampamentos em áreas públicas, nos centros dos municípios - como praças e avenidas -, acorrentamentos de militantes em locais públicos - como prefeituras e secretarias -, greves de fome em locais de grande circulação e interrupções de transportes de mercadorias nas rodovias do estado, conhecidas como "trancaço"[58].

A estadualização das ações reforçou a pressão sobre os governos do estado e federal e não apenas sobre as prefeituras das áreas ocupadas. Isso porque as reivindicações exigiam o envolvimento das três instâncias estatais para a viabilização das moradias[59], o que consolidava iniciativas de cunho não localizado.

A estadualização ocorreu paralelamente à nacionalização, o que significa dizer que, enquanto o movimento se ampliava em São Paulo, estabelecia contatos com movimentos de luta por moradia em outros estados. Impulsionados pelos obstáculos impostos à conquista das moradias, como ausência de negociações, burocratização dos processos de implementação das conquistas acordadas, aumento da criminalização dos movimentos, entre outros fatores, os movimentos de luta por moradia procuravam se fortalecer criando linhas de ação coletivas.

58 A primeira dessas ações ocorreu em 26 de abril de 2002, com o bloqueio das rodovias Castello Branco, Raposo Tavares e Régis Bittencourt, na tentativa de anular os despejos e agilizar as negociações para construção de moradias nas áreas ocupadas. Ver anexo 3.

59 As prefeituras responsáveis pelas áreas ocupadas foram acionadas para a resolução legal do terreno (público ou privado) e o estado demandado para a construção das moradias através do Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU). O governo federal por sua vez, pôde incluir as famílias em programas habitacionais e liberar recursos de emergência para atendimento em auxílios, como nos casos de situação de risco.

Essa aproximação ocorria levando em conta a proximidade nas formas de ação (utilização da ocupação como instrumento de luta), a proposta organizativa (estrutura horizontal de decisão) e as relações com o Estado (autonomia em relação ao aparelho estatal).

O "Manifesto Popular de 28 de março" mostra que essa articulação tinha como base a afirmação da existência de um modelo neoliberal. Sobre isso o manifesto declara: "(o) modelo neoliberal nos sufoca. O dinheiro que vai para o bolso de banqueiros e especuladores como pagamento de uma dívida impagável seria mais que suficiente para resolver os problemas de habitação, infraestrutura urbana e serviços no país" (MANIFESTO 28 DE MARÇO, 2008) [60].

A intenção era dialogar com o governo federal. Havia uma avaliação dos programas federais, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que, segundo o manifesto, "tem alegrado muito mais os empresários da construção civil e do ramo imobiliário do que o povo que necessita de moradia." (Idem). Sobre o Ministério das Cidades, a crítica vai em outra direção, alertando para as dificuldades derivadas da institucionalização de muitos movimentos e da burocratização. Segundo essa crítica "seus 'espaços de participação', apresentados como avanços na efetivação de uma política urbana democrática, não representaram nenhum grande passo na solução de nossos problemas. Ao contrário, reproduzem uma forma burocrática e elitista de se tratar as questões urbanas." (Idem).

As reivindicações, portanto, estão centradas na criação de uma política habitacional baseada em subsídios estatais e em desapropriação de imóveis, segundo constatação de sua função social, bem como de uma política de transporte e creches públicas e a aplicação das tarifas sociais nos serviços públicos como água, esgoto e luz.

Apoiados por movimentos de sete estados[61], em São Paulo e Amazonas ocorreram ocupações, que foram, segundo o manifesto, "a única forma de sermos ouvidos e atendidos" (Idem). No Ceará, Pernambuco e Minas Gerais, rodovias foram bloqueadas e prédios públicos ocupados. No Maranhão e em São José dos Campos, interior de São Paulo, foram realizadas marchas e atos contra a criminalização dos movimentos sociais.

Apenas um ano depois das ocupações em nível estadual, o movimento oficializou, no Encontro Estadual do MTST, em maio de 2009, o objetivo de nacionalizar o movimento,

---

[60] Disponível em <http://www.mtst.info/?q=taxonomy/term/66%2B67> Acesso em: 07 ago. 2009

[61] Assinam o documento "Manifesto Popular 28 de março": Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); Movimento Urbano dos Sem Teto (MUST) – São Paulo; Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB); Movimento dos Conselhos Populares - Ceará (MCP); Movimento Sem Teto de Luta – Amazonas; Movimento de Luta Popular Comunitária (MLPC) e Movimento das Famílias Sem Teto (MFST) – Pernambuco; Movimento Quilombo Urbano – Maranhão; Movimento das Mães Sem Creche; Fórum de Moradia e Movimento Terra e Liberdade (MTL) Democrático Independente – Minas Gerais.

formando grupos de atuação em estados diferentes, mas sob uma única organização, e procurando unificar uma carta de princípios políticos e de atuação.

Os contatos com organizações de luta pela moradia em outros estados não são recentes e vêm se desenhando desde o início dos anos 2000, porém o acirramento das lutas por moradia intensifica-se na última década (LIMA, 2004; WHITAKER, 2008).

A manifestação que inaugurou essa nova fase foi o acorrentamento de militantes aos portões do prédio de apartamentos, em que o presidente Lula tem um imóvel, na cidade de São Bernardo do Campo, em julho de 2009. Foram 08 dias até a abertura das negociações com o Ministério das Cidades.

Embora a lista de reivindicações fosse mais ampla[62], dois focos eram os principais: a inclusão do movimento, como entidade organizadora de projetos habitacionais, no programa "Minha Casa, Minha Vida"[63] e "a participação ativa do Governo Federal nas negociações do MTST em todas as regiões e estados onde o MTST está presente" (MTST, 2009a). Em referência a essa presença em vários estados cita: "nossos irmãos de Manaus (AM), Boa Vista (RR) e Belém (PA), dentre outros, têm convivido com o descaso dos despejos" (Idem, 2009).

O resultado das negociações com o governo federal levou à inclusão do MTST no programa "Minha Casa, Minha Vida", ao investimento pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) na urbanização da ocupação Anita Garibaldi em Guarulhos e à liberação de um

> complemento aos investimentos da CDHU frutos de negociações do MTST nas regiões de Itapecerica da Serra, Embu das Artes, Taboão da Serra e São Paulo. Bem como se reunir com a Prefeitura de Mauá para avaliar empreendimentos para as famílias organizadas da região. (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2009a)[64].

Foi apenas em decorrência dessa negociação direta com o Ministério das Cidades que algumas das ocupações realizadas em março de 2008 puderam ter algum ganho provisório, visto que nenhuma moradia foi entregue ainda.

Em Mauá, a ocupação Terra e Liberdade, no Jardim Olinda, mantiveram-se até novembro de 2008, quando aconteceu o despejo. As negociações entre o prefeito Leonel Damo do Partido Verde (PV), a CDHU e a CEF não ocorreram como prometido. Tampouco

---

[62] Dentre as reivindicações do MTST ao Ministério das Cidades estavam a mediação do governo federal nas negociações com a prefeitura de Sumaré – SP, para impedir o despejo do acampamento Zumbi dos Palmares, e com a prefeitura de Guarulhos - SP, buscando viabilizar a urbanização do bairro Anita Garibaldi.

[63] Programa habitacional do governo federal lançado em 2009 que se propõe a financiar um milhão de moradias, sendo a principal ação propagandeada pelo governo federal para a área de habitação. Ver w*ww.minhacasaminhavida.gov.br.*

[64] Disponível em: <http://www.mtst.info/?q=node&page=2> Acesso em: 05 ago.2009.

se realizaram a colocação de bicos de água no acampamento e a liberação de bolsas-aluguel emergenciais.

Em 07 de novembro, 500 famílias ocuparam, no município, outra área de 1 milhão de m^2, de propriedade da Petrobrás. Em 15 de janeiro foi aprovada uma liminar de despejo, mas essa informação chegou às famílias somente em 26 daquele mês. Em meio às tentativas de negociação com o recém-eleito prefeito Oswaldo Dias (PT), o movimento realizou uma marcha até a prefeitura de Mauá e a ocupou, o que iniciou uma forte repressão pela Guarda Civil Metropolitana, levando ao saldo de 19 sem-teto feridos, 79 presos, dos quais 25 foram processados e 08 deles ficaram presos na penitenciária até o dia 02 de março.

Para não deixar dúvidas sobre a disposição de conversa com os movimentos sociais, o Secretário da Habitação Sérgio Afonso anunciou, em março, o despejo de mais 8 áreas públicas na cidade da Mauá.

Em Campinas, a ocupação Frei Tito, foi despejada em 15 dias. Duas marchas à prefeitura e um acorrentamento de militantes não foram suficientes para imprimir um processo de conversas com o prefeito Hélio de Oliveira Santos (PDT).

As famílias organizadas na região realizaram, em novembro de 2008, a ocupação Zumbi dos Palmares, na cidade de Sumaré, a 30 km de Campinas. Com um processo intenso de luta, que incluiu acampamento em praça pública, uma marcha que levou 5000 pessoas até a Câmara Municipal e muitas reuniões, as famílias, atualmente, aguardam a construção das casas, decidida em acordo firmado com o Ministério das Cidades, após o acampamento em frente à residência de Lula.

Em Embu não foi mais fácil. Aconteceram duas ocupações com o mesmo nome, Silvério de Jesus[65]. A primeira ocorreu no Jardim Tomé, mas com o despejo, as famílias passaram a ocupar uma área privada no Jardim Nossa Senhora de Fátima, em setembro de 2008. Mesmo com as negociações com a CDHU e CEF em andamento, houve uma liminar de reintegração de posse, o que motivou uma marcha até o escritório de advocacia da proprietária da área, no bairro de Vila Mariana, em São Paulo.

As negociações não andavam e, mesmo com uma moção de apoio unânime dos vereadores da cidade, em ato de apoio ao movimento, em outubro de 2008, o despejo aconteceu em dezembro. As famílias passaram dois dias acampadas na praça em frente à prefeitura do governo de Geraldo Leite da Cruz (PT). Na iminência de um conflito com a Polícia Militar (PM), retiraram-se do local, para ocupar novamente o mesmo terreno, onde

[65] Silvério de Jesus foi militante do MTST e articulador da Associação Periferia Ativa nos acampamentos Chico Mendes e João Candido. Faleceu em 2008.

ficaram até junho de 2009, quando foram definitivamente de lá retirados por meio de liminar de reintegração de posse, já na nova gestão municipal de Chico Brito (PT), que teve início em janeiro de 2009.

Das quatro ocupações realizadas em 2008, apenas a de Sumaré, Zumbi dos Palmares, logrou êxito, embora, até o momento, as moradias não estejam prontas. Um dado que não pode passar despercebido é que, nas prefeituras governadas pelo PT – Embu e Mauá –, as negociações foram tão, ou mais, difíceis quanto naquelas governadas por outros partidos, como o PDT ou PV.

Não havia ilusões quanto à necessidade de uma organização mais forte e ampla para enfrentar o aparato estatal, pois uma "Política de Reforma Urbana que tenha como prioridade os interesses populares nunca foi agenda de nenhum governo e Lula apenas aprofundou este caminho, que mata pela violência, pela fome, pelo cansaço, pela enchente, pela falta de habitação, etc." (MANIFESTO 28 DE MARÇO... 2008)[66]

Durante o segundo semestre de 2009, surgiu uma nova configuração nas lutas urbanas em caráter nacional, com a realização da Jornada Nacional de Lutas que mobilizou movimentos urbanos em seis estados (São Paulo, Bahia, Amazonas, Roraima, Pará e Ceará).

Essa campanha foi organizada e realizada pela Frente Nacional de Movimentos Urbanos, que, formada em 2009, congregou organizações de oito estados brasileiros, reunindo movimentos sociais de caráter urbano, como movimento de conselhos populares, ocupações de terrenos, fóruns de moradia de bairros e regiões e, em número maior, movimentos por moradia, como o MTST.

Nas palavras da Frente, suas principais reivindicações eram:

> Não à criminalização das ocupações urbanas. Moradia não é caso de polícia. Contra as milícias privadas de empresários e policiais.
> Por uma Política Urbana de regularização fundiária das ocupações e assentamentos, desapropriação de imóveis que não cumpram a função social, e subsídios para moradias populares de forma a atingir o povo organizado coletivamente.
> Por investimento público nos direitos do povo pobre: fim imediato da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para todas as áreas sociais, que já retirou R$ 45,8 bilhões da Educação, e fim do Superávit Primário.

[66] Assinam o documento "Manifesto Popular 28 de março": Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST); Movimento Urbano dos Sem-Teto (MUST) – São Paulo; Movimento Sem-eto da Bahia (MSTB); Movimento dos Conselhos Populares - Ceará (MCP); Movimento Sem-Teto de Luta – Amazonas; Movimento de Luta Popular Comunitária (MLPC) e Movimento das Famílias Sem Teto (MFST) – Pernambuco; Movimento Quilombo Urbano – Maranhão; Movimento das Mães Sem Creche; Fórum de Moradia e Movimento Terra e Liberdade (MTL) Democrático Independente – Minas Gerais.

> Por investimentos em políticas de geração de emprego e renda, não repasse de recursos às indústrias e empresas que demitam trabalhadores. (NA LUTA..., 2009)[67].

A Jornada Nacional de Lutas, claramente, traz, em comum com as ações realizadas pelo MTST no estado de São Paulo, o bloqueio de avenidas e estradas, realização de atos em local de grande circulação de pessoas e ocupação de prédios públicos. Podemos afirmar que está em construção uma entidade nacional que possa reunir os diversos movimentos urbanos que atuam em diferentes estados do Brasil, com base em um projeto político comum, que conflua para a defesa da autonomia dos movimentos populares em relação aos partidos e ao Estado e pela crítica às políticas sociais do governo federal nas duas últimas gestões do Partido dos Trabalhadores.

Em março de 2010, mais uma jornada nacional de lutas foi realizada, dessa vez ganhou o nome de "Minha Casa, Minha Luta", em clara referência ao projeto habitacional do governo federal. Nessa ocasião, oito estados participaram da campanha, novamente com ações diretas, inclusive com ocupações de terrenos nessa data, como foi o caso do acampamento Che Guevara, formado em Taboão da Serra pelo MTST[68] e pela ocupação em Minas Gerais, realizada pelas Brigadas Populares e Fórum de Moradia do Barreiro. Em razão dessa jornada de lutas, o número de ações no estado de São Paulo cresceu, chegando ao numero de seis ações, que atingiram desde a capital até o interior (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO, 2009d)[69].

Em setembro do mesmo ano, ocorreu o I Encontro Nacional, que reuniu representantes do MTST de sete estados (Pará, Roraima, Amazonas, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal), demonstrando que a nacionalização continuava em curso e traria, sem dúvida, desafios e revelaria as contradições que vivia o movimento.

A história do MTST, embora recente, é repleta de elementos que demonstram a força e as dificuldades por que passam os movimentos urbanos no Brasil, desde suas construções organizativas, seus confrontos externos com forças políticas de interesses opostos, até a busca pela unidade com entidades e partidos aliados.

O grande contingente de pessoas envolvido nesta recente história está concentrado nas faixas populacionais de maior pobreza, em que se encontram os indivíduos com menos acesso aos equipamentos públicos, morando nas áreas mais degradadas das grandes e médias cidades

---

[67]Disponível em: <http://mtstrj.blogspot.com/search/label/Frente%20de%20Resist%C3%AAncia%20Urbana>. Acesso em: 15 jan. 2010.
[68] Ver quadro Ocupações do MTST no estado de São Paulo (1997-2010) neste capítulo.
[69] Disponível em: <http://www.mtst.info/?q=node&page=1>. Acesso em: 16 ago 2010.

e que foram diretamente atingidos pela reconfiguração da classe trabalhadora em curso, no Brasil, desde os anos 80, com a desindustrialização do emprego e crescimento dos serviços em situação precária.

Para conhecermos melhor esta parcela da classe trabalhadora de que estamos tratando, apresentaremos nossa análise sobre a composição da base social do MTST, utilizando critérios qualitativos sobre os quantitativos. Isso, porque não há dados sistematizados sobre os acampados e membros dos núcleos do movimento e também porque consideramos que a formação de sua base tem critérios de identificação social influenciados pelo lugar que os indivíduos ocupam na produção social, bem como pela formação de uma identidade política.

1.2 Base social

A ideia de que os sem-teto são pessoas que vivem na rua faz parte do senso comum e alimenta as críticas dos que consideram justa a luta pela moradia apenas para aqueles que dormem ao relento. Nossa intenção é, neste item, trazer alguns elementos sobre a composição da base social do MTST, com o uso de dados e informações obtidos através de entrevistas e, sobretudo, do trabalho de campo. Veremos, também, como os membros do movimento, principalmente os acampados, definem a categoria "sem-teto".

Estamos ainda trabalhando com o factual pronunciado, ou seja, com a palavra dos agentes envolvidos no desenrolar da história do movimento. Ao falarmos sobre a construção de sua identidade como sem-teto, usaremos apenas a palavra dos ativistas e de seus apoiadores, em contraposição ao veiculado na grande mídia impressa.

Compreendemos que a quantificação da realidade, como entendimento do fenômeno social, mostra-nos apenas uma parte dela, superficial, situacional, limitada, mas que deve ser considerada, se cotejada com a análise de outras esferas. Usaremos esse recurso como uma primeira aproximação útil para balizar o grupo a que chamamos sem-teto.

Assim, aprofundaremos a leitura sobre os dados aqui apresentados, ao analisarmos, nos capítulos subsequentes, a "nova classe trabalhadora", cujas condições de sobrevivência foram agravadas com a precarização do trabalho em decorrência da reestruturação produtiva e da desregulamentação da legislação trabalhista, postas em prática pelos planos neoliberais implementados desde o final da década de 80 e, em grande medida, camufladas pelo aumento das políticas sociais compensatórias em curso desde o primeiro governo Lula.

O levantamento que realizamos na mídia impressa revela que as formas de tratamento dos movimentos sociais que têm as ocupações como forma de luta são recorrentes, mas, aqui,

analisaremos apenas as reportagens que se dirigiam ao MTST. Há um *modo operandi* de abordagem na mídia em geral, mas verificamos, neste caso, que a mídia impressa toma a parte pelo todo, ou seja, trata apenas do movimento e descarta conhecer seus membros, a não ser que alguma história possa confirmar sua intencionalidade na notícia.

Primeiramente, o termo invasão é utilizado para qualquer ação do movimento em que um grupo (mesmo que reduzido a dezenas de pessoas) entra ou se fixa em um espaço, seja ele fechado ou aberto. A expressão "o movimento invadiu" precede a descrição de ações em praças, ruas, terrenos, prédios públicos e até em shoppings e supermercados, como mostra a reportagem intitulada "Favelados e punks invadem shopping": "A ideia de *invadir* um shopping foi anunciada há duas semanas, mas a escolha do estabelecimento foi mantida em sigilo até alguns minutos antes da *invasão*, as 11h"[70] (FAVELADOS..., 2000, p. 6, grifo nosso).

Outro elemento presente é a tentativa de mostrar a relação do movimento com a "motivação política", que é vista, geralmente, como uma ligação com partidos ou parlamentares, como já mostramos na entrevista de Geraldo Alckmim, em 2003, ou nas declarações de muitos prefeitos de cidades que tiveram terrenos ocupados. A intenção é mostrar que o movimento não é movido pela necessidade de seus ativistas, mas pela manipulação dos pobres por motivos políticos escusos ou por aproveitadores que se tornariam "líderes", como se vê nessa reportagem da Revista Veja.

> A última tentativa de engrenar – um trabalho como vendedor de roupas de porta em porta – acabou em dívidas [...] porém, Eric mudou de rumo, num lance de grande senso de oportunidade [...] ao liderar uma visita de militantes do obscuro Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) ao mais tradicional shopping Center do Rio de Janeiro. (O RADICAL do shopping..., 23/08/2000)[71]

A afirmação da existência de uma "manipulação" é reforçada pelo insistente argumento de que o movimento é "estrangeiro", como se verifica, muitas vezes, nas declarações de prefeitos, ao longo da história das ocupações do MTST. Somente seriam aceitos, segundo as declarações, os "sem-moradia" munícipes, ou movimentos nascidos na própria cidade. Tal declaração, além de trazer uma grave dificuldade para a definição de munícipe, mostra o clientelismo na relação com os movimentos sociais.

---

[70] A ação consistiu em realizar uma visita ao Shopping Rio Sul, em Botafogo, no Rio de Janeiro. Cerca de 130 pessoas do MTST entraram em lojas, experimentaram roupas, usaram a praça de alimentação e recitaram poesias nos corredores do shopping, mas foram escoltadas durante toda a visita por 45 policiais.

[71] Disponível em: <http://veja.abril.com.br/230800/p_124.html>. Acesso em: 10 out. 2011.

Reforçar a relação entre pobreza, criminalidade e doença, fortalecendo a noção de "classes perigosas", é bastante comum quando há o relato dos acampamentos do MTST. Os termos "invasão" e "favela" são utilizados como sinônimos, ressaltando os perigos que tais ambientes trazem para a vizinhança. A Revista Veja, sem pudores, afirma, sobre uma ocupação no Rio de Janeiro, que "a área invadida [...] reúne desempregados, ex-presidiários e ex-prostitutas. As condições de vida são paupérrimas. O Araguaia limita-se a uma fileira de barracos de madeira e lona preta [...]" (Idem).

O jornal Correio Popular, de Campinas, adota a mesma linha de abordagem e vocifera sobre o acampamento Frei Tito: "em meio a toda desordem, há manifestações agressivas, falta de disciplina, sujeira e furtos e nenhuma intenção em negociar" (EDITORIAL, 2008, p. 2). Essa visão foi muito explorada na mídia com o episódio da morte do jornalista às portas do acampamento Santo Dias, em São Bernardo do Campo.

A afirmação da ilegalidade das ações é outro elemento recorrente. Além de, indiretamente, apresentar-se no termo "invasão", ele aparece de muitas outras formas. Uma delas é o discurso do "excesso democrático", como mostra Miagusko (2008), ao verificar que as formas de luta dos movimentos de moradia em São Paulo são tomadas como caso de polícia, desde a ocupação dos terrenos ou prédios, passando pelas diversas formas de manifestação.

Quando perguntamos quem são os sem-teto aos sem-teto, a resposta é bastante direta e parte, inicialmente, das necessidades de moradia. "São pessoas que moram de aluguel, moram de favor, moram em área de risco" (CHICO MENDES..., 2005, filme) responde um dos coordenadores em Taboão da Serra, e acrescenta um militante na Bahia "O problema é que essas pessoas ou moram de favor, debaixo dos viadutos, ou não podem pagar aluguel." (A TARDE *apud* CLOUX, 2007, p. 11).

O diferencial entre as definições acima é a presença do chamado "morador de rua" na resposta do coordenador baiano. Os moradores de rua são sem-teto?

Poderíamos optar por questionar, a partir das convergências nas duas definições, e aí teríamos as pessoas que vivem em moradias precárias e alugadas como princípio da definição. Diante disso poderíamos nos perguntar: moradores em condições precárias são sem-teto? Como distinguir estas condições?

Em 2008, o déficit habitacional total era de 6.272.645 unidades no Brasil, segundo pesquisa da Fundação João Pinheiro para o Ministério das Cidades. Esse dado empírico revela como estão as condições de moradia no país, ou mais precisamente, a falta dela, e nos ajuda a

compreender as falas dos coordenadores do movimento sem-teto, quando consideram os que "pagam aluguel" ou "moram de favor" como sem-tetos.

Utilizaremos essa pesquisa como referencial quantitativo por considerarmos que ela adota um conjunto de componentes que formam a categoria de déficit habitacional que é bastante adequada, pois revela condições inadequadas de moradia ao considerar uma diversidade de situações.

A categoria de déficit habitacional contempla os componentes de déficit por "reposição de estoque" que incluem "os domicílios rústicos (que) são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada" (DÉFICIT..., 2009, p. 16) e os domicílios que sofreram depreciação grave e não passaram por manutenção permanente, comprometendo o limite de vida útil do imóvel.

Outro componente é o déficit por "incremento do estoque", que é composto por domicílios improvisados, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e domicílio alugado com adensamento excessivo de moradores.

Por domicílios improvisados entendem-se "todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa (imóveis comerciais, espaços embaixo de pontes e viadutos, carcaças de carros abandonados, barcos e cavernas, entre outros)" (Idem, p. 16)

A coabitação familiar "compreende a soma das famílias conviventes secundárias que vivem junto à outra família no mesmo domicílio e das que vivem em cômodo" (Idem, p. 17). São consideradas, para cálculo de déficit, apenas as famílias conviventes que afirmaram desejar constituir domicílio próprio.

O ônus excessivo com aluguel é considerado déficit habitacional e trata-se do comprometimento de 30% ou mais da renda com o pagamento de aluguel. O mesmo se aplica para o adensamento excessivo de moradores, para o qual apenas serão contados os domicílios alugados com mais de 03 pessoas por cômodo. Esta pesquisa nos mostra que passou a ser considerada como componente do déficit habitacional uma realidade muito comum entre os sem-teto, mas que, anteriormente, não era considerada como necessidade de moradia, tampouco entrava para as estatísticas. Essa realidade está descrita no texto da pesquisa:

> Há ainda a experiência dos "Movimentos dos Sem Casa" e similares. Eles mostram que a maioria de seus membros são pessoas que pagam aluguel excessivamente alto, relativamente às suas rendas familiares. A maior preocupação dessas famílias é não ter condição de continuar a pagar o aluguel e sofrer uma forte queda na qualidade da habitação. Nesse caso, passariam a depender de cômodos cedidos provisoriamente por parentes e

> amigos ou seriam obrigados a buscar refúgios nas favelas, seja alugando nas mais bem localizadas espacialmente – que possuem serviços de consumo coletivo (água, luz, maior acessibilidade, escolas públicas etc.) – seja ocupando ou tomando posse de terrenos naquelas localizadas nas periferias distantes das grandes metrópoles, com parcos serviços públicos e normalmente com grande dificuldade de acesso (Idem, p. 19).

Somente uma parcela daqueles que sofrem com o déficit habitacional é vista como sem-teto, porque está incluída na "experiência dos 'Movimentos dos Sem Casa'", o que nos sugere uma distinção importante no que tange à noção empírica do sem-teto e sua constituição como grupo.

De fato, a pesquisa mostra um montante de pessoas envolvidas cotidianamente na busca da moradia digna e os dados revelam, de maneira setorizada, como a população multiplica formas para melhorar a "vida em casa".

Podemos afirmar que os sem-teto existem, na realidade empírica, como números de déficit habitacional e como indivíduos e famílias em sua rotina cotidiana, mas apenas se constituem como categoria política em sua ação organizada, tornando possível sua análise como movimento coletivo, dotado de identidade, objetivos, metodologia, etc.

Oliveira faz uma diferenciação entre "população em situação de rua" e sem-teto, utilizando o critério da participação em movimento social para distingui-los.

Para o primeiro grupo, utiliza a definição do documento *Política nacional para inclusão social da população em situação de rua*, no qual

> A população em situação de rua pode ser definida como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como espaço de moradia e sustento. (POLÍTICA... *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 141)

Os sem-teto, por sua vez, apenas existem "enquanto realidade empírica e categoria analítica a partir do momento em que levamos em consideração tanto suas condições objetivas quanto a sua construção enquanto agente político" (OLIVEIRA, 2010, p. 143).

Embora concordemos com o critério adotado, discordamos que os sem-teto existam como realidade empírica apenas quando organizados. Ao contrário, sua existência se dá como resultado das relações sociais em uma determinada formação social e existem antes mesmo de sua organização política.

Por outro lado, sua constituição como grupo político e, portanto, a possibilidade de seu estudo, enquanto tal, dá-se apenas quando há uma reunião de componentes políticos que formam a categoria "sem-teto".

Alguns documentos do MTST dedicam-se a discutir a caracterização de sua base social em termos qualitativos e não quantitativos, para, assim, desenhar possíveis intervenções junto a essa população. Primeiramente, apresentam a transformação na esfera do trabalho, como o fator gerador de mudanças na composição da classe trabalhadora, salientando que a reestruturação produtiva empurrou milhares de trabalhadores para fora das relações regulares de trabalho, causando a "exclusão definitiva de amplas massas do processo produtivo" (PROGRAMA..., s/d, mimeo).

Em segundo lugar, como consequência do desemprego estrutural, ressaltam que o modo de viver dos trabalhadores desempregados tem se restringido à luta diária pela sobrevivência, em um ambiente de "avanço da barbárie, associado ao domínio e achatamento da consciência social, (que) gera passividade política, isolamento individual e um sentimento de impotência coletiva" (Idem).

A partir dessa diferenciação de sua base social, o movimento propõe a construção de uma identidade coletiva que possibilite a unificação desses trabalhadores em torno de um projeto comum de luta. Assim, os sem-teto podem ser provenientes de diversas situações de moradia e de trabalho. Podem vir da população em situação de rua, de famílias conviventes, de moradores de habitações inadequadas, de famílias com ônus excessivo da renda com aluguel, etc, mas passam a ser sem-teto quando assumem-se enquanto tal e isso acontece no interior do movimento por moradia. Não ter casa não é, portanto, sinônimo de ser sem-teto.

Mas há, como vimos na pesquisa sobre déficit habitacional, um perfil daqueles que tendem a se unir aos movimentos por moradia. Não trataremos, aqui, desse amplo perfil, mas tentaremos formar, a partir deste, um quadro que nos forneça elementos sobre os participantes do MTST.

Até o presente momento, há apenas um trabalho sistematizado sobre o perfil socioeconômico da base social do MTST, realizado por estudantes do programa de pós-graduação de Geografia da USP, como parte dos trabalhos da disciplina "Banco de Dados em Geografia: uma abordagem prática". Não havia, portanto, até então, uma preocupação de análise qualitativa, o que foi realizado apenas para conhecimento do campo a ser pesquisado.

Outro ponto importante a se levar em conta é que esse perfil foi traçado considerando variáveis de relações de parentesco, sexo, idade, escolaridade, migração, renda e suas fontes. Destaca-se que, nesta última variável, foram apenas identificadas "situações de emprego ou

desemprego", como a indicação de obtenção de renda, registro em carteira de trabalho, recebimento de pensão ou aposentadoria. Não há, portanto, qualquer menção às relações de trabalho, como extensão da jornada de trabalho, contrato formal ou informal, setor da economia, histórico de emprego/desemprego.

Outras dificuldades se colocam para a obtenção dessas informações: a distensão dos acampamentos, ocorrência em cidades diferentes, a sazonalidade dos acampamentos, que se mantém durante três ou quatro meses, a grande rotatividade de pessoas.

Utilizaremos os dados colhidos nessa pesquisa para mostrar que há alguns elementos comuns que aparecem em diversos estudos sobre a "população sem-teto", que convergem com os dados levantados. Este cotejamento nos permite demarcar um conjunto de elementos que nos fornecem informações sobre o que estamos chamando de base social do MTST.

A pesquisa delimitou um subconjunto, no acampamento Carlos Lamarca, de 10% de amostragem dos barracos, considerando como critérios de definição de sem-teto as seguintes condições: não ter a posse de nenhum imóvel na RMSP; ter renda média per capta menor ou igual ao salário mínimo[72]; ocupar o barraco há pelo menos duas semanas (considerando que o acampamento tinha um mês de existência); e permanência no barraco durante, pelo menos, duas noites por semana. Estabelecidos esses critérios, verificou-se que 97,9% dos ocupantes atendiam a definição, sendo considerados sem-teto.

Quanto à renda, a média per capta de toda a população do acampamento foi de R$ 91,00, ou pouco menos que ½ salário mínimo, enquanto a renda média *per capta* dos empregados[73] foi de R$ 288,00.

A população em idade escolar (de 0 a 14 anos) era de 36,4% (18,1% de crianças de 0 a 6 anos e 18,3% de 7 a 14 anos); 40% dos ocupantes tinham entre 15 e 34 anos, caracterizando uma população jovem, e os maiores de 44 anos somavam 9,2%.

O número de mulheres e homens era equivalente em todas as faixas etárias, embora a renda variasse bastante, utilizando o critério de gênero. Quanto ao gênero havia uma diferença substancial quanto à renda, pois 60% dos homens auferiram renda em setembro de 2002, enquanto esse percentual entre as mulheres era de somente 40,5%.

Os mais jovens obtiveram menor renda que os mais velhos, entre eles somente 30%, considerando ambos os sexos, tiveram renda; entre os homens maiores de 44 anos esse número chega a 80%. Enquanto 64% dos analfabetos tiveram renda, entre os que finalizaram

[72] O valor do salário mínimo nacional, em 2002, era de R$ 200,00.
[73] Foram considerados empregados, aqueles que auferiram alguma renda em setembro de 2002.

o ensino médio, esse número chegou a 44%. Esses números coincidem com os de migrantes e nascidos na RMSP: dos migrantes, 60% obtiveram renda e, entre os paulistas, apenas 30%.

Sobre a estrutura familiar, foi verificado que 24% dos barracos eram ocupados por indivíduos sozinhos, sendo dois terços de homens, 86% migrantes, 78 % que haviam cursado até a quinta série do ensino fundamental.

O grupo de indivíduos com filhos é significativo, 31% da população do acampamento. Quase três quartos dessas famílias eram chefiadas por mulheres, com média de 2 a 3 filhos por domicílio, somando 65% dos filhos até 14 anos. Quanto à renda nesse grupo, entre os empregados/ocupados, a média *per capta* foi de R$ 207,19 e de todo o grupo foi de R$ 53,79.

No grupo de casais sem filhos, os indivíduos jovens (de 19 a 30 anos) somavam 79% dos casos, todos haviam estudado até pelo menos a quinta série do ensino fundamental e metade completara o ensino médio. O rendimento médio dos empregados/ocupados foi de R$ 266,76 e 14% afirmou ter carteira assinada.

Os casais com filhos somavam 54% da população do acampamento, com uma média de 2 filhos por casal, sendo que 79% deles estavam entre os 0 e 14 anos. 77% dos pais eram migrantes e 76% dos filhos nascidos na RMSP. A renda média dos empregados/ocupados era de R$ 343,60, enquanto a média do grupo era de R$ 93,37.

A pior renda *per capta* foi verificada nas famílias de indivíduos com filhos entre 0 e 6 anos, sendo de R$ 37,46, chegando a 8% da população do acampamento. Com filhos entre 7 e 14 anos a renda melhora muito pouco, sendo de R$ 45,39, constituindo outros 8% da população.

Embora esse perfil tenha sido traçado tendo, como universo de pesquisa quantitativa, apenas o acampamento Carlos Lamarca, em Osasco, verificamos que há alguns elementos convergentes que merecem destaque, como: a presença do migrante, a renda intermitente e muito baixa, a presença de famílias com filhos em maior número, a figura da mulher como chefe de domicílio com filhos, a escolaridade como um fator diminuto na obtenção de renda. Infelizmente, não podemos considerar o fator étnico, porque não foi alvo da pesquisa mencionada.

Nossas visitas aos acampamentos e manifestações do MTST confirmam esses dados, pois verificamos uma dinâmica que, em muito, se parece com os bairros periféricos e pobres das grandes cidades.

Durante o dia, o acampamento é repleto de crianças, visto que as escolas oferecem apenas turnos parciais (matutino, vespertino ou noturno). As mulheres têm uma grande presença, mesmo as que trabalham, por não terem empregos em tempo integral ou que as

ocupem todos os dias da semana. Durante a noite, há um esvaziamento por parte daqueles que dormem apenas algumas noites no acampamento, mas, por outro lado, há a chegada dos que saíram para o trabalho durante o dia.

É apenas no cotidiano da luta coletiva que os sem-teto vão se constituindo e deixando para trás as impressões construídas pela mídia, pelo senso comum.

No vídeo *2 meses e 23 minutos*, Eduardo, um garoto, nos diz como se vê na televisão.

> Quando eles passa na televisão... eles não passa o nosso sofrimento, assim como a gente tá tentando ganhar casa. Eles passa como se a gente fosse invasor. Às vezes, eles não passa nossa dificuldade, que a gente passa, as coisas boas que a gente passa. Eles só passam assim de maldade (2 MESES E 23 MINUTOS, 2008/1)[74]

É comum um acampado relatar seu receio de se aproximar do movimento, porque, antes de fazer parte dele, carregava a visão de que movimento era sinônimo de desordem, vandalismo, bagunça. Como diz uma acampada, "sem-teto na boca de muitos aí, é vagabundo!" (Idem), ou, como também nos relata Pedro, que compartilhava dessa forma de pensar:

> Eu era daquelas pessoas do contra, contra ocupação de terra [...] eu achava meio engraçado, só que aí eu fui visitar, só pra ver como ela estava, se estava debaixo da lona. Porque minha mãe, não. Prefiro ficar eu que deixar a senhora debaixo da lona, em situação meio precária. Ela foi, muito insistente, insistiu muito. A gente pediu pra ela voltar, no outro dia ela estava lá de volta. E foi ficando. Eu fui mudando até a minha ideia, vendo que não era tudo isso, não tinha nada a ver com vandalismo. Sei lá, tomando o que é dos outros... Fui vendo que é a forma mais correta, se não está cumprindo nenhuma função social, essas propriedades tem que ocupar mesmo (MIAGUSKO, 2008, p. 211)

A formação deste agente político, como um coletivo que se identifica como pobre, trabalhador e lutador, constrói-se em contraposição ao rico, explorador, aos "políticos". Na cozinha comunitária, uma mulher desabafa: "Os ricos acham... Nós não somos o que eles pensa. Nós não somos o lixo que eles pensam. Não somos vagabundos, como eles diz." (2 meses e 23 minutos, 2008/1).

Esses são depoimentos de uma população que mora nas periferias das grandes cidades, sobrevivendo de trabalhos informais, "bicos", e que passa períodos, muitas vezes, longos de desemprego. Essas pessoas vivem em áreas de risco, favelas, cortiços, dividem a casa com

[74] Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=npU1H1nTsa0&feature=player_detailpage. Visto em : abr 2009.

parentes, muitas vezes, a contragosto de ambas as famílias, pagam (ou tentam pagar) aluguéis que comprometem uma parte significativa de uma renda mensal instável. São homens e mulheres, em grande parte, migrantes nordestinos, cujos filhos nasceram nas grandes cidades do estado-destino, e que buscam um "porto seguro" para deixar para os filhos, pois não têm ilusão de conquistá-lo a curto prazo.

Ao perceberem uma possibilidade de conquistar a casa própria, aderem a uma luta, que, na maioria das vezes, é desconhecida. Como diz Laura: "Quando eu vi esse monte de lona preta, eu disse: Ai meu pai! O que que eu vou fazer... que eu vou ficar fazendo aqui? É o medo de dormir, de ficar aqui. A gente não tá acostumado". (Idem)

Mas, assim como Pedro, podem mudar de ideia e de atitude. Arrumam tarefas, constroem coletivos, participam de marchas, passeatas, assembleias e passam a sentir que alguma coisa mudou.

No acampamento João Cândido, uma mulher levanta um mastro cheio de ossos de animais pendurados e diz: "Aqui é o morro do osso. Por quê? Porque é osso. É difícil!" (Idem). Mas a vale a pena, como diz outra acampada: "Quando você chega aqui, você chega só [...] Mas aqui você nunca está só." (Idem)

Os sem-teto já se veem, porque passam a existir em meio às tarefas da luta política, e os projetos vão crescendo e tornando-se parte das vidas, tão duras quanto o "osso", e do trabalho coletivo. Para além das condições objetivas, está o reconhecimento de uma luta comum, de um projeto compartilhado. Como disse uma senhora acampada: "O grito? O grito é de guerra! Vencer. Nós somos guerrilheiros. Nós vamos até o final!" (Idem)

1.3 Projeto político, formas de ação e organização

Como acontece essa mudança na forma de ver o mundo, as desigualdades sociais e a luta por condições de vida melhores? Não é a miséria, exclusivamente, que conduz a essa alteração; é essencial o investimento em uma identidade coletiva para essa transformação ocorrer. Já afirmamos que não há sem-teto sem a identificação de um conjunto de elementos comuns e sem a vivência de um projeto coletivo de transformação das condições materiais de vida.

O MTST, como movimento que organiza essa categoria de "sem-teto", formulou um conjunto de declarações sobre suas propostas e sua ação, que chamamos de projeto político, e que deve ser considerado de maneira histórica, pois foi decorrência da organização e das

relações políticas estabelecidas pelo movimento ao longo de sua história. Não é, portanto, um movimento que surge de um projeto pré-concebido, mas concebe o projeto no desenrolar das ações, com seus avanços e recuos.

Por isso, analisar a organização interna do movimento corresponde a pensar sua unidade central, de onde se erguem os pilares que sustentam seu crescimento, e as "rachaduras" que geram as rupturas e mudanças em seu projeto e ação.

Como foi visto, a base social do movimento é formada por trabalhadores em condições precárias de trabalho, moradia e acesso aos equipamentos sociais da cidade, tais como saúde, transporte, educação, etc., justamente por se fixarem nas regiões periféricas das cidades com baixo investimento estatal.

O MTST tem uma reflexão sobre a configuração dessa base social que parte da reestruturação da esfera produtiva, que produziu nas últimas décadas um grande número de desempregados estruturais, os quais, para sobreviverem, buscam, fora do mercado formal de trabalho, alguma forma de remuneração, aumentando o trabalho precário e a instabilidade da reprodução econômica da vida. Além disso, o capital dividiu os trabalhadores devido à diversificação das formas de trabalho: "relação assalariada e trabalho por conta própria; formalidade e informalidade; contratos temporários; terceirização; desemprego crônico, etc." (CONTRIBUIÇÃO..., 2009)

A necessidade de força de trabalho na indústria, até a década de 80, levou a uma concentração dos trabalhadores nas áreas urbanas e no seu entorno. Com a desindustrialização, a reestruturação produtiva e a introdução das políticas neoliberais, essa população trabalhadora continuou fixada nessas áreas, porém, agora, sem trabalho formal.

A leitura que o MTST faz desse processo busca compreender quais as consequências para a organização da classe trabalhadora e como trabalhar uma ação política classista a partir dessa nova realidade.

Decorrente dessa análise, o MTST nega a alcunha de movimento social, porque considera que a ideia dos "novos movimentos sociais" desenvolvida pela sociologia "abarca praticamente tudo" (CONTRIBUIÇÃO..., 2009) e, por isso, afirma-se como movimento popular que tem, como elemento central, a classe, pois são "organizações dos trabalhadores que expressam sua luta por direitos negados pelo capital e o Estado – tais como a terra, moradia, serviços básicos, etc. – ou por resistências às opressões sofridas enquanto classe (por exemplo, a violência policial)" (Idem).

Os "desafios da ação urbana" pautam-se pela compreensão de que essa "nova" classe trabalhadora não é impulsionada para a ação pelas condições miseráveis de vida, mas, ao

contrário, buscam uma reinserção "a qualquer custo", fomentando a violência urbana dispersa e desorientada dos "pobres contra pobres" (PROGRAMA..., s/d).

Com a diminuição da base dos sindicatos, que atuam unicamente entre os trabalhadores da base profissional, esta parcela da classe trabalhadora constitui-se como um "novo agente social, ainda muito fragmentado, descoletivizado e com instrumentos incipientes de organização" (Idem), que é atraído ou pelas ações assistencialistas conservadoras das ONGs ou pelas organizações criminosas, que atraem para suas fileiras jovens, em uma atuação territorializada nas regiões pobres das cidades.

Se de um lado, as transformações nas relações de trabalho tornaram mais complexa a atuação junto aos trabalhadores, por outro, as organizações de esquerda não conseguiram responder a esses desafios e vivem, hoje, uma crise que está centrada em dois fatores principais: "o declínio de um movimento sindical combativo e a dispersão e institucionalização de outros movimentos de massa" (Idem).

Essa crise da esquerda estaria relacionada à perda do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores como instrumentos da classe trabalhadora, pois esses "mudaram de lado e se aliaram com a burguesia" (Idem)

O MTST define, como organizações de esquerda, aqueles que "defende(m) os trabalhadores e as transformações necessárias para vivermos numa sociedade com igualdade e justiça. O MTST, por isso, é de esquerda, assim como nossos aliados em outros movimentos, sindicatos e partidos" (A REORGANIZAÇÃO..., 2009).

Entre os movimentos populares urbanos, essa crise se manifesta, não de modo quantitativo, pois haveria manifestações reivindicativas em número considerável, mas estaria vinculada a três dificuldades principais: a fragmentação dos movimentos urbanos, a irregularidade do trabalho de base e à institucionalização do movimento.

A fragmentação ocorre pelo caráter das lutas no campo urbano, que se destinam à conquista de direitos "em parcelas", ou seja, há lutas setorizadas, corporativas, que não unificam a base social nelas envolvidas, inclusive porque elas ocorrem de forma localizada: em bairros, regiões ou por comunidades.

Uma consequência da fragmentação é o trabalho de formação política descontinuada e uma atuação pontual para a solução de problemas específicos, que, embora possam gerar "um status midiático e resposta institucional" (PROGRAMA..., s/d), não constroem uma base social consistente e organizada.

Como parte da crise dos movimentos urbanos, a institucionalização traz sérios obstáculos ao avanço da luta urbana, por subordinar as ações dos agentes à "integração

institucional, culminando em negociações para a realização de objetivos muito limitados" (Idem). Ela se apresenta no rebaixamento das reivindicações e na vinculação destas com a negociação, via cargos públicos e mandatos legislativos e/ou executivos. Esse atrelamento, segundo o MTST, já estaria superado como forma de luta, visto que o Estado tem uma "incapacidade estrutural em desenvolver políticas públicas significativas" (Idem), motivo pelo qual têm apostado na transferência de sua responsabilidade na área social às ONGs, que aprofundam uma política de assistencialismo, particularizando as demandas sociais, além de não trazerem soluções duradouras para os problemas de que tratam, com projetos insuficientes de intervenção junto à população pobre.

Neste cenário, o MTST defende que os movimentos populares urbanos devem traçar uma estratégia de ação, com vistas a objetivos abrangentes, formas de ação contundentes e organização autônoma, duradoura e qualitativamente superior ao que vem sendo realizado até então.

Na Cartilha do Militante, os objetivos estratégicos traçados são a conquista da moradia, a reforma urbana e a transformação social pela via da construção de uma identidade coletiva. Embora não haja um aprofundamento desses objetivos[75], fica claro que a única "saída" a ser considerada é a superação desse estado de coisas, através da formação de militantes qualificados para a ação responsável e da construção de uma identidade coletiva que faça com que "o povo explorado perceba que [...] eles são o time dos oprimidos e que o único time com quem eles devem brigar e competir é o time dos opressores" (CARTILHA..., 2005).

Ao se apresentar como um movimento que não é de moradia, mas que se organiza a partir da moradia, o MTST afirma que a luta contra cada um dos problemas que desumaniza o trabalhador no capitalismo é uma "luta contra o conjunto". Esse conjunto é o capitalismo, que aparece indiretamente em vários documentos, geralmente, pautado pela dominação e ausência de qualidade de vida dos trabalhadores.

No Programa de Ação do MTST, a sociedade atual é apresentada como o "conjunto das relações e formas bárbaras de opressão que marcam a vida social contemporânea" (s/d). Em outro momento, como "uma sociedade que transforma tudo e todos em mercadoria (que) não vê problemas em atirar bilhões de trabalhadores ao lixo quando não são mais úteis ao seu consumo vampiresco" (Idem). Concluem, portanto, que este sistema social não serve aos

[75] A Cartilha do Militante é um material elaborado para ser utilizado na formação política dos acampados nas ocupações e núcleos, por isso não tem o objetivo de aprofundar determinadas questões, tais como as que aqui apresentamos.

trabalhadores e que a solução não é "aumentar o preço do ser humano, limitando-se a tornar a miséria mais suportável; queremos uma vida digna e livre" (Idem).

É apenas no Relatório da Reunião Nacional do MTST que o capitalismo é citado diretamente como de "natureza contraditória e opressora (que) impede um acesso da maioria ao poder e às riquezas sociais" (2009) e sua superação é nomeada como "construção de uma sociedade socialista" (Idem).

O debate acerca das limitações do capitalismo e da proposição do socialismo como horizonte do movimento aparece mais clara e profundamente nos documentos internos do movimento. Este fato não está relacionado à ocultação de suas posições políticas, mas à crítica ao que é chamado de "bandeiras vazias", em várias passagens dos documentos. O MTST tem uma concepção de militância fincada na realização do trabalho de formação da base social como instrumento de transformação social, sem o qual qualquer bandeira política seria infértil e inconsistente.

É por isso que os objetivos do movimento centram-se na

> Construção e organização de uma ampla base social visando ao desenvolvimento de identidades coletivas no interior da massa fragmentada e ao fortalecimento, através das lutas e da formação política, de uma consciência coletiva dos problemas sociais, que possibilite um direcionamento superador às próprias lutas pela qualificação da base social. Ambos os desafios nos remetem à construção do poder popular (PROGRAMA..., s/d).

Com uma posição estratégica de superação do capitalismo e buscando a construção de uma base social autônoma e consciente, o MTST propõe bandeiras que "façam a ponte entre a nossa ação do dia a dia e nossos objetivos" (RELATÓRIO..., 2009). Essas bandeiras são: a reforma urbana e o poder popular.

O MTST faz uma crítica às propostas de reforma urbana que se limitam à melhoria da qualidade dos serviços urbanos e à conciliação com os interesses privados, que fariam concessões à pressão da população organizada por acesso a algum direito de forma pontual. Segundo o MTST, a reforma urbana proposta é um projeto "de classe, de enfrentamento à cidade do capital" (Idem), tendo, como contraposição, a apropriação coletiva do espaço, a partir dos seguintes eixos: "crítica à cidade-mercadoria, combate ao capital imobiliário em todas as suas formas, defesa das expropriações de terras, questionamento das políticas de cidadania participativa" (Idem).

A proposta de construção do poder popular aparece de várias formas nos documentos do movimento. Ora como objetivo, ora como bandeira e ainda como princípio organizativo.

Isto porque nenhuma proposta pode ser efetivada plenamente sem que passe por uma construção coletiva realizada desde as relações cotidianas até as propostas de transformação mais abrangente.

Ao mesmo tempo em que o poder popular deve estar presente na formação e dinâmica dos grupos nos acampamentos, deve também se efetivar no enfrentamento do caráter mercadológico do espaço nas cidades.

O poder popular como prática política e organizativa é uma "experiência de discutir e fazer nós mesmos" (CARTILHA..., 2005), ou seja, a construção da "organização das massas em espaços de reflexão e decisão coletivos" (PROGRAMA..., s/d) capaz de expressar uma "crítica ao Estado capitalista e apontar para formas políticas realmente democráticas" (RELATÓRIO..., 2009).

Esta prática se materializa nas formas de ação do MTST, que são um forte elo entre os objetivos estratégicos e a construção de relações horizontais de poder. A luta direta é a forma prioritária de ação, pois não se centra na negociação e inserção nos espaços estatais, bem como não prioriza a "eleição de representantes políticos do executivo e legislativo; isto porque sabemos que o Estado não tem condições de transformar as relações sociais de dominação, podendo, no máximo, mediá-las" (PROGRAMA ..., s/d).

A luta direta é uma concepção de ação que não só passa pela mobilização da base social com vistas às ações que atinjam diretamente os interesses do capital e do Estado, mas também representaria politicamente os interesses do primeiro.

Por ter um caráter de enfrentamento, essas ações devem ter um alto grau de organização e compreensão por parte dos agentes envolvidos, pois a repressão é forte e, muitas vezes, violenta. Por isso, o MTST desenvolveu um "plano estratégico" para dar consistência e durabilidade às ações baseado em dois eixos: a territorialização em focos espaciais e a apropriação coletiva do espaço urbano.

A territorialização em focos espaciais é a ação em territórios escolhidos segundo critérios de concentração de demandas, existência de algum tipo de organização popular anterior e localização de pontos específicos que possibilitem ações contra o capital, como por exemplo, a proximidade com grandes vias de circulação de mercadorias. O trabalho territorializado propicia continuidade ao trabalho com a base social, criando uma referência social organizada.

As marchas, passeatas, trancamento de rodovias, ocupação de prédios do governo, como Ministério das Cidades, CDHU, etc., são demonstrações deste eixo de trabalho, bem como a realização do trabalho comunitário junto a associações de moradores, grupos

organizados em torno de demandas urbanas variadas, como é o caso da atuação da Periferia Ativa e do suporte do MTST a entidades que o procuram para alguma atividade localizada.

A apropriação coletiva do espaço urbano consiste, principalmente, na ocupação de espaços utilizados para a especulação imobiliária, expressão da apropriação privada da cidade. A ocupação dos "latifúndios urbanos" é primordial para a construção de uma "dimensão comunitária do espaço contra sua situação de objeto da especulação financeira" (Idem), onde é possível desenvolver formas de poder popular para resistir ao caráter privatista da cidade capitalista.

As ocupações, portanto, cumprem um duplo papel na estrutura organizativa e na proposta política do movimento: construção não só de resistência territorializada, mas também de espaços de exercício de coletivização e poder popular, por isso têm papel central na organização do MTST, embora haja uma intensa rede de relações fora dele, como é o caso dos núcleos. Mas é nas áreas ocupadas que há formação política mais intensa, decisões sobre as ações coletivas, representação para as outras instâncias do movimento em níveis estadual e nacional.

A ocupação centraliza as atenções e expande a potencialidade de luta, na medida em que congrega todo o conjunto de relações sociais que emergem desta forma de luta pela moradia.

A preparação para a ocupação se inicia muito antes de sua data de realização. Durante um período que pode variar muito, os membros da coordenação escolhem uma área, que deve atender a três critérios essenciais: a. condições de permanência no terreno – avaliação da condição jurídica da área e de negociação com o governo municipal; b. capacidade de "massificação" – possibilidade de atração de pessoas que necessitem de moradia, para o acampamento; c. condições para desenvolver uma luta, em caráter mais amplo que a reivindicação por moradia – proximidade de grandes vias de circulação de mercadorias.

A conjunção desses critérios em um único terreno, porém, não garante o crescimento, fortalecimento e fixação do acampamento, mas são, segundo o MTST, as condições mínimas para que as expectativas de agregação de famílias, luta pela moradia através da afirmação do direito ao acesso e enfrentamento de políticas antissociais, se realizem como ponto de partida da luta anticapitalista.

Esses critérios de escolha do terreno visam evitar "reproduzir a lógica caótica e desequilibrada da expansão urbana capitalista que empurra as populações pobres para as áreas cada vez mais longínquas" (PROGRAMA..., s/d). Embora a atuação privilegiada esteja voltada para as periferias das grandes cidades, em detrimento da região central, não é

qualquer terreno que atende ao chamado "mapa das necessidades" (Idem) que orienta a ocupação de uma área.

Esse "mapa das necessidades" baseia-se em um levantamento que combina a carência de moradias, de acesso aos serviços básicos sociais e de infraestrutura urbana com índice alto de desemprego ou subemprego, o que pode ser encontrado nas cidades da Grande São Paulo.

Antigos militantes, em sua maioria formados em outras ocupações, são os responsáveis por estabelecer contato com lideranças de movimentos sociais e com a população dos bairros próximos ao terreno escolhido. Essas reuniões têm como objetivo divulgar a proposta política do movimento e explicar quais os passos para que a ocupação se desenvolva em um referencial de luta e conquista da moradia.

Ocupar e organizar o novo acampamento passa, então, a ser tarefa de antigos militantes e novos ativistas que aderem à proposta de ação do movimento, formando uma "brigada de ocupação". Quando o(s) ônibus com os futuros moradores do acampamento chega(m) ao terreno, logo se dá uma sucessão de acontecimentos, todos voltados para a construção e manutenção do acampamento e segurança dos acampados.

Nos primeiros dias, espera-se que haja um crescimento do número de famílias mudando para o acampamento, a fim de adensar a sua população. É extremamente importante que o acampamento ganhe um volume compacto de pessoas, pois, além de garantir uma cobertura maior da área, legitima a ação do movimento como demonstração efetiva de uma necessidade da população local.

As primeiras vinte e quatro horas são um período de grande instabilidade, pela iminência de despejo e também pela constituição de laços de solidariedade que se espraiam pelos barracos recém-construídos com madeiras e lona preta.

Como afirmam os acampados, após as primeiras semanas, os oportunistas[76] desaparecem. Eles falam de pessoas que constroem barracos, com a intenção de garantir a posse de algum lote, mas que não habitam no local e deixam à sorte o barraco vazio durante dias. Espontaneamente, os acampados os desmontam, para o aproveitamento dos materiais, ou as coordenações o fazem, após decisão coletiva.

A partir da segunda semana, os grupos se formam a partir de uma determinada organização espacial, que depende muito do tipo de terreno e de que forma ele foi ocupado, se na integralidade ou parcialmente, na parte alta ou baixa do terreno, etc.

---

[76] São conhecidos, entre os sem-teto, como "andorinhas", que vêm, como na primavera, buscando um lugar mais cômodo para fazer o seu "ninho", mas com o frio do "inverno", logo "levantam voo".

O que interessa nesse ponto é que dessa organização espacial surgem os grupos, formados por grupos de famílias, que têm por objetivo discutir as propostas de organização do acampamento, eleger um coordenador entre seus membros.

No início, os grupos são identificados por números, mas não demora para que eles se autointitulem com a adoção de um nome, que costuma lembrar figuras importantes da luta popular. As reuniões, a princípio, devem ser semanais e é o primeiro fórum de debates e decisões da estrutura organizacional do movimento.

Os coordenadores de grupos, reunidos também semanalmente, trocam informações sobre os debates em cada grupo e organizam e encaminham ações necessárias para a manutenção e melhoria do acampamento.

Ao mesmo tempo há comissões transversais aos grupos que são estabelecidas com objetivos bastante específicos: são as comissões de infraestrutura, disciplina, organicidade e abastecimento.

A comissão de infraestrutura fica encarregada do atendimento imediato das necessidades básicas, como captação de água, energia elétrica, abertura de ruas, construção dos barracos, remoção e armazenamento do lixo, aplanamento do terreno, etc.

A garantia da alimentação, através de doações de entidades presentes no bairro e de aliados políticos (sindicatos, organizações diversas), bem como a organização e funcionamento da cozinha coletiva é de responsabilidade da comissão de abastecimento.

A comissão de organicidade tem o trabalho de manter permanente contato com as lideranças do bairro, moradores do entorno da área e, principalmente, manter fluente a comunicação entre os grupos e comissões, acampados e militantes.

Colocar sob um mesmo terreno mais de mil famílias, quase que sem nenhum vínculo anterior gera inevitáveis conflitos, que podem chegar a agressões físicas. A difícil tarefa de manter as relações entre acampados em um clima de cordialidade e diálogo é o encargo da comissão de disciplina.

Acima destes grupos e comissões está a assembleia do acampamento, da qual todos os moradores são conclamados a participar. Funciona periodicamente e quando há decisões importantes e urgentes a serem tomadas, como em situações de agressão externa ao acampamento, despejo iminente, etc.

Fora dos acampamentos, a coordenação regional, formada por coordenadores de acampamentos de uma área maior - como no período de estadualização, quando se formaram três regionais: sudoeste (do estado), ABC paulista e Campinas - responde pelas ações dos

acampamentos, “devendo ser um espaço de análise política, planejamento e definições táticas” em uma determinada região (PRINCÍPIOS..., 2009).

A coordenação estadual é composta pelos militantes mais preparados e é responsável pelas definições estratégicas do movimento. Esse coletivo é o mais alto na hierarquia, pois a Coordenação Nacional ainda não foi formada.

Com caráter provisório o Coletivo de Articulação Nacional tem como principal função viabilizar a Coordenação Nacional e mediar as relações interestaduais. Constitui-se de um representante de cada estado onde o MTST tem atuação.

Além desses coletivos políticos, que têm caráter deliberativo e mútua influência, o MTST tem suas tarefas organizadas pelos coletivos setoriais, que se encarregam das seguintes áreas: a. formação (formação política, educação e cultura); b. comunicação; c. assuntos jurídicos; d. articulação (política e financeira); e. cooperação produtiva; f. projetos; g. setores internos de acampamentos (organicidade, disciplina, infraestrutura e abastecimento).

Os núcleos de poder popular são os coletivos que agregam as famílias que não estão organizadas em acampamentos, seja porque foram desalojadas, seja porque ainda não se constituiu acampamento na região. Participam indicando membros para os coletivos regional e estadual. Embora formem um coletivo mais disperso, são fundamentais para a manutenção/ampliação da referência política do movimento em uma determinada região.

Os coletivos políticos, setoriais e núcleos devem trabalhar em sintonia para desenvolverem ações que se complementem e estimulem a participação cada vez maior da base social do movimento.

Em todos os coletivos, acampamentos e manifestações públicas, os integrantes do MTST são guiados pelos “princípios de organização” do movimento, que devem estar presentes em todas as ações individuais e coletivas, com o intuito de fortalecer as relações internas e externas do movimento.

Os princípios gerais de organização do MTST, que estão expressos em seus documentos, são: a. *unidade da ação e liberdade na discussão* – ressalta a importância dos militantes agirem em uma única direção aprovada coletivamente, sendo garantida a liberdade de posicionamento e expressão nos coletivos; b. *disciplina* – exigência de rigor no cumprimento das tarefas e respeito às posições definidas internamente; c. *trabalho e decisão coletivos* – estímulo à reflexão e trabalho coletivos como forma de minimizar o voluntarismo e o personalismo como expressão de uma lógica individual; d. *correspondência entre compromisso e poder de decisão* – pauta-se pela máxima “só ajuda a decidir, quem ajuda a construir” como forma justa de distribuir responsabilidades entre os que se comprometem

com a construção do movimento em suas ações; e. *construção do poder popular* – formação de coletivos autônomos que formem militantes qualificados para a luta popular, e deve ocorrer "não só nos cursos, mas também na conduta de cada militante, como exemplo vivo daquilo que defendemos e pensamos" (PRINCÍPIOS..., 2009); f. *estímulo aos valores socialistas* – entendidos como companheirismo, solidariedade e coletivismo, que auxiliam na extinção de interesses oportunistas e no impedimento de práticas de discriminação e opressão sexual, étnico-racial, ou quaisquer outras; g. *transparência nas relações*.

Partindo da análise dos documentos e entrevistas realizadas em campo, o elemento factual pronunciado revela que o MTST é um movimento com um projeto político que se coloca no campo anticapitalista, cujas práticas internas buscam construir uma identidade coletiva dos trabalhadores que passe pela realização do poder popular em suas instâncias como exercício para sua prática social. No enfrentamento com o capital e o Estado, reconhecidos como agentes da sociedade capitalista, o movimento se põe em uma posição de ataque às práticas mercadológicas e opressoras, compreendendo suas ações como parte de uma luta da classe trabalhadora, em parte representada no MTST.

Esta análise impõe ao movimento a busca por uma rede de alianças com outras organizações dos trabalhadores para a construção de uma resistência que possa avançar em conquistas tanto corporativas quanto da classe.

Partindo de uma caracterização de crise da esquerda, identificada com a ruptura do PT e da CUT com os interesses da classe trabalhadora, e da dificuldade dos sindicatos de organizarem a parcela de trabalhadores fora do mercado formal de trabalho, o MTST se vê como a organização que pode realizar esse trabalho de formação política junto a uma parcela da classe trabalhadora. Para isso ressalta a necessidade da unidade entre as organizações que não abandonaram a perspectiva anticapitalista. Sendo assim, envolveu-se com a formação de uma nova central, em meados de 2004, conjuntamente com setores do sindicalismo e do movimento popular que buscavam reconfigurar as lutas dos trabalhadores no Brasil. Desse esforço nasceu a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) que, em 2010, passou a ser Central Sindical, intitulada Central Sindical e Popular (CSP Conlutas) [77].

---

d77 Dentre os sindicatos filiados à Central Sindical e Popular – Conlutas (CSP Conlutas) estão: Federação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas; Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES); Federação Sindical e Democrática dos Trabalhadores Metalúrgicos de Minas Gerais-MG; Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal de São Paulo; Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Vale do Paraíba-SP; Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região-SP; Sindicato dos Trabalhadores da Previdência do Rio de Janeiro-RJ; Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Itajubá-MG; Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém-PA; Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza-CE; Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado Rio de Janeiro; Sindicato dos Profissionais da Educação da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC); Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública

Sua história está diretamente relacionada à eleição de Lula para a presidência e à formação de um governo de coalizão com setores conservadores da sociedade brasileira, que agravou um debate iniciado nos anos 90 sobre as possibilidades de atuação da classe trabalhadora anticapitalista no interior da CUT e do PT.

A CSP Conlutas é resultado desse debate que tentou unificar, em uma organização, a CONLUTAS, formada por várias entidades do movimento sindical e popular, com hegemonia de grupos organicamente ligados ao PSTU, e a Intersindical, cujos membros em sua maioria vinculavam-se ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

O MTST participou desse processo, como parte integrante da CONLUTAS, desde sua primeira reunião em Luziânia - GO, em 2004, defendendo sua autonomia política e organizativa, inclusive de manter relações políticas com organizações que não estivessem filiadas à nova central em construção, como sindicatos e o MST.

Defendendo que a central deve

> cumprir o papel e debater conjuntamente um projeto estratégico de classe, de analisar as dificuldades e perspectivas de cada segmento dos trabalhadores (e de) [...] dinamizar as lutas cotidianas na base, através da organização conjunta de sindicatos e movimentos por reivindicações comuns (CONTRIBUIÇÃO DO MTST..., 2009)

realiza críticas à fragmentação deste, que é considerado o campo "mais combativo dos trabalhadores" (Idem), cuja tendência é a instrumentalização e o corporativismo que devem ser superados.

Para o MTST, a importância da unidade é a "organização das lutas do conjunto da classe trabalhadora brasileira" (Idem), o que fortalece as lutas de cada entidade envolvida, como é o caso do MTST.

A fragmentação dos movimentos, o caráter localista, a perspectiva de poder popular, o caráter autônomo das lutas urbanas são temas tratados pelo MTST e que ecoam do tempo em que o MST era ainda uma promessa. As lutas urbanas do período de abertura política, no final

---

Municipal de Belo Horizonte-MG; Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde de BH e Região-MG; Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal de São Paulo; Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos de Pernambuco; Sindicato dos Trabalhadores da UNESP; Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário do Ceará; Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários do Rio Grande do Norte; Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários do Maranhão; Sindicato dos Professores e Professoras de Guarulhos-SP; Sindicato dos Servidores Municipais de Santo André-SP; Sindicato dos Rodoviários de Diadema-SP. Entre os movimentos populares: Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto-MTST/SP, MG, RJ e DF; Movimento Urbano Sem-Teto (MUST-Pinheirinho); Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL); Movimento Terra Livre. Movimento estudantil: ANEL - Assembleia Nacional dos Estudantes Livres e movimentos antiopressão: Movimento Mulheres em Luta (MML); Quilombo Raça e Classe. Além dessas entidades, há minorias em diretorias e oposições sindicais em vários estados do país.

dos anos 70, também trataram desses aspectos, embora em uma conjuntura internacional e nacional bastante diferenciada, e foram objetos de um enorme campo de estudos, que também se estenderam para além da existência dos movimentos.

No próximo capítulo veremos como o tema dos movimentos sociais foi tratado no final do período militar e refletiu tanto nos movimentos sociais quanto nas análises políticas dos anos 90 e 2000.

Capítulo 2
Movimentos Sociais no Brasil

CAPÍTULO 2 - MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

2.1 Para onde ir? Democratização e reconstrução dos movimentos sociais nas décadas de 70 e 80

Neste capítulo pensamos os movimentos sociais em sua interconexão com os outros sujeitos sociais, ao se constituírem e se movimentarem em uma complexa rede de relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas.

A análise partiu, então, da concretude social dos movimentos na história brasileira para conhecer seu passado e as consequências para os movimentos urbanos que atuam hoje. Interessa-nos, portanto, verificar quais relações podem ser estabelecidas entre as concepções e ações desenvolvidas pelos movimentos sociais urbanos, a partir de meados da década de 70 até o início do século XXI, e o MTST.

Para que essa conexão pudesse ser estabelecida, fizemos um recorte que retoma a história recente dos movimentos sociais, a partir da investigação de uma literatura analítica. Não nos propusemos a remontar a história de cada movimento ou setor de reivindicação, o que por si só seria uma tese, mas formar um painel analítico que nos servirá como referência para pensar a interferência dessas heranças político-ideológicas na atuação que o MTST realiza com os agentes políticos na atualidade.

A história dos movimentos sociais no Brasil não tem início com a abertura política dos anos 80, embora a vaga ditatorial da década de 60 e 70 represente um corte referencial na vida desses movimentos, em virtude da política de segurança nacional e das intensas práticas de perseguição a quaisquer organizações opositoras ao regime.

O final dos anos 70 é significativo para os movimentos sociais no Brasil e sua análise, por apresentarem um enorme crescimento e fortalecimento nesse período, o que trouxe consequências não só para a vida política como também para as Ciências Sociais no Brasil. Sociólogos, cientistas políticos, economistas, militantes dos movimentos, apenas simpatizantes com suas demandas ou, inclusive, insuspeitos críticos não puderam desviar-se da força de sua presença na cena social, o que resultou em enorme produção sobre o tema.

Um grupo de trabalho sobre Lutas Urbanas, Estado e Cidadania foi constituído, em 1979, na Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), seguido pela publicação da revista *Espaço & Debates*, em janeiro de 1980, como forma de amplificar o debate e promover espaços de pesquisa sobre a problemática urbana.

Grande parte da produção concentrou-se no estudo das áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, mas algumas contribuições importantes ocorreram em capitais e poucas cidades médias industrializadas[78].

Neste grande arco a que chamamos movimentos sociais, estariam incluídos os movimentos por moradia, saúde, transporte urbano, custo de vida, anistia, democratização, constituinte, etc.

Para seguir com coerência ao exposto acima, focalizamos as análises que pontuam os movimentos sociais urbanos por moradia/habitação e as análises que verificam as mudanças/transformações ocorridas a partir do aparecimento desta vaga de mobilização nas cidades brasileiras, sobretudo nos grandes centros urbanos.

A exposição dos elementos levantados com base nessa literatura acompanhará o desenrolar dos fatos cronologicamente, apontando as características mais fortes nas análises. O exame mais aprofundado dessa literatura já rendeu calorosos debates, com críticas e réplicas[79], e não é nossa intenção mostrar, aqui, outra versão dessa discussão, mas destacar os elementos que nos ajudam a pensar o movimento social em análise.

Um bom caminho para demonstrarmos nossas hipóteses é buscar os elementos que compõem o quadro econômico e político e verificar como eles se articularam, fornecendo suporte para o surgimento e desenvolvimento dos movimentos sociais urbanos.

Na literatura analisada, verificamos três eixos principais de análise. O primeiro trata da condição macroestrutural e da formação das demandas coletivas, aspectos que privilegiaram o estudo da dinâmica do capital e das contradições sociais dela decorrentes na constituição da resistência às péssimas condições de sobrevivência das (para usar um termo corrente) classes populares.

O segundo eixo debate a relação dos movimentos com o Estado, instituições e suas formas de organização, o que implica tratar do tema da participação e autonomia, ao enfatizar as relações dos movimentos com as instituições, como opositores ou agregadores, e as dinâmicas de enfrentamento/participação.

O terceiro eixo afirma a identidade e a cultura como princípio aglutinador e mobilizador dos movimentos, enfatizando as práticas interpessoais e sua construção simbólica, o que embasou o conceito de "novos movimentos sociais".

---

[78] Como balanço bibliográfico, indicamos Kowarick (1987); Valladares e Figueiredo (1987) e Silva e Ziccardi, (1979).

79 Sobre este tema ver Cardoso (1983); Silva e Zicardi (1979) e Doimo (1995).

Uma grande parte da produção intelectual do final da década de 70 e primeira metade dos anos 80 analisou a relação entre o crescimento econômico brasileiro e a pobreza nos centros urbanos. Esse foi um importante tema na época, pois a aparente contradição entre um crescimento de mais de 10% ao ano, no início dos anos 70, era acompanhado de índices altíssimos de pobreza e pauperização, agravados pela ausência de serviços públicos nas áreas urbanas.

Houve uma gradativa aproximação da intelectualidade brasileira com as análises sobre o urbano e suas lutas, que vêm se constituindo desde os anos 60, e há um esforço teórico para demonstrar que a configuração espacial urbana foi parte constituinte da reprodução do capital e da acumulação capitalista.

Emergem, como sujeito de análise, os movimentos urbanos reivindicativos, a partir de uma visão "macroestrutural", e tornam-se uma referência para a sociologia urbana, que, segundo Valladares e Figueiredo, forneceu uma "teoria da acumulação capitalista", claramente referenciada nas análises marxistas-estruturalistas de Castells, e que, por reconhecer a especificidade das cidades brasileiras, tornou-se uma "teoria crítica da urbanização na periferia do capitalismo", como afirma Arantes (2009).

Doimo (1995), por sua vez, define esses trabalhos como "inflexão estrutural-autonomista", por postular as contradições urbanas como impulsionadoras de conflitos sociais, ao mesmo tempo em que reafirma a capacidade ativa de organização autônoma da sociedade civil contra uma política e tradição autoritária (p. 47).

Arantes (2009) fala da influência das interpretações marxistas da urbanização no Brasil, que tiveram início com a publicação de *Imperialismo e urbanização na América Latina*, obra organizada por Manuel Castells, em 1973, e seguiram com o que chamou de "desdobramentos paulistas" dessa influência teórica, com o grupo do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)[80], nos anos 70 e 80, e as produções da contribuição marxista na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP)[81].

Arantes (2009) e Mamarella (1993) destacam que, embora esses teóricos não tivessem avançado em conceitos próprios do urbano[82], mostravam uma disposição intelectual em

[80] Fundado em 1969, esse Centro congregou parte dos intelectuais de esquerda que permaneceram no país durante um grande período da ditadura militar. Compunham o centro nomes como: Paul Singer, Francisco de Oliveira, Lúcio Kowarick, Vinícius Caldeira Brant, José Álvaro Moisés, Maria Hermínia Tavares.

[81] O autor se refere a Gabriel Bolaffi, Ermínia Maricato, Raquel Rolnik e sua relação próxima com integrantes do grupo Cebrap, como Paul Singer e Francisco de Oliveira, que participaram da elaboração do livro *A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial* de 1979.

[82] Neste artigo, Arantes faz uma aguçada análise das concepções de Castells sobre o urbano, criticando a percepção da cidade como mero lócus e não como forma da expansão capitalista, e ressalta que não há um conceito do espaço urbano, mas uma descrição das relações que se dão "sobre o solo urbano".

caracterizar um novo sujeito político organizado em movimentos e associações, ao mesmo tempo em que os subsidiavam para a atuação política.

Essa proposta teórica buscava explicar o processo de acumulação capitalista no Brasil, como país dependente, articulando as relações de produção e níveis de remuneração às características propriamente urbanas da reprodução da força de trabalho.

O período pós-30 é visto como início da industrialização no Brasil e traz as marcas da mudança do eixo rural para o urbano, gerando um movimento populacional que serviu como mão de obra industrial. A concentração das plantas fabris nas cidades gerou a exploração da força de trabalho, mas também pode ser vista como forma de inclusão da população rural em direitos trabalhistas inexistentes no campo e como abertura para a sua participação nas lutas urbanas que se desenrolariam mais tarde, como afirmam Nunes e Jacobi (1982, p.175).

Neste novo processo de internacionalização da produção de mercadorias, construído sob as regras impostas pelo centro financeiro capitalista – os países desenvolvidos –, países como Brasil, México e Argentina, que apresentavam mercado interno, uma base industrial de produção de insumos básicos e abundante força de trabalho, seriam os alvos prioritários para a instalação de ramos industriais de capital estrangeiro, submetendo as políticas nacionais aos interesses do capital internacional, o que Kowarick (1985) chama de "subdesenvolvimento industrializado".

Oliveira, por outro lado, identifica essa aproximação no governo de Juscelino Kubitschek, porém, ainda no fim da década de 70, alerta que a burguesia nacional "se desnacionaliza, não apenas nem principalmente do ponto de vista da propriedade do capital, mas, sobretudo do ponto de vista de um projeto de nação" (1979, p. 73).

Assim, com a instalação de um projeto de submissão do interesse nacional ao grande capital multinacional, cujos mecanismos de acumulação do capital dependiam da expansão da produção industrial nas cidades, o tema do urbano tornou-se primordial para compreender as novas configurações das relações de exploração e dominação da classe trabalhadora, bem como as desigualdades regionais, derivadas do padrão de acumulação dos grandes centros, sobretudo da Grande São Paulo.

Para Oliveira (1979), "a cidade agora é todo o país" (p. 73), na medida em que "a urbanização da economia e sociedade brasileiras nada mais é que senão a extensão a todos os recantos da vida nacional, das relações de produção capitalistas" (p. 74).

Este novo urbano industrial nasceu de uma condição estrutural que mostrava, na paisagem das grandes cidades, duas imagens de uma mesma origem: a industrialização e a pobreza.

As consequências desse processo contraditório de acumulação e pobreza não só mobilizaram mais de uma década de estudos, mas também foram parte importante das campanhas da Igreja Católica no período, quando esta intensificou a ação pastoral nas áreas pobres das cidades (DOIMO, 1995).

Em 1975, o livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (KOWARICK; BRANT; CAMARGO, 1975) é publicado como resultado de uma pesquisa solicitada pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e torna-se um marco dos estudos sobre o tema, ao destacar que os dois fenômenos combinados do mesmo processo de acumulação de uma "metrópole do subdesenvolvimento industrializado" (KOWARICK, 1985), em que a produção crescia em larga escala, cultivavam a acentuada pauperização de uma parcela significativa da população.

As "contradições urbanas"[83] no Brasil, portanto, estariam relacionadas aos mecanismos de superexploração da força de trabalho (diminuição do salário, ampliação da jornada, precarização das condições de trabalho) e à minimização da participação privada e do Estado nos custos da reprodução da força de trabalho (MOISÉS, 1982).

Assim, as relações capitalistas de exploração ganham materialidade nas condições de existência da classe trabalhadora no espaço da cidade em três elementos imbricados: a. como espaço de valorização do capital; b. como espaço reconhecidamente construído para minimizar os custos da reprodução da força de trabalho; e c. como espaço de construção das lutas sociais (EVERS, 1982; NUNES e JACOBI, 1982).

Segundo Kowarick, para analisar o padrão de vida nas metrópoles, deve-se considerar o grau de exploração da força de trabalho no local da produção, ou seja, os elementos que formam a extração da mais-valia absoluta e o conjunto de serviços consumidos coletivamente que representam o montante necessário para a reprodução da força de trabalho. O autor constrói o conceito de espoliação urbana, como sendo:

> a somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência das classes trabalhadoras e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (KOWARICK, 1982, p. 34).[84]

[83] Entre os autores que claramente assumem a influência teórica de Castells nos escritos do final dos anos 70 e início dos 80, estão por exemplo: Kowarick e Campanário (1985), Kowarick (1988), Jacobi e Nunes (1984), Gohn (1982) que trabalharam com o conceito de contradições urbanas de Castells, adaptando-o à questão urbana brasileira.

[84] Este conceito foi escrito em 1975 e reformulado em 1992. Essa mudança conceitual será discutida no item 2.2 deste capítulo.

A cidade é, portanto, espaço de conflito entre a sociedade e o Estado, entre o interesse do capital e do trabalho e manifesta-se, sobretudo, nas áreas empobrecidas, trazendo à tona "questões urbanas" das sociedades de capitalismo subdesenvolvido: os conceitos de periferia, autoconstrução e padrão periférico de crescimento.

Castells, ao estudar a "questão urbana", qualifica, por excelência, o espaço citadino como suporte para o processo de reprodução da força de trabalho. O conflito não estaria diretamente manifesto na relação de exploração presente na produção, mas no enfrentamento entre trabalhadores e Estado, este último responsável pela oferta de serviços públicos.

O mercado não seria capaz de suprir todas as necessidades coletivas, para o que seria necessária a intervenção do Estado – que se encarrega da "produção dos meios essenciais da reprodução da força de trabalho: saúde, educação, habitação, equipamentos coletivos, etc." (CASTELLS *apud* ARANTES, 2009) – o que representaria, em síntese, a "política urbana".

Destacando três elementos como pilares da análise dos conflitos urbanos preponderantes nesse período, Moisés & Martinez-Alier (1979) afirmam que a cidade é construída pela ação de "atores históricos", sendo eles as classes dominantes, as classes populares e o Estado. O papel das classes dominantes na cidade seria concentrar capital e força de trabalho visando à acumulação. As classes populares agiriam com o objetivo de garantir as condições de sua reprodução no espaço urbano, visando sempre à melhoria das condições de existência. O Estado, por sua vez, agindo como mediador, seria responsável pela coesão social em um contexto de interesses antagônicos (p. 46).

Diante desse cenário, os trabalhadores das grandes cidades brasileiras viviam cotidianamente a cidade, mas sem usufruí-la como espaço de "consumo coletivo"[85]. Dispunham da cidade de maneira desigual e diretamente relacionada à sua posição nas relações sociais de produção, impedindo que os trabalhadores (empregados ou não) pudessem usufruir dos equipamentos urbanos devido a uma política urbana segregadora.

Um dos elementos que causa essa segregação socioespacial é a periferização, que se estabeleceu como um padrão, visto que se repete em diferentes cidades de países industrializados do capitalismo periférico (JACOBI e NUNES, 1982; KOWARICK, 1988; BLAY, 1985), e se caracteriza pela extensão dos espaços de moradia nas franjas da mancha

[85] O consumo coletivo foi estudado em diversos equipamentos urbanos diferentes. Por isso seguem citados aqui alguns trabalhos: JACOBI, Pedro. *Movimentos Sociais e Políticas Públicas (*sobre saneamento e saúde); SPOSITO, Marília. *A ilusão fecunda (*sobre expansão da rede de ensino); MOISES, J. A. e MARTINEZ-ALIER, V. *A revolta dos suburbanos* ou *Patrão, o trem atrasou* (sobre os quebra-quebra nos trens de São Paulo e Rio de Janeiro).

urbana, ou também chamadas de "periferias", distanciando-se do centro urbanizado, onde a rede de serviços urbanos é vasta.

Segundo Valladares e Figueiredo, a periferização pode ser entendida

> como uma projeção ao nível do espaço, do processo de acumulação de capital e de suas conseqüências sobre o habitat da classe trabalhadora, determinando sua segregação espacial ditada por sua localização cada vez mais longínqua dos 'núcleos' dos principais centros urbano-industriais do país (1987, p. 58)

A expansão das periferias teve início nos anos 50 (KOWARICK, 1982) através de um processo de valorização da terra pelos benefícios agregados pelo mercado (postos de trabalho) e pelo Estado (serviços urbanos) e da consequente expulsão direta ou indireta dos trabalhadores desses locais[86], o que fez crescer a especulação imobiliária com a valorização de áreas "vazias".

Esses "vazios" aparecem com a compra de lotes em locais mais distantes e com menos infraestrutura. São os loteamentos periféricos, legais ou clandestinos[87], que foram muito pesquisados na década de 70, quando cresceram quantitativamente (BONDUKI e ROLNIK, 1982[88]; VALLADARES e FIGUEIREDO, 1987), trazendo novas formas de relacionamento dos trabalhadores com seus bairros de moradia e impulsionando lutas nas cidades[89].

Em grande parte, os loteamentos são de propriedade privada e são repassados ao loteador que se encarrega de fazer o projeto de habitação, a divisão dos lotes e os encaminhamentos jurídicos junto ao Estado, visando sua aprovação para venda. Esta é realizada pelo corretor diretamente aos moradores, que, em sua grande maioria, são trabalhadores assalariados e que comprometem quantia significativa de seu salário para garantir o pagamento do lote.

A participação do Estado ocorre tanto no financiamento e implantação, quanto na gestão dos bens de consumo coletivos que servirão à área loteada, priorizando setores ligados à acumulação, como energia e transporte, ficando para segundo plano aqueles destinados à reprodução da força de trabalho.

---

[86] Este movimento tem como exemplo a demolição de cortiços e aumento do preço dos aluguéis (ANT e KOWARICK, 1988)

[87] São considerados clandestinos os loteamentos que não são autorizados pelas prefeituras dos municípios, seja por desobediência à legislação civil sobre propriedade, moradia, contrato, seja por não atender à legislação urbanística que dispõe sobre arruamento, áreas livres, tamanho dos lotes, etc. (JACOBI, 1982)

[88] Realizaram pesquisa entre os anos de 1977 e 78, em cinco loteamentos no município de Osasco na Grande São Paulo

[89] Evers (1984) desenvolve uma análise da relação entre três agentes presentes no fenômeno dos loteamentos clandestinos: o morador, as imobiliárias e a administração municipal, para demonstrar como a dinâmica da reprodução da força de trabalho está presente nesse processo.

A expressão desse processo nos loteamentos e em toda a área de expansão periférica é a ausência de bens de consumo coletivos, como calçamento, esgoto, água, iluminação, escolas, hospitais e até mesmo transporte, visto que, embora haja uma rede que transporte os trabalhadores para os locais de trabalho, ela é insuficiente[90].

Para o trabalhador/proprietário, a obtenção da casa própria representa a estabilidade para a família que, adquirindo uma moradia fixa e permanente, conquistaria um bem para as gerações futuras. Porém, a economia que se julga fazer no gasto com moradia, uma vez que não se paga mais o aluguel, é apenas ilusória. Isso, porque há um grande e contínuo custo para a construção da casa, mesmo que seja feita de maneira descontínua e parcial. É a chamada autoconstrução (BONDUKI e ROLNIK, 1979; KOWARICK, 1982) que, segundo Maricato, (1982) é o

> processo de construção da casa (própria ou não) seja apenas pelos seus moradores, seja pelos moradores auxiliados por parentes, amigos e vizinhos, seja ainda pelos moradores auxiliados por algum profissional (pedreiro, encanador, eletricista) remunerado [91](p. 74).

Oliveira afirma que a autoconstrução é supertrabalho, contribuindo para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois "seu resultado, a casa, reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho de que os gastos com habitação são um componente importante" (OLIVEIRA *apud* MARICATO, 1987, p. 76). Ele trata da autoconstrução como exemplificação de uma das formas de dilapidação que se verifica na reprodução da força de trabalho, salientando que o aumento da exploração da mão de obra, via supertrabalho, nada tem a ver com a "solução" que os trabalhadores dão para a ausência de políticas oficiais de moradia, mas que a retirada do Estado desse setor é parte constituinte do papel do Estado na acumulação capitalista periférica.

Tal dilapidação geraria não apenas o desgaste físico e psicológico, mas ainda a saída precoce do mercado de trabalho, o aumento dos acidentes, a extensão da jornada de trabalho pela adição das horas para a construção da moradia e para o transporte. Essa dinâmica, segundo Kowarick (1982), necessita de um aparato de dominação política que mantenha as condições desse processo de dilapidação, fazendo referência ao Estado autoritário vigente no período (p. 40).

---

[90] Segundo Kowarick (1982), a média de tempo gasto com transporte, pela população que habitava as periferias da cidade de São Paulo, era de 4 horas.

[91] A autora chama atenção para o fato de que a autoconstrução deve ser considerada também em terrenos ilegais e para moradias alugadas, como é o caso das favelas, onde a autoconstrução ocorre mesmo em imóvel de outro que não o construtor. Informa ainda que, em São Bernardo do Campo, 14,3% das casas construídas foram erguidas pelo proprietário e sua família, 66,8%, por proprietários, amigos e familiares e 19%, com a participação de algum profissional remunerado (p. 74).

Mas não é apenas ao tratar da repressão do Estado que Kowarick pensa no papel do Estado na produção do espaço social. Destaca que o Estado é parte integrante da dinâmica de espoliação urbana sob diversos aspectos, ressaltando a ação do Estado quando: a. permite a descontinuidade na ocupação do espaço, o que faz crescer o custo dos investimentos estatais para oferecimento de bens coletivos; b. contribui com a especulação imobiliária, ao fazer investimentos públicos em áreas distantes, mas onde ainda há "vazios habitacionais"; c. controla de maneira repressiva as forças sociais em movimento na cidade.

Diante das condições impostas pelo desenvolvimento capitalista periférico na construção do espaço social da cidade, a questão da moradia torna-se fulcral como elemento de mobilização da classe trabalhadora nos anos 70, para quem se apresentam três formas de moradia: o loteamento, do qual já tratamos acima, o cortiço e a favela.

O cortiço é a forma de habitação popular mais antiga e que remonta ao início da industrialização no século XIX. Caracteriza-se por ser uma edificação adaptada ou concebida[92] para moradia de famílias que dividem a área total do imóvel em pequenas unidades subdivididas (cômodos), sendo que áreas como banheiros, tanque, corredores, são de uso coletivo.

Concentrados, no início do século XX, no centro da cidade de São Paulo (ANT e KOWARICK, 1988), devido à concentração industrial, ao longo do tempo, os cortiços se espalharam pela cidade e pela Grande São Paulo, sobretudo pelos bairros degradados, próximos aos postos de trabalho. Atualmente as antigas construções ainda dão lugar a cômodos que abrigam, em média, 2,5 pessoas, sendo que, no imóvel todo, a média de ocupação é de 20 pessoas (SCHOR e BORIN, 1997, p. 156).

Os que procuram esse tipo de habitação são, geralmente, movidos pela possibilidade de economia nos gastos com transporte e acesso aos serviços e comércio da cidade. Em contrapartida, os encortiçados assumem uma dívida mensal com o proprietário do imóvel, que abocanha parte considerável de seus salários, o que demonstra que, mesmo sob condições precárias de habitação, à população que habita os cortiços ainda resta a condição de ser inquilino em um local menos distante e melhor servido do que as favelas.

A favela aparece como moradia de baixo custo por ser construída em área ilegal, pois o morador não despende altos valores em aluguel ou em construção do imóvel. Porém a

[92] Segundo Schor e Borin (1997), cortiço adaptado é aquele que foi construído para outra finalidade que não a moradia coletiva, como casarões antigos, armazéns, etc., e que, devido à degradação do bairro e/ou do imóvel, passou a servir como moradia. O cortiço concebido é o imóvel já construído para servir de moradia a várias famílias, podendo mesmo ter unidades unifamiliares, embora, nos dois casos, as áreas de sanitários, lavanderia e acesso sejam comuns.

instabilidade decorrente da ilegalidade e a real possibilidade de retirada por parte do Estado fazem da favela um local de última "escolha" para os trabalhadores.

Há mesmo uma "rotatividade" nas formas de moradia dos trabalhadores, ou seja, a favela não é ponto de partida para alcançar a casa própria e tampouco significa o fim de um processo de pauperização. Como afirma Kowarick (1988), a favela, o cortiço e o loteamento são partes de uma trajetória que mescla esses tipos de moradia, mostrando que a inconstância é permanente quando se trata da habitação popular, e que as três formas de moradia aqui apresentadas representam áreas de passagem e não ponto final no fluxo habitacional da classe trabalhadora.

Se a rotatividade na forma de moradia é tão forte, como podem os trabalhadores se organizarem em torno da questão da habitação para fins de reivindicação?

A diversidade das reivindicações, muito ligadas a demandas locais, é um dos fatores que levam à fragmentação dos movimentos urbanos. Nos anos 70, surgiram movimentos ligados a questões urbanas relacionados a necessidades imediatas, como saúde, educação, carestia, transporte, e, mesmo no campo habitacional, as exigências dos moradores de cortiços eram diferentes das dos moradores de loteamentos ou favelados, ou ainda, dos moradores de casas de aluguel, embora fossem todos trabalhadores.

A posição na estrutura produtiva não garante a unidade das lutas e Blay atenta a esta limitação e questiona os condicionantes ideológicos da busca da casa própria na luta operária do século XX.

A autora, a partir das vilas operárias, discute a dupla condição do trabalhador/inquilino frente ao capitalista que o emprega e é também dono da casa.

Blay afirma que há uma dupla extração da mais-valia nessa situação em particular, pois, ao mesmo tempo em que há a exploração direta do trabalhador na forma de salário, há também uma redução dos custos da reprodução da força de trabalho através da casa, como salário não pago.

Blay polemiza com Engels, quando este afirma que é indiferente o operário pagar aluguel ou ter a propriedade da casa, visto que a massa de trabalho não pago é a mesma, e ainda reforça essa visão ao dizer que a não-propriedade da casa libera o trabalhador para mudar-se de cidade, de região, em busca de melhores condições de trabalho e salários (ENGELS *apud* BLAY, 1985).

É por compreender que o valor dado à casa pelo operário, em diferentes conjunturas, interfere diretamente na resistência dos trabalhadores. A autora ressalta que

> compreender a condição da moradia operária brasileira, ou paulista, como a descrita por Engels, permite avaliar aspectos da lógica do capital presentes nas duas formações sociais. Entretanto adotar o projeto político, como se ele fosse parte de uma explicação teórica, induz a uma inadequada compreensão da realidade (BLAY, 1985, p. 35).

A posse da casa torna o trabalhador um proprietário de imóvel, o que evidentemente influencia a forma como este verá a si próprio na dinâmica de construção de identidades, inerente às relações sociais na cidade capitalista. Porém consideramos que a posse da casa não é determinante no arrefecimento das lutas na cidade, embora seja um fator central a ser considerado.

Assim como a condição de trabalhador não determina, imediatamente, a ação política deste, a propriedade em si não é um impedimento à luta pelo avanço de conquistas na cidade segregadora.

A classe trabalhadora urbana passou dos cortiços e vilas operárias, do início do século, para os morros e terrenos distantes do centro dos equipamentos urbanos e da concentração dos empregos industriais. Nesse processo, foi-lhes negada a possibilidade da posse do imóvel, seja pela expulsão sazonal das áreas que se valorizavam pelo investimento público na cidade, seja pelo aumento dos preços dos imóveis para compra ou aluguel.

As condições econômicas impossibilitaram os trabalhadores de comprar o imóvel de forma legal, visto que muitos imóveis foram "adquiridos" de antigos moradores em áreas ocupadas, o que acarretou, muitas vezes, a expulsão de grande número de famílias desses terrenos. O aluguel, por outro lado, sempre representou uma grande despesa no orçamento familiar, tornando a casa própria uma promessa de renda menos comprometida. Ao mesmo tempo, esta trazia aspectos subjetivos ligados à ideia de ascensão, visto que as dificuldades de sobrevivência, a princípio, diminuiriam com a segurança trazida pela posse do imóvel e pelo fim do aluguel mensal, elevando a família a "outro nível".

A ideologia da casa própria não surge apenas pelas condições objetivas de sobrevivência das famílias trabalhadoras, mas, como lembra Bolaffi, resulta de um mito que "não foi criado gratuitamente do nada, mas foi estimulado com base em aspirações legítimas da população" (1982, p. 52). O autor se refere à política habitacional do Banco Nacional da Habitação (BNH), pós 1964, que insuflou a população com a possibilidade da aquisição do imóvel, o que se mostrou uma fraude, pois destinou apenas 18% das verbas para a população com menos de três salários mínimos à época (BOLAFFI, 1977).

A luta pela habitação no Brasil é antiga e remonta ao início do século XX e tomou formas diversas ao longo do tempo. Não podemos generalizar, afirmando que as formas de

luta pela moradia estão subjugadas a uma "ideologia de classe média" desenvolvida pelos trabalhadores, como também não é razoável conceber, a priori, essas lutas como vinculadas a um projeto de transformação social.

A importância da posse do imóvel para os trabalhadores não pode ser restrita às condições econômicas, mas tampouco podemos afirmar a exclusividade dos aspectos subjetivos como apaziguadores dos conflitos. Por isso defendemos que as lutas da classe trabalhadora, no âmbito da reprodução da força de trabalho, devem ser compreendidas como integrantes das relações sociais de produção capitalista, verificados os aspectos político-ideológicos envolvidos em uma determinada formação social, considerado o histórico dos conflitos.

A investigação considera, portanto, os aspectos internos, mas não pode negligenciar os sujeitos externos que se relacionam com os movimentos, em um movimento mútuo de influências.

Muitos movimentos construíram projetos políticos e formas de organização interna e externa como meios de resistência à condição econômica imposta aos trabalhadores pelo Estado autoritário. Esses movimentos foram objeto de investigação de muitas pesquisas que se voltaram para eles, a fim de compreender suas possibilidades de avanço e limitações. Para tanto, é preciso destacar, o foco manteve-se na relação entre os movimentos sociais (sua base de formação, sua organização, conjunto de reivindicações e formas de ação) e os chamados "agentes externos", entre eles, o Estado, primordialmente, e instituições como partidos e sindicatos, a Igreja Católica, ONG´s e outros, do período de transição da ditadura à abertura política.

O que estava implicado era exatamente uma tentativa de perceber como se daria o processo de rearranjo das forças políticas nesse novo contexto de pluripartidarismo, eleições livres – embora, em um primeiro momento, parciais –, afrouxamento da repressão, etc.

Nesse período, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC)[93], em São Paulo, juntamente com o Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (NERU)[94], filiado à FAU-USP, foram responsáveis por uma grande quantidade publicações que mostravam o intenso debate sobre o tema e que partiam da teoria da espoliação urbana de Kowarick para compreender as ações políticas dos movimentos sociais urbanos.

---

[93] A partir de 1984, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) publicou a revista Lua Nova, com muitos artigos sobre o tema.

[94] O NERU foi responsável pela Revista Espaço & Debates, que se dedicava ao estudo do urbano e publicou diversos artigos sobre o tema dos movimentos sociais urbanos.

Essa corrente de pensamento construiu-se ao longo desses anos da chamada "transição" e influenciou boa parte da produção posterior nos anos 90. Como veremos, ao tentar compreender a tensão existente entre os movimentos sociais e o Estado, construiu um esboço explicativo que pensava sobre os "caminhos e descaminhos" da cidadania no Brasil.

Esta matriz formulou uma narrativa explicativa sobre os movimentos sociais durante os anos 80 que focaliza os estudos sobre as "novas" relações de poder que surgiam no cenário político como formas espontâneas de autonomia frente ao Estado e de independência em relação aos partidos políticos, inovando as "antigas" formas de ação política. Doimo intitula essa matriz de cultural-autonomista, pois, segundo a autora, esses escritos foram influenciados pela "noção thompsoniana de 'experiência'", inclinando-se para uma análise que privilegia os significados culturais que emergem nas relações do cotidiano, o que exigia um mergulho na realidade desses movimentos que se organizavam em torno de demandas específicas diferentes (saúde, moradia, educação, transporte).

Evidente que o tema da democracia torna-se central nessas análises e, derivado dele, o da relação entre esses movimentos e o Estado. A autonomia das organizações ou sua "cooptação", a participação das "classes dominadas" no planejamento e execução das políticas públicas passavam, necessariamente, pela maneira de agrupar e pôr em movimento "o povo", ou seja, eram influenciadas pela maneira como se dava a organização interna dos movimentos (relações de hierarquia, democratização das decisões e ações, estruturas de representação, etc.)

Entender como e por que as negociações/enfrentamentos eram vitoriosos ou malsucedidos trazia à análise os chamados "agentes associados", como a Igreja Católica e os partidos e sindicatos, num primeiro momento, agregando a eles, posteriormente, as ONG´s.

Esse quadro explicativo não é homogêneo, seja pelo tom da abordagem de determinados temas, seja pelas diferenças dos objetos de estudo. Esses pesquisadores realizaram um importante trabalho de investigação dos movimentos sociais urbanos em uma perspectiva de trabalho de campo intenso[95], o que gerou boa parte das divergências, (embora estas não fossem profundas), mas, ao mesmo tempo, criou espaço para o diálogo e uma espécie de panorama dos movimentos atuantes naquele período.

[95] Brant (1980) critica as explicações baseadas no paradigma europeu que considerava os movimentos sociais urbanos na América Latina atrasados em relação ao movimento operário europeu e, ao mesmo tempo, sustenta que as informações sobre os movimentos, colhidas até então, não eram suficientes. Propõe, então, uma metodologia que seja desenvolvida em três eixos: a. conhecimento do movimento por ele próprio (entrevistas, acompanhamento de reuniões, exame da documentação); b. "análise do externo", representado pela base social, problemas sociais que motivam a ação e os adversários a serem enfrentados e, c. seleção dos movimentos estudados segundo sua importância imediata, potencial de crescimento, natureza dos problemas enfrentados e perspectiva de ação que adotam.

Um dos desafios era compreender a relação dos movimentos urbanos com o Estado e, para isso, muitos autores buscaram, no conceito de populismo do período de 1945 a 1964, uma possível explicação, utilizando-se de Weffort[96].

Em linhas gerais o populismo explicaria a relação entre o Estado e as "classes populares", sendo que esta última, impulsionada pela urbanização crescente na década de 50, reivindicava acesso aos bens coletivos da cidade, estabelecendo "contradição política fundamental do período" - de 1945 a 1964 - (KOWARICK e BONDUKI, 1986), o que colocava a máquina estatal e os "políticos" de um lado e os movimentos populares de outro, relacionando-se através da política clientelista de obtenção de melhorias para a população em troca de apoio eleitoral.

Para os movimentos urbanos do período[97], as consequências seriam a reafirmação do Estado como provedor das necessidades da população e a forma peculiar de dominação política que ecoaria, ainda, no período pós-ditadura militar, embora os autores destaquem que as conquistas foram resultado da força de organização e pressão das "classes populares" sobre o Estado, chamando a atenção para a centralidade dos canais de representação e pressão dos movimentos sociais urbanos.

Com a instauração da ditadura militar, os trabalhadores estavam à mercê da superexploração na esfera da produção e da espoliação no espaço urbano e eram calados pelo fechamento de canais de participação política, inclusive, partidário-eleitoral, forçando sua organização para fora dos espaços estatais.

Percebemos uma clara linha de continuidade entre a análise que se fez do "período populista" e do surgimento dos movimentos sociais urbanos no período ditatorial, no que tange à defesa da existência desses canais de participação política nas esferas do Estado. O que antes era crítica, justamente por seu caráter de dependência e restrição, agora é visto como motor de organização das "classes populares", o que coloca, como ponto fundamental, a participação em seu conjunto de reivindicações, para, posteriormente, ser pensado como espaço para ampliação da cidadania.

Instaura-se um debate, na literatura do chamado período de transição, sobre a capacidade de elaboração e implementação de políticas, específicas ou gerais, por parte dos

---

[96] A obra de referência é o "Populismo na Política Brasileira", de 1978.

[97] A forma organizada de atuação política desses movimentos ligados à política populista são as Associações Amigos de Bairro – AAB, até se consolidar nas Sociedades Amigos de Bairro (SABs) (Gohn, 1982), que tiveram caráter associativo e, posteriormente, desenvolveram um sentido reivindicativo, tornando-se o elo entre o poder público e a população organizada na década de 50, principalmente com a eleição de Jânio Quadros para a prefeitura.

movimentos sociais que se reconheciam como autônomos no enfrentamento com o Estado autoritário.

Estariam surgindo "novos sujeitos coletivos" com autonomia e independência, distanciamento das práticas do movimento operário como sujeito único de resistência e transformação social (MOISÉS, 1979; MOISÉS, 1982; CACCIA-BAVA, 1984; SADER, 1988), que, segundo Cardoso (1996), sofreram um processo de institucionalização que teve início com a "abertura política".

O debate sobre a inovação e a institucionalização foi o centro das análises após 1983, quando houve eleição direta para governadores, deputados federais e senadores, com vitória da oposição (PMDB, PDT, PTB[98] e PT) em estados importantes, como Minas Gerais e São Paulo.

Conforme Jacobi,

> O aspecto inovador pode ser visto quanto à sua relativa autonomia face ao Estado, partidos políticos e os políticos propriamente ditos. A institucionalização representa basicamente a perspectiva de negociar e interagir com o Estado, o que frequentemente tem provocado interpretações contraditórias sobre o caráter dos movimentos e seu potencial de transformação (1987, p. 13).

A inovação dos movimentos urbanos estaria na crítica à prática clientelista do populismo, ressaltando a nova "cultura política", centrada na autonomia e independência, que se refletia nas formas de organização interna voltadas para o debate aberto em busca do consenso em instâncias horizontalizadas.

O surgimento desses novos "atores sociais" (SADER, 1988) não aconteceu de repente. Foi resultado da confluência de diversos movimentos políticos que estavam encobertos pela repressão até meados dos anos 70, mas que cresceram de forma sorrateira nos bairros periféricos das grandes cidades.

O movimento sindical de oposição ao sindicalismo, atrelado ao populismo, construía um modo de mobilização que se baseava nas comissões de fábrica, impulsionando resistências que tinham a marca das greves de 1968 e criando os alicerces da retomada das grandes manifestações em 1978.

Mesmo após o desmantelamento da esquerda armada, muitos grupos organizados mantiveram-se ativos em oposições sindicais, no movimento estudantil, nas ações dispersas de reivindicação nos bairros e influenciaram na reconstrução dos movimentos urbanos, com

[98] Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

um discurso de difícil assimilação pela base desses movimentos, mas que representou uma força na contribuição sobre a ação contra o Estado.

De outro lado, a Igreja Católica, desde 1966, com a encíclica *Populorum Progressio* (DOIMO, 1995), voltou-se para os povos latino-americanos, clamando pela luta contra o autoritarismo e pela aproximação com o "povo de Deus", num apelo à recuperação da capacidade organizativa da Igreja junto ao povo pobre.

No Brasil, segundo Doimo, três acontecimentos marcaram uma "virada" da Igreja em direção ao "popular": a campanha de 1973 sobre os direitos humanos; o documento escrito por religiosos do Nordeste *Escutai os clamores do meu povo*; e a declaração dos bispos do Centro-Oeste, *Marginalização de um povo*. (Ibidem, p. 82).

Ao mesmo tempo, florescia a Teologia da Libertação, juntamente com experiência das CEBs, formando uma coalizão de interesses voltados para a "força popular" no interior da Igreja Católica, cuja potente presença na sociedade brasileira consolidou um ambiente profícuo, tanto material quanto político, para o avanço dos movimentos populares urbanos.

Soma-se a essa atmosfera a participação de intelectuais que se aproximaram dessas organizações via assessoria aos movimentos urbanos. São profissionais que davam suporte científico aos debates políticos e estratégias de ação aos agentes que não dispunham de conhecimento suficiente para debater com os agentes estatais, como técnicos da prefeitura, funcionários das agências do Estado, etc. Surgem, então, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) para cooperar com os movimentos nesse primeiro momento.

O espaço que agregou essas forças políticas foi o bairro, a localidade periférica onde operários católicos, ou não, podiam juntar-se aos ativistas dos movimentos por equipamentos coletivos, selados pela acolhida das CEBs, que traziam as donas de casa, pela via da religião, ao debate sobre as péssimas condições de vida da população. Os bairros tornaram-se espaços de articulação possível de uma militância popular que aproximava o local de produção, a fábrica, do local de reprodução, a cidade.

Essa diversidade de matrizes políticas trazia conflitos e desconfianças mútuas, mas as interações superaram os distanciamentos e produziram movimentos ativos, ao mesmo tempo, heterogêneos, que se construíam na própria ação, na prática política, tanto interna quanto externamente, na condução dos embates entre o movimento e outros sujeitos.

Este conjunto de influências foi polêmico durante a chamada "transição democrática", pois trazia, em seu bojo, a incerteza sobre a hegemonia no interior dos movimentos, o que tinha como consequência sua organização interna e os canais de diálogo/enfrentamento com o poder estatal.

A questão da autonomia foi debatida nos termos de condições de liberdade de organização sem influências externas, apostando em uma imanência dos movimentos populares, que tendem a ser "intrinsecamente democráticos" (JACOBI e NUNES, 1984, p. 73), o que significa dizer que havia instâncias horizontais de decisão e pluralidade de posições político-partidárias (KRISCHKE, 1984). De outro lado, havia a crítica ao caráter "espontâneo", salientando o papel fundamental de outras matrizes discursivas (como a Teologia da Libertação, a intelectualidade, as ONGs) na atuação dos movimentos (DOIMO, 1995, p. 67).

O importante a salientar é que o tema da autonomia traz à tona um aspecto fundamental na análise dos movimentos sociais, que é a relação entre estes e o Estado e a capacidade de ultrapassar esse limite, ao modificar as estruturas participativas estatais, imprimindo, na sociedade, uma dinâmica mais democrática.

É uma aposta na possibilidade de mudança do Estado, a partir de movimentos de massa organizados, que construiriam num processo de dupla influência, novos canais de representação e execução de políticas públicas de atendimento às demandas sociais.

Tem início um confronto entre uma visão autônoma e conflituosa e outra de institucionalização, como cooptação dos movimentos sociais, ajustando-se às novas formas de clientelismo, retroagindo em suas reivindicações, gerando um refluxo nas lutas, devido à fragmentação das demandas ou, ainda, à ocupação militantes em cargos estatais por militantes. A luta popular, é agora mediada por uma perspectiva de dupla influência dos movimentos sobre o Estado e vice-versa.

Cardoso (1983) reconhece certo grau de legitimação dos movimentos, quando o Estado, mesmo que autoritário, atende parcialmente às reivindicações, mas polemiza com a amplitude da interferência dos movimentos nas instâncias burocráticas do Estado, ao dizer que "em certos níveis administrativos encontramos uma real influência das mobilizações que conseguem obter respostas dos organismos públicos, mas o efeito destes desafios sobre o aparelho estatal em seu conjunto é discutível" (p. 224).

Vigevani aponta duas limitações na relação dos movimentos com o Estado. De um lado, haveria uma limitação na possibilidade de ampliação das ações de democracia direta, visto que estas "limitam-se a núcleos limitados, de peso sempre local e em determinado período" (1989, p. 138). De outro, a relutância dos movimentos em formas de institucionalização e, ao mesmo tempo, a negação do Estado na implantação de tais espaços significam uma restrição importante à efetivação da vontade coletiva, própria do Estado burguês.

Mas para aqueles que defendiam a possibilidade de alterações profundas no Estado, a partir da relação com os movimentos reivindicativos, a força de ação dos movimentos sobre o Estado não estaria apenas no caráter conflitivo, mas também na constituição de um *modus operandi* extremamente diverso das organizações operárias e dos partidos até então.

As experiências de organizações horizontalizadas, orientadas por decisões consensuais entre um grande contingente, que apresentava certo grau de pluralismo partidário, embora desvinculado organicamente dos partidos, e cuja orientação primordial era o comunitarismo decisório e não a representação, "encheram os olhos" de muitos entusiastas, embora a literatura, ao longo dos anos, tenha chamado a atenção para uma possível "ilusão de ótica", devido ao contexto de abertura política.

Ainda que consideradas as limitações das análises, a nuança alcançada foi a consideração de que as formas democráticas de decisão dos movimentos poderiam influenciar, no debate com o Estado, mudanças em suas instâncias decisórias.

Jacobi (1983b) expressa bem essa visão ao dizer que

> a questão da autonomia dos movimentos tem emergido através de formas mais consistentes de participação popular, que trazem implicitamente uma visão de participação na forma de democracia direta ou de democracia entre iguais [...] o que lhe confere um novo caráter na correlação de forças que governam as cidades (p. 68 – 69).

A partir dessa concepção de autonomia e participação, construíram-se propostas de conselhos em diversos setores, como saúde, educação, etc., como "organismos autônomos, independentes do Estado e dos partidos políticos, que impulsionam a formação de um poder popular cuja força está na sua sustentação por amplas mobilizações de massa" (CACCIA-BAVA, 1984, p.99). Cresceram, também, propostas de conselhos dentro do aparelho estatal, que exigiriam algum grau de representação e permitiriam a intervenção da população na definição e execução da gestão pública. Esse processo de criação de instâncias de debate e decisões sobre gestão de políticas públicas foi impulsionado por um debate sobre participação, que teve importante repercussão em diversos setores, como foi o caso da descentralização.

Para este trabalho, é fundamental salientar a construção de um esquema político gestado no início dos anos 80 e que teve fôlego para atravessar o século XX no Brasil.

Essa estruturação explicativa e ao mesmo tempo implicada nos movimentos sociais parte da defesa de uma forma de organização democrática interna do movimento, gerida pela democracia direta e participação ativa, combinando mobilização e pressão sobre o Estado,

com adesão às formas de institucionalização que permitiriam mudanças profundas nas instâncias estatais, gestando uma democracia participativa, que pudesse levar a uma nova ordem social.

Como já dissemos, é o Estado o polo oposto dos movimentos sociais. Autoritário e deslegitimado pela ausência de representação popular, não atende às demandas crescentes da população, torna-se um opositor central (MOISÉS e MARTINEZ-ALIER, 1979).

Mas, justamente pelo caráter excludente de suas políticas urbanas e sociais, esse Estado é considerado propulsor das lutas, "na medida em que é a sua inoperância na área do fornecimento de serviços coletivos e na garantia de direitos mínimos de cidadania que abre caminho, fornecendo as condições gerais para a emergência de movimentos reivindicativos" (BOSCHI e VALLADARES, 1983, p. 140).

Mas, como responde esse Estado às reivindicações crescentes de um movimento organizado e numeroso em um contexto de crise de legitimidade do regime autoritário? De maneira ambígua. Não nega a necessidade da implantação de determinadas políticas urbanas, legitimando, assim, os movimentos reivindicantes. Porém, ao iniciar um processo de negociação, fragmenta a ação desses movimentos, envolvendo-os nos obstáculos "técnicos" para atendimento das demandas, sejam eles de cunho orçamentário ou de infraestrutura física dos locais, sendo, portanto, um Estado contentor das lutas.

Vivenciando esse mesmo processo de negociação nos diversos setores da política urbana, os movimentos buscam uma organização mais ampla, combatendo o isolamento das comunidades em cada bairro ou região.

Embora as reivindicações sejam um fator importante que contribui para a fragmentação dos movimentos urbanos, dadas suas especificidades, a partir das eleições de 1974, sobretudo, houve tentativas de agrupamento de movimentos por localidade e setor[99] ou, mais raro, em torno de um projeto político amplo.

Brant (1982) sustenta que se formou uma "aliança de oposições democráticas", a partir de 1974, nascida dos vínculos particulares de solidariedade construídos no cotidiano dos bairros, durante o período mais repressivo da ditadura. Essa solidariedade foi o ingrediente fundamental para a formação dos primeiros agrupamentos reivindicativos que, organizados, deram origem aos movimentos de bairro por bens coletivos.

---

[99]Sposito (1993) descreve o processo de agrupamento dos núcleos de luta por educação, bem como Jacobi (1982) cita a formação de comissões que agregassem os movimentos de bairro por legalização dos loteamentos clandestinos. Outro importante exemplo foi o Movimento do Custo de Vida (MCV) que começa 1973 tendo, como centro, a reformulação da política salarial e de preços dos produtos de primeira necessidade, reunindo milhares de pessoas em assembleias e manifestações, até se dispersar a partir de 1979, quando é rebatizado de Movimento contra a Carestia. Ver Evers (1982)

Ao se aproximarem das instituições mais verticalizadas, como partidos e sindicatos, na organização e realização dos movimentos mais amplos – como, por exemplo, os atos de protesto contra o assassinato de Vladimir Herzog, em 1975, construiu-se um novo diálogo entre as "forças populares" baseado nas práticas democráticas da base dos movimentos.

Esse processo de aglutinação de diversos movimentos em torno de questões políticas de cunho mais amplo gerou uma aproximação com outras organizações do movimento operário e com partidos, o que permitiu um alargamento nos debates, mas não, necessariamente, repercutiu nas reivindicações dos movimentos sociais urbanos. Porém esse processo levou, indiscutivelmente, à aproximação dos movimentos aos partidos, sendo peculiar o caso do Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980, cuja base de filiados constituiu-se de forte participação de militantes de movimentos sociais das cidades[100] (TELLES, 1987, p. 280).

Outro processo que repercutiu na aproximação dos movimentos urbanos com os partidos foi a participação na eleição de cargos legislativos que "representassem os interesses populares". Não era incomum a campanha para angariar votos para o "deputado do movimento", aproximando-o do jogo eleitoral e da participação indireta no Estado.

Durante a década de 80, a aproximação dos movimentos com o Estado ocorreu através da eleição de representantes executivos ligados aos partidos da oposição, o que gerou esperanças na ampliação da força dos movimentos urbanos no processo de definição das políticas sociais e no atendimento às suas demandas.

Essa expectativa foi largamente frustrada pela maioria dos governos, mas amplificou o engajamento de movimentos com propósitos mais firmes de participação autônoma, nas prefeituras dos governos "democrático-populares" do PT, por apostarem na construção de canais e espaços de democracia, não só representativa, mas também participativa, em que "a democracia assuma valor estratégico, meio e fim a alcançar"[101] (DANIEL, 1990, p. 12).

A mediação entre a comunidade, impulsionada pela construção de uma identidade igualitária, solidária e democrática, e as instâncias estatais, ainda pouco permeáveis ao poder popular, seria realizada por uma ideia de direito, como afirmação de uma condição de vida evidente, porém usurpada pela sua negação.

---

[100] Kowarick e Bonduki (1986) afirmam a formação do PT, como parte da organização dos movimentos sociais em um partido, cuja dinâmica foi a manutenção da autonomia de ambos.

[101] Neste texto, Daniel apresenta quatro linhas mestras do projeto democrático-popular do PT para os governos locais: criação de uma identidade social do município, inversão de prioridades, redefinição da relação entre poder público e a comunidade, com participação popular e a reforma administrativa (1990).

Assim, nesse contexto de intensificação das necessidades e reorganização das forças políticas, os movimentos sociais surgem como "expressões de luta pelos direitos de cidadania" (BOSCHI e VALLADARES, 1982, p. 140) que tomam como "eixo determinante de suas lutas o crescente processo de exclusão dos benefícios da urbanização" (JACOBI e NUNES, 1983, p. 178).

A organização em torno dos bens coletivos leva também a pensar os direitos como posse não mais do indivíduo, mas do bairro, porém não como soma simples de um contingente numeroso, mas como direito coletivo de uma comunidade unida por laços de solidariedade. É o que Kowarick e Bonduki (1986) salientam ao destacar que as reivindicações de bens coletivos "politiza" os moradores atuantes nesses movimentos, forjando grupos e associações, em um processo de "consciência da exclusão" que abre campo de resistência ao caráter autoritário do regime e amplia a organização popular, manifesta muitas vezes na desobediência civil e na insubordinação.

É na formação desta "comunidade de excluídos" que emergem os aspectos mobilizadores, consolidando a ação "para dentro" dos movimentos, ao mesmo tempo em que constroem a ação "para fora", identificando seus adversários e suas formas de luta.

A constituição dos movimentos sociais em suas bases passa, como afirma Durham (1984), por uma "coletividade possível", resultado de carências de diversos tipos, mas capaz de formar uma comunidade pautada na especificidade negativa, ou seja, na carência de algo. Dessa ausência, constrói-se uma noção de igualdade que se torna positiva na vivência comunitária do espaço público e reconhecimento do sujeito pelo grupo.

Jacobi (1987), pautado por essa noção de comunidade, vai além, afirmando que é dessa base de carências comuns que emerge uma identidade construída coletivamente e que é erigida sobre a noção de direitos e necessidade de ampliação de cidadania. Dessa vivência de igualdade na comunidade militante e, ao mesmo tempo, do não atendimento às necessidades coletivas, emerge a noção de direito como proposição e tomam forma os conteúdos das reivindicações.

Vigevani (1989) chama atenção para o fato de que essa noção de igualdade, no enfrentamento ao Estado autoritário, trazida pelos movimentos sociais é de extrema importância, embora haja dificuldades para que seja posta em prática, mesmo entre as organizações populares, pela herança liberal, nacionalista, trabalhista e stalinista presente na história brasileira. Em suas palavras, "mesmo quando reivindicada frente ao Estado e à classe dirigente, tinha extrema dificuldade em exercer-se no próprio polo dos dominados e trabalhadores" (p. 132).

Mesmo admitindo os empecilhos à organização dos trabalhadores, Vigevani reconhece a importância da disseminação de determinados valores, como igualdade, liberdade, democracia, participação, no fortalecimento dos vínculos entre os indivíduos participantes da luta por transformações e conquistas de direitos, embora destaque a necessidade de evitar a criação de mitos que dão caráter libertador aos valores em si mesmos e promessas de democracia sustentadas pela ideia do "povo" como suporte, como é o caso do basismo, do voluntarismo.

Scherer-Warren (1987) defende a valorização dos aspectos culturais como um dos pilares da identidade dos movimentos sociais, pois traz princípios de democracia de base, de autogestão, respeito à liberdade coletiva, à individualidade e à diversidade, conferindo-lhes sua inovação. O outro pilar identitário é "estrutural", ou seja, as condições materiais do capitalismo contemporâneo e suas formas de opressão.

O aspecto identitário dos movimentos urbanos tornou-se um eixo de pesquisa que foi bastante explorado pelos antropólogos (ZALUAR, 2000; CALDEIRA, 1985; DURHAM, 1984; MAGNANI, 1984) que já vinham desenvolvendo estudos na área urbana e perceberam a riqueza de possibilidades, ao buscarem as representações cotidianas dessa luta que já tinha um lineamento razoável no campo econômico e político.

As abordagens antropológicas mergulhavam na vida cotidiana dessas comunidades e delas extraíam suas representações, simbolismos, conjunto de valores, experiências, expectativas, a partir da vivência etnográfica, destacando suas "vozes", "olhares", buscando desmistificar noções de unidade construídas pela política ou economia (DURHAM, 1986).

Alimentadas pela visão antropológica, muitos pesquisadores viram uma "revolução no cotidiano[102]" e, tomando emprestados alguns questionamentos europeus sobre a limitação da esquerda comunista e a novidade dos movimentos universalistas, enveredaram pela busca de "novos atores" no Brasil.

Vigevani (1989) destaca que muitos trabalhos dos anos 80 criticam a imposição de um projeto político dogmático de revolução social, ligado, principalmente, ao leninismo, criticado por sua defesa do centralismo partidário, da vanguarda revolucionária e do proletariado como sujeito histórico na derrubada do capitalismo.

Na Europa, ganha terreno a condenação à União Soviética e aos países do leste europeu, sobretudo depois das revelações do XX Congresso do Partido Comunista da União

[102] Sobre a influência da teoria dos novos movimentos sociais na América Latina, destacamos a obra *Uma Revolução no cotidiano?*, organizada por Ilse Sherer-Warren e Paulo J. Krischke e publicada em 1987.

Soviética (PCUS), em 1956, que torna público os crimes de Stalin, trazendo um período de confusão, revisão e autocrítica aos comunistas do mundo inteiro.

As reprovações das categorias analíticas marxistas são resultado da "crise do marxismo" na Europa Ocidental dos anos 60, corroborada pelos acontecimentos de maio de 1968, que impulsionaram campos teóricos já existentes, centrados nas representações simbólicas das relações sociais, da centralidade das relações de poder difusas na sociedade, da cultura como arena de conflito que se sobrepõe à esfera produtiva.

A teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS) se fortalece, na década de 70, ao apresentar um paradigma que reconstrói formulações já existentes da teoria da ação social (GOHN, 1997a, P. 132), que, embora forme um largo campo teórico, tem um conjunto de fundamentos comuns.

Para os autores dos NMS (TOURAINE, 1987; 1993; MELUCCI, 1989), a sociedade capitalista industrial concentrou as lutas dos "movimentos tradicionais", ou seja, criou instituições de organização dos trabalhadores que, vinculados ao mundo do trabalho e às conquistas econômicas e políticas, limitavam suas formas de ação, o que levou a uma burocratização de seus organismos: sindicatos e partidos.

Os movimentos sociais da segunda metade do século XX têm especificidades que derivam das mudanças macrossociais que levaram as sociedades europeias do capitalismo industrial às sociedades pós-industriais (TOURAINE, 1993) ou sociedades complexas (MELUCCI, 1989), que não podem ser explicadas pelo campo teórico do marxismo, por não centrarem-se mais na categoria trabalho, o que inviabiliza que as análises pensem a sociedade, primordialmente, pelo viés das estruturas, classes, ideologias como conceitos pré-existentes.

Os sujeitos históricos não são mais aqueles vinculados à base social de produção, pois estão difusos no campo de luta da cultura, visto que a mudança no sistema de relações sociais gerou novas formas de dominação eminentemente culturais, por meio da posse de conhecimento e informações. As lutas deslocaram-se do seu caráter distributivo de bens para a vida cotidiana, rompendo a distinção entre público e privado, politizando as relações simbólicas e elevando temas antes renegados à politização (ALONSO, 2009).

O tema do público/privado é importantíssimo para a teoria dos NMS, pois mostra sua forma de ver a política nos movimentos sociais, negando o estado burocratizado e dominador e estimulando práticas igualitárias e, portanto, libertadoras, nas relações inter e extra grupos, quando a "política não será feita, mas vivida" (EVERS, 1983, p. 36).

A esfera cultural é privilegiada, pois, segundo os teóricos dos NMS, as formas de organização são, em si mesmas, motivações para a existência de um movimento, visto que

informação é um recurso de luta e a construção de identidades, uma arma de organização, sobretudo da "ação direta, pacífica, baseada numa organização fluida, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada" (ALONSO, 2009, p. 68).

A ação coletiva seria o resultado de um processo que constrói identidades coletivas na interação e negociação de propósitos dos atores sociais, pautadas na reivindicação de recursos que estão, em seu campo de ação, limitados pelas oportunidades que se apresentam aos atores conjunturalmente.

Por isso não há hierarquia nas categorias de análise, visto que as dimensões da vida social ganham importância à medida que as interações entre indivíduos produzam sentidos subjetivos e ações na sociedade.

> Os movimentos sociais aparecem, então, como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração, gerida e sediada no âmbito da sociedade civil (Idem, p. 61).

Neste confuso espaço chamado sociedade civil, os NMS se disseminaram, negando o Estado burocratizado, que impõe uma falsa igualdade jurídica, que nega a diversidade espontânea e, contrário ao mercado, que determina a rotina alienante das relações mercadológicas. Aglutinaram agentes interessados em novas relações interpessoais não-alienantes, construindo vivências políticas libertadoras em torno de temas como ecologia, feminismo, homossexualidade, minorias étnicas, pacifismo, etc.

A existência de um grupo de intelectuais no Brasil que buscava "engajamento" nas lutas dos "de baixo", mas não se localizava entre as divergências da esquerda e negava a saída institucional do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi a porta de entrada da teoria dos NMS no Brasil.

Perruso (2010) afirma que os "novos" intelectuais beberam diretamente na fonte europeia, devido à proximidade das críticas do "marxismo ortodoxo" e da política institucional, ao examinarem, através da fenomenologia, as "novas" lutas populares. As críticas ao marxismo assemelham-se às desferidas na Europa, porém com uma atualização baseada na realidade brasileira que vivia um momento de reconfiguração da classe trabalhadora, a partir da década de 70, a qual se manifestava "pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos, pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam, anunciava-se o aparecimento de um novo tipo de expressão de trabalhadores (SADER, 1988, p. 36-37).

São os aspectos culturais, identitários que configuram a(s) nova(s) classe(s). Assim, aquilo que é a classe, o social, o movimento é anacrônimo, pois esta abordagem procura "as coisas como estão sendo" (des)construídas por atores integrais, que "elaboram e produzem representações próprias de si mesmos" (SADER e PAOLI, 1986, p. 62), edificando identidades na coletivização e formando um imaginário, ou seja, "discursos que encenam a formação da sociedade, articulam figuras de sua história e constantemente repõem as questões da apreensão de sua singularidade" (Idem).

Por isso, o conceito de experiência é fundamental e orienta a análise do material de campo extraído das relações sociais desenroladas em todos os espaços da vida social e não apenas em lugares "instituídos da luta política", como o Estado, os partidos e sindicatos, limitados para participação dessa multiplicidade de agentes recentemente mobilizados.

Existe uma extensa discussão sobre a veracidade da novidade dos movimentos sociais no Brasil das décadas de 70 e 80, a qual não será reproduzida aqui, uma vez que, para este trabalho, interessa pensar as características sociais brasileiras próprias deste período e que trazem limitações à "importação" da teoria dos NMS desde aquele momento até hoje.

Gonçalves (2005) levanta algumas questões referentes às diferentes condições da classe trabalhadora europeia e brasileira, lembrando que, por lá, o capitalismo avançado ainda garantia benefícios das políticas de bem-estar social aos trabalhadores, que podiam, portanto, voltar suas preocupações para uma militância cultural ou com vistas a uma mudança do "modo de vida".

As preocupações não recaíam sobre a existência do trabalho, mas, sim, sobre a forma de exercê-lo - o tempo livre, a liberdade de pensamento e ação -, o que, inclusive, possibilitou que esses movimentos fossem eminentemente policlassistas, com grande participação dos trabalhadores não-manuais das camadas de renda média.

No Brasil, no entanto, o cenário era bem diferente, embora não fosse, como a história mostrou, infértil para movimentos voltados para aspectos político-culturais.

Primeiramente, os que foram chamados de "novos" movimentos sociais no Brasil eram os movimentos populares urbanos, que se organizavam em torno de demandas de caráter econômico, da esfera da reprodução da força de trabalho como: água, esgoto, asfalto, moradia, etc.. Esses equipamentos públicos eram negados aos trabalhadores empregados nas indústrias das grandes e médias cidades, que concentravam enorme contingente operário nas plantas fabris fordistas, como era o caso do ABC paulista e Grande São Paulo.

É verdade que a política institucional estava fechada para a ação popular pela via de partidos progressistas ou revolucionários. Como é verdade, também, que a classe

trabalhadora, em pleno período de fim da ditadura, não via com bons olhos a política como espaço de conquistas (CALDEIRA, 1984), fosse pelo clientelismo, amplamente utilizado, fosse pela restrição do voto direto, limitando a representação.

O fato dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros reconhecerem, no Estado, um componente autoritário e cerceador e procurarem a auto-organização autônoma, objetivando o crescimento de seu poder de intervenção na sociedade, não parece ter proximidade com as perspectivas de "autorrealização" (EVERS, 1983, p. 33), nem com a luta contra a "destrutividade social do capitalismo" realizada na Alemanha, que, diga-se de passagem, se mostrava mais destrutivo do lado de baixo da linha do equador.

A luta contra a ditadura é também um componente que não pode ser desprezado e que aglutinou muitos grupos em torno da promessa de uma vida melhor, já que não seria mais proibido reivindicar, organizar-se, agir coletivamente; a vida, em todos os seus sentidos, poderia ser mais leve, rica e prazerosa. Utopias, desejos movem pessoas e não se constituem um elemento menor no estudo dos movimentos sociais.

Os valores de autonomia, independência, autogestão, auto-organização, democracia de base, presentes em movimentos de trabalhadores organizados, nos bairros, em torno de reivindicações por equipamentos públicos, em um período ditatorial e de abertura, merecem atenção e devem ser destacados. Talvez, por isso, tenham suscitado tantas proximidades entre os "novos" de lá e daqui.

No caso brasileiro, os NMS não tiveram vida longa e sua derrocada levantou hipóteses sobre a fragilidade dos movimentos e a força e amplitude do autoritarismo do Estado, levando os estudiosos do "otimismo dos primeiros tempos, que muitos viram neles uma promessa de futuro" (TELLES, 1988, p. 247), à decepção, para alguns, e à revisão, para outros, questionando sua força de transformação social e capacidade de democratização da sociedade brasileira.

O que teria provocado a "crise dos movimentos sociais" alguns anos depois de anunciada sua bem-aventurada "novidade" na política nacional?

Mesmo durante o período de "emergência dos movimentos sociais" (CARDOSO, 1996), as análises apontavam para as fragilidades dos movimentos sociais, diante da amplitude do autoritarismo do Estado e das práticas paternalistas e clientelistas enraizadas na política nacional.

A fragmentação dos movimentos era vista como um elemento que enfraquecia sua ação diante do Estado, quer pela diversidade de suas reivindicações (moradia, carestia, saúde,

etc.) quer pelo localismo de suas práticas, que se esvaziavam no embate com o Estado e seus agentes.

Muitos autores (VIGEVANI, 1989; TELLES, 1988) alertaram sobre o paradoxo da autonomia e independência, como um aspecto que fortalecia os movimentos, mas que, também, podia gerar o esfacelamento das ações que não produziam vínculos com instituições mais duradouras na política, como partidos ou instâncias estatais, pois a negação da institucionalização poderia gerar um isolamento e, como consequência, a sua transitoriedade.

Outro risco era o de "superestimar o impacto dos movimentos e, por outro lado, subestimar o potencial dos partidos como estruturas de agregação de interesses e fontes de representação" (BOSCHI, 1987, p. 26), afirmando o basismo, a democracia de base e recusando participar da democracia institucional representativa, com uma visão instrumental da política.

Uma consequência desse comportamento é a incorporação, pelo Estado, das demandas dos movimentos, através da implantação de programas pontuais, o que seria visto como uma conquista material, mas que teria um efeito democratizante discutível no conjunto do aparato estatal (CARDOSO, 1983).

Derivado dessa "conquista" material, estaria o risco do desenvolvimento de uma noção corporativa de direitos voltados para a necessidade latente de cada movimento, dificultando a aproximação entre diferentes movimentos, devido à diversidade de demandas, e, ao mesmo tempo, disseminando uma visão restrita de democracia vinculada à concessão de direitos parciais.

Se, por um lado, a relutância em aceitar os canais de representação e a institucionalização apresentava-se com força, por outro lado, existia uma vertente que apostava no alargamento de "brechas" de participação, constituindo conselhos e investindo na disputa eleitoral, como espaço de luta dos movimentos no Estado, pela representação legislativa.

Nunes (1987) é contundente em defender que a incapacidade dos movimentos de abrir espaços de participação institucional esvaziou-os de conteúdo, levando-os a uma defesa etérea dos direitos como "direito natural fundado na dignidade humana". Assim, a opção dos movimentos por uma "negatividade ativa", acabava por afastá-los de uma proposta para a institucionalização da participação popular.

A aposta do autor é na construção de sujeitos sociais, convictos de seus direitos, em condições de construir uma "alternativa positiva", ou seja, de criar formas de participação popular no Estado e fortalecimento da representação pela via eleitoral.

Para Jacobi (1983a), a autonomia dos movimentos baseia-se na defesa da democracia direta e da participação popular, que exige a ampliação dos direitos políticos e sociais. O amadurecimento dessa visão leva à construção de espaços estatais de participação popular, vistos como espaços de negociação "em oposição a uma concepção de confronto (o que) tem permitido alguns avanços reais [...] (como) a obtenção de vitórias que revertem em benefícios dos moradores" (p. 179).

A proposição é a construção dos conselhos populares como espaços de alargamento da democracia e de formulação de propostas que ampliem direitos, o que seria capaz de modificar a relação dos movimentos com o Estado, num processo de transformação de "mão dupla", "representando uma mudança qualitativa do modo de pensar a cidadania social" (JACOBI, 1990, p. 57).

Essa "saída institucional" não agradou aos que apostavam em sujeitos coletivos robustos, capazes de dar significado às novas formas de sociabilidade e identidade, construindo uma cultura política democrática que fosse além do Estado como local exclusivo de legitimidade política.

Este novo imaginário político não foi capaz de manter-se e "o projeto político implícito nos movimentos sociais do fim da década de 70 sofreu uma derrota" (SADER, 1988, p. 314), não apenas no Estado, mas na sociedade, porque "não foram capazes de se sobrepor a uma tradição e cultura políticas disseminadas por todos os poros da sociedade" (TELLES, 1988, 282).

A derrota é relativizada na análise de Saes (1989), pois, para ele, o estímulo à participação popular descentralizada não representa um avanço, pelo contrário, é uma forma de desorganizar a classe trabalhadora, levando os agentes a legitimarem uma divisão do trabalho no interior do Estado, onde, aos trabalhadores, são levados apenas aos problemas "ditos locais", afastando-os do núcleo central das decisões de interesse econômico e político do capital.

Com esse apanhado teórico, percebe-se a existência de duas tendências principais que dirigiram os debates sobre a democracia popular e a participação no Estado: 1. a defesa da democracia pela institucionalização, através da formação de conselhos populares e do fortalecimento da participação na disputa eleitoral dos grupos "excluídos" da política; e 2. o questionamento da ênfase da democratização pela participação apenas nas instâncias estatais e a defesa de uma cultura política que levasse a uma democratização, não somente do Estado, mas da sociedade.

Tomando a contribuição de Saes como ponto de partida, o que se verifica, inclusive, pela crítica ao campo marxista presente nestas análises, é a ausência de uma investigação mais profunda da relação dos movimentos sociais com o Estado que não estivesse focalizada na questão da democracia das instituições, mas no conflito entre o Estado capitalista e as classes trabalhadoras organizadas.

Como muitos autores apontam, não é possível que os movimentos prescindam de algum tipo de relação com as instâncias estatais, seja pelo aspecto legal, passando pelo legislativo, seja pelo debate com a burocracia estatal acerca das políticas sociais a serem implantadas. Mas há um silêncio sobre como operam os grupos de interesse intraestado e como as classes trabalhadoras enfrentam este operativo estatal que se põe em movimento de diversas maneiras (este ponto será retomado adiante).

Retomemos a história do MTST para discutirmos esse aspecto. Em qualquer ocupação realizada pelo movimento, vê-se um conjunto de dispositivos estatais que entram em ação de maneira concatenada: repressão policial (direta ou indireta); o aspecto legal, pela via jurídica; o poder legislativo capaz de votar medidas que atenuem ou aprofundem o conflito; o poder executivo, como agente direto de negociação. Estamos aqui negligenciando, propositalmente, os aspectos ideológicos envolvidos em uma ação direta do movimento, pois estamos argumentando no campo das contribuições que se referem ao Estado apenas como instituição jurídico-política.

Algumas questões não podem ser desvendadas se não as tomamos como perguntas, como por exemplo: que interesses movem as prefeituras que não desapropriam os terrenos visivelmente sem função social? Quais classes ou frações de classe as políticas habitacionais favorecem? Por outro lado, se é necessário ao MTST negociar com o Estado, estaria ele dialogando apenas com os representantes desses interesses, enfraquecendo-se nesse embate ou suas formas de ação visam atingir diretamente os grupos de interesse engendrados no Estado?

Esses questionamentos evidenciam a presença da luta de classes, tanto no campo econômico quanto político e ideológico, reconhecendo as diversas possibilidades de organização e ação na sociedade.

Buscando identificar e analisar a contribuição do MTST na luta dos trabalhadores urbanos no Brasil nos últimos 15 anos, retomamos, historicamente, a herança das lutas populares na atuação deste movimento e percebemos influências e rompimentos com o conjunto propositivo dos movimentos urbanos dos anos 70 e 80.

Como aspectos confluentes, verificamos que a ação direta ocupa centralidade na proposta de construção de democracia popular do MTST, com a ocupação de terrenos e com a organização de grupos de acampamentos e coordenações setoriais.

A luta pela moradia no Brasil tem uma longa história de ocupações de imóveis, sejam eles terrenos ou prédios e casas, efetuadas tanto no centro como nas periferias, mas destacamos a continuidade do processo de periferização como elemento de valorização do capital imobiliário pela via da especulação, o que leva o MTST para o centro do embate com a ocupação de terrenos nas cidades da Grande São Paulo.

Esta opção deve-se, como já falamos, a uma análise da base social, que se concentra nas cidades que se desindustrializaram e aglutinam trabalhadores em condições precárias, como subempregos ou desempregados. O desafio é a construção de uma identidade que sirva como instrumento político da desta classe trabalhadora, que, reconhecendo-se como explorada e dominada, pode, com práticas de poder popular, exercitar autonomia e capacidade decisória.

O tema da autonomia é central no movimento e apresenta-se como opção de organização interna e externa, referindo-se à relação com os partidos e sindicatos, embora, como foi visto, a ligação com a Conlutas seja fundamental na configuração do campo político em que atua.

Outro ponto que se refere à autonomia é o posicionamento contrário à participação dos conselhos estatais, pois estes são vistos como espaços de negociação que se pautam na agenda dos governos e não dos movimentos sociais, e também porque cria uma vinculação que enfraquece as ações de pressão sobre o Estado.

A adesão do MTST às formas de ação direta, a caracterização da sociedade brasileira como uma sociedade capitalista em que opera a luta de classes, e a autorreferência como movimento anticapitalista, coloca-o como crítico da categoria de cidadania, embora trabalhe constantemente com a noção de direitos.

Este é, sem dúvida, um eixo de ruptura com a herança dos "novos movimentos sociais" que, segundo Dagnino (1996), foram responsáveis pela emergência de uma "nova noção de cidadania", no que diz respeito tanto à igualdade quanto à diversidade, que agregou, de forma cumulativa, ao cenário político brasileiro, uma ampla contribuição à construção democrática, considerando o "nexo constitutivo entre as dimensões da cultura e da política" (Idem, p. 104).

A cidadania, como elemento de disputa cultural e política "dos de baixo" ou dos "excluídos", amplia-se nos anos 1980 e se firma nos anos 1990.

Se nos anos 1980 “aquelas experiências desfiguraram-se de tal modo que parecem hoje só alimentar a tradição corporativista da sociedade brasileira” (TELLES, 1988, p. 282), os anos 1990 poderiam reinventar sujeitos históricos presentes num *imaginário político* cuja palavra de ordem era cidadania.

Gunder e Fuentes (1989), sobre os altos e baixos dos movimentos sociais, afirmaram que eles têm ciclos de vida próprios e que estão sujeitos às flutuações dos ciclos econômicos e políticos. Mamarella (1993) corrobora essa visão e argumenta que a crise econômica dos anos 80 foi também um forte elemento que contribuiu para o enfraquecimento dos movimentos sociais naquele período.

Confrontando os defensores da noção de cidadania como eixo de luta por ampliação de direitos à ideia dos movimentos cíclicos, perguntamo-nos como poderiam os movimentos sociais fazer avançar os direitos sociais, ou melhor dizendo, a cidadania social em um período de políticas regressivas do neoliberalismo, implantado no Brasil exatamente no final dos anos 80?

No próximo item, pretendemos reconstituir os debates sobre movimentos sociais, cidadania e neoliberalismo, retomando a noção de direitos e cidadania já presente, ainda em esboço, na chamada “primeira fase” dos movimentos sociais.

2.2 Um beco sem saída? Movimentos sociais durante o desmonte neoliberal

No primeiro item deste capítulo, apontamos os debates acerca dos movimentos sociais urbanos dos anos 70 e 80 e seus desdobramentos, partindo do recorte da produção teórica hegemônica no período e que influenciou profundamente as formulações sobre a organização “popular” na década de 1990. Esse campo teórico consolidou-se a partir da crítica ao marxismo (algumas vezes relativizado, tendo como alvo o “marxismo ortodoxo”), aos partidos da “direita”, vinculados às práticas autoritárias, sobretudo do clientelismo, como herança do populismo, e aos partidos da “esquerda”, com inspiração leninista, também considerados autoritários.

Os sindicatos, nesta leitura, não poderiam mais responder às necessidades de uma classe trabalhadora “renovada”, que se organizava contra todas as formas de opressão, com base nas identidades libertadoras, construídas pela experiência cotidiana dialogada e exercitadas em uma “nova cultura política”, representada, nos “novos” movimentos sociais, em grande profusão nas periferias urbanas.

Esta leitura estava intimamente ligada à atividade política dos grupos sociais em movimento e gestou uma concepção socioeconômica e política que teve vida longa, como será visto mais adiante.

Desde os anos 80, seus idealizadores concentraram-se no autointitulado "campo da esquerda democrática", empunhando o *projeto participativo democratizante*. Tal projeto visava a uma transformação da cultura política brasileira, antes baseada no autoritarismo e na centralização do poder e que deveria passar por uma reorganização das instituições políticas, bem como por um novo comportamento político.

As bases para sua realização estavam na construção de sujeitos sociais ativos, que tivessem uma visão além da ação política estratégica e que fossem capazes de criar uma "política cultural", ou seja, que os espaços públicos pudessem abrigar a política no cotidiano das relações sociais como parte da cultura da sociedade.

A sustentação conceitual desse projeto estava nas categorias de cidadania, democracia e sociedade civil, sendo a primeira quase sempre adjetivada como social, ampliada, cidadã, dialogando diretamente com uma vertente da teoria da pós-modernidade.

O conceito de pós-modernidade proposto por Santos (1996) é uma das bases para tal vertente, pois, nele, a pós-modernidade é vista como um período de transição, de vazio ou de crise, originado, de um lado, pela incapacidade de a modernidade[103] cumprir suas promessas e, de outro, por tê-las cumprido em demasia (SANTOS, 1996), ou seja, o projeto sociocultural da modernidade excedeu-se em seu pilar de regulação e não se realizou em sua promessa de emancipação.

O autor vê, nas contradições da cidadania social, que se evidenciaram no decorrer da história, uma comprovação dessa sua tese. A cidadania social seria a

> conquista de significativos direitos sociais, no domínio das relações de trabalho, da segurança social, da saúde e da habitação por parte das classes trabalhadoras nas sociedades centrais [...] e em alguns setores da classe trabalhadora em alguns países semiperiféricos e periféricos (Idem, p. 243).

Citando Marshall (1965), Santos afirma que os direitos civis se afirmam nas instituições do Estado Moderno e na formação do sistema judicial; os direitos políticos são institucionalmente assegurados pelos parlamentos, sistemas eleitorais e políticos; e os direitos sociais, pelas instituições criadas no *Welfare State* após a II Guerra.

---

[103] Para Santos, a modernidade vai do período "antes de o modo de produção capitalista se ter tornado dominante e extinguir-se-á antes de este último deixar de ser dominante" (1996, p. 76).

A crise da cidadania social, nos anos sessenta, na Europa, mostra, segundo o autor, exatamente essa dissonância da modernidade, ou da "sociedade regulada", que, ao ampliar os direitos sociais como fruto da conquista das organizações operárias, agrava a tensão entre subjetividade e cidadania como regulação da vida social.

O movimento de 1968 e os NMS foram a expressão da crise dessa dimensão cultural, ao revoltarem-se contra a subjetividade atomizante e estatizante da cidadania social, própria de um Estado altamente regulador.

A derrota desses movimentos não levou a cabo uma transformação social, mas teria gerado novas formas organizativas contrárias ao tradicionalismo dos modelos partidários e sindicais. Essas "novas" experiências teriam sido mais democratizantes, libertadoras e emancipatórias e deveriam, segundo Santos (1996), servir de inspiração para uma "nova teoria de democracia".

Já que "o capitalismo não é criticável por não ser democrático, mas por não ser suficientemente democrático" (SANTOS, 1996, p. 270), a "nova teoria de democracia" buscaria sanar justamente esse déficit democrático, criticando sua versão liberal de estrita representação, ampliando a participação política e articulando democracia representativa e participativa, por meio da politização de quatro espaços políticos estruturais: o espaço doméstico, o espaço da produção, o espaço mundial e o espaço da cidadania.

Em suma, em cada um destes espaços deveriam ser suscitadas práticas de democratização política pela politização das relações, ou seja, pelo desvendamento das relações de poder que reproduzem as relações sociais dominantes.

Cada espaço, portanto, pode transformar-se em local de luta democrática específica e de formação de relações de autoridade partilhada. O espaço doméstico portaria a luta contra o patriarcado; o espaço da produção deslocaria, da exploração capital-trabalho, a resistência dos trabalhadores para a politização multidimensional das relações na produção (étnicas, sexuais, culturais); ao espaço mundial, caberia a mudança das práticas transnacionais, com a criação de políticas horizontais entre cidadãos de diferentes regiões do sistema mundial, buscando romper com os imperativos impostos pelo processo de transnacionalização do capital e com a ideologia do consumismo; por fim, o espaço da cidadania, como já dito, comportaria a convivência da representação/participação democrática no âmbito das relações entre cidadãos e Estado.

Como já foi apresentado, no primeiro tópico deste capítulo, os autores desta corrente destacaram como o período ditatorial no Brasil obscureceu a defesa da cidadania,

direcionando as expectativas para os movimentos sociais, apostando em sua capacidade de forçar a abertura política pela via das práticas democráticas, sobretudo nos anos 80.

A consolidação da "redemocratização", resultante da promulgação da Constituição de 1988, das eleições diretas, em 1989, e da redefinição do quadro político-partidário, trouxe um contexto adequado para a aposta definitiva de um determinado campo político no *projeto participativo democratizante*.

Esse campo formou-se com número significativo de intelectuais e professores universitários, que tiveram grande papel na divulgação desse projeto, sobretudo por sua vinculação a universidades e diversas publicações. Mas é preciso também destacar que muitos se tornaram dirigentes de ONGs e, após a eleição de Lula, ocuparam cargos nas secretarias dos Ministérios.

No sindicalismo, esse projeto expressou-se no que é chamado de sindicalismo de participação[104], adotado pela CUT no final dos anos 1980 e que tem como características:

> a) avaliação da "inserção do país no mercado globalizado" como inevitável e necessária; b) participação institucional em fóruns paritários definidores de políticas públicas como forma de obter conquistas [...]; c) defesa da democracia como centralidade da luta sindical; c) conformação das alianças em bases não classistas, com rebaixamento das reivindicações; d) afirmação da superação das estratégias de confronto (GOULART, 2004, p. 135).

Nos movimentos sociais, esse projeto ganha força à medida que as entidades são criadas. No movimento de moradia, por exemplo, verificamos que a criação da Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), em 1982, e da União dos Movimentos de Moradia do Estado de São Paulo (UMM), com início em 1987, é concomitante com a adoção de posições convergentes com o sindicalismo de participação, sobretudo em relação à ênfase do papel de interlocutores junto aos fóruns representativos.

Um caso exemplar é a criação do Fórum Nacional de Habitação, em 1992, visando intervir no processo legislativo, para a aprovação de políticas habitacionais. Segundo Silva, participaram desse fórum,

> como interlocutores, *em pé de igualdade*, entidades representativas dos trabalhadores, dos movimentos de moradia, de fóruns de assessorias aos movimentos, de empresários, de técnicos do governo central e regionais,

[104] Boito conceitua como sindicalismo propositivo, mas consideramos pouco adequado, visto que toda ação sindical, inclusive suas fileiras mais radicalizadas, tem sempre uma proposição, mesmo que seja a superação da sociedade capitalista.

> além da Frente Nacional de Prefeitos e Conselho Curador do FGTS (1994, p. 214, grifo nosso)[105]

Forma-se uma "frente" política que, articulada pelo Partido dos Trabalhadores, sobretudo, apregoa a "sociedade civil organizada" como agente fundamental da construção da cidadania no país.

Partindo do conceito de cidadania regulada, de Santos (1979), cujos direitos se restringiam aos que tinham ocupações definidas em lei, Telles argumenta que o Brasil vive ainda essa herança, pois os direitos, mesmo que existentes em lei, não são universalizados, mas negados, seja pela transgressão da norma, seja pela inexistência de direitos, fazendo uma "erosão das mediações públicas entre o mundo social e as esferas públicas" (TELLES, 1999, p. 185).

Porém a cidadania iria além da garantia jurídico-legal dos direitos políticos e/ou sociais, ao ser considerada uma *cidadania ampliada*, em que os direitos sejam concebidos como objeto legítimo de luta dos agentes políticos. É o que se chama de "direito a ter direitos".

Os agentes constituem-se como sujeitos ativos, não somente participantes do *referendum* de uma política de Estado, mas, principalmente, como portadores de definições da sociedade. É o conceito ampliado também de democracia, em que a participação do cidadão não se restringe a espaços dentro do Estado, em conselhos paritários, ou à eleição representativa, mas à construção de espaços de "publicização de conflitos" (SILVA, 1994), onde se constituam "sujeitos coletivos de direitos" (DURHAM, 1984).

Essa visão de cidadania funda-se na permeabilidade do Estado à sociedade civil, cuja base está na construção de uma nova sociabilidade que transita por toda a sociedade, trazendo novas formas de viver a política e fundando uma nova "negociação de conflitos, um novo sentido de ordem pública e de responsabilidade pública, um novo contrato social, etc." (DAGNINO, 2007, p. 11), como o que ocorreria nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, existentes desde a Constituição de 1988, e nas ações de Orçamento Participativo, desenvolvidas em diversas cidades brasileiras.

---

[105] Participavam deste fórum, representando os trabalhadores, a CUT e a Federação Nacional de Arquitetos; os empresários, Sindicato da Habitação do Estado de São Paulo (SECOVI) e Chamber of Business & Industry of Centre County (CBICC); os movimentos, CONAM, UMM, Federação das Associações de Mutuários do Estado de São Paulo, Coordenação Nacional dos Mutuários e Movimento Pró-Central de Movimentos Populares, além do Fórum Nacional de Reforma Urbana, representando as assessorias aos movimentos; Secretarias Municipais de Habitação, Fórum Nacional de Secretários estaduais de Habitação, pelo governo, etc.

Se, segundo esses autores, a perspectiva de garantia dos direitos não se encerra no Estado, com prerrogativas liberais de ação política, tampouco o mercado pode fazê-lo, por sua lógica exploradora e meritocrática, responsável pela exclusão dos cidadãos às condições mínimas de vida.

Mesmo autores que se dedicaram a compreender as formas de exploração da força de trabalho e sua manifestação no espaço urbano, pela negação aos bens coletivos, "aprimoraram" suas teses, redefinindo a centralidade do debate para a aquisição e ampliação da cidadania "urbana".

As classes trabalhadoras são substituídas pelos excluídos – indivíduos que, embora possam ocupar a mesma posição social no sistema de produção, são heterogêneos em sua "condição socioeconômica", mas que, por não usufruírem dos benefícios socialmente básicos, estão na mesma condição de exclusão, formando movimentos "policlassistas" (KOWARICK, 2000, p. 65).

Kowarick, revendo seus escritos dos anos 80, afirma que não se pode atrelar as lutas urbanas à análise das condições de existência e às decorrências da expansão capitalista apenas, porque seria mais promissor "indagar o significado que essa materialidade tem para os múltiplos atores que se enfrentam na arena social" (Idem, p. 106).

Por isso, a noção de exclusão torna-se importante neste tipo de análise, pois foca-se na construção da "subjetividade social" como produção simbólica derivada das condições materiais de vida, o que o permite revisar o conceito de espoliação urbana, derivando-o de uma

> somatória de extorsões, isto é, retirar ou deixar de fornecer a um grupo, categoria ou classe o que esses consideram como direitos seus. Não na acepção da legislação positiva, mas no sentido de uma percepção coletiva, segundo a qual existe uma legitimidade na reivindicação por um benefício e que sua negação constitui injustiça, indignidade, carecimento ou imoralidade [...] (Idem, p. 107).

Kowarick elabora o conceito de *subcidadania*, advindo da "exclusão econômica" e da espoliação política e cultural na cidade, que fortalece as relações de opressão em diversas dimensões, construindo o "cidadão privado", ou seja, aquele que está encapsulado nos contatos primários (familiares, amizades, vizinhança) e valoriza a sociabilidade baseada no projeto individual de existência, "a segurança real e simbólica da propriedade" (2000, p. 94), centrada na aquisição da casa própria.

É evidente a revisão teórica e política que os "autores dos movimentos sociais" dos anos 70 e 80 realizam nos anos 90. Ao confiar na construção da cidadania através da diminuição da exclusão econômica e do aumento da participação política da sociedade civil organizada, tanto nas esferas do Estado quanto em diversos locais da sociedade, formulam um método de democratização social que teria a capacidade de "incluir" grandes parcelas da população nas benesses materiais do capitalismo periférico, pela via da "equidade e da justiça (como) regra de sociabilidade e princípio de reciprocidade" (TELLES, 1994, p. 240).

Porém essa aposta na ampliação de conquistas pela via da etérea cidadania não surge, a nosso ver, de uma guinada teórica, mas de uma adequação às incongruências que já estavam presentes nos escritos dos anos de "emergência dos movimentos sociais".

Kowarick considera que houve uma dominância de análise, na qual muitos autores deduziram, de uma condição objetiva, uma reação política de cunho transformador, centrada na classe operária, que o autor chama de otimismo catastrófico ou visão genético-finalista.

Concordamos com o autor, quando este afirma que houve uma predominância da influência da escola francesa de sociologia sobre a produção que aborda a sociologia urbana no Brasil, utilizando o conceito de contradições urbanas, de Manuel Castells, de maneira desarticulada com a realidade socioeconômica brasileira do período, o que gerou um descolamento das análises econômicas vinculadas às experiências dos movimentos sociais.

Porém destacamos que houve, também, uma tentativa de adaptação teórica bastante improdutiva, que relacionou o crescimento dos movimentos urbanos como adversários do Estado, por seu caráter ditatorial, passando a instrumento desses mesmos movimentos no período subsequente de "redemocratização".

As mesmas produções que destacam o espaço urbano capitalista como produtor de contradições, o que chamamos de vertente macroestrutural, aceitam a prerrogativa da mudança do "sinal" negativo do Estado, dependendo da capacidade de construção democrática dos grupos organizados na chamada sociedade civil.

Verificamos a ênfase na democratização da sociedade como aposta para a criação de relações emancipatórias que teriam sua centralidade na "nova contratualidade", ou seja, em uma condição de equidade e justiça, que teria "menos a ver com as circunstâncias adversas de uma economia periférica, do que com o modo como o Estado regulamenta e intervém nas relações de trabalho" (TELLES, 1994, p. 235).

Muito embora esses autores façam crítica à versão liberal da democracia e cidadania, por sua limitação derivada da restrição dos direitos à superficialidade das normas legais, nem sempre garantidos na conflituosidade das relações sociais, consideramos que esta vertente não

rompe com o núcleo da concepção liberal, pois, ao desconsiderar as relações sociais de produção como origem da exploração e das desigualdades secundárias, como a "condição socioeconômica" e, ao negar a existência das classes e a centralidade da luta entre elas, retorna à concepção individualista, agrupando os indivíduos segundo as representações simbólicas das condições objetivas da vida.

A luta, em última instância, é pela igualdade de condições e pela possibilidade de elaborar formas de ação política que, em última análise, passam pelo Estado capitalista, sem que seja questionada sua origem e dinâmica de classe.

Para essa vertente, a reprodução capitalista leva grupos à atividade política na defesa de interesses específicos, a qual seria exercida pela garantia do pluralismo, da autonomia dos movimentos populares, da liberdade de organização e da luta pela hegemonia como construção do consenso majoritário (WEFFORT, 1992).

No Brasil, o conjunto das forças populares teria a tarefa histórica de reverter o caráter autoritário das relações da sociedade civil com o Estado (Ibidem, p. 42) ou, como chama Weffort, do sistema dual brasileiro[106]. Portanto, faz-se necessária a construção de sujeitos políticos coletivos que realizem formas diretas de representação, articuladas aos mecanismos de representação formal tradicional, ampliando o grau de representatividade, o que levaria, com o pluralismo e a autonomia, os setores populares a serem os portadores da "hegemonia dos trabalhadores sobre o governo da sociedade como um todo" (Ibidem, p. 39).

Em termos gerais, a democracia, a cidadania e os direitos assentam-se nas mesmas bases que constituem o sujeito político-jurídico na sociedade capitalista. Os direitos (civis, políticos e sociais) fundam sujeitos como portadores de liberdades em diversos aspectos da vida social, oferecendo-lhes diferentes níveis de igualdade, dependendo do contexto histórico de conflito de interesses na sociedade; já a cidadania corresponde à implementação desses direitos como capacitação de ação sociopolítica dos sujeitos em várias instâncias da vida social.

Embora o processo de implementação dos direitos na sociedade capitalista possa ser considerado conflituoso, ele não é contraditório, ou seja, sua plena extensão, por sua própria essência, não põe em risco o sistema capitalista.

Isso não quer dizer, de forma alguma, que a ampliação efetiva de direitos seja indiferente à classe trabalhadora, visto que "seriam as lutas populares [...] o fator determinante no processo global de criação de direitos na sociedade capitalista" (THERBORN *apud* SAES,

[106] Consiste um regime político competitivo para os grupos economicamente dominantes e uma marginalidade sociopolítica para os grupos pobres (Weffort, 1992).

2003, p. 20), como meio para aumentar a capacidade de reprodução da vida material compatível com o crescente oferecimento de mercadorias num determinado estágio capitalista.

Tomemos como referência a contribuição marxista como uma análise mais profunda da democracia e cidadania no capitalismo, pois centra-se na dinâmica das relações de produção, das classes sociais e da esfera política do Estado.

Marx tratou, em diversas obras[107], com atenção a suas obras de análise de formações sociais[108], do papel e da significação do Estado no capitalismo, evidenciando sua dinâmica histórica, atrelada às relações sociais de produção, assentadas na exploração e na apropriação do mais-valor e na propriedade privada dos meios de produção. O Estado afirma-se como um instrumento de dominação de classe mantido pela dinâmica social do capitalismo, porém apresenta-se como um "organismo" acima das classes, neutro e regulador da vida social.

Marx trata da emancipação política nas sociedades capitalistas, que eleva o trabalhador a cidadão, como homem "livre", dispondo de si como igual nos contratos de venda da força de trabalho. Porém, como esse cidadão está subtraído das condições reais de igualdade e liberdade, e estas não podem ser apresentadas claramente à sociedade, o Estado coloca-se como resultado das relações harmoniosas que se elevam da sociedade supostamente coesa.

Uma vez que há, no capitalismo, a incapacidade de garantir o interesse geral, pelo caráter irreconciliável das classes, a democracia apresenta-se, através do direito burguês, como condição ideológica para a reprodução capitalista e como a forma política mais acabada da dominação burguesa.

A esse respeito, Lênin, em "O Estado e a Revolução", reafirma a legalização e o fortalecimento de uma ordem capitalista que busca, através do Estado, obscurecer e diminuir o conflito entre as classes e, nesta ordem, a democracia burguesa "é sempre comprimida no quadro estreito da exploração capitalista e, por isso, permanece sempre, no fundo, uma democracia para a minoria" (LÊNIN, 2007, 110).

Naves, apoiado em Lênin[109], insiste no obscurecimento do domínio burguês na democracia, justamente pela negação da vinculação entre as relações de produção e o Estado burguês, ao considerar apenas o âmbito legal da igualdade e liberdade, restringindo a luta pelo

---

[107] É fundamental a contribuição de F. Engels na discussão sobre a questão do Estado em Marx. Destacamos a obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, em que Engels apresenta as condições de surgimento do Estado vinculadas ao conflito entre as classes sociais.

[108] Referimo-nos às obras: *O Dezoito de Brumário,* de Luís Bonaparte, e *A guerra civil na França*.

[109] O texto a que nos referimos intitula-se Estado e Revolução (2007), em que Lênin debate as formações capitalistas e sua relação com o Estado e sua superação.

poder do Estado à luta pela forma de exercício do poder de Estado, negando o caráter classista da democracia ao universalizá-la.

O mesmo ocorre com a cidadania, acrescentando que há, em geral, uma discrepância naquilo que o conjunto de direitos reconhece como adquirido, mas não é efetivamente realizado.

Segundo Marx, essa defasagem não ocorre pelas limitações orçamentárias, tampouco pela tal propalada "falta de vontade política", mas por um processo muito mais profundo e fundamental na edificação da sociedade capitalista. Ocorre por uma determinação do valor de troca, condição para que a força de trabalho possa se transformar em mercadoria e circular como objeto no processo de produção. A formação das classes sociais, apoiada no nível econômico, impõe uma ilusão jurídica ao trabalhador, como suporte desta mercadoria, transfigurando-o em "homem livre" no "éden dos direitos naturais [...] Pois, comprador e vendedor de uma mercadoria, por exemplo, a força de trabalho, são determinados apenas por sua livre vontade. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais" (MARX, 1983, p. 145).

A questão teórica que sobressai é se, na sociedade capitalista, cujo objetivo é a exploração do trabalhador pela apropriação do valor gerado pela mercadoria força de trabalho, é possível concretizar a participação da maioria, através do exercício político da cidadania, em um Estado "democrático" capitalista.

Devemos primeiramente considerar a cidadania historicamente. Vimos, desde as revoluções burguesas do século XVII e XVIII, que os direitos civis foram imprescindíveis à formação da sociedade burguesa, quando se concretizou a liberdade individual, de pensamento, de celebração de contratos e atuação no mercado.

Os direitos políticos, por sua vez, somente fizeram parte do horizonte social posteriormente, com a possibilidade de ampliação dos direitos políticos, com variantes importantes nas instituições[110], foram implementados tais direitos.

E apenas na segunda metade século XX, os direitos sociais puderam, de fato, concretizar-se em alguns países, como acesso ao mínimo necessário para o bem estar e segurança material de todos os indivíduos.

A dinâmica da sociedade capitalista necessita, de forma estruturante, da realização plena dos direitos civis, como condição para o exercício das trocas de todas as mercadorias, incluindo a força de trabalho. Porém, os direitos políticos e sociais não estão nessa condição

[110] Referimo-nos às formas de governo e às limitações econômicas impostas ao voto até a realização do sufrágio universal.

de realização plena. Pelo contrário, podem regredir ou desaparecer, dependendo do grau do conflito social. É o que percebemos nas crises ditatoriais, quando há possibilidade de ampliação de direitos, ou em posição hegemônica da burguesia, quando é possível uma intensa regressão dos mesmos.

Assim, segundo Naves, a forma jurídica moderna, como reconhecimento de um estatuto universal de direitos, é "uma forma de subjugamento dos trabalhadores que aparece como o seu contrário" (2001, p. 70). Ao aparecer como garantia do exercício da política à todos e em todos os locais, o direito aparece como instância política da sociedade burguesa.

A primeira consequência desse processo é a expulsão, para o campo da ilegalidade, de toda e qualquer ação da classe trabalhadora que não esteja prevista como legal nos códigos jurídicos. A segunda é a negação da prática política nas esferas sociais que possam ameaçar a valorização do capital, em qualquer de suas formas, jogando, para o parlamento e o sistema eleitoral, a legitimidade da ação política e, consequentemente, gerando a legalização da luta de classes com a priorização do "consenso majoritário", ao mesmo tempo em que há uma desconsideração do papel da violência do Estado na contenção das lutas dos trabalhadores (TOLEDO, 1994).

Muitos autores marxistas brasileiros, recentemente, questionaram se a valorização da democracia seria importante para a classe trabalhadora (SAES, 2003; NAVES, 2001; TOLEDO, 1994).

Para Naves, pelas possibilidades de organização e luta ideológica aberta, a luta pela manutenção da democracia seria, unicamente, um posicionamento tático. Saes acrescenta que há uma limitação no exercício da cidadania e que, mesmo com o sufrágio universal e o regime democrático, a sociedade capitalista obstaculiza o efetivo controle dos trabalhadores sobre as decisões essenciais do sistema. Toledo acrescenta, ainda, o caráter mistificador, no capitalismo, criado pela ilusão do Estado neutro e condutor de consensos que legitima a ordem burguesa.

À luz da contribuição teórica do marxismo e recuperando uma constatação realizada por Saes (2003), em sua crítica à T. Marshall, afirmamos que a conquista da cidadania (ainda não realizada no Brasil) não é evolutiva, consolidada em etapas, e, portanto, pode ser revertida.

A história recente mundial e brasileira, de que trataremos especificamente adiante, a partir da consolidação do neoliberalismo, tem confirmado que a regressão dos direitos é uma verdade teórica e histórica, demonstrada tanto nos países capitalistas centrais, quanto na periferia do sistema.

O neoliberalismo tem sua pedra de toque na obra de Friedrich Hayek, "O Caminho da Servidão", alardeada pelo encontro de intelectuais e políticos na cidade de Mont Pèlerin, na Suíça, em 1947[111]. A partir desse "manifesto", o neoliberalismo ganhou adeptos divididos em três principais correntes (MORAES, 2001): a Escola Austríaca, de Ludwig Von Mises e Hayek; a Escola de Chicago, de, entre outros, Theodoro W. Schultz, Gari Becker e Milton Friedman; e a Escola da Virgínia ou public choice.

Há, porém, um conjunto de preceitos comuns que congregam tais correntes. São eles: o individualismo, a crítica ao Estado por sua constituição coercitiva, a crença na ingovernabilidade da democracia e a convicção do mercado como depositário das liberdades individuais.

A sociedade, segundo os neoliberais, é um agregado de homens livres, dispostos a realizar seus objetivos particulares através de trocas no mercado, que é valorizado como lócus de contemplação do ser humano, por proporcionar a produção, distribuição e consumo de bens, de acordo com a vontade, nos atos de compra e venda.

O Estado, no entanto, é o lócus da política, da decisão sobre a administração dos bens que não são lucrativos ao mercado e que são de utilidade coletiva. O jogo institucional está circunscrito em oferecer à população apenas o que for, sem perigo de dúvida, objeto de interesse de todos os indivíduos.

As democracias modernas, segundo os neoliberais, tornam-se, por esse motivo, lugar privilegiado de críticas, por sua morosidade e impossibilidade de solucionar as questões mais relevantes de uma dada comunidade, e esse fato se dá por buscar atribuir ao Estado tópicos que não devem ser de sua competência. Assim, "o grande mérito da doutrina liberal é ter reduzido a gama de questões que dependem de consenso a proporções adequadas a uma sociedade de homens livres" (HAYEK, 1987, p. 83).

A desigualdade social é natural e desejável, pois, primeiro, anuncia o respeito às diferentes condições naturais de posicionamento de cada indivíduo; segundo, fortalece a competitividade no sistema econômico, asseverando a conquista dos objetivos propostos àqueles que desempenharam melhor as ações direcionadas ao seu intento; e terceiro, auxilia

---

[111] Estavam presentes na reunião historiadores, como C. Wedgwood e Erich Eyck; filósofos e teólogos, como Hans Barth, Karl Popper e Michael Polianyi; alguns jornalistas, como Trygve Hoff, John Davenport, e Felix Morley, e vários economistas, como Hayek, Walter Eucken, Lionel Robbins, John Jewkes, Carl Iverson, Ludwig Von Mises, Aaron Ditector, Frank Grahan, Maurice Allais, Milton Friedman e George Stigler (estes três últimos, futuros ganhadores do Prêmio Nobel de Economia)

[111] James M Buchanan e Gordon Tullock são expoentes desta escola e alçam influências com a publicação de The Calculus of Consente, de 1962.

no equilíbrio da esfera econômica com a acomodação dos indivíduos em diferentes funções sociais.

Uma vez que a pretensa igualdade entre os sujeitos é descartada do horizonte neoliberal, a ideia de justiça é, também, reconceituada.

Os argumentos neoliberais contra as concepções de justiça e igualdade social estão incrustados na defesa da ideia de que todos aqueles que defendem a concepção generalizante e vaga de justiça social partem do pressuposto de uma falsa igualdade entre todos os indivíduos.

Percebemos um conjunto teórico articulado que foi capaz de passar de "intenções fora de época" à referência mundial para a sobrevivência do capitalismo, tornando hegemônico, para usar um termo corrente, "o pensamento único", nas duas últimas décadas do século XX e XIX.

Como explicar esse alcance teórico-político? Alguns autores empenharam-se nessa tarefa e definiram o neoliberalismo como "[...] uma forma histórica do capitalismo" (PETRAS, 2000, p. 36), como uma ideologia (MORAES, 2001, p. 27; BOITO, 1999, p. 23) ou como "conjunto particular de receitas econômicas e programas políticos que começaram a ser propostos nos anos 70." (THERBORN, 1995, p. 139).

Nos países de capitalismo avançado, essa doutrina econômico-política e ideológica tem início durante a crise de acumulação capitalista dos anos 70, que eclodiu no seio do Estado de bem-estar social e abriu amplo espaço para a admissão da ideologia neoliberal.

Destacamos, como elementos constitutivos dessa crise e como problemas estruturais no padrão de acumulação capitalista (BIANCHETTI, 2001 e SOUZA, 2002) desse período:

a. a queda da taxa de lucro, concomitantemente ao aumento do preço da força de trabalho e intensificação das lutas por ampliação das conquistas sociais, ocasionando queda de produtividade, o que levou ao acirramento da tendência decrescente da taxa de lucro (ANTUNES, 1999);

b. a estagflação que atingiu "todo o mundo capitalista avançado (impondo uma) longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação [...]" (ANDERSON, 1995, p. 10);

c. a crise do modelo taylorista/fordista, que não mais respondia de maneira satisfatória à retração do consumo gerado, principalmente, pelo crescimento do desemprego estrutural, dando origem a um processo internacional de reestruturação produtiva (ANTUNES, 1999);

d. a intensa concentração de capital nas empresas formadoras dos monopólios e oligopólios, ativados pelo crescente número de fusões (Idem);

e. o fortalecimento do poder econômico dos bancos internacionais na nova fase de internacionalização do capitalismo, configurado pelo crescimento do capital financeiro em relação ao capital produtivo, o que leva a um maior controle da distribuição internacional do fluxo de capitais por estes agentes (BIANCHETTI, 2001).

A busca pela recomposição das bases cumulativas implicou uma disputa ideológica por um novo modelo econômico e político capaz de suplantar as consequências da crise dos anos 70. Para cumprir esse papel, as agências multilaterais, sobretudo o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), foram significativas para a implantação das políticas destinadas aos países dependentes, sobretudo a partir dos anos 80.

O centro do debate que se impõe é o grau de intervenção dos organismos internacionais sobre a política dos países endividados. Aceitar que há uma prescrição, da qual, inexoravelmente, os governos não podem recuar, parece-nos unilateral, ao sublinhar apenas os fatores externos, desconsiderando não só os movimentos realizados internamente por coligações conservadoras com interesses na política neoliberal mas também a oposição à essas medidas.

Há, portanto, um distanciamento entre as formulações teóricas e as ações governamentais neoliberais, que nos permite questionar quanto à possibilidade de "levar a cabo" a ortodoxia teórica dos neoliberais em formações sociais concretas.

A América Latina foi "pioneira" na experiência neoliberal, com o Chile de Pinochet, e demonstrou que os mesmos princípios dessa política poderia ser aplicada de maneira disforme, com avanços e recuos, dependendo de muitos fatores a serem considerados, além da forte propaganda neoliberal[112].

Na Europa, as políticas neoliberais de contenção de gastos, destruição da política de pleno emprego, estabilidade monetária e concessão fiscal ao capital foram iniciadas, na Inglaterra, por Margareth Thatcher, em 1979, e varreram o continente. Os Estados Unidos somaram-se à "onda neoliberal" com o governo Reagan, em 1980, o que influenciou, decisivamente, a adoção dessas medidas na América Latina, ainda nos anos 80 e na década seguinte, onde tais "reformas" foram realizadas pelos governos conservadores, em sua grande maioria, eleitos, que adotaram, como centro de sua plataforma, a desregulamentação do mercado de trabalho e a supressão dos direitos sociais, privatizações e desregulamentação financeira com abertura comercial (BOITO, 1999).

[112] A respeito das diferenças entre os países latino-americanos na implementação do neoliberalismo na América Latina ver BORON, 1999, p 12 -16.

O neoliberalismo, como "uma nova ordem social (foi) marcado pelo restabelecimento da hegemonia da finança, isto é, das frações superiores das classes capitalistas e instituições financeiras" (DUMÉNIL, 2007, p. 186), e, no Brasil, a "redemocratização" significou um rearranjo interno no sistema de interesses das frações da classe dominante, tal como vinha acontecendo em outros países.

A eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, representou a saída institucional da classe dominante brasileira, cujas "figuras de ponta" estavam desgastadas publicamente, diante do crescimento das candidaturas populares de Leonel Brizola, do PDT[113], e de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, que, antagonizando com a direita militarizada e continuísta, colocavam "bandeiras antimonopolistas, antilatifundiárias, anti-imperialistas" (MACHADO, 2004, p. 102).

Sua vitória frustrou as expectativas daqueles que avaliaram que a "sociedade civil" estava suficientemente convencida da necessidade de mudança nos rumos do país e consolidou o avanço do neoliberalismo que já tinha aberto espaço aos seus representantes, inclusive, como ministros de Estado[114].

A coalizão que apoiou Collor, formada por uma ampla frente conservadora, conseguiu pôr em marcha as medidas neoliberais, mas, devido ao seu impeachment, em 1992, foi Fernando Henrique Cardoso, do Partido Social-Democrata Brasileiro (PSDB), o responsável por levar à frente sua implementação mais profunda.

A base social de apoio a essa aliança congregava a maioria da classe dominante, da classe média e setores da classe trabalhadora organizada (SAES, 2001, p. 85), mas não anulava os conflitos internos de interesses entre frações da classe dominante que não aprovavam as medidas neoliberais em sua totalidade.

Se o conjunto da política neoliberal foi apoiado integralmente pelo capital financeiro, o mesmo não se pode dizer de outros setores, como a grande burguesia industrial e latifundiária que dava "apoio político ao projeto neoliberal, conjugado a uma postura reticente quanto à concretização de um tópico específico deste programa" (Idem, p. 131), em desacordo com seus interesses diretos[115].

---

[113] Partido Democrático Trabalhista (PDT)

[114] Motta (2001, p. 39) lembra que a presença do Ministro da Fazenda, Francisco Dorneles, em 1984/1985, mostrava que os setores neoliberais já encontravam espaço no governo Sarney, embora tenha havido avanços e recuos até a eleição de Collor.

[115] Podemos exemplificar este conflito com a negação de setores agrícolas que não apoiavam o fim dos subsídios, créditos, etc.; ou mesmo dos setores da classe trabalhadora que eram contra o desmanche de parte da legislação trabalhista, embora apoiassem o desmonte do "inchaço" do Estado, mesmo que implicasse a diminuição de postos públicos.

Esse equilíbrio entre diferentes interesses setoriais, porém, não ameaçava a hegemonia neoliberal no governo, embora fosse necessário realizar manobras delicadas para a implantação progressiva das medidas, visto que suas consequências antipopulares poderiam aumentar a resistência dos setores antineoliberais, dificultando seu avanço.

A velocidade da implementação das "reformas" é um dos sinais desse meticuloso trabalho de efetivação da ordem neoliberal, isto é, da implantação de uma nova "forma histórica do capitalismo" (PETRAS, 2000, p. 31) no Brasil.

O ritmo das "reformas" foi importante para a desorganização de uma resistência mais consistente, pois foi a regra em todos as medidas: abertura comercial, mercantilização dos direitos, privatização, etc., mas não foi suficiente para explicar por que não houve uma ampla contestação ao neoliberalismo.

Nos anos 1990, as medidas neoliberais fizeram regredir claramente as condições de vida da maioria dos trabalhadores brasileiros, sobretudo das trabalhadoras, para quem foram destinados os trabalhos mais precários e salários menores (GONÇALVES, 2005). A política de abertura comercial não gerou empregos, as privatizações suprimiram postos de trabalho, o tempo de procura por emprego aumentou, assim como a taxa de desemprego, sobretudo nas grandes cidades. A alta taxa de rotatividade expressava o aumento dos contratos temporários. Houve acréscimo da utilização de mão de obra infantil e adolescente, ao mesmo tempo em que a média do salário real caía (BOITO, 2002).

A condição do emprego e da renda deteriorou-se e as políticas sociais encolheram com a efetivação de uma "reforma" do Estado, cuja ação regrediu para o atendimento a programas de cunho estritamente compensatório e emergencial dirigidos à população mais pobre.

As políticas sociais foram redimensionadas com o privilegiamento de quatro eixos de ação, no que se refere à atuação do Estado na elaboração, execução e avaliação das políticas sociais, sendo eles:

a) Focalização: uma forma de reordenação dos custos, com o direcionamento de verbas a um quantum de pessoas consideradas em estado agudo de pobreza, às quais é destinado um benefício de piso mínimo. Os responsáveis por tais ações são, prioritariamente, as Organizações não-governamentais (ONGs) e entidades filantrópicas, que trabalham em caráter de "parceria" com o Estado;

b) Descentralização: o afrouxamento das responsabilidades do Estado em sua escala federal, passando-as para as localidades e corresponsabilizando as comunidades pela aplicação e pelos parcos resultados dos programas desenvolvidos, além de estimular as entidades de cunho público e não estatal;

c) Privatização: pode ocorrer de formas variadas, alargando o caráter mercantil das relações sociais, com a transferência da propriedade estatal e/ou da gestão dos bens públicos para a iniciativa privada ou através do estímulo à relação fornecedor/cliente em lugar de Estado/cidadão;

d) Desregulamentação: consiste em retirar todos os entraves legais que obstruem a ação livre do mercado na vida social, eliminando os impedimentos ao desenvolvimento dos empreendimentos privados.

Entre as alegações doutrinárias do neoliberalismo e sua implantação efetiva, não se interpõe apenas a dinâmica das formações sociais, mas também a real intencionalidade de suas ações e o caráter ideológico de suas políticas.

O "Estado mínimo" é um princípio ideologicamente trabalhado e uma medida cuidadosamente dosada, pois o "argumento real do neoliberalismo não é mercado *versus* Estado, mas a natureza de classe do estatismo neoliberal" (PETRAS, 2000, p. 36), ou melhor dizendo, a diminuição ou aumento da intervenção estatal é direcionada segundo o movimento da luta de classes, nacional e internacionalmente.

As transformações na base de produção com o intuito de produzir ganhos com a produtividade do trabalho intensificou o avanço tecnológico concomitantemente à descentralização produtiva, gerando redes de terceirizações e subcontratações de pequenas e médias empresas, onde está ausente a proteção ao trabalho.

Esse modelo que reordenou o "chão da fábrica", conhecido como toyotismo[116], transformou as relações sociais como um todo, intensificando a exploração e a dominação do trabalho pelo capital em diversas dimensões, como evidencia Behring:

> Os efeitos sobre a força de trabalho têm sido devastadores, caracterizando um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora [...] (com o) aprofundamento do desemprego estrutural, da rápida destruição e reconstrução de habilidades, da perda salarial e do retrocesso da luta sindical (2003, p.35-36).

A reestruturação produtiva e a política econômica neoliberal forjaram relações entre o Estado e as classes trabalhadoras no neoliberalismo que mostram uma regressão democrática e um fortalecimento de seu caráter de classe.

Nesse novo contexto mundial, em que os Estados se convertem em pontos de apoio do capital internacional, aderindo ao modelo de ajuste estrutural do FMI e BM, com vistas à

[116] Sobre o toyotismo, ver Antunes (1999, 2003); Borges (2004).

inserção dos países na dinâmica do capitalismo, os Estado nacionais têm papel fundamental na realização das políticas que integram o país ao processo de mundialização dos mercados.

Concordamos com Petras, quando este diz que o neoliberalismo é um "fenômeno eminentemente político que depende do Estado" (PETRAS, 2000, p. 36), no que tange à capacidade que o Estado tem, no espaço nacional, de articular compromissos e interesses nas instituições, concretizando as políticas neoliberais. Porém lembramos que o caráter fundamental das intensas mudanças, no mundo da produção, estão articuladas à implementação das mudanças político-ideológicas promovidas pelo neoliberalismo no âmbito do espaço nacional.

O Estado, no neoliberalismo, mostra claramente seu desprezo pela construção de espaços de diálogo entre interesses divergentes, recrudescendo formas institucionais de repressão[117], de associativismos de solidariedade individual, enfraquecendo os já frágeis regimes democráticos burgueses na América Latina, que, sem uma forte resistência popular ao neoliberalismo, mantêm uma democracia limitada, tendendo a formas de autoritarismo civil (SAES, 2001) em conjunturas de maior embate.

Behring (2003) caracteriza como contrarreformas o conjunto de medidas neoliberais, por seu conteúdo de ênfase no mercado e regressão da condição material de vida e dos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Corroboramos essa visão, acrescentando que o impacto das contrarreformas, no sindicalismo brasileiro, intensificou as perdas e projetou uma crise nas organizações da classe trabalhadora integradas ao sistema de proteção ao trabalho.

Assim, as mudanças no processo produtivo, aliadas às políticas neoliberais, fizeram ruir as bases de sustentação de um sindicalismo de confronto[118], construído ao longo da década de 80, com a criação da CUT, e, com isso, formou-se um quadro de enormes dificuldades para a resistência dos trabalhadores no Brasil, com o processo de intensas transformações na forma de ser da classe trabalhadora, decorrentes da reestruturação produtiva no país, combinada com o avanço das políticas neoliberais que estariam legitimadas pelo voto popular.

---

[117] Citamos, como exemplo, dentre tantos, o episódio da greve dos petroleiros, em 1995, quando a categoria entrou em greve por reajustes salariais em defasagem desde 1994. Com adesão de 90% dos trabalhadores, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou a greve abusiva em seu sétimo dia e o presidente FHC ordenou a invasão das refinarias pelo exército. Dias depois, 25 trabalhadores foram demitidos e os grevistas tiveram seus salários zerados. Tudo dentro da mais "perfeita ordem"... neoliberal.

[118] Chamamos de sindicalismo de confronto o tipo de ação sindical priorizado pelos sindicatos, sobretudo os filiados à CUT, nos anos 80, que tinham como características de suas ações o foco na questão salarial, a mobilização em oposição à política econômica e social dos governos, o uso frequente da greve como instrumento de luta e o apoio a parlamentares petistas ligados à base sindical (GOULART, 2004).

Evidentemente, não passaram pela chamada "crise do sindicalismo", entidades como a Força Sindical, central criada em 1991, com apoio direto do governo Collor, que compunha a frente conservadora que sustentava a política neoliberal.

Os alvos prioritários da política neoliberal são os sindicatos e centrais que vinham de uma história de oposição aos governos na década de 80 e que construíram, com luta, as conquistas dos trabalhadores, que podemos chamar de "herdeiros do novo sindicalismo".

Essas entidades, ao procurarem saídas para a crise sindical, assumem o sindicalismo de confronto e rejeitam duas vertentes que se apresentam como opções estratégicas para ações sindicais a partir de então. A primeira é a oposição aberta à adesão a um sindicalismo de direita, conformado na integração com governos neoliberais. A outra, mais matizada, é a negação do marxismo/leninismo, identificado com as experiências da União Soviética e do Leste Europeu que ruíram no início dos anos 90.

A CUT reorientou suas ações na tentativa de não perder mais espaço entre os sindicalizados, apostando em uma análise conjuntural de que não era mais possível estar na ofensiva, com ações diretas e greves, pois a capacidade organizativa e mobilizatória fora duramente atingida pelo aumento do desemprego e queda da renda. Por outro lado, uma postura unicamente defensiva poderia corroer as bases de confiança entre os trabalhadores e os dirigentes, aumentando uma insatisfação já crescente na base.

A saída foi a combinação entre um direcionamento para as questões corporativas (produtividade, participação nos lucros, abertura comercial, etc.) e a abertura para a intervenção em políticas públicas (questões de gênero, étnicas, trabalho infantil, etc.), mas essa concepção necessitava de espaços de negociação para que essa estratégia de ação se realizasse. Daí a aposta nos fóruns institucionais, como as câmaras setoriais, e os já citados Conselhos de Habitação, como espaços de "oposição democrática" e possíveis ganhos, como deixa claro o trecho abaixo:

> A formulação dessas estratégias passa, por sua vez, pela *valorização da democracia*, que deve se concretizar na modernização das relações de trabalho e na redefinição das relações políticas entre os *vários agentes sociais.* Ao contrário de significar a negação das desigualdades, a aposta na democracia implica reconhecer e explicitar, *pela via da negociação ou do confronto propositivo*, a existência das contradições sociais. [...] Em outras palavras, a *democracia é antes de tudo um valor estratégico* para nós, trabalhadores (CUT a*pud* GOULART, 1998, p. 71, grifo nosso).

Pode parecer paradoxal que, em uma conjuntura de efetivação de contrarreformas e de esgotamento dos espaços democráticos, uma parcela significativa do sindicalismo, antes de

confronto (o que não significa dizer revolucionário), opte pela adesão a uma democracia puída para garantir perdas menores.

Porém a transfiguração do sindicalismo cutista é muito mais profunda do que se pode supor pelos discursos. O que se construiu ao longo dos anos 90 foi uma forma de ação sindical que aderiu ao neoliberalismo em suas premissas fundamentais e fez oposição corporativa, tal como o fez, desde seu surgimento, a Força Sindical.

Esse redirecionamento que nomeamos como sindicalismo de participação intitulou-se de "sindicato cidadão", ressaltando os princípios com o espaço público em detrimento dos interesses privados, leia-se trabalhadores, voltando-se para políticas de cunho social capazes de atingir um número maior de pessoas, tais como: convênios com universidades privadas, cursos educacionais, benefícios na área da saúde, campanhas de "conscientização" sobre diversos temas, etc.

Corroborando a proposta de ação "pública não estatal", o sindicato cidadão valorizou projetos que pudessem ir além da "melhora da condição objetiva" do trabalhador. "O sindicato torna-se, assim, uma espécie de ONG que (sic) credencia junto ao governo para executar serviços públicos relegados pelo Estado" (GALVÃO, 2003, p. 267).

A escolha não poderia ser mais apropriada, afinal, como sindicato cidadão, o formalismo igualitário cobre-se de um verniz progressista, que pode significar, aos menos atentos, uma ampliação da atuação sindical, quando, de fato, esse tipo de sindicalismo não se põe em oposição à ofensiva do capital que destrói as conquistas dos trabalhadores integrados ao mercado formal e, portanto, base sindical, e ainda nega qualquer perspectiva de intervenção real junto à massa de trabalhadores subempregados e precarizados que aumenta a cada dia.

Porém o sindicalismo de participação adéqua-se à noção de cidadania reformulada pelo projeto neoliberal e integrada à sua agenda de difusão ideológica como instrumento para disputar as ideias de transformação e mudança, antes empunhadas, unicamente, pelas forças políticas do projeto participativo democratizante.

A concepção de cidadania presente no neoliberalismo está, primeiramente, vinculada à visão liberal de direito, ou seja, uma conquista estrita no campo jurídico, porém o que está definido como direito, ou seja, uma garantia de que a sociedade oferecerá ao indivíduo algo que ele não possua, é visto pelos neoliberais como uma inversão das "regras do jogo" e deve, portanto, ser restrito.

A sociedade de livre economia tem uma organização social que se aproxima da possibilidade de justiça. Esta é considerada como proveniente do sistema de regras sociais

construído pela tradição dos comportamentos individuais. Portanto a justiça emana da ação individual livre dirigida pela tradição e, sobretudo, pelos interesses privados de cada um. Sendo assim, o mercado contempla o maior número de pessoas, pois proporciona o acesso livre dos indivíduos aos bens de que necessitam, assim como atende, de maneira mais ampla, à variedade de carências, oferecendo múltiplas escolhas aos indivíduos, ou seja, incentivando a competitividade.

Há, claramente, nessa concepção, a premissa de que o mercado permite o encontro de indivíduos igualmente capazes e beneficiados com a troca permanente no mercado. É essa visão que faz com que a sociedade ofereça aos seus membros a livre oportunidade para travestirem-se, ora como vendedores, ora como compradores, o que desenvolveria essa coletividade tanto material e como socialmente.

Assim, o caminho para uma sociedade mais próspera seria, então, aquele em que ela fosse capaz de verificar quais regras do mundo político mais se aproximariam do mercado e incentivá-las, na mesma medida em que se coibiria aquelas que retraem seu crescimento.

É aí que a noção de cidadania neoliberal encontra aporte. Ser cidadão é participar do mercado, ser consumidor, produtor, realizar as trocas de acordo com suas vontades e, é bom lembrar, suas capacidades.

O que antes era visto como direito passa a ser um serviço, a que o cidadão terá acesso por meio das trocas mercantis que devem ser incentivadas. Mas e aqueles que não podem fazê-lo? Estes serão auxiliados por outros que já estão aptos a ensinar a "competir e vencer".

Há, de fato, uma disputa pela significação do termo cidadania, que foi imbuído de uma conotação progressiva de conquista e melhora das condições de vida. Há um valor positivo agregado à cidadania, hoje, no Brasil, o que significa dizer que, onde há cidadania, há uma vida melhor. Porém a construção ideológica neoliberal do termo comprometeu, de maneira brutal, seu caráter de luta política pelos sujeitos sociais, esvaziando de sentido democratizante e participativo a cidadania proposta desde os anos 80, pelos setores da chamada "esquerda democrática" e reforçando ideias como: consumo, mercado, competição, individualismo.

Em substituição aos movimentos sociais, que são considerados corporativos e atrasados, uma vez que exigem do Estado garantias de direitos, está o "Terceiro Setor", ou mais especificamente, as ONGs, que, junto ao Estado, "representam" os grupos sociais que não dispõem de condições de "serem cidadãos".

A sociedade é convidada a agir pela melhora da coletividade, através da "solidariedade", que significa um apelo moral individual de assistência aos "carentes". Da mesma forma que as regras sociais se estabelecem pela dinâmica do mercado, neste caso,

também o mercado, pela ação individual de cada cidadão, pode indiretamente amparar, com o oferecimento de serviços, aqueles que são "carentes" de iniciativa, protagonismo e competitividade. Os direitos são substituídos pelos serviços. Na política social, o Estado é substituído pelas ONGs.

Tal como os movimentos sociais se diluem na luta pela cidadania, as assessorias se transformam em ONGs, em um contexto de mudanças nos anos 90 que implicaram

> uma imediata diminuição do emprego formal, com a redução de filiações e poder de mobilização dos sindicatos; direcionamento das políticas econômicas para as atividades na economia informal; favorecimento da abertura de negócios com custos reduzidos para contratação de mão-de-obra não filiada a sindicatos e sem direitos trabalhistas; desenvolvimento da ideia de uma "economia comunitária", que encontrara nas ONGs um terreno fértil para sua disseminação (COUTINHO, 2004, p. 31).

Nos anos 1960 e 1970, as assessorias são integradas aos movimentos sociais, com a finalidade de auxiliar no desenvolvimento de suas ações, oferecendo conhecimentos técnicos de que os ativistas não dispunham. Nesse formato de aliança, os movimentos sociais eram o motivo da existência das assessorias.

Porém os anos 1980 mudaram o contexto de enfrentamento político, com a centralidade das ações do campo progressista voltando-se para o "fortalecimento da democracia e suas instâncias". A regressão do caráter contestatório dos movimentos sociais e sua adesão à participação nas esferas estatais, com foco na conquista da cidadania, abriu espaço para que as assessorias se tornassem independentes dos movimentos sociais e passassem a ter uma existência baseada em projetos desenvolvidos diretamente com as comunidades.

Essa passagem aconteceu no mesmo momento em que os exilados políticos voltavam ao Brasil, com experiências em "ONGs/Agências" europeias, que os teriam "capacitado" para a atuação em ONGs no Brasil, inclusive por seus contatos, que se transformariam em futuros financiamentos[119].

[119] Coutinho faz referência à relação entre as Agências Internacionais que financiavam ONGs no Brasil com foco na denúncia de violação dos direitos humanos e pobreza nos países do "Terceiro Mundo". "A 'Cooperação Internacional' era (e) basicamente formada por Igrejas (católicas e protestantes), organizações de solidariedade, ou governos de vários países. Organizações como o Comite Catholique Contre la Faim et pour le Developpement (CCFD), francesa; o Servico das Igrejas Evangélicas da Alemanha para o Desenvolvimento (EED) alemão, Organização Interclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) e a Organização para a Cooperação Internacional de Desenvolvimento (NOVIB), holandesas; OXFAM6, inglesa priorizavam a ajuda às organizações e movimentos sociais nos países do sul, com o intuito de 'consolidarem a democracia'". (COUTINHO, 2004, p. 24)

Segundo Petras, as ONGs podem ser classificadas em três tipos: a. as ONGs neoliberais: atuam em conformidade com o desmonte dos sistemas sociais nacionais, direcionando-se à assistência social com financiamento de agências internacionais como Banco Mundial, FMI, O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), etc.; b. ONGs reformistas: são financiadas por fundações privadas e religiosas que visam corrigir as distorções consequentes do modo de produção capitalista, buscando compatibilizar os lucros com o desenvolvimento humano. São exemplos, os projetos de empresas "cidadãs" com atividade "sustentável", etc.; c. ONGs radicais: são antissistêmicas, lutam contra a intervenção de agências internacionais, estão diretamente ligadas a movimentos sociais anticapitalistas e, geralmente, são autogestionárias. (PETRAS *apud* COUTINHO, 2004, p. 36).

No Brasil durante os anos 90, as ONGs de caráter neoliberal e reformistas cresceram[120] e as radicais[121] mantiveram-se com dificuldades financeiras, pois não aderiram às exigências das agências financiadoras.

Coutinho lembra que muitos ex-exilados pós-marxistas fizeram das ONGs um "ramo" de trabalho que se integrou à política neoliberal ao realizar projetos sociais como forma de terceirização de uma (não) política social do Estado. Daí, a primazia dos projetos destinados à assistência, educação, sustentabilidade ecológica e desenvolvimento econômico local (Idem).

Um aspecto fundamental é a caracterização que as ONGs assumem ao se autossituarem no espaço da sociedade civil, nem estatal, como crítica à ineficácia e ineficiência do Estado, nem privada, por atuarem "sem fins lucrativos".

O campo de apoio do projeto participativo democratizante espraia-se para as ONGs, vistas como resultado de "uma aposta generalizada na possibilidade de uma atuação conjunta, de "encontros" entre o Estado e a sociedade civil" (DAGNINO, 2002, p. 13).

Dessa formulação decorre que, na sociedade civil, as classes estão diluídas em interesses genéricos e corporativos, como "melhores condições de vida", ao mesmo tempo em que se agrupam em organizações que não estão vinculadas à vida material e à intervenção

---

[120] Estudo do IBGE, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), feito a partir do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), mostra que há mais de 338 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos cujo crescimento, entre 1996 e 2002, foi de 157%, seguido de 22,6% entre 2002 e 2005. Destas, 51% concentram-se no Sudeste e 79% não têm sequer um empregado formalizado, devido ao trabalho "informal e voluntário" nessas entidades. (Estudo identifica 338 mil Fundações privadas e Associações. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1205&id_pagina=1. Acesso em: 20 abril 2010).

[121] Coutinho cita como ONGs originárias dos movimentos sociais que mantém projetos de formação voltados para as lutas sociais o Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV), e o Núcleo 13 de Maio.

classista. A disputa no âmbito da sociedade civil, portanto, seria uma etapa para a chegada ao Estado pela legalidade jurídica. Assim, a luta está concentrada na melhoria das condições de vida dos trabalhadores, objetivo passível de conquista apenas em uma sociedade democrática, por ampliação e aprofundamento da participação de amplas camadas da sociedade no conteúdo programático e execução de políticas públicas.

Depreende-se, desse raciocínio, que condições objetivas de vida e democracia têm, nesta visão, o mesmo patamar de importância e determinação na sociedade capitalista brasileira. A sociedade civil, então, é imbuída de um caráter positivo, progressivo, democrático e emancipador, aspectos esses evidenciados pelo diagnóstico feito por Pinheiro e Souza:

> É importante preservar os ideais da sociedade civil (auto-organização, autonomia, *accountability*, transparência e participação) e direcioná-los para a criação da exigência cívica [...] é preciso fortalecer a sociedade civil para a constituição e disseminação das redes intermediárias de OSCs[122]. O Estado democrático deve ser fortalecido em toda a América Latina para garantir a governabilidade, o respeito à regra da lei e aos imperativos éticos do domínio público [...] Da experiência das organizações da sociedade civil no processo de transição política, que se fundamenta numa cultura democrática, está emergindo em vários países do continente americano, inclusive no Brasil (2001, p. 200).

Como vemos, nas últimas duas décadas, os discursos neoliberais e da esquerda "reformada" convergem em muitos pontos: a garantia da governabilidade, a defesa da democracia como garantia da estabilidade, da participação; a parceria público-privada, a contribuição das organizações não-governamentais, a ação da sociedade civil.

Como já foi dito, há interesses objetivos e nuances ideológicos que diferenciam o campo neoliberal (inclusive internamente) e seus supostos opositores no campo do *projeto participativo democratizante*, porém o que defendemos, aqui, é que ambos representam uma regressão para o fortalecimento, a organização e possíveis avanços da classe trabalhadora, sobretudo suas parcelas organizadas nos movimentos sociais, que, não por acaso, têm sido duramente atacados.

A ideologia neoliberal, desde os anos 80, vem desmontando a confiança da população na capacidade resolutiva do Estado e destacando o papel do mercado na eficácia e eficiência, sobretudo, nos "serviços prestados". É um processo deliberado, pelas classes dominantes, de disseminação da ideia "do privado melhor que o público", que vemos tantas vezes ser reforçado pelo comportamento cotidiano de que quem já o aceitou. É o caso da professora da

[122] Organizações da Sociedade Civil (OSCs)

rede pública que matricula o filho na escola privada, ou do enfermeiro do hospital municipal que, “às duras penas”, paga um convênio médico privado.

Esse processo é acompanhado, evidentemente, pelo sucateamento das instalações e precarização das condições de trabalho, como forma de piorar o atendimento da área social estatal. Isso sem enveredarmos pelo processo de privatização das estatais brasileiras, que teve intensa campanha ideológica do governo sobre os benefícios da administração privada sob a custosa burocracia estatal.

Se o Estado não corresponde às expectativas da população que mais necessita de seus “serviços”, o neoliberalismo pode oferecer um substituto que se mostre mais capaz para a resolução de problemas imediatos: as ONGs, cujo “caráter ideológico [...] torna-se cada vez mais claro. Não se trata de mero falseamento da realidade, mas de uma determinação constitutiva desta” (COUTINHO, 2004, p. 73).

Em um momento em que as medidas neoliberais para a ofensiva do capital tornaram o desemprego parte da vida de milhares de trabalhadores e que a política social do Estado não os amparou, as ONGs mostram-se funcionais para o sistema capitalista, na medida em que servem como minimizadores da barbárie imposta pela regressão dos direitos, não só sociais, mas também políticos.

Machado (2004) questiona a convivência entre a “democratização” da América Latina e a escalada da violência contra os movimentos sociais na década de 90, concluindo que esta situação demonstra não só as limitações estruturais da democracia burguesa, mas a inconclusão da abertura iniciada nos anos 80, e denuncia o “mal-estar” democrático da sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo em que o neoliberalismo solapa as condições de vida material da classe trabalhadora, retira direitos, espalha a ideologia da supremacia do mercado e articula frentes de governo conservadores, consolida-se, como oposição, um projeto de ampliação democrática e construção de espaços de diálogo pela via dos “encontros” entre Estado e sociedade civil.

É certo que o neoliberalismo é criticado pelos autores e apoiadores do projeto participativo democratizante, pelo seu caráter regressivo e antidemocrático e pela limitação dos direitos vistos como normativos e não como construção coletiva da sociedade organizada, e, por isso, investem no fortalecimento das “redes” de organizações sociais que seriam capazes de forçar a democratização através das “formas de relacionamento político” na luta pela cidadania.

As desigualdades são reconhecidas como consequência da exclusão (econômica, política e cultural), que deve ser combatida pela ampliação da cidadania como sinônimo de participação integral na vida social.

À luz da crítica marxista da sociedade capitalista, consideramos que nem os meios nem os fins propostos por esse campo constituem propostas condizentes com as condições das formações sociais diante do aprofundamento do toyotismo, da mundialização do capital e do enfraquecimento do sindicalismo combativo e dos partidos de esquerda.

Indo além dos limites de suas proposições, não são enfrentamentos à desumanização imposta pelas relações sociais de produção capitalista, sobretudo se apostam na via da "negociação criativa", "[...] acontece, porém, que o reformismo social, com as correlatas demandas por "justiça social", "direitos humanos", não encontram mais permeabilidade no mundo do capital em crise, são subjetividades irrealizáveis" (DEL ROIO, 2010, p. 230).

Por tudo isso, a visão de uma sociedade civil homogênea, pacífica e negociadora é insuficiente para explicar os avanços e recuos dos movimentos sociais, entidades, associações, etc., em meio aos interesses de classe.

Gramsci nos dá pistas importantes para descobrir por que essa concepção não pode se tornar realidade em uma sociedade capitalista. Ele destaca o papel do Estado na consolidação da dominação burguesa, entretanto não apenas pela ação coercitiva, mas também pela edificação de "consensos" compartilhados pelas classes antagônicas. A elucidação de tais "consensos" é uma contribuição fundamental para darmos um passo adiante na teoria marxista.

A concepção da unidade dialética dos estudos do capitalismo contemporâneo acompanha toda a investigação gramsciana e é destacada quando se trata das "relações de força", vistas, pela tradição liberal, como parte do mundo político. Gramsci chama a atenção para a necessidade de compreender, na análise de uma dada realidade, a estreita relação entre os movimentos chamados "orgânicos (relativamente permanentes)" e os "conjunturais", momentâneos, acidentais, sob pena de difundir uma investigação deturpada que terá, como consequência, uma proposta de ação enviesada, que acreditamos ser exatamente o caso do projeto participativo democratizante.

A formulação do conceito de "Estado ampliado" é o resultado teórico dessas preocupações. O Estado, em Gramsci, não está separado da sociedade, é o que podemos chamar de "socialização da política" e não faz sentido, portanto, tratar da sociedade civil distintamente do Estado.

Há a unidade do diverso presente na concepção de Estado, que concebe sociedade política como coerção, e sociedade civil como espaço de construção do consenso, identificadas, ambas, como Estado, instrumento de uma classe para a construção da hegemonia. A sociedade política é descrita, muitas vezes, como o "Estado em sentido restrito", ou seja, a estrutura política coercitiva, o monopólio legal da violência, as burocracias executiva e policial/militar. A sociedade civil deixa de ser um conjunto indiscriminado, para ser identificada com um espaço em que os aparelhos para construção de consensos parecem privados, quando, na verdade, são parte do Estado e, portanto, da dominação classista.

Vemos que esta distinção entre as esferas que compõem o Estado se dá pela diferenciação da constituição e pelas formas de ação na sociedade, e sua unidade está fundada na coesão do papel do Estado na criação/reprodução da adequação da sociedade à necessidade da produção econômica, através da dominação.

A sociedade civil, para Gramsci, é apreendida numa visão de totalidade do processo histórico-social, no qual há a incessante luta de classes e a sociedade civil é perpassada por ela. Não é um conjunto de interesses individuais, tampouco a disputa por projetos sociais distintos. Como esfera não autônoma, porque parte do Estado, Gramsci lembra que "sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos" (GRAMSCI *apud* LIGUORI, 2007, p. 47), ao mesmo tempo em que insiste que "[...] na realidade, essa distinção é puramente metodológica, mas não orgânica. Na concreta vida histórica, a sociedade política e a sociedade civil são a mesma coisa [...] (GRAMSCI *apud* LIGUORI, 2006, p. 08).

Vistas pelo prisma de Gramsci, as limitações da sociedade civil, tal como elaborada pelo campo reformista, tornam-se mais compreensíveis. Os "ganhos" democráticos, conhecimento do funcionamento estatal, diálogo entre esferas de representação, etc., como resultado dos "encontros" entre "sociedade civil" e Estado, não passam de ensaios de democratização e conquistas pontuais negociadas no campo dos "projetos pilotos" instáveis, que, na maioria das vezes, sequer chegam a se tornar parte da regulamentação legal do Estado.

Retomamos, então, a análise das inconsistências da defesa da democracia sem adjetivos, na democracia burguesa, e da cidadania, na sociedade de classes.

Naves (2001) mostra a necessária retomada da luta ideológica travada por Marx e Engels, na Liga dos Justos, para dissipar a ideologia jurídica e a visão de mundo humanista presentes no movimento operário nos dias atuais, quando, a exemplo do que ocorria no século XIX, pode-se chegar ao ponto "de o socialismo se confundir com a Declaração Universal dos Direitos do homem e do cidadão!" (p. 67).

Trata-se, portanto, de desvendar essa suposta separação entre as relações de produção e o Estado, e o que dela deriva, como por exemplo, as ideias de igualdade configuradas no direito.

Marx e Engels, ao tratarem da relação do Estado e do direito com a propriedade, desfazem a ilusão de que a lei seja resultado da vontade geral, por ser esta resultado de relações, na base social, mediadas pelo Estado. Sendo este

> a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política. Daí a ilusão, como se a lei se baseasse na vontade e, mais ainda, na vontade separada de sua base real, na vontade livre (2007, p. 76).

Retomemos o argumento de Santos (1996) de que todo espaço social pode se transformar em um espaço de politização e, portanto, capaz de democratizar e ampliar a cidadania social, indo além da normatização estatal.

De fato, os chamados "espaços sociais" assumem, segundo Marx, uma forma política, derivada de sua mediação com o Estado capitalista e perpassado pelas relações sociais de produção, embora, em sua manifestação legal, assuma um caráter ideológico de mediador de conflitos e portador da vontade geral da somatória dos indivíduos constituídos como cidadãos.

Os conceitos de exclusão e cidadania são exemplos da ocultação da determinação das relações sociais de produção sobre o ordenamento jurídico/político, reforçando uma ideologia jurídica, baseada na possibilidade de igualdade e justiça nas sociedades capitalistas, e encobrindo suas contradições mais profundas. Em um contexto neoliberal, adquirem um traço peculiar de conformação ideológica, pois

> possuem grande eficácia ao reforçarem o processo de constituição dos dominados como "carentes" e "excluídos" em um momento em que a determinação fundamental das relações de produção capitalistas levam a um intenso processo de proletarização em um duplo e contraditório sentido: expropriação dos meios de produção e não inserção direta dos milhões de proletarizados no processo produtivo (COUTINHO, 2004, p. 73).

As formas que a acumulação do capital vêm tomando, desde a crise dos anos 70, tais como sua mundialização, o toyotismo e o desemprego estrutural, modificam também a forma de resistência e de busca pela superação da subordinação do trabalho ao capital, mas sua dinâmica social não deixa de ser conflituosa. Pinassi, acertadamente, mostra que "mudam-se as formas, muda-se o conteúdo, trocam-se até mesmo as personificações, mas a sua essência

de classe estrutural hierarquicamente subordinada ao capital permanece a mesma" (2009, p. 67).

Essas transformações das formas de subordinação do trabalho ao capital, recorrentes desde seu surgimento, não podem ser apreendidas e superadas sem "o resgate teórico da crítica radical do capitalismo e o desenvolvimento de novas práticas sociais que recriem a sociabilidade humana, a solidariedade social e uma nova cultura" (DEL ROIO, 2010 p. 229)

Almeida alerta para os possíveis entraves nas lutas pela emancipação real que a ênfase na cidadania pode trazer, caso não haja uma vinculação entre as contradições atuais do capitalismo e a conjuntura política de cada formação social, podendo ocorrer o que ele chama de "utopia regressiva" (1996, p. 78).

Há, segundo Almeida, uma dupla dificuldade em consolidar a cidadania no Estado nacional. A primeira, decorrente da relação intrínseca entre Estado e empresas capitalistas, nessa fase de concentração e centralização do capital que fragiliza o Estado em sua capacidade de implementação de políticas, ao mesmo tempo em que a burguesia se internacionaliza e atua pela via estatal para produzir (des)regulamentações necessárias aos seus interesses.

A segunda dificuldade tem origem na intensificação da relação de dependência do trabalhador direto em relação à empresa, nos moldes do toyotismo e da manutenção do estatuto ideológico de cidadão aos "excluídos". Neste sentido, a presença das ONGs tem papel fundamental como amortecedor de conflitos, mas não é capaz de restituir a "cidadania" integrante da ideologia nacional.

Essas "corrosões da cidadania" somadas à substituição do exército industrial e agrícola de reserva pelos "trabalhadores sem trabalho" (PINASSI, 2009, p. 69), resultado do desemprego estrutural, colocam desafios enormes às forças revolucionárias. Embora o proletariado tenha crescido em número, ele está cada vez mais fragmentado, diversificado, desorganizado e perpassado pela ideologia da irreversibilidade da subordinação do trabalho ao capital.

Porém, ao contrário da adaptação cidadã, há organizações da classe trabalhadora que têm buscado construir uma nova subjetividade que se nega a admitir, como inconteste, a exploração e dominação de uma classe pela outra e a refrear sua "participação" na democracia burguesa.

São esses movimentos sociais que podem nos dar algumas indicações do caminho a seguir: a construção de uma subjetividade coletiva, de classe, que possa, de maneira autônoma e antagônica a esse estado de coisas, vislumbrar a retomada da luta por transformações

radicais da sociedade capitalista. Acreditamos que o MTST é uma dessas organizações de trabalhadores que têm buscado um caminho de enfrentamento, mesmo sendo arremetido ao centro das políticas regressivas de direitos (e talvez por isso), sobretudo se considerarmos que sua base social é esta, ainda mal compreendida, nova classe trabalhadora.

No próximo capítulo, então, dedicar-nos-emos a pensar as mutações estruturais da classe trabalhadora, a partir do avanço do neoliberalismo e dos elementos que dinamizaram a luta de classes no Brasil, através do MTST, com a vitória do Partido dos Trabalhadores ao governo federal em 2003.

Capítulo 3
O Movimento Social Anticapitalista como Expressão da Luta de Classes no Brasil

CAPÍTULO 3 – O MOVIMENTO SOCIAL ANTICAPITALISTA COMO EXPRESSÃO DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL

3.1 A reconfiguração da classe trabalhadora no Brasil contemporâneo

À primeira vista os trabalhadores desaparecem, pouco a pouco, do cenário social. Esta "sensação empírica" é reforçada pelas teorias do fim da centralidade trabalho que dá por superado o proletariado como classe fundamental[123] e das teorias pós-modernas (e suas derivadas, como NMS) que elevam a cultura à componente de mobilização nas sociedades pós-industriais.

Os trabalhadores são substituídos por "novas" formas de trabalho, desviadas da produção para o "setor de serviços", com características de empreendedorismo, cujo trabalhador é também, e ao mesmo tempo, patrão de si mesmo.

Aqueles que não se enquadram neste "novo formato" de aquisição de renda, seja por "opção pessoal", seja por desqualificação, somam-se aos desajustados sociais que compõem o público alvo das ONGs, que tentam ensinar com o uso de oficinas de sensibilização, estratégias para inclusão social e geração de renda.

Esta mesma visão empobrecida das mutações da sociedade capitalista das últimas décadas do século XX, aposta em um reformismo acanhado, que brada pela cidadania, como conjunto de direitos e paralelamente, pede o abrandamento das leis trabalhistas como recurso para o aumento do número de postos de emprego.

Reconhecendo que há uma mudança estrutural na forma de ser do proletariado e que esta é decorrente da dinâmica da reestruturação produtiva e de suas formas de dominação políticas e ideológicas, nos afastamos das teorias hegemônicas inclusive adotadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que advogam estas transformações como acomodações do mercado de trabalho decorrente do crescimento da industrialização que não foi capaz de absorver a demanda da população economicamente ativa, formando os "excluídos do mercado de trabalho", sobretudo nos países periféricos (SOARES, 2008).

Utilizando a unidade econômica como foco para a classificação das relações de trabalho, a OIT caracteriza o "trabalho informal" como

[123] Elencando alguns autores centrais nesta discussão, citamos: Gorz, (1982), Offe (1989).

> produção em pequena escala, pelo reduzido emprego de técnicas e pela quase inexistente separação entre o capital e o trabalho. Tais unidades também se caracterizariam pela baixa capacidade de acumulação de capital e por oferecerem empregos instáveis e reduzidas rendas. (SILVA e BARBOSA, s/d)[124]

Soma-se a esta concepção o elemento da legalidade, sendo que o setor informal não atenderia as exigências da legislação fiscal, trabalhista e da previdência.

Este viés é reforçado pelo discurso neoliberal que culpabiliza o Estado e os sindicatos, como monopólio de defesa de seus próprios interesses, travestidos de "advogados" dos trabalhadores, bloqueando a livre negociação entre empregadores e empregados e elevando os custos com a mão-de-obra, o que impediria a abertura de novos postos de trabalho. Daí, as inúmeras formas pensadas para "flexibilizar" a legislação trabalhista e diminuir os custos dos "pesados impostos".

De qualquer modo, seja pelo viés da legalidade (carteira assinada ou não), seja pelo critério da unidade econômica que considera o trabalhador "informal" um sujeito econômico "autônomo", estas concepções se põem na superfície das relações de produção, concentrando-se nas esferas de circulação e consumo, vislumbrando a capacidade de geração de renda ou "acumulação de capital", sem aprofundar a análise do núcleo da relação capitalista que é a valorização do capital através do trabalho produtivo e a expropriação dos meios de produção de toda a classe trabalhadora.

Porém, para que possamos compreender qual a relação entre o chamado trabalho "informal" e sua relação de subordinação ao capital, é preciso analisar as relações de produção capitalistas como um processo que submete todo trabalhador (ou aquele que vende sua força de trabalho) ao sistema do assalariamento, que vai além do salário em troca da força de trabalho, como veremos.

A questão fundamental para nosso trabalho é discutir as modificações que se impuseram à totalidade da classe trabalhadora nas últimas décadas, tornando-a heterogênea e complexificada, ao ponto de necessitarmos de uma atualização da categoria proletariado, para melhor definir o conjunto de homens e mulheres que são expropriados dos meios de produção e vendem sua força de trabalho, seguindo as trilhas de Marx.

---

[124] Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/O_sentido_do_trabalho_informal_na_construcao_de_alternativas_socioeconomicas_e_o_seu_perfil_no_RJ.PDF>. Acesso em: 17 maio 2010

Como vimos no capítulo 1, a base social do MTST é composta, majoritariamente, de trabalhadores que não estão no chamado "mercado formal de trabalho", e podem ser identificados como "trabalhadores por conta própria", do "setor não-organizado", com "atividade não-estruturada", da "economia subterrânea", "desemprego disfarçado", "subemprego", "trabalho clandestino" entre outras denominações obscuras, que nada esclarecem.

Compartilhamos da preocupação de Machado (2009) quanto à capacidade de organização e enfrentamento dos diversos movimentos populares de caráter antisistêmico[125] na América Latina que tem como base, trabalhadores que não estão no núcleo da contradição entre capital/trabalho, mas que tem suplantado o movimento sindical, operário, ou tradicional, como queiramos chamar, na resistência ao capital.

Pinassi também chama a atenção para "movimentos sociais de massa pautados na centralidade do trabalho"[126] (2009, p. 74) que são, em sua maioria, compostos por desempregados e que tem realizado formas de enfrentamento ao estranhamento imposto pelo capital.

Quais relações de trabalho estes trabalhadores e trabalhadoras estabelecem fora do núcleo formal de emprego? Estão submetidos à exploração do capital? Se sim, como isso ocorre? Quais as implicações desta relação para a reconfiguração e organização da classe trabalhadora?

Ao rechaçarmos a definição hegemônica da OIT, trazemos uma categorização que se baseia nas intensas transformações nos padrões de produção capitalista nesta fase de mundialização do capital e de acumulação flexível, como tentativas de superação da crise estrutural do capital pós-70.

No interior das unidades produtivas, com a introdução do toyotismo, se desenvolve uma estrutura mais flexível de acumulação através da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho, que desconcentra as unidades produtivas, intensificando a tercerização e

---

[125] Aguirre Rojas (2010) se apóia na definição de Immanuel Wallerstein que na década de 1970 cunhou a expressão para designar os movimentos socialistas no centro dos sistema-mundo e os movimentos por libertação nacional na periferia deste sistema. Aguirre Rojas atualiza o conceito e define como movimentos sociais populares antisistêmicos. "[...] en la actualidad, aquellos que se plantean de manera consciente y explícita eliminar de manera radical al sistema social capitalista hoy imperante, para sustituirlo por outro sistema social nuevo y completamente diferente" (p. 25).

[126] A autora faz referência aos movimentos que compõem a Via Campesina, organização internacional criada em 1992, como: Movimentos das Fábricas Ocupadas, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento de Trabalhadores Desempregados, Movimento das Mulheres Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

recoloca o trabalho polivalente, multifuncional. Isto somado à entrada em larga escala de tecnologia computadorizada na produção, gera a diminuição do capital variável em relação ao capital fixo, aumentando assim a produtividade.

Daí, o desemprego estrutural se alimentar de dois mecanismos aparentemente contraditórios: a desproletarização do trabalho industrial com a redução dos trabalhadores nas fábricas e o aumento do subproletariado, principalmente no setor de serviços, com trabalho precário, parcial, mal remunerado, mais feminino, que exclui os jovens e idosos, causando uma heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 1995)

Antunes (1999) sustenta que a "desproletarização do trabalho industrial", provocou o surgimento de uma massa de trabalhadores descartáveis, tanto no trabalho produtivo, quanto improdutivo, em contrapartida a um número reduzido de trabalhadores qualificados que tem como função a manutenção do maquinário.

O resultado da implantação desta nova organização do trabalho tem como finalidade a "intensificação das condições de exploração da força de trabalho" (Idem, p. 53), com repercussões imediatas como:

> desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil [...] (Idem, p. 53)

No Brasil, este conjunto de mudanças se iniciou no final dos anos 1980, trazendo uma vaga de desindustrialização e aumento do setor de serviços, que fez crescer o chamado "trabalho informal".

Para entendermos este movimento da força de trabalho, é preciso diferenciar suas formas de inserção na produção e qual sua validade para o capital quando não há relação empregatícia legal.

A ideia de que a existência de uma superpopulação relativa de trabalhadores em relação aos postos de trabalho é recente, é tão falsa quanto a afirmação de que os trabalhadores se constituíram como homens livres.

Marx já destacava, ao discutir a acumulação originária do capital, que a massa de trabalhadores "livres" surgiu da separação forçada com seus meios de produção, de modo que

> O roubo das propriedades da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, o roubo da propriedade comunal, a transformação, usurpatória e executada com um terrorismo sem cerimônia, da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação original. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, anexaram a terra ao capital e criaram para a indústria citadina o necessário aprovisionamento de proletariado fora-da-lei. (MARX, s/d)[127]

Além da força de trabalho necessária ao capital para sua valorização pelo aprisionamento dos recém-proletários ao sistema de assalariamento, o capitalismo criou também uma superpopulação de força de trabalho não absorvida pelas fábricas, a que Marx chamou de lumpen-proletariado,

> [...] vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, *lazzaroni*, punguistas, trapaceiros, jogadores, *maquereaus*, donos de bordéis, carregadores, *literati*, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de facas, soldadores, mendigos – em suma, toda essa massa indefinida e desintegrada [...] (1995, p. 366)

O lumpen-proletariado (des)agrega todos aqueles que não se somam aos desempregados que formam o exército industrial de reserva e que estão mobilizados para serem consumidos pelo capital, quando este tiver necessidade. O fato de estar "à disposição" do capital no mercado de trabalho, é o que diferencia o exército industrial de reserva do lumpen-proletariado, sendo que este último, não se insere no mercado e não tem intenção de fazê-lo, como mostra Marx, ao "listar" as ocupações daqueles que o compõe. São elementos importantes para a definição do sentido do lumpen-proletariado para Marx, a desvalorização moral do trabalho, a utilização de formas de sobrevivência imediata e o individualismo extremo.

Em outras passagens, Marx deixa clara a conotação de atividades de pilhagem, roubo e crime que envolvem o lumpen-proletariado, como é o caso da comparação com a aristocracia financeira na França, no período que antecedeu a Revolução de Fevereiro de 1848:

> [...] tanto em seus métodos de aquisição como nos seus prazeres, não passa do renascimento do lumpen-proletariado nas culminâncias da sociedade burguesa [...] repetia-se em todas as esferas, [...] a mesma prostituição, a mesma fraude descarada, o mesmo afã de enriquecimento, não mediante a produção, mas por meio da escamoteação da riqueza alheia, já criada.(MARX, s/d, p.114)

[127] Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/index.htm>. Acesso em: 15 maio 2009.

Com esta caracterização, Marx não atribuía ao lumpen-proletariado qualquer força revolucionária, pelo contrário, desconfiava de sua instabilidade política que tendia às forças conservadoras e reacionárias devido à sua condição miserável:

> esse produto passivo da putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade, pode por vezes ser arrastado para o movimento por uma revolução proletária; no entanto, as condições de vida dispô-lo-ão antes a vender-se à reação para servir as suas manobras. (1978, p. 49)

Diferente do lumpen-proletariado, o exército industrial de reserva é parte do proletariado, que se divide em população excedente líquida: contingente que se movimenta entre empresas, com um interregno de desemprego, sendo, portanto, uma reserva móvel de força de trabalho.

A segunda parte da população excedente é a latente, formada por agricultores, moradores da área rural, em vias de irem para a cidade, impulsionados pelas condições no campo, como a mecanização agrícola, ou pela promessa de maior renda.

Há ainda, a população excedente estagnada que

> forma parte do exército ativo do trabalho, mas com ocupação inteiramente irregular. Ela oferece assim ao capital uma fonte inesgotável de força de trabalho disponível. Seu padrão de vida cai abaixo do nível normal da classe trabalhadora e é exatamente isso que a torna uma ampla base para ramos de exploração específicos do capital. *Caracterizam-na o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário.* (MARX *apud* SINGER, 2000, p. 11, grifo nosso)

A superpopulação relativa que forma o exército industrial de reserva tem como finalidade garantir a valorização do capital através da diminuição dos custos da força de trabalho com o uso do mecanismo do trabalho irregular, sendo este último um recurso próprio do capitalismo como uma contratendência à Lei da Baixa Tendencial da Taxa de Lucro.

Porém, a população excedente estagnada se caracteriza exatamente pelos que tem algum tipo de ocupação fora da oficialidade das leis trabalhistas, não estão em situação de desemprego, porque já desistiram de procurar e se submetem a longas jornadas de trabalho, por uma remuneração instável. Este grupo de trabalhadores sempre existiu, mas passou recentemente a ser denominado como "trabalhadores informais" ou com um caráter claramente ideológico de "empreendedores".

É o caso da pesquisa sobre Economia Informal Urbana (Ecinf) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em 2003, que considera a "empresa informal" como unidade de produção, desconsiderando a condição do trabalhador individual em sua ocupação. Este critério baseado na definição da OIT de 1993, dá ênfase à concepção de

trabalho informal como núcleos de trabalho e não por sua função na estrutura produtiva capitalista, e ainda exclui os trabalhadores domésticos, mesmo pertencendo ao setor informal, por estarem incluídos na Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (PNAD) e a "população de rua", pois o "espectro desta (pesquisa) se reduz ao conjunto de práticas econômicas "socialmente aceitas", levadas a efeito por indivíduos domiciliados." (IBGE, 2005)

Ao excluir da amostragem a "população de rua" e os trabalhadores domésticos de uma pesquisa que pretende ser um quadro geral do setor informal no Brasil urbano, além de gerar números inferiores da "informalidade", traveste a noção de "trabalho informal" e o torna sinônimo de "empresa informal". Assim, constroem-se situações bizarras, tais como: denominar de empresa por conta própria com empregado não remunerado, o caso de um pedreiro que trabalha com seu filho adolescente realizando reformas em domicílios, ou identificar como local de funcionamento do empreendimento do comércio e reparação, a via pública, para, denominar, por exemplo, os vendedores ambulantes.

Ainda que este tipo de amostragem e metodologia mascare os dados, podemos retirar da pesquisa informações que mostram que o "trabalho informal" cresceu, é mal remunerado e, ao contrário do que induz a ideologia neoliberal, uma maior escolaridade não resulta em uma condição mais estável de emprego.

Em 2003, último levantamento da Ecinf, 13.860.868 pessoas estavam no "trabalho informal", um crescimento de 8% em relação a 1993. A receita mensal caiu neste período, sendo que 32% recebiam até R$ 300,00 e 22% entre R$ 500,00 e R$ 1.000,00. A participação no "trabalho informal" cresceu entre os que tinham o Ensino Médio completo e caiu entre aqueles que tinham apenas o Ensino Fundamental incompleto[128].

A renda média por escolaridade mostrava que as pessoas que não tinham nenhuma instrução ou tinham menos de um ano recebiam R$ 331,00, enquanto que os que tinham diploma universitário recebiam R$ 441,00. Havia diferença de renda entre homens e mulheres, embora pequena, visto que os homens recebiam em média R$ 378,00 e as mulheres R$ 338,00 (Idem)[129].

---

[128] Não apresentamos aqui os dados percentuais, pois há apenas dados absolutos na pesquisa, o que nos levaria a realizar uma comparação com os números da pesquisa de 1993, o que achamos desnecessário para nossos objetivos, que é mostrar a precariedade do chamado "trabalho informal" mesmo entre os "escolarizados", já que este tem sido um critério utilizado pela ideologia neoliberal para que os indivíduos tenham competitividade no mercado de trabalho, atendendo à chamada empregabilidade.

[129] Lembrando que o salário mínimo em outubro de 2003, período da pesquisa, era de R$ 240,00, o que significa que os homens ganhavam em média 1,6 salários mínimos e as mulheres 1,4 salários mínimos.

Estes dados nos mostram empiricamente, que o "trabalho informal" leva os trabalhadores a baixos níveis de renda, estando absolutamente desprovidos de quaisquer direitos que amparam os trabalhadores formais. A condição de precariedade é absoluta e dificulta enormemente a realização da reprodução da força de trabalho em condições mínimas de dignidade.

Em um contexto de acumulação flexível e desemprego estrutural, este setor de trabalho tem aumentado nos países capitalistas centrais (SOARES, 2008). O mesmo ocorre nos países dependentes, agravado pelos traços de dependência, submissão e dominação nas relações étnicas e de gênero.

Numa avaliação errônea das relações que se estabelecem entre atividades informais e produção capitalista, tais atividades estão excluídas da acumulação capitalista, apesar de comporem o movimento do capital e participarem da renda gerada por ele. Ideias como esta impedem o desvendamento da convergência entre "trabalho informal" e crise estrutural do capitalismo. Concordamos com Tavares que rechaça esta afirmação

> Contrapomo-nos à ideia de que as atividades informais em geral não estão orientadas à acumulação. Ora, o simples fato de serem informais não as exclui a priori da relação capital-trabalho. Estarem ou não orientadas à acumulação depende dos nexos que existam entre tais atividades e o capital. (TAVARES a*pud* SOUSA, 2009, p. 3)

A existência da população excedente de força de trabalho é parte constitutiva da dinâmica capitalista como alavanca da acumulação de capital, pois a demanda de trabalhadores desempregados ou com trabalhos irregulares realiza uma pressão sobre o preço da força de trabalho, diminuindo seu valor e, consequentemente, aumenta a mais-valia.

Esta relação entre a população excedente e a valorização do capital, que tem como um dos elementos a realização de trabalhos irregulares não vinculados diretamente à produção da mais-valia, sempre esteve presente no movimento da força de trabalho disponível para o capital e se manifestava como supérflua, às margens da gestão da força de trabalho fabril.

Alguns autores (TAVARES, 2004; SOARES, 2008), no entanto, vêem uma "nova informalidade" que além de sua funcionalidade para a acumulação capitalista, tornou-se parte constituinte do núcleo produtivo dos setores organizados do capitalismo, que tornam a "informalidade" a regra, suplantando numericamente os funcionários contratados legalmente. Assim "por trás de marcas conhecidas como *Teka, Alpargatas, Staroup, Zoomp, Fórum,*

Pakalolo, etc. estão empresas façonistas[130], marcadas pela ilegalidade e pelo alto grau de exploração de seus subcontratados." (TAVARES *apud* SOARES, 2008, p. 132)

A "nova informalidade" segundo Tavares (2004) é decorrente da adequação das relações de produção capitalistas para conter a crise do capital, com a introdução da reestruturação produtiva, acumulação flexível acompanhadas das políticas neoliberais de desregulamentação do mercado, liberalização comercial, privatização, retirada de direitos conquistados pela classe trabalhadora, com a flexibilização da legislação para aumentar a exploração da força de trabalho.

A ampliação do "novo trabalho informal" se apresenta na forma de cooperativas, pequenas empresas e trabalho a domicílio vinculados as grandes empresas que submetem à lógica da acumulação do capital e focalizam a relação capital-trabalho.

Nesta fase de desenvolvimento do capitalismo em que se empregam tecnologias avançadas de produção, como a robótica, a biotecnologia, etc., o capital faz uso de formas pretéritas de exploração da força de trabalho, não como "desvio" momentâneo, mas como tendência, parte do núcleo das formas de submissão do trabalhador ao capital, intensificando sua dependência pelas péssimas condições de sobrevivência.

No caso do "trabalho informal" que está na esfera da produção, ou seja, quando o trabalhador estiver realizando um trabalho produtivo, ocorre a extração de mais-valia, mesmo que a relação de compra da força de trabalho não ocorra de forma explícita, pois o sistema salarial é o orientador das negociações e ocorrerá a subsunção do trabalho ao capital, que na "nova informalidade" apresentam-se de diferentes maneiras, como

> Primeiro, o capital subsume as formas de organização da produção "antigas" assim como elas são; segundo, *o produtor atua como empregador de si mesmo*; terceiro, o controle do processo de trabalho compete ao capital, apesar da relativa autonomia do trabalhador; quarto, o capital intensifica a estratégia de ampliação da extração da mais-valia, através da elevação da jornada de trabalho; quinto, o objetivo maior da produção é valorizar o capital, estando a forma de trabalho incluída e transformada em capital (SOARES, 2008, p. 137)

Os trabalhos improdutivos, não vinculados diretamente à valorização do valor, mas necessários para que este processo se realize, também podem ser "informais" e engrossam a "nova informalidade" subordinando de maneira funcional os trabalhadores à produção capitalista, sobretudo em atividades de sobrevivência (SOARES, 2008).

---

[130] O façonismo é uma forma antiga de exploração da força de trabalho, como o salário por peça realizado em domicílio, muito presente no ramo da indústria têxtil e de confecção como conseqüência da terceirização.

Este nexo entre capital e trabalho expresso pela "velha" ou pela "nova informalidade", realizando trabalho produtivo ou improdutivo, mostra que com

> [...] as informações do SEBRAE [...] (e) as do IBGE e Dieese/Seade, conclui-se que as pequenas e micro empresas tem um papel fundamental na difusão da ilegalidade, da irregularidade, da corrupção e da precarização das condições de trabalho de parcela expressiva da população brasileira. (MALAGUTI *apud* SOARES, 2008, p. 131)

Estando claras as consequências da investida do capital no "trabalho informal" seja ele, de novo ou velho tipo, a denominação de trabalhador informal não nos parece a que melhor define sua condição, pois como vimos, a chamada "informalidade" está cada vez mais inserida na dinâmica de acumulação do capital, seja no trabalho produtivo ou improdutivo.

Uma definição que corresponde ao processo de alterações nas relações de trabalho capitalistas é a de subproletariado. Porém, esta definição não é inequívoca e já recebeu diferentes significados.

André Singer ao tratar das origens do lulismo, se utiliza da categoria desenvolvida por Paul Singer em 1976, que afirma que o subproletariado é formado por aqueles que

> 'oferecem a sua forca de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais'[131]. Estão nessa categoria 'empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e *trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes*'[132]. Para encontrar uma maneira de quantificá-los, Singer usou informações sobre ocupação e renda [...] concluindo que seria razoável considerar subproletários os que tinham renda de até um salário mínimo per capita e metade dos que tinham renda de ate dois salários mínimos per capita. De acordo com esse critério, 63% do proletariado era constituído por subproletarios[133] (2009, p. 98)

Machado trata de movimentos populares formados por "subproletários" e "semiproletários", os que estariam fora do núcleo da relação capital/trabalho, e define como subproletários, trabalhadores urbanos

> assalariados de baixa renda ("peões" da construção civil, bóias-frias etc.), autônomos de baixa renda (engraxates, vendedores de rua, serventes de pedreiro, encanadores, eletricistas etc.) e não-remunerados (pessoas que trabalham para os produtores simples de mercadoria). O que diferencia o proletariado do "subproletariado" é sua inserção mais ou menos regular no mercado de trabalho e nível salarial. Acrescentamos, ainda, a *falta de organização política e sindical, algo comum entre os trabalhadores "subproletarizados"*. (2009, p. 6)

---

[131] Singer, P. *Dominação e desigualdade*. Sao Paulo: Paz e Terra, 1981, p. 22.
[132] Ibidem, p.83
[133] Este percentual se refere a pesquisa em 1976.

Percebemos que Paul Singer e Machado adotam como critérios de fração de classe (o subproletariado) a renda e ocupação, somado a um elemento político de "condição de participação na luta de classes" e "falta de organização política e sindical", que nos parece inadequado por seu caráter conjuntural. Paradoxalmente, no mesmo texto em que Machado define o subproletariado, ele mostra a importante aparição no cenário político de movimentos populares anticapitalistas cuja base é formada por subproletários.

Antunes, por sua vez caracteriza como subproletariado o "proletariado em tempo parcial" (1999, p. 200), "[...] temporário, subcontratado, 'terceirizado', vinculados à 'economia informal' (Idem, 1995, p. 44) [...] porque é o proletariado precarizado no que diz respeito às suas condições de trabalho desprovido dos direitos mínimos do trabalho" (1999, p. 200). E citando Alain Bihr, acrescenta também como elementos da subproletarização, a ausência de proteção sindical e a tendência à individualização da relação salarial (1995, p. 44).

Esta definição é mais adequada, embora ainda incompleta, por tratar das condições do trabalhador nas novas formas de trabalho na sociedade capitalista, mostrando como esta situação leva o trabalhador a um isolamento, tanto na relação salarial, pela desassistência jurídica e sindical, quanto na perda da solidariedade possível na intersubjetividade com os outros trabalhadores, que antes eram parceiros da mesma situação objetiva.

Uma definição mais apropriada da subproletarização deve levar em conta, em primeiro lugar, que este processo é uma tendência crescente vinculada às transformações no âmbito da produção capitalista como a reestruturação produtiva e o desemprego estrutural. Ademais, precariza a materialidade da reprodução da força de trabalho, transformando em subproletário, todo trabalhador que depende da venda de sua força de trabalho de forma explícita, com o trabalho produtivo e a valorização do valor, ou de forma camuflada, com o trabalho improdutivo pela regulação do sistema de assalariamento, inseridos em condições precárias de trabalho e remuneração, instabilidade da atividade laborativa, jornadas ampliadas e direitos do trabalho negados.

Por último, a competitidade entre os trabalhadores isolados, sem representação sindical e sem proteção trabalhista legal, leva a uma extrema individualização das ações que buscam minimizar a brutalização do trabalho diário. Por outro lado, a necessidade do aumento da renda pode levar à inserção em atividades ilícitas, não como atividade principal, mas secundária e periférica na vida destes trabalhadores.

O crescimento do subproletariado criou uma "zona" intermediária entre o proletariado produtivo e/ou improdutivo, inserido nas relações contratuais de trabalho, conhecido como proletariado tradicional e o lumpen-proletariado, que garante sua sobrevivência fora dos limites do sistema de assalariamento e das normas legais de "conduta", vinculado prioritariamente à criminalidade e, consequentemente à violência social explícita.

A reconfiguração da classe trabalhadora, portanto, nos leva a pensar que devamos reconsiderar a visão que Marx tinha do lumpen-proletariado como um estrato espúrio da sociedade, e vê-lo como um produto essencial da sociedade burguesa, pois como diz Pinassi

> É bastante provável que sua genealogia não pactue consangüinidade com as elites. Como regra, seu passado é rude e proletário[134], condição que, como vimos, é progressivamente negada pelo capital legal em sua fase de decadência histórica. Assim, durante a crise estrutural, o capital os expulsa pela porta da frente e os inclui pela porta dos fundos, sob as piores e mais precarizadas condições possíveis" (2009, p. 93)

Não nos cabe discutir em profundidade este trânsito dos trabalhadores entre as frações da classe trabalhadora no âmbito deste trabalho, mas é importante destacar sua existência, pois além da mudança na situação de trabalho de cada indivíduo, há uma sociabilidade gerada pelo convívio entre estas frações no espaço segregado da cidade.

No meio de um dos acampamentos do MTST[135], soam sirenes dos carros da polícia que se aproximam e policiais rapidamente perguntam pelo "coordenador". A resposta é rápida: Todos somos coordenadores! Mas os policiais não querem todos. Querem o coordenador, apenas um, o responsável, afinal, não é possível prender todos no acampamento. A acusação? Furto de veículo. Um carro roubado foi encontrado nos limites da ocupação e alguém deveria ser "fichado".

O resultado deste episódio foi a prisão por algumas horas de dois "coordenadores" que foram colocados nas viaturas sob socos e pontapés, mas a concentração dos acampados que estavam na ocupação naquela tarde, em frente à delegacia, fez com que os companheiros fossem soltos. Ao final, um discurso de uma das lideranças afirmando que não era contra que as pessoas que fazem "suas correrias"[136], mas que o espaço do acampamento precisava ser preservado.

Vemos que a precarização do trabalho se expressa espacialmente na cidade capitalista, pois o local de trabalho, agora se mistura, cada vez mais, ao lugar da vida, reafirmando que

---

[134] Acrescentaríamos subproletário.
[135] Não identificaremos o acampamento para manter a privacidade dos envolvidos.
[136] Correria é uma expressão bastante utilizada para atos ilícitos.

não há separação entre o local da reprodução das condições de existência da força de trabalho e da reprodução das relações sociais de produção.

Mergulhados em condições brutais, em que o dia é longo e a vida, curta, subproletários, lumpesinato, ora um, ora outro, na maioria do tempo ambos, seriam sujeitos transformadores de sua própria realidade, como indivíduo e humanidade?

Nossa resposta é positiva, mas não sem considerações sobre suas potencialidades e limitações, principalmente salientando o necessário diálogo entre as frações da classe trabalhadora. Tarefa que não tem sido fácil, considerando a "crise do movimento operário" (BIHR, 2001).

No entanto, ao tratarmos desta crise, podemos ir do derrotismo extremo à esperança ingênua, partindo do mesmo diagnóstico: a crise. Isto porque há um conjunto de "constatações históricas" que alimentou muitos marxistas a passarem ao pós-marxismo, baseando-se na ruína inevitável da classe operária.

Este derrotismo tem terreno fértil no reformismo social-democrata e no fracasso das experiências socialistas que levaram ao capitalismo de Estado nos países do Leste. Ambos no final do século XX representam retrações do campo operário em relação às conquistas e possibilidades de transformação profunda nas relações sociais de produção e nas formas de existência do gênero humano.

Não é, portanto, de se

> estranhar que a consciência de nosso tempo caia no atoleiro da acomodação à ordem do capital como um destino inescapável. Uma das manifestações mais claras deste pântano é o ataque às noções de classe social, da centralidade do trabalho, da proposta de uma sociedade socialista e, principalmente, de uma alternativa revolucionária (IASI, 2006, p. 33)

Mas, para além do "coro de vitória do capital" presente nos debates teóricos e nas plataformas eleitorais, há "razões para não se desesperar", pois a sociedade continua dividida em classes e aprofunda a exploração e dominação capitalistas, o que causa a luta dos trabalhadores, como luta histórica (BIHR, 2001), pois é "exatamente a vitória do capital no final do século XX que reatualiza a necessidade do socialismo no século XXI" (IASI, 2006, p. 565).

Em suma, a luta de classes é constituinte da dinâmica do capitalismo e enquanto houver classes, o confronto será inevitável. Por isso, para nós o surgimento e o rápido crescimento do MTST, expressa a luta de classes no Brasil partindo da configuração de uma nova classe trabalhadora, como discutimos, subproletarizada.

No entanto, impulsionada pelo MTST, a formação da Frente de Resistência Urbana em nível nacional reunindo movimentos de moradia que se postulam como anticapitalistas reforçam nossa hipótese da construção de movimentos populares classistas no Brasil, que tem apostado na organização dos trabalhadores em condição de subproletarização para uma luta anticapitalista.

De outro lado, podemos afirmar que os movimentos sociais urbanos que se construíram nos anos 1980 e ingressaram na "aventura da cidadania" nos anos 1990, não assumiram o papel de protagonistas da classe trabalhadora, ao contrário, aderiram à limitação da conquistas de direitos pela via da legalidade, abandonando a organização da classe e investindo na negociação com o Estado através de mecanismos internos, como os conselhos, fóruns e representação parlamentar, apostando na mediação dos partidos.

Ainda neste campo do *projeto participativo democratizante*, a proliferação das ONGs, não foi capaz de cumprir a "profecia do fim das mobilizações", nem "incluiu" os maltrapilhos, carentes, "cidadãos de segunda ordem", etc., mostrando que, embora seu potencial ideológico seja eficiente, empiricamente sua eficácia pode ser questionada quanto à diminuição da miséria, a distribuição de renda, a inserção profissional, ou qualquer que seja o objetivo "sócio-inclusivo" que se postule.

As bandeiras do MTST avançaram em territórios no Brasil, a partir de São Paulo e ano após ano, movimentos de moradia de outros estados se somam à Frente de Resistência Urbana, guardando sua autonomia organizativa e seus "nomes de batismo", mas somando-se a uma estratégia de ação e um projeto político-social transformador.

Ganha o cenário, movimentos populares "marginais" ao núcleo central da contradição capital/trabalho, cujos integrantes não querem ser cidadãos, mas revolucionários que carregam com altivez a identificação como sem-teto.

Primeiro de maio de 2009 na Praça da Sé no centro de São Paulo. Mais ou menos duas mil pessoas de diversas organizações[137] realizavam o ato do *1º de maio classista e de luta* como manifestação contra as condições da classe trabalhadora.

[137] As entidades que organizaram o 1º de maio classista e de luta de 2009 foram: Fórum das Pastorais Sociais e CEBS da Arquidiocese de São Paulo, INTERSINDICAL, CONLUTAS, MTST, Assembléia Nacional de Estudantes – Livre (ANEL), CONTRAPONTO, Movimento Urbano Sem-Teto (MUST), SEFRAS, Padres Oblatos de Maria Imaculada, Casa da Solidariedade, Fórum dos Trabalhadores Desempregados, Tribunal Popular, Fórum Popular de Saúde, Espaço Cultural Carlos Marighela, Instituto Zequinha Barreto, Circulo Palmarino Partido Comunista Brasileiro (PCB), PSTU e PSOL.

Do fundo da praça, sobem duas fileiras de homens e mulheres com suas bandeiras vermelhas do MTST, lonas pretas com palavras de ordem e vão entrando no aglomerado de pessoas que rapidamente abrem espaço com um misto de admiração e repulsa: são lutadores sem-teto, mas estão sujos, cheiram mal, não se parecem com os outros trabalhadores socialistas, comunistas, revolucionários, que se negaram a participar dos patéticos showmícios da Força Sindical e da CUT que se realizavam em outros locais da cidade, com a presença de cantores famosos e sorteios de automóveis e apartamentos.

Este episódio é apenas uma ocorrência isolada, ou podemos ver nele um descompasso entre os movimentos populares e outras organizações da classe trabalhadora, entre elas, sindicatos, partidos, etc., que se colocam no campo da luta por transformações? Seria este 1º de maio a alegoria da crise do sindicalismo (estacionado e envolto em discursos inócuos) e do avanço dos movimentos sociais classistas no Brasil (em movimento com suas consígnias)?

Pensemos, a partir de agora, em que consiste o que estamos chamando de movimentos sociais classistas e o debate teórico que se travou em torno da definição destes movimentos que irromperam na América Latina em contraposição ao neoliberalismo.

Segundo Machado, a visibilidade destes movimentos ocorreu por sua oposição ao neoliberalismo que se entranhou em toda a América Latina através da adesão dos países ao Consenso de Washington, cujos

> [...] principais opositores ao "consenso" não foram os proletários tradicionais, por meio de seus sindicatos e partidos políticos, mas os chamados movimentos sociais, de base "urbana" ou "rural": os piqueteiros argentinos, os sem-terra brasileiros, os zapatistas mexicanos, os cocaleiros bolivianos, os indígenas equatorianos e, mais recentemente, os peruanos. (2009, p. 1)

O crescimento dos movimentos sociais como opositor das políticas neoliberais representa uma vaga de luta política na América Latina, que foi "inaugurada" com o levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional em 1º de janeiro 1994, que surpreendeu pela radicalidade do enfrentamento contra o imperialismo estadunidense e a implantação do Tratado de Livre Comercio da América do Norte (Nafta), escancarando as conseqüências das políticas neoliberais para as populações indígenas mexicanas.

No Brasil, este "papel" foi exercido pelo MST, que nos anos 1990, constantemente foi mostrando sua força de organização com as ocupações, marchas e pela aglutinação de intelectuais e artistas, que culminou em 1997 com o lançamento do livro de fotografias "Terra" de Sebastião Salgado, com prefácio de José Saramago e músicas de Chico Buarque. Este foi um momento midiático importante que colocou o MST em projeção nacional de

forma positiva, com apoiadores "de peso", numa tentativa de inverter a negatividade impressa pelos meios de comunicação às ações do movimento.

Desde os anos 1990, portanto, na América Latina, vemos o fortalecimento de movimentos sociais antineoliberais edificados por demandas diversificadas, mas com traços em comum, como uma base social fora da esfera produtiva direta de capital/trabalho; crítica à hierarquia do modelo de direção vertical, distanciamento e/ou negação da ação parlamentar, crítica à burocratização das organizações de esquerda, sobretudo dos partidos e denúncia da utilização dos movimentos como massa para apoio político.

Petras afirma que esta é a terceira "onda" de movimentos de esquerda na América Latina, antecedida pela "primeira onda", anterior às ditaduras no continente, caracterizada pela formação de partidos, guerrilhas e movimentos sociais massivos. Estes foram dizimados pela repressão das ditaduras e apenas com a "abertura política", surge a "segunda onda", estimulada pelos movimentos de democratização, coalizões com antigos grupos de esquerda, formação de novos partidos, reorganização das organizações operárias, mas que

> [...]entrincheiraram-se na política parlamentar e começaram a assimilar políticas neoliberais. Com o tempo perderam boa parte de sua identidade como partidos de esquerda, divorciando-se progressivamente das lutas que a massa popular mantinha nas favelas da periferia, no campo e nas fábricas. Alguns foram assimilados pelas estruturas das ONGS´s, trabalhando nos nichos de mercado livre e com as políticas anti-estatistas do Banco Mundial [...][138] (PETRAS, 1997b, p. 7)

De maneira mais pormenorizada Galvão (2008b) desenvolve a hipótese de que o neoliberalismo produziu nas últimas três décadas na América Latina, um acirramento das contradições sociais e a exasperação das condições de vida que, ainda que vivenciada em intensidade desigual por parcelas diferentes da população, seja na mesma formação social, seja no continente, possibilitou uma polarização contra a política antineoliberal, abraçada por governos nacionais, produzindo movimentos que denunciam o poder dos organismos internacionais na política nacional, criticam os tratados de livre comércio como expressão do imperialismo[139].

---

[138] Trecho original "[...] atrincheraron en la política parlamentaria y comenzaron a asimilar políticas neoliberales [...]Con el tiempo perdieron buena parte de su identidad como partidos de izquierda, divorciándose progresivamente de las luchas que la masa popular mantenía en los suburbios de chabolas, en el campo y en las fábricas. Algunos fueron asimilados por las estructuras de las ONG's, trabajando en los nichos del mercadolibre y de las políticas anti-estadistas del Banco Mundial". Tradução da autora.

[139] A autora destaca como movimentos antineoliberais na América Latina: a Marcha Indígena pelo território e Dignidade na Bolívia em 1990; o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México (1994); a guerra da água contra a privatização do serviço municipal de água em Cochabamba em 2000, a organização dos piqueteros, das fábricas recuperadas e das Assembléias de bairros na Argentina, com início em 2001; os bloqueios aymaras em La Paz, em 2000 e 2001; e as guerras do gás, em 2003 e 2005, contra um consórcio

Esta retomada das lutas no continente a que Aguirre Rojas identifica como a vanguarda de movimentos sociais populares antisistêmicos no planeta (2010, p. 24) foi acompanhada de uma produção, sobretudo, latinoamericana de analistas sociais e militantes, que busca(va)m compreender as origens, motivos, processos e perspectivas que estes movimentos trazem para a esquerda na região e mundialmente[140].

Investigações conseqüentes da realidade social são evidentemente orientadas pelas mudanças que se manifestam/ocultam nos processos históricos, atualizando, modificando ou reafirmando conceitos e teorias, sempre provisórios, mas duráveis, até que se comprove o contrário.

Infelizmente, por "habitus" ou por necessidade de destaque acadêmico, não é raro, um tipo de produção que se altera, neste caso específico, "ao sabor dos movimentos", ora afirmando, ora negando, o exato contrário do que havia sido dito antes.

Outra "modalidade" de tratamento "científico" é a fixação em conceitos que podem não corresponder à qualquer traço da realidade investigada, mas são reafirmados por já terem constituído um nicho explicativo que se auto-mantém e se retroalimenta de suas próprias explicações.

Viguera (2009) faz um breve relato das mudanças analíticas sobre as "ações coletivas" na Argentina, mostrando que se nos anos 1960 e 1970, a visão toureniana e dos novos movimentos culturais prevaleceu, acompanhada de perto da explicação da mobilização de recursos, ambos como tentativas de explicar manifestações variadas de grupos diversos em sociedades pós-ditatoriais na América Latina.

Nos anos 1980, por sua vez, a perspectiva de uma "teoria dos movimentos sociais" se perde novamente, devido à fragmentação e fragilização do movimento operário e os "demais" como conseqüência da avalanche neoliberal no continente.

Os anos 1990, no entanto, representaram uma retomada das teorias dos movimentos sociais que explodiram nas ruas e eram vistos agora, como resposta ao neoliberalismo e o tinham como elemento disruptivo central.

Desconfiamos da profundidade e da contribuição de investigações que adotam teorias de acordo com sua proximidade explicativa com o objeto ou a conjuntura sócio-política

---

transnacional de exportação do gás para a América do Norte, e em favor da nacionalização e reestatização dos hidrocarburetos; o MST no Brasil e a Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO), iniciado como uma greve de professores do ensino público, em 2006.

[140] Não citaremos aqui uma lista de autores, pois trabalhamos com esta produção ao longo dos capítulos 3 e 4, mas gostaríamos de destacar o aumento da literatura que se volta para os movimentos populares da América Latina, acompanhando as publicações do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Sobre a produção teórica na América Latina ver Gohn (2008).

ideológica do momento. Um exemplo "clássico" do que estamos afirmando é a quantidade de vezes com que a teoria marxista e o próprio Marx foram jogados ao limbo teórico, quando conjunturas conservadoras, supostamente mostravam um equilíbrio entre a relação capital/trabalho, e como, com uma velocidade alucinante era alçado do fundo do poço como a explicação, "sempre atual", mas que muitos não queriam ver.

Não nos aventuraremos a fazer um balanço da literatura que trata dos movimentos sociais, pela empreitada desproporcional para este trabalho, mas faremos um breve relato sobre a produção que trata dos movimentos sociais, priorizando, no entanto, teorias que influenciaram a análise da realidade brasileira, tentando mostrar suas limitações e potencialidades, para então, nos lançarmos ao debate sobre as contribuições marxistas sobre os movimentos sociais.

3.2 O debate sobre as teorias dos movimentos sociais e uma crítica marxista

O rebote teórico pós-68 representou para a análise dos movimentos sociais uma guinada em direção à busca de conceitos que refutassem a explicação marxista do embate entre proletariado-burguesia e que esclarecessem a "diáspora" dos sujeitos conflituosos, espalhados por toda a sociedade.

A partir de 1970 três grandes teorias[141] influenciaram os estudos sobre os movimentos sociais compartilhando a mesma constatação de que a sociedade industrial com suas características duais (público/privado, capital/trabalho, sociedade/Estado) estavam superadas e abria-se na segunda metade do século XX uma nova forma societal centrada em relações não-econômicas que geraram movimentos sociais de contestação pós-materialistas.

A escola analítica foi a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), cujos representantes mais evidentes são McCarthy e Zald[142], voltou-se para a racionalização da atividade política, considerando a mobilização um cálculo racional entre benefícios e custos do envolvimento individual e seus possíveis resultados, que derivariam da integração entre

[141] Béroud et al nos lembram que diante de quaisquer comparação de paradigmas, devemos nos interrogar sobre quais critérios foram utilizados para realizá-la e salienta que este tipo de classificação não é útil quando se trata da análise de um objeto concreto (1998, p. 28)

[142] A obra que inicia esta corrente de forma mais sistematizada é McCarthy , J. D.e Zald, M. N. 1977. "Resource mobilization and social movements: a partial theory". American Journal of Sociology, vol. 82, nº 6. Outra obra bastante referenciada desta corrente é McAdam, D; McCarthy , J.; Zald, M. N. 1996. Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings. Cambridge: Cambridge University Press.

recursos materiais, humanos e organizativos, privilegiando a interação entre indivíduos sem envolver os elementos macroestruturais.

Tal corrente aplicou a sociologia das organizações à análise dos movimentos sociais, que por analogia seria movido e organizado tal como uma empresa, o que levou à priorização da racionalidade, em detrimento das ideologias e valores como elementos válidos para mobilizar indivíduos em determinadas conjunturas.

Assim, os movimentos sociais são tidos como fenômenos como qualquer outro que envolva burocratização, normatização, hierarquia, divisão do trabalho, administração de recursos e coordenação de ações (ALONSO, 2009).

Integrados ao debate sobre o "economicismo marxista" e criticando a existência da classe operária como sujeito histórico universal, a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), diferentemente da TMR construíram suas teorias a partir da análise dos processos históricos e políticos.

Como expoentes da TPP, destacamos Charles Tilly e Sidney Tarrow, sendo que o primeiro foi pioneiro na construção de uma sociologia política que buscou compreender as mobilizações coletivas em termos de fenômenos profusos analisando-os em tempos de longa duração, colocando em um mesmo diapasão as disputas entre elites e os movimentos populares, para quem, não há distinção de natureza do fenômeno, mas apenas de repertórios, como conjunto de ações coletivas, tais como ferramentas que se podem utilizar, interpretar, mas não criar.

Através da definição de Tarrow sobre os movimentos sociais, podemos deduzir os elementos utilizados neste paradigma que compartilha com a TNMS a importância da cultura no processo de mobilização.

Segundo Tarrow,

> As pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os *padrões de oportunidades* e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um *repertório* de ação coletiva, criam novas oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto. Quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade, quando reúnem pessoas em volta de *símbolos culturais herdados* e quando podem ampliar ou construir densas *redes sociais e estruturas conectivas*, então esses *episódios* de confronto resultam em interações sustentadas com opositores – especificamente – em movimentos sociais. (2009, p. 38, grifo nosso)

Vemos que os processos contenciosos ocorrem segundo esta corrente, de acordo com a abertura/alargamento de canais de mobilização que são facilitados em determinadas oportunidades políticas. Porém, os grupos de confronto não são preexistentes e se formam

através de relações cognitivas mediadas pela cultura (símbolos culturais herdados) no próprio processo de movimentação.

O elemento cultural ganha destaque, pois será o responsável pela construção do pertencimento e das redes interpessoais, cujo resultado é a solidariedade, que somada ao controle coletivo dos recursos necessários à ação, geram situações de mobilização, em que são ativados os repertórios, formas de expressão para conquista de seus propósitos, mais adequados ao contexto de enfrentamento.

A TPP não identifica adversários fixos, mas trata de partes que se deslocam. Entram em conflito os detentores do poder, que estão no Estado e os desafiantes que falam em nome da sociedade, embora ambos possam estar ora num ponto, ora em outro.

Tanto a TMR como a TPP tem ampliado seu prestígio nas análises sobre movimentos sociais na última década na América Latina, como lembra Gohn (2008), embora a influência da TNMS seja determinante desde os anos 1980.

A TNMS congrega autores em torno de alguns elementos analíticos comuns, como, o fim da centralidade do trabalho e da produção industrial a partir da segunda metade do século XX, a ampliação da chamada sociedade civil onde se movimentam sujeitos que lutam, não mais por demandas materiais, mas por "formas de vida", cujo elo é a cultura.

Alonso faz uma boa síntese dos pontos que unem os autores da TNMS.

> Para todos uma mudança macrossocial teria gerado uma nova forma de dominação, eminentemente cultural (por meio da tecnologia e da ciência) e borrado as distinções entre público e privado, acarretando mudanças nas subjetividades e uma nova zona de conflito. As reivindicações teriam se deslocado dos itens redistributivos, do mundo do trabalho, para a vida cotidiana, demandando a democratização de suas estruturas e afirmando novas identidades e valores. Estaria em curso uma politização da vida privada. Os movimentos de classe dariam lugar, assim, a novos movimentos expressivos, simbólicos, identitários, caso do feminismo, do pacifismo, do ambientalismo, do movimento estudantil. Isto é, os movimentos mais em evidência no momento em que escreviam. (2009, p. 67)

No entanto, a virada do século XXI trouxe a estes paradigmas a necessidade de uma atualização diante de fenômenos vistos por eles como modificadores das ações coletivas, tais como, a globalização, a informatização da sociedade, o fortalecimento das instituições multilaterais, a política transnacional, o enfraquecimento do Estado-nação como antagonista (TARROW, 2009; SCHERER-WARREN, 2006; ALONSO, 2009), o que acabou por aprofundar os argumentos centrais de cada teoria e diferenciá-las ainda mais.

Como vimos no item 2.2 a TNMS influenciou autores brasileiros e fortaleceu o conceito de sociedade civil, espaço em que os movimentos sociais se articulam para ampliar

direitos, não apenas como normatização, mas como formulação e vivência de uma "nova cultura política" que tem como base o exercício da participação cidadã.

Este conjunto de fenômenos do início do século XXI, também amplia as análises da TNMS com o conceito de redes de movimentos sociais elaborado por Scherer-Warren, "que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos" (2006, p. 113), que se articulam cada vez mais a fim de ganhar visibilidade e obter conquistas.

"Nas sociedades globalizadas, multiculturais e complexas, as identidades tendem a ser cada vez mais plurais e as lutas pela cidadania incluem, frequentemente, múltiplas dimensões" (Ibidem, p. 111), que se organizam em níveis de interesse na sociedade civil: *a*. associativismo local, como associações comunitárias da sociedade civil organizada (Ex. núcleos de sem-terra, sem-teto, piqueteiros, etc.); *b*. formas de articulação inter-organizacionais, como fóruns da sociedade civil, ONGs, etc. e *c.* mobilizações na esfera pública, como resultado da articulação dos dois níveis antecedentes, realizam grandes manifestações "com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes" (Ibidem, p. 112), como por exemplo, a Marcha Nacional pela Reforma Agrária e a Parada do Orgulho Gay, como formas de ação equivalentes.

Um dos resultados da construção destas "redes" é a formação de um novo ativismo, que "se alicerça nos valores da democracia, da solidariedade e da cooperação" (Ibidem, p. 120), legitimando os fóruns como mediação entre os movimentos e o Estado, e protagonizando ações

> orientadas aos mais excluídos, mais discriminados, mais carentes e mais dominados. [...] a divisão clássica (da militância) 'think tanks' (ou produtores de conhecimento), ativistas (ou cidadãs) e prestadoras de serviço (ou de caridade) tende a dar lugar a organizações que mesclam, cada vez mais, essas três formas de atuação" (Ibidem, p. 121)

Fontes (2006) critica esta forma de "militância" no espaço sacralizado da sociedade civil, mostrando que

> [...] pela mesma brecha em que a filantropia se imiscuía na militância, nesse deslizamento da 'luta social' para estar a 'serviço de', desaparecia do horizonte a contradição entre fazer filantropia, ser militante e ser remunerado de maneira mercantil por essa atividade. (p. 347)

Eliminar contradições no espaço da sociedade civil nas sociedades contemporâneas é um resultado frequente das análises dos movimentos sociais a que nos referimos. Como afirma Vakaloulis "nessa sociedade "pós" qualquer coisa (pós-industrial, pós-moderna, pós-

salarial, pós-histórica...) onde o cuidar de si mesmo prevalece sobre o engajamento coletivo, o conflito social não é mais o que era" (1999, p. 232)[143].

Percebemos que as teorias expostas acima se alinham na mesma perspectiva macroanalítica, que compartilham a ideia de declínio da centralidade do trabalho e, portanto, dos conflitos derivados desta: a ruptura entre a conflituosidade oriunda do trabalho e novas formas de conflitos, a concepção de uma espécie de horizontalidade entre as relações econômicas internacionais, derivada do processo de "globalização" e a inexorabilidade do fim da classe operária, de suas organizações e de toda a tradição marxista, incluindo o conceito (e evidentemente, a existência) das classes sociais[144].

Vakaloulis faz um breve balanço das abordagens sobre o termo "movimentos sociais" que estão fora da tradição marxista, apontando quatro visões que, segundo o autor, devem ser descartadas. A primeira, positivista, considera os protestos como resultado da evolução do sistema social, sendo que as motivações e formas de comprometimentos dos indivíduos na ação coletiva não podem ser generalizados. Assim, "recusa qualquer conceito unificado de movimento social como uma totalização abusiva das lógicas e práticas de protesto" (2005, p. 130).

A segunda, essencialista, ao contrário, autonomiza o movimento como uma entidade provida de intencionalidade própria e desligada das relações ao seu redor, como um "ator social integral" e que "acima de tudo se coloca fora do campo da política e procura penetrá-lo por efração" (Ibidem, 131).

Há uma terceira visão "objetivista" que supervaloriza as determinações estruturais e nega as interferências conjunturais, levando a um conflito universal de sujeitos antagônicos pré-definidos.

A última, a visão "subjetivista", exacerba a ação social dos atores, voltando-se para suas motivações e elementos simbólicos, limitando-se aos aspectos fenomenológicos e neste caso, a "ação de protesto aparece desprovida de [...] dimensão histórica" (Ibidem, p. 133).

Contrariamente a estas abordagens, Vakaloulis propõe o paradigma marxista do antagonismo social e ao fazê-lo critica o paradigma da exclusão social (1999). Para ele há uma transferência do centro da análise da produção para o mercado e tal acontece pela importância que o lugar do indivíduo no mercado de trabalho passa a ter, em detrimento de

---

[143] "Dans cette societé "post-" quelque chose (post-industrielle, post-moderne, post-salariale, post-historique...) où le souci de soi l´emporte sur l´engagement collectif, le conflit social n´est plus ce qu´il était". Tradução da autora.

[144] Na TPP o fim das classes é matizado, embora haja uma convergência entre o que é o marxismo e o economicismo para esta corrente.

seu lugar na produção, vendo como sinônimos, trabalho assalariado e situação de emprego, da mesma forma que os tipos de ocupação, passam a ser vistos como estruturação social.

Por isso, é possível ao paradigma da exclusão social tratar a sociedade civil, como um emaranhado de muitos plurais, aceitos sem hierarquias (grupos, fóruns, ativismos, redes, etc.), o que dá a ilusão da sociedade como uma "imensa classe média" (1999, p. 229). Ao passo que a ofensiva neoliberal exacerbou a polarização social, mas mascara as relações de classe, não somente como um elemento ideológico, mas como instrumento político, que transforma a subproletarização em exclusão, e "perde, assim de vista, a íntima relação entre os processos que afetam no mesmo movimento, o 'centro' e as 'margens' do sistema social" (Ibidem, p. 235)[145].

Os "descontentes", então, são considerados como as novas classes perigosas e expressam uma conflituosidade descabida em uma sociedade que busca o consenso através de gestões que visam "pacificar" as contradições sociais, em que fica difícil discernir a "a luta contra a exclusão, do combate dirigido contra a exclusão dos excluídos" (Ibibem, p. 240)[146].

Adotando o conceito de repertório de Charles Tilly, Vakaloulis busca analisar os movimentos sociais a partir de um arcabouço teórico que integre as esferas do econômico, político e ideológico, mas que tenha como central o antagonismo social que advém da contradição entre capital/trabalho e que se manifesta de maneira particular no capitalismo contemporâneo.

As mobilizações que aparentam ser fragmentadas e desconexas são reconhecidas por Vakaloulis (2002) como lutas que ocorrem fora do local de trabalho tradicionalmente relacionado à contradição de classe, ou seja, a fábrica, a empresa. Embora tais ações coletivas não sejam identificáveis pelo termo de conflitos do trabalho, estão relacionadas à subordinação salarial que transborda o local de trabalho e passa ao mundo do trabalho, existindo de várias maneiras, além da forma de submissão do trabalhador explorado pela extração da mais-valia, o que obriga o investigador a "redimensionar os contornos da problemática 'classista' que dificilmente pode ser confinada ao interior da empresa *stricto sensu*" (p. 124)[147].

---

[145] "[...] perdre ainsi de vue l´unité intime reliant les processus affectant dans le même mouvement le "centre" et les "marges" du systhème social." Tradução da autora.

146 Nesta passagem Vakaloulis faz uma análise teórica e não se refere a uma formação social específica. Embora suas análises estejam vinculadas aos conflitos franceses antineoliberais de 1995/1998, este trecho poderia perfeitamente tratar das "ações pacificadoras" nos morros cariocas no ano de 2010/2011.

[147] "[...] les contours de la problématique 'classiste' que ne saurait guère se cantonner à l´intérieur de l´entreprise stricto sensu". Tradução da autora

Assim, as conseqüências do processo de dominação e opressão no capitalismo contemporâneo se manifestam em cada grupo de sujeitos mobilizados por demandas específicas, aparentemente focalizadas em aspectos isolados como cultura, direitos, reivindicações econômicas, mas "a transversalidade da modernização capitalista produz efeitos experimentados em diferentes graus" (p. 121)[148] e que expressam um fio condutor entre as diversas ações coletivas.

A hipótese de Vakaloulis é que este elemento unificador

> está no fato de que certos grupos sociais dominados entram em conflito, de forma direta ou indireta, com a materialidade das relações de poder e de dominação, mas também com o imaginário social marcado pela dinâmica de valorização/desvalorização (2005, p. 132)

e pela tentativa que os diferentes sujeitos coletivos tem de sair de uma condição de resignação, e que ao agir manifestam uma tendência à fragmentação e outra à unificação, que se misturam e se influenciam mutuamente.

A primeira remete as demandas supostamente particulares de cada ação mobilizatória, enquanto a segunda tendência indica as características comuns partilhadas pelos diferentes sujeitos organizados advindas da estrutura do sistema capitalista[149].

Vakaloulis nos dá pistas importantes sobre como superar as análises parciais sobre os movimentos sociais, tais como a TMR, a TPP e, sobretudo, a TNMS, articulando elementos conjunturais e estruturais, objetivos e subjetivos.

Este autor integra um conjunto de intelectuais que se colocaram em oposição às visões pós-modernas que colocaram o trabalho como categoria ultrapassada para a compreensão das ações contestatórias na França dos anos 1990[150] e que contribuíram sobremaneira para pensarmos a conexão entre movimentos sociais e classes. Segundo Galvão,

> Distinguem movimento social de outras formas de expressão coletiva, que não se excluem mutuamente, para sustentar que nem toda ação coletiva é um movimento social. Este se caracteriza pela tendência à autonomia, por reivindicações explícitas, pela importância da oposição de classes na estruturação do movimento, pela emergência de solidariedade e pela necessidade de negociação (2008b, s/p)

---

[148] "La transversalité de la modernisation capitaliste produit des effets ressentis, à des degrés inégaux". Tradução da autora.

[149] A respeito da análise dos diferentes princípios de estruturação do espaço de contestação, ver o quadro em Vakaloulis, 2002, p. 123.

[150] Destacamos como obras que discutem os movimentos sociais nesta perspectiva: Béroud et al. (1998); Béroud, (2002); Chauvel (2002); Aguitton e Bensaid (1997); Mouriaux (2003; 2005); Bihr e Pfefferkorn (2004); Lojkine, J, Cours-Salies, P.,Vakaloulis, M. (2006).

Esta definição de movimento social, embora seja bastante diretiva, não incorrendo no erro de que "tudo que se move em grupo" pode ser considerado movimento social, é ao mesmo tempo abrangente e restritiva. Isto porque movimentos da burguesia podem se opor à classe trabalhadora como estruturação do movimento e há movimentos populares que não são autônomos em relação ao Estado ou a partidos.

Na América Latina a produção intelectual de vertente marxista que analisa os movimentos sociais, cresce nos anos 90, pelos motivos já expostos e no Brasil, se fortalece (embora ainda bastante minoritária) nos anos 2000, através das publicações das revistas e congressos/encontros de temas marxistas[151] que garantem um debate profícuo sobre o tema em seus números.

Dentre os intelectuais brasileiros deste campo, dialogaremos diretamente com Andréa Galvão e Jair Pinheiro que, embora não tenham uma obra sobre o tema, discutem em artigos uma proposta de análise marxista dos movimentos sociais.

Uma autora que discute longamente o tema dos movimentos sociais é Maria da Glória Gohn, realizando uma proposta teórico-metodológica de análise dos movimentos sociais na América Latina. Esclarecemos que não a incluímos neste debate, pois a autora se põe, no nosso entendimento, claramente fora do campo marxista, visto que nega algumas categorias-chave como luta de classes e a substitui por luta social, por considerar que "as classes se formam na luta" (2002, p. 248). Porém, considera que "classe se refere às ações dos indivíduos enquanto agentes produtores e reprodutores socioeconômicos" (Ibidem, p. 249), concluindo que tal categoria, "não dá conta de explicar todas as dimensões e fenômenos da vida social"(Ibidem, p. 240).

Gohn evidencia uma visão restrita do conceito de classe social e em sua análise prioriza o campo da política, se alinhando aos autores que criticamos anteriormente pela concepção parcial da análise da ação coletiva. Este posicionamento é evidente em sua conceituação de movimentos sociais como:

> [...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. (Gohn, 2002, p. 251)

[151] Não faremos aqui uma listagem das revistas ou congressos/encontros considerados marxistas porque esta é uma tarefa que demandaria uma definição e uma classificação que creio não traz benefícios às revistas ou a este trabalho. Deixamos em aberto, considerando a auto-afirmação como o critério mais razoável, embora não menos polêmico, de identificação.

Partir de uma análise pautada no debate marxista sobre os movimentos sociais não é uma tarefa fácil, pois embora a última década tenha sido produzidos ótimas análises sobre os movimentos sociais, concordamos com Galvão (2011) quando ela diz que ainda está para ser construída uma teoria marxista dos movimentos sociais. Outra questão a considerar é que, o campo a que chamamos marxista é vasto e conflituoso, sobretudo no que tange à categoria de classe e luta de classes.

Galvão parte do debate que ela estabelece entre Poulantzas e Bensaïd sobre o conceito de classe social, destacando que a posição de classe, ou seu lugar na produção social, não determina mecanicamente o posicionamento de classe no conflito político-ideológico no capitalismo, concluindo que "a exploração e a dominação de classes delimitam um campo de interesses, que vai ser construído na luta de classes" (2010, p. 110).

Se o posicionamento não corresponde à posição de classe, pode-se afirmar que haja diversas polarizações possíveis entre classes e frações de classes em distintas conjunturas. A autora parte, então, da conceituação de classes trabalhadoras como um "conjunto heterogêneo de diferentes classes sociais – que compreende o operariado, a pequena burguesia, o campesinato e as classes médias" (Ibidem, p. 110), a fim de evitar uma bipolarização de campos opostos: burguesia e proletariado, que não corresponderia à tendência de multipolarização do capitalismo contemporâneo.

Galvão formula três proposições de uma possível concepção marxista dos movimentos sociais. A primeira se refere a possibilidade de relacionar a irrupção dos movimentos sociais à posição de classe de seus participantes, mesmo que os participantes dos movimentos não o façam.

A segunda proposição trata do caráter policlassista dos movimentos sociais, seja por suas demandas, seja pela origem de seus participantes que corresponde ao fato das classes sociais serem heterogêneas, podendo unir "classes médias e camponeses no âmbito das lutas dos trabalhadores" (Ibidem, p. 113).

A terceira proposição trata da possibilidade da ação coletiva de forma estrutural, ou seja, a partir da centralidade da contradição capital/trabalho, mesmo que as demandas específicas não a evidenciem, pois esta conflituosidade se articula a outras transversais (como gênero, raça, direitos universais, etc.) (ibidem, p. 118).

Assim sendo, uma concepção marxista traria elementos importantes para a análise dos movimentos sociais, pois concebe a articulação entre as esferas econômica, política e ideológica, o que permite pensar a relação entre a heterogeneidade dos movimentos sociais,

fragmentados em razão de suas diferentes demandas emergenciais e a sua unidade, como estratégia comum.

Superando a dicotomia entre as esferas sociais, pode tratar de maneira dialética a relação entre sociedade civil e Estado, analisando os conflitos no interior da sociedade civil e do Estado, pois ambos não são blocos monolíticos, ao contrário, trazem potenciais políticos de superação/conservação da ordem social, que devem ser analisados de maneira tanto estrutural, quanto conjuntural.

Por isso, é importante "considerar o papel do projeto político e das ideologias [...] (dos movimentos sociais, bem como das) concepções ideológicas das organizações que medeiam a ação das classes dominadas" (Ibidem, p. 122).

Pinheiro aprofunda a análise marxista sobre os movimentos sociais ao discutir a imbricação das esferas sociais, o ocultamento das relações de dominação político-ideológica pelo direito burguês e o papel da ideologia nos movimentos sociais, mais especificamente, no que ele chama de "movimentos sociais classistas".

Concordamos com os autores quando estes afirmam que em uma sociedade cujas relações sociais de produção constroem relações de exploração e dominação que se (re)produzem mutuamente nas esferas econômica, política e ideológica, não é possível falarmos de movimentos sociais, cujas classes não estejam envolvidas, mesmo que estes movimentos se autoreferenciem por critérios culturais, aparentemente "descolados" das relações sociais de produção, pois "eles se articulam às lutas de classes pela via político-ideológica [...], desenvolvendo identidades autocentradas ou de solidariedade com outros grupos sociais (Pinheiro, 2007, p. 131).

O critério adotado por Pinheiro (2007) para o estudo dos movimentos sociais nos parece bastante elucidativo e torna-se uma ferramenta que abre caminho para outros pesquisadores.

> Na perspectiva aqui adotada, é aquele fundamento social o critério tomado para a reflexão sobre os movimentos [...] que tomam o lugar ocupado por sua base social nas relações sociais de produção e na estrutura de classes que dela resulta em cada formação social determinada (p. 131)

Mas, este critério "de fundamento social" apenas faz sentido se pensado em movimento, ou seja, na luta de classe como "campo no qual todos os agentes políticos atuam e, por conseguinte, tem de estabelecer alinhamentos com vistas à consecução dos seus fins/e ou fortalecimento de sua posição" (Ibidem, p. 131).

Podemos citar duas passagens de Marx, em que ele afirma que "não há, jamais, movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social" (1985) ao mesmo tempo em que "toda luta de classes é uma luta política" (1978). Assim, o campo do social e político, são elementos amalgamados na totalidade do ser social, pois a luta de classe se manifesta em formas distintas, como a política, a ideológica, podendo, inclusive, permanecer latente.

Este é um elemento fundamental no estudo dos movimentos sociais que pode dirimir a divisão, superficial, entre movimentos culturais, econômicos, políticos, etc., embora não consideremos que o marxismo tenha chegado a um bom termo em estudos de movimentos que não se pautam pelo antagonismo social. Estes estudos são plenamente possíveis e desejáveis, mas ainda estão por serem realizados.

Pinheiro, por exemplo, tem escrito a respeito dos "novos movimentos sociais classistas"[152] que ele define como movimentos que

> engendram formas organizativas e bandeiras através de um quadro interpretativo que articula a crítica do lugar que sua base social ocupa nas relações sociais de produção, [...] com a crítica da experiência imediata e dos diferentes lugares de subordinação ocupado em outras esferas da vida social, de modo que o reconhecimento da pluralidade identitária não adquire a forma de competição por recursos ou de luta redistributiva (2010, p. 131).

Nesta definição fica clara a preocupação do autor com os chamados "lugares de subordinação", dentre os quais é destacado papel central do Estado em ocultar as relações de exploração e dominação pela abstração criada tanto na esfera produtiva (trabalhado indiferenciado), como na circulação (trabalhador livre), que pressupõe a normatização político-jurídica, transformando o trabalhador concreto em indivíduo livre, portador de direitos, baseados em ideias gerais de liberdade e igualdade.

Esta comunidade idílica de indivíduos membros de uma mesma nação, unidos sob um Estado, só é possível com a regulação jurídica e sua força ideológica, reproduzida na forma da própria legislação, como por exemplo, o direito a propriedade, como elemento indistinto na sociedade burguesa e na forma do monopólio da repressão pelo Estado burguês.

Como os movimentos sociais agem a partir de um conjunto de negações estruturais, dado a seu lugar na produção, cuja ocultação os põe como indivíduos livres e portadores de direitos?

---

[152] Segundo o autor a novidade destes movimentos está em na presença destes elementos, embora com graus de importância variados: a. territorialidade como expressão de identidade; b. existência de temas sócio-culturais; c. busca pela unidade com outros movimentos pela participação em redes; d. uso da internet como meio de comunicação eficaz; e. marginalidade urbana como elemento da construção de identidade de classe.

Pinheiro responde a esta questão com a construção de um "conceito operacional para a análise da produção discursiva dos movimentos" (2010, p. 111) que vincula "visão de mundo" e "processo social de interpelação discursiva"[153]. Para nossos objetivos, citaremos uma passagem em que o autor demonstra este conceito em operação.

> [...] se no plano imediato os movimentos são manifestações concretas que emergem na cena pública como efeito do descontentamento resultante das condições próprias desses lugares funcionais e, a partir deles, elaboram quadros interpretativos com vistas a legitimar suas demandas, o trabalho de elaboração desses quadros, como estratégia de interpelação social [...] necessariamente remete às estruturas sociais em seu conjunto e por elas é condicionado (2010, p. 112)

Existe uma articulação entre as manifestações do movimento e a construção identitária deste, partindo das condições derivadas de sua posição de classe, sem que, no entanto, esta seja uma formulação de determinação exclusiva do econômico.

As contribuições de Galvão e Pinheiro para a análise marxista dos movimentos sociais é fundamental neste estudo, pois ambos delimitam um campo teórico-metodológico que orienta o tratamento dos elementos colhidos em campo de uma forma que não seja apenas uma sobreposição de afirmações relacionadas à uma literatura consagrada anteriormente.

As três proposições de Galvão acerca do estudo marxista dos movimentos sociais proporcionam um recorte geral de análise e Pinheiro nos oferece um estudo mais profundo dos movimentos sociais classistas com um olhar contemporâneo, ou seja, partindo de uma crítica ampla, tanto às teorias pós-modernas com foco na categoria de identidade, quanto ao economicismo reducionista que tanto limitou o avanço do marxismo.

No entanto, discordamos do conceito de classes trabalhadoras apresentado por Galvão, pois consideramos uma contradição, não apenas em termos, entre trabalhadores fabris e pequena burguesia, como classes que comporiam a grande categoria de classes trabalhadoras.

Evidentemente não nos propomos a discutir o conceito de classe no âmbito dos autores marxistas, pois esta seria uma tarefa impossível de ser levada a cabo neste momento. No entanto, não nos furtaremos a trabalhar com uma concepção, (como sempre, provisória) de classes trabalhadoras.

Primeiramente partimos de uma noção de classe que considera a posição na produção como um fator decisivo na construção do antagonismo social, construído sobre as bases da acumulação pelos detentores da propriedade privada de produção das riquezas construídas

[153] Sobre a discussão do autor sobre ideologia, ver Pinheiro, 2000 e 2010.

pela classe trabalhadora, que se submete à venda de sua força de trabalho, sendo esta fonte inesgotável de produção de valor.

A classe, no entanto, não é um fato ou um conglomerado e não se constitui de maneira linear e tampouco se faz de forma vertical, pois há entre trabalhadores e a burguesia, frações (POULANTZAS, 1977) no interior de ambas que complexificam as lutas sociais quando estas tomam a forma de luta política e ideológica.

Concordamos com a hipótese de Machado (2011) de que para Marx a formação do proletariado em classe é processual, comportando avanços e recuos, e justamente por isso, a proposição do autor dos "níveis de classe" (embora talvez esta não seja a melhor expressão), só faz sentido, se considerarmos que esta constituição se dá por múltiplas determinações econômicas, políticas, sociais, ideológicas e históricas.

Machado (2011) apresenta os "níveis de classe", como: "a classe em si", quando a classe se opõe espontaneamente ao capital; "a classe para si", quando se opõe conscientemente ao capital e quando além destas, "a classe revolucionária", se opõe a "sua expressão jurídico-política, o Estado burguês" (s/p).

Se esta classe se opõe, somente pode ser do lugar em que esta ocupa nas relações sociais de produção, qual seja, da produção do valor expropriado pelo capitalista. Porém, como já discutimos neste capítulo, o capitalismo contemporâneo tem produzido mudanças profundas na constituição da classe trabalhadora, mas que, como afirma Pinassi "nenhuma das 'alternativas' apresentadas pelo sistema é capaz de mudar uma vírgula sequer a realidade que leva um número cada vez maior de indivíduos pelo mundo afora à 'classe (potencialmente) contra o capital'"(2011, p. 1).

O trabalhador não é mais apenas aquele que vive o mundo da fábrica, mas aquele que vive sob o jugo do capital em todas as suas formas, constituindo-se daqueles que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver, valorizando o capital, seja diretamente por meio da produção, seja nas relações que indiretamente o fazem, daí incluirmos no termos classes trabalhadoras, o trabalhador assalariado, o subproletário, o trabalhador rural, o desempregado.

Adotando a perspectiva marxista de análise dos movimentos sociais e o conceito de classes trabalhadoras debatidos acima, consideramos que o MTST é um movimento social classista e deve ser estudado em seu contexto histórico que abrange os aspectos sociais, políticos e ideológicos, salientando que

> [...] cada movimento ou forma de protesto ou de luta social, deve sempre ser estudado em seu contexto particular, em sua especificidade histórica

> singular, em sua linha evolutiva concreta, e em suas circunstâncias e curvas de desenvolvimento determinadas. (AGUIRRE, 2010, p. 12)[154]

Porque podemos afirmar como classista este movimento? O MTST se autorrefere como um movimento de trabalhadores, cuja base social é formada, em sua maioria, por subproletários, e suas demandas são formadas a partir de uma confluência de necessidades e interesses que se opõe aos interesses da classe dominante.

Trabalhemos um pouco mais estas questões. O fato do MTST se auto-intitular um movimento de trabalhadores, não dá nenhuma sustentação de que seja esta sua formação ou mesmo intenção (parábolas partidárias são desnecessárias). Mas se constatamos que sua base social é formada pelas classes trabalhadoras, podemos afirmar, então, que há uma finalidade de classe no ideário deste movimento, que se coloca numa posição de organização classista, em oposição à exploração e dominação capitalista. Trataremos no próximo capitulo, como um movimento, a princípio de luta por moradia, pode fazê-lo.

O conjunto dos sem-teto não é homogêneo, justamente por serem subproletários, realizam atividades das mais diversas, em setores da produção, comércio, serviços e há os trabalhadores assalariados em condições formais de emprego, que embora em menor número, contribuem com a diversidade de condições de renda e acesso a direitos oriundos do trabalho, como melhor atendimento à saúde, por exemplo.

Porém, a instabilidade é um sentimento que atinge a todos, estejam empregados/ocupados ou não, pois as condições de reprodução social destes trabalhadores e trabalhadoras exigem deles um tempo maior de trabalho, ou a soma de duas ou mais atividades semanais para garantir um nível básico de consumo, pois como vimos no capítulo um, a maior parte das famílias tem renda de um salário mínimo.

A insegurança que ronda estas famílias pelo fato de não terem moradia não é a única impulsionadora de sua união em um movimento, mas a construção de uma identidade subalterna, ser sem-teto, em oposição à de outra classe, dominante, cruel, injusta, "que não pensa nos humanos, só no dinheiro", são os "políticos"[155].

Se por um lado é difícil reconhecer o capital ou até mesmo a burguesia como antagonistas, o Estado se apresenta claramente aos sem-teto como um adversário que "não muda de lado", "está para favorecer os poderosos"[156].

---

[154] "cada movimiento o forma de la protesta y de la lucha social, debe siempre ser estudiado en su particular contexto, en su especicidad histórica singular, en su línea evolutiva concreta, y en sus circunstancias y curvas de desarrollo determinadas". Tradução da autora

[155] Anotações de campo.

[156] Idem.

Neste ponto, convergem os sem-teto e Boron que "[...] a questão de que se trata é combater o Estado atual, o Estado capitalista, o que necessitamos é potencializar as possibilidades e a força das organizações das classes e camadas populares, e isso durante um longo período histórico[157] (2005).

O MTST se forma como movimento autônomo em relação ao MST, com instâncias próprias a partir de 2003, com o fim do acampamento Santo Dias em São Bernardo do Campo. Mesmo ano em que Lula é eleito presidente do país pela primeira vez, carregando a esperança (e parte da esquerda) para dentro do aparelho estatal.

As condições estruturais do capitalismo, como vimos, fragmentam e fracionam as classes trabalhadoras que têm tido dificuldades em encontrar semelhanças entre iguais e as desigualdades parecem cada vez maiores, mesmo entre os "pobres". Nesta conjuntura internacional de avanço do capital sobre a classe trabalhadora no mundo todo, no Brasil parecia que algo podia mudar, senão radicalmente, mas a ponto de desfazer seculares abismos sociais produzidos pela acumulação, concentração de renda, controle das políticas de Estado e da repressão.

E o que se viu foi uma guinada... à direita.

3.3 Se os trabalhadores estão no governo, onde estamos nós? Os governos do PT e os movimentos sociais

Janeiro de 2003. Uma multidão corre pelo gramado em direção a um dos palcos montados para o Fórum Social Mundial em Porto Alegre – RS. Gritaria, euforia, sapatos perdidos pelo caminho... mas tudo vale a pena para ver Lula, presidente, falar para "seu povo".

Estariam estes crédulos brasileiros equivocados? Seis anos depois, em 2009, Barack Obama, presidente dos Estados Unidos da América, descobre tardiamente, o que "seu povo" já sabia: "Ele é o cara! [...] O político mais popular da Terra"[158]. Com uma referência dessas, quem pode desconfiar do contrário? Popular por popular, há quem prefira o ditado que diz: tuas companhias mostram quem és.

---

[157] "[...] si de lo que se trata es de combatir al Estado actual, al Estado capitalista, lo que se necesita es potenciar las posibilidades y la fuerza de las organizaciones de las clases y capas populares, y eso durante un largo período histórico". Tradução da autora

[158] Esta afirmação foi feita por Barack Obama, informalmente, na abertura da reunião do Grupo dos 20 (G20) em junho de 2009.

De fato. Mas Lula não esteve sempre neste lugar e não representa sozinho esta passagem da história da luta de classes no Brasil, por isso, deixemos o senso comum a quem com ele se contenta, e vejamos um pouco mais a fundo.

A coligação partidária que elege Lula à presidência em 2002, representa muito mais que a ascensão do operário metalúrgico "ao poder". Trata-se do papel desempenhado pelo PT, CUT e movimentos sociais ligados umbilicalmente ao PT na trajetória do partido, como mediador na luta de classes no Brasil nos últimos 30 anos.

O PT é formado a partir do ascenso das lutas sociais no final dos anos 70, que somava movimentos sociais, religiosos, operários, sindicais, envolvidos na conquista da "democratização". Constrói-se, portanto, imbricado com a classe trabalhadora no período, que compõe majoritariamente sua base de filiados e militantes. Esta afirmação não costuma ser polêmica, mas seus desdobramentos, sem dúvida, acaloram o debate sobre sua caracterização, o que aliás, é a tônica no campo marxista, quando se trata do PT e de seus dois governos, como veremos adiante.

Em um extenso trabalho sobre a trajetória do PT, Iasi afirma que "sua primeira expressão política configurava um partido classista, anticapitalista, democrático e com uma meta socialista claramente estabelecida" (IASI, 2006, p. 550).

Dias concorda com o diferencial que o partido tinha no cenário político da época de sua fundação, em 1980, pois "propunha-se como partido acoplado aos movimentos sociais sem abandonar a via parlamentar". Repito: nos primeiros anos." (DIAS, 2003, p. 18). Pois, ao longo dos anos, ainda na primeira metade da década de 80, o partido institucionaliza-se cada vez mais, na mesma proporção de seu sucesso eleitoral. Conjugado a este processo, a CUT muda seu discurso e atuação, "propositivamente" para uma inserção cidadã dos trabalhadores pela via das câmaras setoriais que são instauradas nos anos 1990, completando a institucionalização da central. (DIAS, 2003)

Na outra ponta, Martuscelli ao analisar algumas teses presentes na chamada "ideologia petista", defende que a integração do PT à ordem burguesa se completa com a eleição de 2002, mas os elementos que a conformaram já estavam "em alguma medida, presentes no próprio programa político e na prática efetiva desse partido desde o seu nascimento" (2007, p. 44).

Del Roio, partindo da tese de que a revolução burguesa no Brasil se completa no final dos anos 1970, em forma de "revolução passiva", que finda com a integração da propriedade da terra à acumulação capitalista, com a acentuada industrialização e pela maturidade do Estado burguês que une as classes dominantes e fragmenta as classes subalternas (DEL

ROIO, 2004), o autor sustenta que "desde as origens o PT esteve estruturalmente disposto a esse movimento de inversão especular por ter sempre estado no campo ideológico do liberalismo, passando pelo economicismo sindical-corporativo" (Ibidem, p. 70), que imperou tanto na CUT, quanto no PT, mesmo que, a princípio, sua criação tivesse como objetivo ser um instrumento para a superação desta visão.

Segundo Del Roio, a valorização da dinâmica econômico-corporativa se deu pela predominância de vertentes da esquerda católica e social-democrata no partido que priorizaram conquistas materiais da classe trabalhadora, implementando um debate que contrapunha "o econômico ao político, a sociedade civil ao Estado, e assim reproduz(indo) a perspectiva liberal-burguesa" (Ibidem, p.72).

A construção do MST em 1984 acrescentava ao PT um lugar que ele mesmo se pôs, o de condução do movimento dos trabalhadores e "parecia que se criavam as condições para a construção de uma ampla aliança entre a classe operária e o proletariado agrícola, com significativa influência nos trabalhadores estatais e nos movimentos sociais setoriais" (Ibidem, p 72).

A auto-imagem difundida pelo PT trazia elementos de ineditismo na política nacional, longe do comunismo tacanho vinculado à URSS, mas defensor de uma nova democracia, com novos personagens, em uma nova cena.

Martuscelli (2007) traça uma crítica à representação que o PT fazia de si mesmo e que aparece em obras importantes que o analisam na década de 1980[159], discordando que o partido figure como uma "ruptura sem precedentes" em relação aos partidos da esquerda internacional, construído com base no "pluralismo irrestrito" e em uma concepção ambígua de "socialismo democrático".

Segundo Martuscelli (Ibidem), o PT não seria um partido social-democrata clássico, aos moldes europeus, mas estaria ligado a uma tradição social-democrata reformista e não revolucionária. Quanto à presença de diversas referências doutrinárias que conviveriam internamente, o autor sustenta que até 1986, houve uma integração das correntes, mas que com a regulamentação de tendências ocorrida naquele ano, a restrição política ganha normatização e se configura definitivamente em 1992, com a expulsão da corrente Convergência Socialista, pela direção do partido, cuja prevalência era a corrente majoritária, Articulação.

[159] Martuscelli cita as obras de MENEGUELLO, R. PT: a formação de um partido (1979-1982). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 e KECK, M. E. PT: a lógica da diferença. São Paulo: Àtica, 1991.

Embora o discurso e documentos tratassem do "socialismo democrático", sobressaía a democracia sobre o socialismo, ou seja, ao criticar os partidos comunistas por seu autoritarismo que deixava a democracia para segundo plano, o PT via a democracia como valor estratégico, sem a qual não haveria mudanças substanciais. Segundo Martuscelli, a democracia para o PT dava base para o "seu socialismo" e tomava forma na ampliação das instâncias capitalistas. Seriam três os elementos desta combinação: "a concepção de democracia como valor universal[160], [...] a negação de seu caráter de classe – através da ideia de universalidade – e a ideia de que os trabalhadores podem obter hegemonia nas instituições políticas do capitalismo" (2007, p. 43).

Estes fatores combinados teriam levado o PT ao "democratismo pragmático", com a adequação dos mecanismos de democracia direta dos núcleos de base às necessidades de mudanças programáticas "exigidas" pelas conjunturas eleitoras e alianças cada vez mais "amplas". Do mesmo modo, com o crescimento do PT em cargos executivos e legislativos em 1988, o partido atualiza a proposta de conselhos populares com a formulação do Orçamento Participativo (OP), os embates políticos passam a ser orientados pelo calendário eleitoral e pelos projetos que mostrassem que o PT era "bom de governo" (MARTUSCELLI, 2007).

O abandono da pálida noção de classe reafirma-se com os governos petistas em 1992, quando o mote da cidadania toma conta dos discursos, aprofundando a adoção da democracia representativa, da valorização das políticas públicas em detrimento das mudanças econômicas, valorização do local e da participação popular pela via do controle estatal.

É o que Del Roio chamou de centralidade do "político" sobre o "econômico", mas que tem determinações outras, que não apenas o "caleidoscópio petista". Segundo o autor, havia uma crise das vertentes comunista e social-democrata no movimento operário brasileiro que abre espaço para o crescimento do PT, ao que se somou as transformações do mundo do trabalho, que muda a configuração da classe, fragilizando as formas de resistência e suas organizações, frente ao avanço do capital, gerando uma "alteração na base social do PT, e na sua configuração ideológica [...] (levando-o) ao social-liberalismo, entendido como uma variante do neoliberalismo. (2004, p. 76).

O neoliberalismo dos dois governos Fernando Henrique Cardoso (FHC), levou a um descontentamento com as conseqüências das contra-reformas (retirada dos direitos, precarização do trabalho e aumento do desemprego). Em contra-ataque, o PT e seu "amplo

[160] Para uma leitura desta concepção manifesta em texto clássico e polêmico, ver COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

leque de alianças" que incluía o candidato a vice-presidente José de Alencar, do Partido Liberal (PL), continuou sua aventura rumo à cadeira presidencial, e ao mesmo tempo em que clamava por um governo "dos pobres", tratou de acalmar os ânimos da burguesia com a "Carta ao Povo Brasileiro"[161], em que explicitava

> o compromisso como capital financeiro [...] na medida em que contém os pressupostos da política neoliberal que, no ano seguinte, Antonio Palocci & Henrique Meirelles, viriam implementar: cumprimento dos contratos, pagamento das dívidas, manutenção das altas taxas de superávit primário, etc. (TOLEDO, 2008, p. 121)

Eleito com mais de 65% dos votos, Lula confunde a esquerda, que tem caracterizações muito diferentes sobre seu governo. De militantes a intelectuais muito fora da órbita do PT, as expectativas tem níveis diversos e os prognósticos variam. Para alguns o governo já era neoliberal antes de chegar a ser governo (NETO, 2004), encerrando assim "um longo ciclo de existência da esquerda brasileira, o ciclo da hegemonia do PT" (BENJAMIN, 2004, p. 149). Para outros, a tese da "herança maldita" dos governos anteriores, colocava o governo sob "disputa" e seria "necessário fortalecer o pólo mudancista do governo" (BORGES, 2004, p. 145).

Dias não investe nessa tese, que ele mesmo chamou de tese do "governo-cabo de guerra", em que "Lula teria sido seqüestrado pela direita e pelo FMI e teríamos de resgatá-lo, puxá-lo para a esquerda" (2003, p. 11). Grande parte da militância de esquerda, inclusive os movimentos sociais, se enfileirou para ajudar na tarefa de trazer Lula para o "nosso lado" e ficou paralisada frente ao governo que avançava com as políticas neoliberais.

Compreender o que foi os governos do PT (2003-2010) exige que se vá além dos debates sobre as alianças partidárias e manobras eleitorais e buscar explicações nas relações entre as imbricadas esferas sociais.

Boito (2006) defende a tese de que o governo do PT ampliou a hegemonia neoliberal no Brasil, tanto entre as frações burguesas no bloco no poder, quanto entre os trabalhadores, sobretudo os desorganizados, dependentes de políticas compensatórias.

Segundo o autor, o modelo neoliberal continuou a ser implementado com medidas que beneficiaram em níveis diferentes as frações do bloco no poder, a saber, o grande capital financeiro, médio capital, grande capital industrial e agrário (BOITO, 2004).

---

[161] Formulada pelo Instituto da Cidadania, causou desconforto entre a militância que não participou das discussões que a gestaram e que mostrava que o partido priorizava o marketing político à contribuição da militância. Em verdade, a "Carta ao Povo Brasileiro", como depois se confirmou, não era um "golpe publicitário" como gostaria uma parte da militância, mas um instrumento tático eleitoral, que se mostrou bastante eficaz.

A desregulamentação do mercado de trabalho e redução dos direitos sociais, cuja contra-reforma da Previdência aprovada em 2003, não deixa dúvidas[162], é um elemento do modelo neoliberal que agrega todas as frações burguesas, pelo potencial crescente de diminuição do valor da força de trabalho.

O segundo elemento, a política de privatizações, beneficiou o conjunto do grande capital, mas negligenciou o médio capital "devido às regras estabelecidas pelo Estado brasileiro [...] (sendo que) cem grandes grupos econômicos apoderaram-se da quase totalidade das empresas estatais que foram a leilão" (BOITO, 2004, p. 241).

A abertura comercial e a desregulamentação financeira em andamento possibilitaram que os dez maiores bancos no Brasil acumulassem 83% dos lucros do total dos bancos (Ibidem, p. 243). Como se vê, o grande capital financeiro nacional e internacional foi o principal beneficiado em detrimento do grande capital industrial.

O governo do PT, porém, conseguiu agregar definitivamente o apoio da burguesia industrial e agrária, quando "iniciou sua política agressiva de exportação centrada no agronegócio, nos recursos naturais e nos produtos industrializados de baixa densidade tecnológica" (Ibidem, p. 250), cuja sustentação se dá pelo saldo positivo da balança comercial, do superávit primário e da superexploração do trabalhador.

Se por um lado, o governo do PT conseguiu ampliar as medidas neoliberais, favorecendo o conjunto da burguesia, entre os trabalhadores não perdeu apoio, ao contrário, o aumentou. Esta difícil conjunção foi realizada, não apenas com medidas econômicas, mas contou com ações não menos importantes no âmbito político e ideológico.

Del Roio (2004) atribui à "debilidade histórica da hegemonia burguesa no Brasil" a necessidade de buscar na burocracia sindical ou camadas médias, quem pudesse hegemonizar e ampliar o projeto neoliberal, o que se deu com o transformismo do PT e da CUT.

Pinheiro (2006) vê como a passagem do PT de um partido popular a um partido da ordem, que aos poucos foi adaptando-se ao ideário neoliberal, conjuntamente com a adoção do pragmatismo eleitoral, pela institucionalização do partido, amparado pelos sindicatos cutistas.

O alargamento do apoio no bloco do poder e a ampliação das medidas neoliberais trariam, à primeira vista, um choque de interesses visível entre a necessidade dos trabalhadores de melhoria das condições de vida e as ações do governo do PT contra suas expectativas.

---

[162] Sobre a contrarreforma da previdência ver Marques (2004).

Porém, além da "cortina de fumaça" que se fez em torno da figura de Lula, como representante dos "esquecidos" e de seu governo como um governo de políticas de desenvolvimento interno e distribuição de renda, há questões estruturais do aparelho estatal que se agravaram nesta cena política.

Ao analisar as ocultações geradas pelo sufrágio universal na sociedade de classes, Pinheiro (2006) destaca a relação entre as relações de produção e as relações políticas, organizadas no Estado, afirmando que

> [...] a subsunção dos lugares de dominação e subordinação à igualdade formal [...] é necessária tanto para que a extração da mais-valia nas relações de produção continue aparecendo ideologicamente como uma decorrência natural e justa da troca de equivalentes, quanto para sustentar a aparência do Estado de ente universal representante de todos os indivíduos constituintes do povo-nação (PINHEIRO, 2006, p. 151).

Vemos, portanto, que a disputa eleitoral entre partidos, é uma das camadas superficiais da luta de classes, que envolve em uma conjuntura de democracia burguesa questões como: a entrada de todas as classes na disputa pelo aparelho estatal, a necessidade de apoio das classes subalternas para vitória no pleito, o aperfeiçoamento das formas de convencimento das classes subalternas, o fortalecimento da noção de igualdade jurídico-formal entre os cidadãos e a noção do Estado como universal.

A forma jurídica da igualdade reforça a exploração do trabalho, sendo esta, por sua vez, garantida pela igualdade jurídica que oculta o capitalista e o trabalhador privados, evidenciando os indivíduos portadores de liberdade e igualdade como pressuposto do contrato entre ambos.

Esta ocultação é reforçada por medidas governamentais, como mostra Dias, "a cidadania abstrata, sem determinações sociais, vê-se conjugada com a noção abstrata de nação de iguais" (2003, p. 23), nação esta que Lula representa pessoalmente.

Como afirmar Pinassi,

> O capital, no plano concreto da produção social, somente pode reconhecer o trabalhador social, abstrato, produtor de riquezas, jamais o indivíduo real, potencial beneficiário da sua distribuição. No plano da política parlamentar, que desde o berço foi devidamente separada da instância econômica, o capital oferece um mundo repleto de liberdades formais para o indivíduo, jamais reconhecendo seu pertencimento de classe (2011)[163]

[163] Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-46/o-lulismo-os-movimentos-sociais-no-brasil-e-o-lugar-social-da-politica>. Acesso em: 17 abr. 2011

Mas a igualdade abstrata entra em contradição com a desigualdade material, e contra essa disparidade, algo na ordem da materialidade deve ser feito para acalmar os ânimos. As políticas sociais do governo do PT não se desviaram do modelo neoliberal, mas foram aprimoradas e diversificadas, aparentando um grande "guarda-chuva" capaz de abrigar a todos.

De um lado as políticas destinadas aos direitos e serviços básicos como educação, saúde, moradia, saneamento, etc. foram reduzidas, mas as verbas para políticas assistenciais compensatórias aumentaram, como é o caso do Programa Bolsa Família (que integra o Fome Zero) que entre 2003 e 2006 teve seu orçamento multiplicado por treze, passando de R$ 570 milhões de reais para 7,5 bilhões de reais (SINGER, 2009, p. 91)[164].

Esta é a forma que o Banco Mundial, desde os anos 1980, encontrou para tratar a extrema desigualdade social: políticas focalizadas, assistenciais e que duplamente sirvam para aplacar possíveis revoltas populares e transformar o governo que as aplica em "guardião dos pobres".

Os insuspeitos, Lula e o PT conseguiram aplicar o conjunto das políticas neoliberais, aprofundando-as e terminar o segundo mandato com 86% de aprovação (PINASSI, 2011), inéditos!

Voltando à nossa pergunta inicial: se os trabalhadores estão no governo, onde estamos nós? Bem, como tentamos demonstrar, os trabalhadores não estão no governo, mas quem seríamos "nós"?

A esquerda anticapitalista seríamos nós, representados nos partidos, sindicatos, movimentos sociais, organizações, etc., que se viu frontalmente afetada pelos governos do PT. Em primeiro lugar, porque parte desta esquerda demorou a se desvencilhar da "história" do partido, sua representação popular, em suma, das expectativas no governo do PT. Em segundo, porque aqueles que não viam possibilidades de mudança no eixo neoliberal já demonstrado pelo governo, não entendiam ainda a gravidade do problema para as organizações da classe trabalhadora. Em terceiro, porque aqueles que a entendiam, não sabiam ainda como agir neste novo contexto.

Este quadro se agrava com o que Toledo chamou de "regressão da luta ideológica" como resultado da "disputa em que representações, imagens, valores, simbolismos, etc., se

[164] Pinheiro lista alguns outros programas do governo, como: Programa Fome Zero, Programa de Atendimento à Pessoa Idosa (PAPI), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Programa de Inclusão Universitária (PROUNI), Programa de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência, Programa de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Programa de Atendimento à Criança de Zero a Seis anos e Programa de Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano.

opõem, mas também, são apropriados, ressignificados, transformados, ou neutralizados" (2008, p. 118).

O balanço desta "batalha de ideias" (Ibidem) foi a desqualificação da esquerda, ainda "encarnada" no PT, que adotara as mesmas formas de agir dos governos anteriores. E mais, as alianças levaram antigas figuras da política conservadora e reacionária aos quadros do governo como sua base de apoio.

Outra gravíssima conseqüência para a esquerda anticapitalista é a interpelação direta do governo com os trabalhadores pela via das políticas compensatórias através da figura pessoal do presidente Lula, que desorganiza a classe trabalhadora e desqualifica também suas organizações.

Ainda há a confluência da militância partidária, da execução das políticas públicas e da defesa do governo, com a "simbiose entre partido e organizações de assistência oriunda dos movimentos" (PINHEIRO, 2006, p. 160), que dificulta o trabalho de organização dos trabalhadores, pela ligação direta entre militância e políticas públicas, que é agravada pela integração de militantes em cargos estatais ou das organizações para-estatais (Ibidem).

Os vínculos historicamente construídos entre os movimentos sociais e o PT, se apoiou na construção de um "projeto de nação" que aos poucos, como vimos, se transforma em projeto de classe, da classe dominante, implementado pelo recém convertido PT, em partido da ordem.

A institucionalização do partido, a opção pela política parlamentar e pelas políticas sociais focalizadas, também foram aos poucos, sendo adotadas pelos movimentos sociais, sobretudo aqueles organicamente vinculados ao PT, entre os quais, estão vários movimentos de moradia.

Verri ao estudar a relação dos movimentos de moradia da cidade de São Paulo na gestão de Marta Suplicy (2001-2004) relata como essa institucionalização afeta os movimentos.

> [...] os quatro movimentos pela moradia no centro estão comprometidos não só com as propostas que devem fazer fora ou dentro das instâncias participativas, mas também em executar os projetos que serão submetidos às autoridades políticas ou administrativas, transformando-os assim em expertos em concepção, elaboração e negociação de projetos; assumindo muitas vezes o papel dos serviços do Estado e de seus servidores, funcionando como uma categoria de *terceirizados*. Este é o papel que os responsáveis políticos do PT relegam aos movimentos, na sua dinâmica de privatização dos serviços públicos. Entretanto, no seio dos movimentos, essa percepção não parece ser tomada em consideração por alguns dos dirigentes, ao contrário, segundo alguns deles, a participação nos conselhos é percebida

> como um espaço onde se obtém informações, onde se consolida relações através do diálogo com as autoridades, mesmo que quase sempre eles reconheçam que muitas vezes não passem de componentes figurativos. (2004, p. 87)

Porém, os movimentos sociais tem tido, de fato, algum benefício com os governos do PT, seja em nível municipal, estadual ou federal? Se por um lado, como apontamos, há um mecanismo amplo de adaptação das organizações da classe trabalhadora, este se dá não apenas pela institucionalização, com a participação em fóruns e conselhos, mas com a facilitação do diálogo entre governo e movimentos, que em muitos casos se transforma em benefícios materiais.

No estudo de Verri, a autora afirma que "o resultado é que as conquistas irrisórias dos movimentos em matéria de habitação [...] não contrapesam as perdas sofridas com a chegada da municipalidade de direita que providenciam as expulsões de ocupações históricas, mesmo as regulamentadas, já estatuídas (2004, p. 211), ou seja, há conquistas de demandas, mesmo que pequenas nos governos do PT, em relação a outros governos.

Pinassi mostra, no caso do MST, como esta estratégia do governo do PT de concessão de linhas de crédito e estímulo à formação de cooperativas que geram "condições de competitividade no mercado para os assentamentos já consolidados" (2011, s/p), vem causando uma fratura no interior do movimento, que segundo a autora, pode ser estendida à classe trabalhadora.

Isto porque, se há algum benefício, ele ocorreu sob pressão do movimento com a criação de Planos, Programas, etc., mas que no fundo, "colocaram (os/as) assentado(a)s numa situação de dependência e/ou os transformaram em inadimplentes que, [...] aos poucos cedem ao agronegócio (GONÇALVES, 2006, p. 194).

Se para os assentado(a)s a situação não é a melhor, para os acampados as condições são as piores e se estendem por um longo tempo até chegar a se tornar assentados (quando isto ocorre). O que não resolve a questão, visto que há um "grande número de assentamentos precários e sem condições materiais de cumprir as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária" (PINASSI, 2011)[165]

A fratura de que trata Pinassi, se coloca aos movimentos mais radicalizados, com perspectivas anticapitalistas, como uma contradição interna insolúvel: utilizar-se do fisiologismo para garantir algumas conquistas materiais tão necessárias no nível emergencial

[165] Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-46/o-lulismo-os-movimentos-sociais-no-brasil-e-o-lugar-social-da-politica>. Acesso em: 17 abr. 2011

para suas bases sociais e manter-se no campo da organização da classe trabalhadora com formas de luta que enfrentem diretamente o capital.

As marcas do conflito interno que se abate sobre estes movimentos é perceptível em alguns discursos que tentam unir as duas perspectivas opostas que apontamos acima.

Em 2006, João Pedro Stédile, presidente da direção nacional do MST, afirma que o governo de Lula "mantém as políticas neoliberais" (GUIMARÃES, 2006, p. 144), que os movimentos sociais aceitaram a tese da transitoriedade da política neoliberal e que havia uma disputa "entre as classes dominantes brasileiras que tentavam transformar o governo Lula em refém das políticas neoliberais" (Ibidem, p. 146).

Stédile coloca nas mãos dos movimentos sociais a tarefa de acabar com a "ambigüidade" do governo Lula, que teria se estabelecido porque a vitória eleitoral teria vindo num momento de descenso dos movimentos de massas, que não foi capaz, portanto, de convencê-lo da necessidade de um "projeto de desenvolvimento econômico nacional". Sem discutir as qualidades do "outro projeto" apontado, vemos um exercício para descaracterizar o governo do PT como neoliberal, sem, no entanto, negá-lo completamente. Apoiar as lutas de massas, sem confrontar-se diretamente com o governo.

Este é o "espírito" da Carta ao Povo Brasileiro[166] elaborada pela Coordenação dos Movimentos Sociais em junho de 2005, depois que a imprensa divulga as acusações do caso "mensalão"[167] que envolve toda a cúpula do governo do PT.

Neste documento as entidades afirmam que são contra "qualquer tentativa de desestabilização do governo legitimamente eleito, patrocinada pelos setores conservadores e

[166] São signatários da Carta ao Povo Brasileiro: Central de Movimentos Sociais (CMS), CUT, MST, União Nacional de Estudantes (UNE), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), Associação Brasileira de ONGs (ABONG), Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/Pastorais Sociais (CNBB/PS), União Brasileira de Mulheres (UBM), Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), CMP, Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), Instituto Brasileiro de Analises Sociais e Econômicas (Ibase), Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz), Juventude Operária Cristã (JOC), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), MTST, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (Contee), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação Nacional das Associações (Fenac), Articulação de mulheres brasileiras (AMB), Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFemea), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades), Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), Movimento dos Sem Universidade (MSU), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), Associação Nacional dos Pós Graduandos (ANPG), Corrente Sindical Classista (CSC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e pela Vida, Federação Nacional dos Economistas, Federação Nacional dos Advogados, Sindicato dos Economistas do DF, Conselho Nacional de Iyalorixás e Ekedes Negras, Campanha Jubileu Brasil contra as dívidas e contra a Alca, Pastoral Operária Nacional Grito dos Excluídos e Marcha Mundial de Mulheres

[167] Como ficou conhecido o esquema de compra de votos da base aliada do governo do PT, por meio de pagamento mensal aos parlamentares.

antidemocráticos" (CARTA, 2006, p. 194), e insistem que esta é a oportunidade para que o governo expurgue os interesses privados e possa retomar os rumos do projeto para o qual foi eleito, "que tem como base (a) transformação da sociedade e do Estado brasileiros, uma sociedade dividida entre os que tudo podem e que tudo têm e aqueles que nada podem e nada têm" (Ibidem, p. 195).

Lula e o governo do PT conseguiram o que nenhum partido/coligação declaradamente conservador poderia fazer, colocar burguesia e trabalhadores como apoio à governo que ampliou a aplicação das medidas neoliberais.

A ruptura com este momento da história brasileira é de enorme envergadura, por todos os motivos já apontados. Se o governo do PT é um governo de centro-esquerda (TOLEDO, 2008), neoliberal (BENJAMIN, 2004; BOITO, 2006), social-liberal (DEL ROIO, 2004) ou hegemonizado pela pequena burguesia (IASI, 2006), de uma coisa não se tem dúvida: é preciso superá-lo com a reorganização das esquerdas, das organizações de classe, com vistas à uma política como confrontação de classes.

Como os movimentos sociais classistas, como o MTST, se inserem e podem contribuir nessa "política de transição" (PINASSI, 2011)[168]?

[168] Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-46/o-lulismo-os-movimentos-sociais-no-brasil-e-o-lugar-social-da-politica>. Acesso em: 17 abr. 2011

Capítulo 4
O MTST em Ação

CAPÍTULO 4 – MTST EM AÇÃO

Neste quarto e último capítulo retomaremos algumas questões já trabalhadas nos demais capítulos a fim de discutirmos nossas hipóteses neste trabalho e assim, fazer uma síntese do nosso objeto de estudo, evidenciando elementos que estiveram até o momento, imbricados em outros debates.

4.1 MTST: uma luta por moradia ou anticapitalista?

Abordamos no capítulo 2 os movimentos sociais urbanos do final dos anos 1970 e década de 80, mostrando como o contexto de "abertura" política, a base social de trabalhadores dos bairros operários recém-formados (e, portanto, sem acesso aos equipamentos públicos) com uma forte militância das CEBs e, em menor medida, das organizações de esquerda, conformaram um conjunto de ações, que de maneira geral, inaugurou formas de ação contestatória urbana.

Para a análise deste conjunto de formas de ação adotaremos o conceito de repertório, tomado de Tarrow.

> o confronto político não nasce da cabeça dos organizadores, mas está culturalmente inscrito e é socialmente comunicado. As convenções aprendidas do confronto fazem parte de uma cultura política da sociedade. [...] Os movimentos sociais são repositórios de conhecimento de rotinas particulares numa história da sociedade. (2009, p. 39-40)

As formas de confronto são coletivamente integradas ao conjunto dos movimentos sociais de um campo político e se inscrevem como ações políticas, mas também, como determinantes sociais, como afirma Vakaloulis,

> [...] A ação coletiva não é uma 'irrupção' ou um 'milagre' que aconteceria acidentalmente às margens do sistema político, mas uma construção dinâmica que dispõe de determinantes sociais que se inscrevem nas lógicas e nos repertórios de ação que preexistem, mesmo se às vezes tendem a reinventá-los ou a modificá-los de maneira significativa (2002, p. 119)[169].

[169] "L´action collective [...] n´est pas une 'irruption' ou un 'miracle' qui adviendrait accidentellement aux marges du système politique mais une construction dynamique qui dispose de determinants sociaux et s´inscrit dans des logiques et des repertoires d´action qui lui preexistent, même si elle tend parfois à les réinventer ou à les modifier de manière significative". Tradução da autora.

Vemos como repertório de confronto que se estendeu do período pós-ditadura até hoje, a ocupação como forma de ação que não se institucionalizou ou se convencionou, embora esteja bastante presente no "cotidiano" de movimentos sociais de maior confronto contra o Estado como representante legal e contra a propriedade.

A ocupação, no entanto, não foi a forma de ação mais utilizada pelos movimentos sociais urbanos naquele período, pois estes se organizaram em torno dos loteamentos clandestinos e de regulamentação de áreas que já haviam sido ocupadas anteriormente. As ocupações ocorreram, mas de forma "espontânea", gerando favelas ou foi um recurso minoritário entre os movimentos sociais.

Pensamos que as ocupações não foram instrumento privilegiado no período da "abertura", pelo alardeamento de clima de "diálogo" e pelo abandono de posições revolucionárias por amplos setores da esquerda. Não cabe aqui aprofundar o debate sobre a transição que a esquerda fez das posições revolucionárias para as posições reformistas, mas é possível indicar que o trânsito de fato ocorreu.

Setores importantes da esquerda optaram por participar do jogo político institucional, respeitando as regras impostas pelos segmentos dominantes que se encastelaram no Estado e controlavam, os movimentos sociais mais radicais. A ocupação era apontada como uma atividade criminosa pela direita e uma atividade "irresponsável" pela esquerda. Por outro lado, enquanto amadureciam a ocupação como forma de luta, outras formas de organização que tanto chamaram a atenção dos cientistas sociais, como a autonomia frente ao Estado, a independência em relação às organizações da classe, a auto-gestão, auto-organização e democracia de base, estão presentes no MTST desde seu surgimento, foram implementadas.

No entanto, seja pelo repertório "herdado" dos movimentos sociais urbanos, seja pela continuidade de um conjunto de elementos de organização interna, o MTST ressignificou estes instrumentos por existir em outra conjuntura sócio-econômica e política e em diálogo/enfrentamento com outros sujeitos políticos.

A primeira questão que levantamos é que o seu surgimento foi impulsionado pela iniciativa de outro movimento social, o MST, que em 1996, já tinha uma organização estruturada e pôde oferecer suporte aos militantes da/na cidade.

Mais importante que isto é a preservação do caráter de classe da militância que se firmou na luta pela reforma agrária, sempre unindo movimento de massa e ação política, ou seja, ação *com a* base e formação *da* base. Assim, a "bandeira que evoca velhas contradições nacionais não resolvidas pode aflorar a consciência para as mais atuais formas assumidas pela exploração de classe e pela dominação imperialista" (PINASSI, 2009, p. 71). É o que vemos

também no MTST, que vem levantando a bandeira da moradia, que há um século se agrava no Brasil, sem vestígios de que num futuro próximo seja solucionado o déficit habitacional.

Segundo Robson, militante do MTST, o método consolidado dentro do movimento, veio do MST, junto com os militantes mais orgânicos que militavam, no início, nos dois movimentos, mas nas mãos da base do MTST cria-se uma dinâmica própria, e com uma nova territorialidade e subjetividade urbanas.

Em resumo, este método de que nos fala Robson consiste no trabalho conjunto entre movimento de massa (mobilização para ocupação do espaço, manifestações, marchas, etc.) e organização política (organização interna dos acampamentos, co-responsabilidade pelas ações e conseqüências, unidade na ação, propaganda do movimento nos bairros do entorno, etc.). Até um momento, em que as duas formas de ação se imbricam de uma maneira tal, que há movimento político e organização da massa[170].

Outro elemento fundamental para a releitura do MTST em relação aos movimentos dos anos 1970 e 1980 é a existência de uma base social majoritariamente fruto do desemprego estrutural, configurando-se em subproletários, como já afirmamos, mas cujo potencial de unidade é grande em torno da ausência de moradia digna.

Os movimentos sociais urbanos trabalhavam com uma base social cuja predominância era de trabalhadores produtivos ou improdutivos, que estavam de alguma forma, sendo absorvidos pela necessidade de força de trabalho das indústrias em expansão, sobretudo na Grande São Paulo, especificamente nas periferias destas cidades, onde havia, como mostramos, ausência de investimento estatal e privado para a construção de infra-estrutura.

No final da década de 1990, a base social do MTST é diferente, porque a classe trabalhadora se transformou. Trabalha mais horas, recebe menos, está mais instável em termos de emprego ou ocupação, tem maiores dificuldades para garantir a reprodução de sua força de trabalho e a moradia passa a ser um dos itens da "cesta de consumo", que mais onera o salário do sem-teto.

Se o repertório e formas de organização do MTST podem ser, a primeira vista, tidas como continuidade daqueles movimentos, há na verdade, uma releitura, como por exemplo, da questão identitária.

Bensaïd nos dá boas pistas para pensar esta questão numa perspectiva do confronto, ao afirmar que há entre as classes

[170] Reescrita de entrevista concedida a autora em fevereiro de 2011.

> um antagonismo dinâmico que ganha forma, em primeiro lugar, no nível do processo de produção, em seguida, no do processo de circulação e, finalmente, no da reprodução social. Elas são determinadas ao longo de um processo em que se combinam as relações de propriedade, a luta pelo salário, a divisão do trabalho, as relações com os aparelhos de Estado e com o mercado mundial, as representações simbólicas e os discursos ideológicos (2008, p. 35).

Vejamos nas falas de alguns sem-teto a percepção sobre as desigualdades e a questão da moradia. A que segue é de uma das mulheres acorrentadas ao portão da Igreja em Itapecerica da Serra durante uma manifestação, quando ela diz que,

> a servidão já vem faz tempo. Porque hoje são os burgueses e nós, da periferia. Antigamente eram os barões e os nossos antecedentes, os escravos. Na minha concepção continua a mesma coisa: os barões são os playboys, os bacanas, e nós somos os escravos (ACORRENTADOS, 2005)

Outra mulher, durante a mesma manifestação, trata dos "ricos de fora", dizendo que "Eles vem de fora, se enchem de dinheiro, invade o nosso Brasil, cresce e depois os trabalhadores fica sem terra, sem-teto. [...] morando debaixo de uma lona, as crianças tudo descalço, comendo gordurinha" (ACORRENTADOS, 2005).

Além do destaque para as evidências de desigualdade entre os indivíduos, há uma noção clara entre grupos sociais que tem interesses próprios e as conseqüências da apropriação da riqueza por apenas um dos grupos.

O MTST explicita que a construção da identidade coletiva passa pelo viés de classe, unindo necessidades e potencializando ações conjuntas entre indivíduos que inicialmente parecem separados por interesses imediatos. É necessário "fazer com que o povo explorado [...] constru(a) uma identidade coletiva e a construção dela é a única saída para nós, senão os pobres irão se matar uns aos outros sem nada resolver (CARTILHA, 2005).

Os sem-tetos organizados no MTST estão, como afirma Pinheiro "de frente para o Estado, interpelando-o como estrutura de poder capitalista, e com um olhar desconfiado dirigido ao parlamento" (2008, p. 43), o que dá à noção de autonomia outro significado, que não deriva da negação ao poder, ao Estado, mas que o reconhece como opositor, não por sua universalidade e negação de direitos, mas por ser um mecanismo partícipe da exploração e dominação na sociedade de classes.

Se por um lado o repertório e formas de organização podem ser identificadas como instrumentos utilizados pelos movimentos sociais em momentos históricos diversos, serão justamente as mudanças nas conjunturas nas quais atuavam os movimentos que farão com que os instrumentos sejam reapropriados e ressignificados.

Identificamos dois traços que mostram este processo, distinguindo a maneira como o MTST se utiliza destes instrumentos em relação aos movimentos sociais urbanos dos anos 1970 e 80.

O primeiro é a finalidade expressa da adoção da auto-organização, auto-gestão, da democracia de base e da autonomia. Estas formas de organização incentivam a corresponsabilização individual pelas ações do movimento, que denota o envolvimento de seus ativistas como membros na coletividade. Como sujeitos dentro da organização do movimento, pensam, agem, argumentam e decidem sobre o conjunto de dilemas práticos que se põe entre eles e a sociedade, permitindo que cada um se reconheça como parte integrante do processo de construção do MTST.

No entanto, a vivência da igualdade não pode parar no formalismo do voto, do "levantar o braço" na assembleia do acampamento, mas deve alimentar a capacidade de cada um e de todos de compreensão e ação coletiva. A participação é um convite a pensar o poder popular exercitado nos acampamentos, nas manifestações, etc., poder este que não se encerra nas cercas do acampamento, mas que deve se espraiar para as disputas políticas e sociais na sociedade de classe, sendo assim, uma organização que propicia uma nova forma de ser, para pensar uma outra sociedade.

Desta forma de vivenciar a participação, deriva o segundo traço: a superação da noção de cidadania. Uma vez que o MTST reconhece que as mazelas que afligem os trabalhadores, seja o desemprego, o racismo, ou o machismo, etc., "são fatores de um mesmo mal, (e que) todos tem o mesmo fundamento" (PROGRAMA, s/d), atribuindo estes ataques a "[...] uma sociedade que transforma tudo e todos em mercadoria (e) não vê problemas em atirar bilhões de trabalhadores ao lixo quando não são mais úteis" (Ibidem).

O centro das lutas não é o direito, o Estado, ou a cultura política, mas a existência da sociedade capitalista e da dominação de classe. A cidadania é um conceito, uma noção, um objetivo, que não aparece no horizonte estratégico do MTST, pois é superado pela concepção de que o direito é um atributo formal, embora importante e que exista apenas por conquista e não por concessão.

Assim sendo, a noção de direito aparece nos discursos e nas ações como um instrumento para desvendar a desigualdade entranhada no Estado, que "dá para os ricos e tira dos pobres" e como argumento para a unidade e ação na luta, como o "direito a moradia", como expressa um pai de família do acampamento Zumbi dos Palmares:

> no nosso caso, eu, da minha esposa e do menino [...] nós viemos do aluguel. Nós viu aquele alarido das pessoas e viu que era uma invasão. E na

> necessidade de nós ter um lugar pra morar, que eu acho que é um direito de todos que trabalha e não tem condições de ter uma moradia própria. (LUTA 1, 2011)

A cidadania se desintegra, representando um conjunto de direitos não atendidos, por quem não os quer atender e a quem representa apenas um passo adiante. A luta contínua dos movimentos sociais classistas no Brasil produziu um conjunto de formas de organização e um repertório de ações, aos quais são atribuídos sentido de instrumentos para a consecução de um objetivo mais amplo.

A gênese do MTST vinculada ao MST, a crise estrutural do capitalismo, produtora do desemprego crônico, a vivência das limitações da democracia burguesa no Brasil, somadas às antigas reivindicações no meio urbano, produziram a atualização do repertório dos movimentos sociais, tachados como "novos". Não acreditamos, no entanto, que o MTST, seja um "novíssimo novo" movimento social (GONÇALVES, 2005), mas um movimento social classista, cuja luta continua atualíssima.

Como um movimento social que nasce e existe nas cidades, suas relações se desenvolvem neste espaço mudando sua paisagem e interferindo nas relações sociais no urbano. Pensamos que está em consonância com o que afirma Harvey:

> A questão sobre que tipo de cidade queremos, não pode estar divorciada da que propõe que tipo de laços sociais, de relações com a natureza, de estilos de vida, de tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: se trata do direito a mudarmos a nós mesmos mudando a cidade. É, também, um direito comum antes de ser individual, já que esta transformação depende, inevitavelmente, do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. (2008, 23)[171].

As manifestações das contradições na paisagem urbana, a pobreza, a concentração, etc., decorrem do processo de reprodução ampliada do capital no nível internacional capitalista. Se há uma crise urbana que se apresenta nas grandes metrópoles, a sua forma dependerá da universalização das trocas e da internacionalização do capital e como esta relação de subordinação no conjunto mundial se apresentará em cada Estado nacional (CARLOS, 2008).

---

[171] "La cuestión de qué tipo de ciudad queremos no puede estar divorciada de la que plantea qué tipo de lazos sociales, de relaciones con la naturaleza, de estilos de vida, de tecnologías y de valores estéticos deseamos. El derecho a la ciudad es mucho más que la libertad individual de acceder a los recursos urbanos: se trata del derecho a cambiarnos a nosotros mismos cambiando la ciudad. Es, además, un derecho común antes que individual, ya que esta transformación depende inevitablemente del ejercicio de un poder colectivo para remodelar los procesos de urbanización." Tradução da autora.

A relação entre espaço e modo de produção capitalista é uma relação em que a produção do espaço é resultante das relações sociais de produção, ao mesmo tempo em que, como espaço construído influencia estas mesmas relações.

Assim, a propriedade privada dos meios de produção, significa, uma crescente privatização do espaço, que é incorporado ao capital como meio de produção. A mercantilização do espaço, passa pela mercantilização das relações que nele ocorrem.

Como lembra Lefebvre, o espaço não é receptáculo passivo das relações sociais e, portanto, se há uma hegemonia de classe no capitalismo, tal também se apresenta em relação ao espaço. O monopólio da classe dominante sobre o espaço exclui os subalternos, entre outras coisas, da propriedade fundiária (1999) e da possibilidade de acumulação pelo uso do espaço.

A segregação espacial apresenta-se como uma forma de controle sobre a produção e o consumo na cidade, sem a qual a classe dominante não poderia fazer uso do espaço segundo seus interesses. Assim o uso do solo, por comportar a propriedade jurídica privada, abriga o conflito entre ser lugar de atividade humana e lugar de acumulação.

> A disputa fundamentada nas contradições em que se dá o processo de (re)produção espacial implica profundas transformações no uso do solo, questionando como "espaço ordenado". Em verdade, a urbanização vincula-se diretamente às formas de divisão social e técnica do trabalho, tornando a cidade campo privilegiado das lutas de classes (CARLOS, 2008, p. 187).

Mas o espaço urbano, embora segregado, contém em si, várias dimensões da vida, expressas no cotidiano da vida na cidade. Segundo Harvey, o trabalhar e o viver são indissociáveis, estando sob o poder do capital que dimensiona o valor de uso da cidade para o trabalhador.

> Os conflitos no local de vida são meros reflexos de tensões subjacentes entre o capital e o trabalho. Os apropriadores da renda e a facção da construção civil mediam as formas de conflito; eles se erguem entre o capital e o trabalho e por isso escondem de nossas vistas a verdadeira fonte de tensão. A aparência superficial dos conflitos em torno do ambiente construído – as lutas contra o proprietário da terra ou contra a renovação urbana – disfarça uma essência oculta que é nada mais nada menos que a luta entre o capital e o trabalho. (CARLOS *apud* HARVEY, 2008, p. 184).

Porém, este conflito central entre capital e trabalho, se manifesta de maneiras diferentes no espaço da cidade, seja pela concentração dos equipamentos coletivos, pela desindustrialização de uma área, pela valorização imobiliária de um bairro, pela nomeação de

favela para todo bairro empobrecido. Capital, Estado e trabalho se encontram sob o solo urbano em uma contradição permanente que transforma todos os agentes, sem exceção.

Toda construção humana, gerida pela lógica do capital no espaço, gera disputas entre agentes com interesses contraditórios. O mesmo ocorre com a habitação, como um elemento que desenvolve formas específicas neste conflito entre as classes sociais na cidade.

Segundo Pinheiro (2005), esta contradição se expressa na esfera da produção, da circulação e da reprodução da força de trabalho, reiterando a afirmação de Harvey sobre a indissociabilidade entre o espaço da vida e do trabalho.

A moradia torna-se mercadoria, na qual, está incorporado valor, não apenas da sua construção, mas do solo urbano, também como mercadoria. Disto decorre que a valorização do capital na mercadoria moradia, ocorre de várias formas e envolve diversos agentes do capital imobiliário (construtoras, imobiliárias, agentes financiadores, etc.).

Na esfera da circulação, há uma "tendência de crescimento da distância entre preços médios de mercado da moradia e a taxa média de salário" (Idem, p. 164), o que aumenta a utilização de áreas desvalorizadas e, por isso, abandonadas pelo mercado imobiliário e pela gestão pública, que muitas vezes oferecem riscos às famílias, por não terem infra-estrutura mínima, e/ou são áreas longínquas, eternizando o padrão periférico de crescimento das metrópoles.

Quanto à reprodução, trata-se do peso da habitação no valor da força de trabalho, cujo "efeito se manifesta em maior ou menor escala [...] conforme a existência (ou não) e a eficiência de alguma política habitacional" (Idem, p. 164).

Já tratamos nos capítulos anteriores da caracterização do sem-teto e dos movimentos sociais urbanos que historicamente pressionaram os governos, no enfrentamento da questão habitacional no Brasil. Cabe, mesmo que rapidamente, caracterizar o setor imobiliário e o papel do Estado neste conflito.

No setor imobiliário participam diversos agentes, o que complexifica a relação entre eles e dificulta o atendimento dos interesses como um todo. Segundo Botelho, este setor seria constituído por três subsetores:

> da industria civil, ligadas à construção de edifícios e obras de engenharia civil; as atividades da indústria produtora de materiais de construção; e aquelas ligadas ao terciário, tais como as atividades imobiliárias (loteamento, compra, venda e locação, etc.) e as atividades de manutenção predial (2007, p. 46).

Por esta amplitude, é um setor que incorpora compromissos entre o capital industrial, financeiro, comercial e fundiário, cujos interesses estão em permanente instabilidade e se opõe frequentemente, à demanda organizada por habitação popular (Idem, p. 49).

Os interesses por moradia popular e a sua construção, não são interesses opostos, sobretudo para o setor da construção civil, que pode ganhar muito com projetos habitacionais de grande monta.

Exemplo desta possível confluência é o programa habitacional *Minha Casa, Minha Vida* do governo federal, lançado em abril de 2009, cujos objetivos apresentados eram estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção civil por meio de uma política social de habitação popular.

Sendo um movimento urbano e classista, como o MTST, foi atingido e como reagiu à implementação desta política habitacional, tão "à moda" dos governos do PT, ou seja, atender a interesses opostos, sem gerar embates explícitos entre as partes?

4.1.1 Minha Casa, Minha Vida *versus* Minha Casa, Minha Luta.

O programa habitacional do primeiro governo do PT em nível federal (2003-2006) foi pensado muito antes de sua vitória. Conta um de seus idealizadores, Nabil Bonduki[172], que em 1999, ele foi convidado para elaborar no Instituto da Cidadania um projeto habitacional que equacionasse os problemas históricos de habitação no Brasil. Este projeto foi chamado de Projeto Moradia e envolveu movimentos sociais, sindicatos, poder público, entidades profissionais, acadêmicos, empresários, discutindo temáticas que foram sistematizadas pela equipe responsável por sua elaboração[173].

Foi lançado em 2000 e apresentava três dimensões principais: "gestão e controle social, projeto financeiro e urbano-fundiário" (BONDUKI, 2009, p. 03) e o envolvimento das três esferas de governo (municipal, estadual e federal), envolvendo o plano público e privado.

Este projeto propunha entre outras medidas a criação do Sistema Nacional de Habitação (SNH) sob coordenação de um novo ministério, o Ministério das Cidades

[172] Arquiteto e professor de Planejamento Urbano da FAU-USP. Foi superintendente de Habitação Popular na Prefeitura de São Paulo (gestão Luiza Erundina) e vereador pelo PT (2001-2004), um dos coordenadores do Projeto Moradia (1999-2000), membro da equipe de consultores que elaborou a Política Nacional de Habitação (2003-2004) e coordenador técnico da consultoria contratada para elaborar o Plano Nacional de Habitação (2007-2008). Foi conselheiro do Conselho Nacional de Habitação (2004-2005) e do Conselho Gestor do FNHIS (2006-2007).

[173] Segundo Bonduki, (2009) o projeto estava "sob a supervisão de Lula e a coordenação geral de Clara Ant, a coordenação foi formada por André de Souza, Ermínia Maricato, Evaniza Rodrigues, Iara Bernardi, Lúcio Kowarick, Nabil Bonduki e Pedro Paulo Martoni Branco, com a gerência executiva de Tomás Moreira" (p. 02)

(MCidades). A respeito dos recursos orçamentários, propunha a criação do Fundo Nacional de Habitação (FNH), uma reivindicação dos movimentos de moradia, com uma política de subsídios que previsse recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O controle social estaria a cargo do Conselho Nacional das Cidades e "órgãos semelhantes nos estados e municípios, aos quais caberia gerir fundos de habitação, que deveriam concentrar recursos orçamentários para subsidiar a baixa renda" (Idem, p. 9).

Enfatizava também que havia a necessidade de aprovação do Estatuto da Cidade para tratar da legislação que pudesse obstaculizar a implantação do projeto. Bonduki não deixa de salientar o papel protagonista de Lula neste processo, pois segundo descreve,

> Tivemos a oportunidade de mostrar a Lula o caótico processo de expansão urbana, e ele ratificou a concepção de que o problema da moradia não se resolvia apenas com a construção de casinhas, mas era necessário enfrentar também a questão urbana e fundiária, aspecto que tem grande atualidade no programa *Minha Casa, Minha Vida*. (2009, p. 10).

Se muito tinha sido feito no Instituto da Cidadania, no governo a situação não andou como se esperava e "as propostas de gestão avançaram mais rapidamente do que o projeto financeiro" (Idem, p. 10).

Com o governo do PT eleito, o Ministério das Cidades foi implementado rapidamente, no primeiro dia de mandato e se estruturou em quatro secretarias: Habitação, Saneamento, Mobilidade Urbana e Programas Urbanos – cuja intenção era articular as políticas em sua concepção e implementação.

Como ministro desta pasta, Olívio Dutra, preencheu muitos cargos com pessoas envolvidas com projetos em torno da questão urbana, desde as prefeituras do PT da década de 1990 e reforçou o "time", para o que parecia ser a grande inovação do governo: trazer à tona como problema nacional a questão habitacional.

Entre 2003 e 2004, são criadas instâncias de debate com ampla participação para enriquecer a discussão sobre projetos urbanos. Em 2003 é realizada Conferência Nacional das Cidades que cria o Conselho Nacional de Habitação, instalado em 2004.

Porém, a Política Nacional de Habitação (PNH), embora divulgada e debatida, não foi deliberada nestes fóruns, mas elaborada pela Secretaria Nacional da Habitação, com a consultoria do Instituto Via Pública e aprovada pelo Conselho Nacional das Cidades em 2004.

Somente em 2006, é instalado o Fundo Nacional de Habitação (FNH), não como fundo financeiro, mas como fundo orçamentário. No mesmo ano institui-se o Sistema

Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) que "exigiu de estados e municípios a criação de uma estrutura institucional, com fundo, conselho e plano de habitação, para que tivessem acesso aos recursos federais" (BONDUKI, 2009, p. 11).

Como resultado destas medidas, Bonduki indica que o atendimento à população de baixa renda teria aumentado pelos subsídios habitacionais realizados com recursos do FGTS. No período de 2004 a 2007 o atendimento à população com renda de 0 até 3 salários mínimos teria aumentado de 44% para 65%, enquanto para a população com renda acima de 5 salários mínimos, teria decrescido de 43% para 22% (BONDUKI, 2009). No entanto, "metade destes financiamentos obtidos por essas famílias de baixa renda foram para compra de materiais de construção, ou seja, para autoconstrução" (HIRATA, 2009, p. 5).

O Ministério das Cidades já sofria com a falta de recursos resultante da política econômica neoliberal implementada desde as primeiras horas de governo (ou se preferirmos, até antes). Mas até 2005, havia um esforço para construção de instâncias e projetos que envolvessem agentes importantes na questão urbana, como o PNH que

> Envolveu todos os segmentos da sociedade durante dezoito meses. Suas propostas, estratégias de ação e metas, amplamente debatidas, consideraram a diversidade da questão habitacional, as variadas categorias de municípios, as especificidades regionais e os diferentes olhares de cada segmento social (BONDUKI, 2009, p. 12)

Porém, mesmo os avanços institucionais em política urbana foram decaptados com a queda de Olívio Dutra (e de quase todos os cargos por indicação) em julho de 2005 e a entrega do Ministério das Cidades ao Partido Progressista (PP), na figura de Márcio Fortes de Almeida, como resultado da "crise política do mensalão".

No segundo semestre de 2008, a conjuntura de forte crise internacional, iniciada no setor imobiliário norte-americano, com bilhões de dólares destinados ao "salvamento dos bancos", mexe com o mercado imobiliário brasileiro e torna-se estopim para o lançamento do programa habitacional *Minha Casa, Minha Vida*[174] em abril de 2009.

Em que consiste este programa? Busca ser um programa anti-crise que gere empregos e investimentos no setor da construção e se consolide como o principal programa habitacional brasileiro com a construção de um milhão de moradias. Nas palavras de Lula.

> O dado concreto é que nós temos que vencer esse desafio, sabem por quê? Porque se a gente construir um milhão de casas mudou o paradigma habitacional neste país. Nenhum presidente vai poder apresentar o Programa

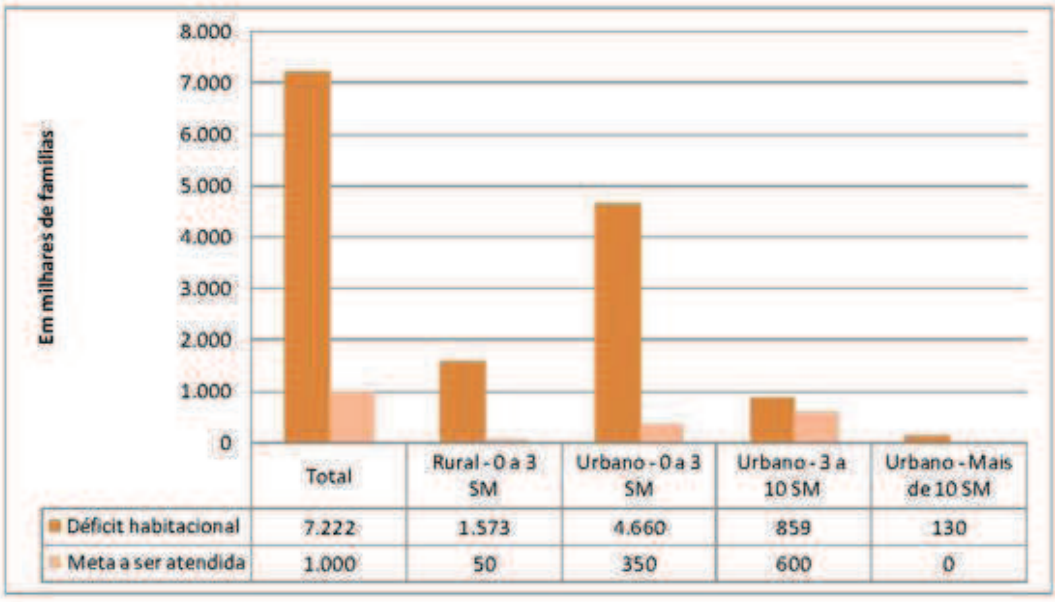
[174] Disponível em: http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/CARTILHACOMPLETA.PDF. Acesso em: 20 jun. 2010

> com 100 mil casas, com 50 mil casas, com 200 mil casas. Ele vai ter que mudar de patamar. Ou seja, nós elevamos o paradigma deste país.[175]

Com uma visão bastante pragmática, o governo do PT, firme no propósito de lançamento do programa, o colocou sob responsabilidade da Casa Civil e do Ministério da Fazenda, que compõem o comitê de acompanhamento formado exclusivamente por integrantes do governo.

Vejamos o programa diante da demanda e sua distribuição de recursos. Como já apontamos, o déficit habitacional, considerando pesquisa da Fundação João Pinheiro e dados do IBGE/ PNAD, está entre 6,2 e 7,2 milhões de moradias. O programa propõe atender as faixas de renda, desproporcionalmente em relação ao déficit, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 2– Descolamento entre atendimento do programa e perfil do déficit

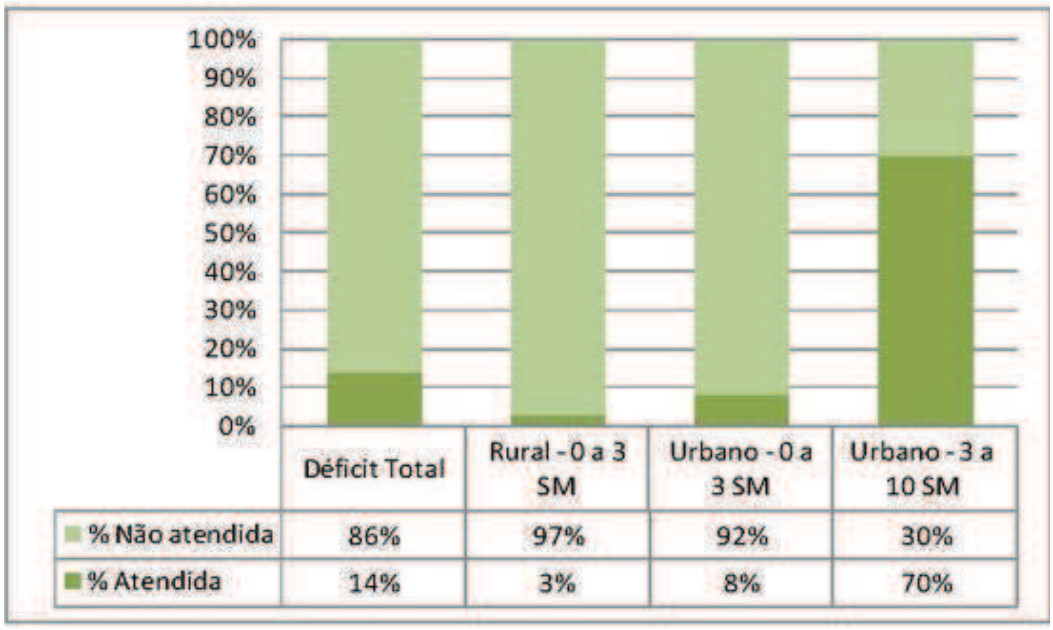


Fonte: FIX, 2009.

Para atingir a meta de 1 milhão de moradias, foram liberados R$ 34 bilhões de reais, que atenderão ao déficit por faixa de renda, privilegiando as famílias que tenham de 3 a 10 salário mínimos, e negligenciando a faixa mais necessitada, de 0 a 3 salário mínimos que receberão apenas 11% entre demanda rural (3%) e urbana (8%).

[175] Disponível em: www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr1419-2@.doc. Acesso em: 13 fev. 2010.

Quadro 3 – Distribuição do atendimento do Programa *Minha Casa, Minha Vida* por faixa de renda (em salários mínimos)



	Déficit Total	Rural - 0 a 3 SM	Urbano - 0 a 3 SM	Urbano - 3 a 10 SM
% Não atendida	86%	97%	92%	30%
% Atendida	14%	3%	8%	70%

Fonte: FIX, 2009.

Para a faixa de 0 a 3 salários mínimos por família, o acesso ao financiamento por cadastramento nas prefeituras e as construções são de produção "por oferta", ou seja, as construtoras elaboram todo o projeto (área, local, moradia, etc.), apresenta aos órgãos competentes, que aprovando o projeto, é comprado integralmente pela CEF, que distribui as unidades de acordo com as listas de demanda. Os valores das unidades estão entre 41 e 52 mil reais por unidade (casas ou apartamentos) de 32 m^2.

Segundo Fix, o preço por m^2 neste tipo de construção chega a ser duas ou três vezes maior se comparado aos custos por mutirões autogeridos (2009)[176].

A taxa de subsídio para esta faixa de renda varia entre 60% e 90%, com prestações mínimas por mês de R$ 50,00 que não podem comprometer mais que 10% da renda, sem juros por 10 anos.

Na faixa imediatamente superior, de 3 a 10 salários mínimos por família, os subsídios são de até 20 mil reais, com juros entre 5% e 6% ao ano, por unidades entre 73 e 130 mil reais, a serem comercializadas diretamente pelas empresas e a família beneficiada.

O tipo de relação entre construtoras e poder público, segundo Fix, demonstra que os projetos "são concebidos como mercadorias rentáveis a seus proponentes. Mesmo que

[176] Disponível em: http://passapalavra.info/?p=9445. Acesso em: 17 nov. 2009.

submetidas à aprovação de órgãos competentes, estes estão pressionados em todas as instâncias a obter resultados quantitativos para cumprir as metas do programa" (2009)[177].

Para nossa análise, nos interessa questionar o programa em três direções: a. as famílias que mais precisam são beneficiadas com o programa? b. como o capital imobiliário se beneficia com o programa? e c. quais as conseqüências deste programa para os movimentos sociais de luta por moradia?

A primeira questão foi de certa forma, respondida pelos dados. Acreditamos que as famílias de trabalhadores, que historicamente não foram atendidas pelos programas habitacionais, continuam a sonhar com a casa própria.

Embora o programa, em termos de transferência de renda, seja benéfico para as famílias atendidas, ele gera uma expectativa de atendimento, muito superior à sua capacidade, sendo que entre as famílias até 3 salários mínimos, somente 10% da demanda será suprida.

A perspectiva gera enormes cadastros que, segundo Simões, militante do MTST, pode gerar uma pressão desta demanda sobre o governo, se as famílias estiverem organizadas[178]. Por outro lado, o programa alimenta a ideologia da casa própria, tão conhecida no Brasil, como o patamar mais alto de consumo da família trabalhadora. Evidentemente, que em uma conjuntura de subproletarização da classe trabalhadora, com aposentadorias miseráveis e desemprego crônico, a propriedade da moradia, significa uma estabilidade que vai além das questões econômicas, mas engloba a sociabilidade das gerações em um bairro, a segurança dos filhos e idosos, etc. Não é, portanto, um elemento a ser negligenciado.

Há ainda, a continuidade da segregação urbana, visto que os projetos para famílias de até 3 salários mínimos, pelo valor total do imóvel, não serão construídos em regiões servidas de equipamentos urbanos, inclusive pelo valor da propriedade fundiária. Assim, a construção de imóveis em lugares periféricos, diminui o custo do imóvel, aumentando a mais-valia.

No entanto, concordamos com Fix, quando a autora lembra que a "casa própria é inserida num contexto de apaziguamento das lutas sociais e de conformismo em relação às estruturas do sistema. A casa talvez seja o marco mais poderoso da chamada 'integração social'" (2009)[179].

As empresas do setor imobiliário tem se beneficiado do programa por seu caráter privatista do tratamento da questão habitacional, e da captura privada de investimentos

[177] Idem.
[178] Em discurso no Encontro Nacional do MTST, junho 2009.
[179] Idem.

públicos, com a facilitação na implementação dos projetos pela retirada dos "entraves burocráticos", para criar agilidade na execução dos "produtos" imobiliários.

A valorização imobiliária, como afirma Pinheiro (2005), apresenta uma tendência à elevação e ocorre de maneira desigual no espaço urbano, impulsionada por três fatores: "1) a pressão da demanda, 2) a própria valorização [...] e 3) a financeirização do solo urbano, etc." (p. 165). O programa, como já mostramos, gera uma demanda reprimida, pela insuficiência de oferta, a valorização ocorre, pela necessidade que os projetos implementados trarão para os investimentos públicos, ou seja, serão os governos, com pressão popular, que arcarão com os custos da infra-estrutura nos projetos instalados nas periferias.

Como o programa não supera a forma-mercadoria, não há qualquer regulamentação à qualidade do produto entregue ou sobre o seu processo de produção, o que implica diretamente, uma diminuição dos custos e uma despreocupação total com as questões ambientais ou estéticas.

Por último, os dois objetivos do programa propagandeados pelo governo do PT é o caráter anti-crise e da geração de empregos.

Sobre o primeiro item, Fix argumenta que a indústria de construção tem um "efeito multiplicador positivo", mas que não se assenta nos produtos básicos da construção, mas no acabamento e na decoração, o que no modelo de empreendimento aprovado, não está contemplado. "Assim, a indústria da construção, no caso da habitação popular, acaba por reduzir-se praticamente á base dos produtos (à sua estrutura mínima), com um poder multiplicador muito menor" (2009)[180].

Quanto à geração de empregos, em números absolutos houve a criação de 532 mil postos de trabalho por ano (HIRATA, 2009, p. 3), mas mais uma vez, devemos nos perguntar, quais as condições destes empregos gerados.

As condições de trabalho na construção civil são particularmente precárias, com um número alto de trabalhadores "informais", que em 1999, somavam 64,4% dos postos nesta área em São Paulo. Há uma alta rotatividade no emprego, com a permanência no emprego por mais de um ano não atingindo 50% dos trabalhadores, que além de receberem um salário baixo, tem jornadas de trabalho estendidas, com mais 44 horas semanais. Isto para realizarem, em sua maioria, atividades de pedreiro e servente, que representam de 53% a 64% das atividades na construção civil (BOTELHO, 2007, p. 50-51).

[180]Disponível em: http://passapalavra.info/?p=9445. Acesso em: 17 nov 2009.

Mais uma vez, a existência do emprego se sobrepõe à existência dos direitos trabalhistas, cuja frouxa fiscalização, permite que este seja um setor de alta exploração da força de trabalho.

E quanto aos movimentos sociais de luta por moradia? Se apenas 3% dos recursos da OGU e FGTS que compõem o programa são destinados à entidades sem fins lucrativos, cooperativas e movimentos sociais, está claro que há um estímulo à competição entre movimentos para "abocanhar" os parcos recursos. Por outro lado, há uma instrução normativa que "fornece regras bastante favoráveis para que os movimentos desenvolvam projetos e obras", com a supervisão da CEF, mas que oferece a possibilidade de projetos de autogestão, compra e reforma de imóveis ociosos, entre outras.

Mas Fix lembra que "a construção de um espaço diferenciado, sem o apoio da luta social (e de novas ocupações) e da compreensão política do processo mais amplo, não constitui por si só uma ação anti-sistêmica e contra-hegemônica" (2009)[181].

A avaliação que o MTST faz do programa *Minha Casa, Minha Vida*, nos dá uma dimensão de como as demandas mais emergenciais se articulam com os objetivos do movimento. Sem dúvida, a moradia é um elemento mobilizador, em torno do qual, se erguem uma série de instrumentos de aglutinação de pessoas ao movimento. Acreditamos que a demanda por moradia não é um ponto que merece discussão, mas como a luta é realizada por esta demanda e esta se constitui como objetivo em si mesmo ou se está em um patamar de "alavanca" para objetivos mais amplos. Nas palavras do movimento,

> O MTST não é um movimento de moradia, mas um movimento que, a partir da luta pela moradia, se organiza para o enfrentamento das dificuldades que afetam as massas excluídas. Assim, nossos objetivos não são corporativos [...] a luta passa por este interesse mas não esgota-se nele. (PROGRAMA, s/p)

Partimos da hipótese de que o MTST por se construir como um movimento autônomo a partir de do MST, que já tinha concepções anticapitalistas definidas, supera a concepção cidadã de luta dos movimentos sociais e se constrói como um movimento social classista com objetivos anticapitalistas e antineoliberais.

Esta posição é declarada nos documentos, como mostramos no capitulo 1, mas não podemos encerrar-nos na fala do próprio movimento, mas investigar nas ações e no cotidiano da luta sua coerência e contradições.

---

[181] Disponível em: http://passapalavra.info/?p=9445. Acesso em: 17 nov 2009.

Vejamos primeiramente o que diz o MTST sobre o programa *Minha Casa, Minha Vida.*

> O Programa MCMV foi desenvolvido para atender aos interesses do capital imobiliário [...] (O governo) aquece a especulação imobiliária e não toca no problema da distribuição de terras urbanas ociosas. Dá às construtoras, incorporadoras e à indústria da construção civil o papel de grandes agentes da política habitacional brasileira (RELATÓRIO, 2009).

O MTST faz uma análise que vai além das benesses que o programa traz para as famílias de 0 a 3 salários mínimos e busca reconhecer os mecanismos do capital, indo além de uma análise de "vontade política" do governo ou das limitações quantitativas do programa.

Diante da constatação do privilegiamento dos interesses do capital sobre os da classe trabalhadora, reconhece que o "MCMV gera brechas e contradições que devem ser trabalhadas" (Idem). Seriam elas: o estupendo cadastramento de 18 milhões de famílias para um programa de 1 milhão de moradias e a impossibilidade de posicionamento contrário ao programa, o que geraria conflitos com a base social do movimento (Idem). Qual a saída proposta pelo movimento?

> Buscar nos envolvermos no Programa, seja via entidades seja via empreiteiras, mas sem deixar de pautar nossas críticas e exigências, em especial a defesa de uma Política Nacional de Desapropriações, sem a qual não se resolve o problema do acesso à terra urbana pelos mais pobres. Devemos também buscar introduzir em nossos projetos preocupações quanto à qualidade das moradias e, sempre que possível, trabalhar com gestão direta dos empreendimentos (RELATÓRIO, 2009).

Se o movimento demonstra ceder ao programa ao se incorporar, mesmo "via empreiteiras", ele não abre mão de seus objetivos estratégicos e quanto às demandas de curto prazo, busca uma superação dos limites qualitativos dos projetos implementados para a faixa de renda de sua base social.

Podemos perceber, que o MTST compreende a importância simbólica que o programa tem para sua base social e como o governo tem articulado isso para angariar votos entre a classe trabalhadora. A tentativa de abarcar o significado do programa para os sem-teto e trabalhar suas "brechas", buscando implementar espaços onde o poder popular possa ser exercitado, nos parece uma articulação que pode trazer saldos positivos, tanto em conquistas, quanto em organização.

O MTST mostrou como pretendia aproveitar as "brechas" do programa e tentar borrar a figura do presidente, quando em 08 de julho de 2009, cerca de 100 militantes do MTST

acamparam em frente à residência particular do presidente Lula, em São Bernardo do Campo e a cada dia sem negociações, um sem-teto se acorrenta as grades em frente ao prédio.

A mensagem era clara: Lula não é sem-teto. Está do outro lado. E a manifestação teve o efeito esperado. Evidenciou Lula como pessoa exterior ao movimento e aos seus interesses, apareceu na grande mídia, gerou conflito entre as instâncias envolvidas em suas reivindicações (prefeituras, estado e União) e desconcertou o PT. Segundo declaração do presidente do PT de São Bernardo do Campo, Wanderley Salatiel,

> Daria mais resultado se fizessem esse protesto em Brasília, que é onde sempre ocorrem os protestos. Não consegui entender por que a manifestação em São Bernardo. O MTST de São Bernardo nem está participando e o presidente Lula não está na cidade. Por outro lado, a maioria das questões é municipal [...]. De todo modo, já entreguei a reivindicação do movimento. Os municípios têm de fazer a parte deles. (PROTESTO..., 2009)[182].

Se uma volta em Brasília daria mais resultado não sabemos, mas o MTST conseguiu incluir famílias cadastradas pelo movimento no programa *Minha Casa, Minha Vida* e a intervenção do governo federal em todas as cidades em que havia ocupações no estado de São Paulo, para agilizar as negociações e implementar projetos habitacionais como solução para os acampamentos.

Nos parece que esta ação pode ser caracterizada como uma forma disruptiva de confronto, nos moldes de Tarrow, "por espalhar incertezas e dar poder a atores fracos contra oponentes poderosos, elas são a arma mais forte dos movimentos sociais" (2009, 130).

O anticapitalismo do MTST se insere no que Wood caracteriza como um anticapitalismo do século XXI, cujo principal elemento é a antimercantilização da vida (2003). Concordamos quando Wood lembra que o anticapitalismo tem uma gama de negações, desde ser contra tipos de capitalismo (de mercado, neoliberal, etc.) até o anticapitalismo, independente de que tipo assuma. Sustentamos que o MTST se insere no campo de um anticapitalismo deste último tipo e essencialmente antineoliberal.

Se por um lado o MTST vislumbra o capital como antagonista, não esquece o papel desempenhado pelo Estado na luta de classes e como já afirmamos, o interpela, sem investir na institucionalização parlamentar ou na participação cidadã, mas como opositor na luta de classes, embora com ele dialogue, pois não há como prescindir da relação com o Estado burguês, uma vez que ele concentra a ilusão da representatividade e através dele se implementam políticas públicas, que diretamente atingem os movimentos sociais.

---

[182] Disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/07/10/protesto-do-mtst-em-frente-predio-de-lula-em-sao-bernardo-tem-7-acorrentados-756762243.asp. Acesso em: 04 mai 2010.

> Para exercer o seu alcance global, o capitalismo precisa dos Estados locais que mantêm as condições básicas para as suas operações. O mundo de hoje é mais que nunca um mundo de Estados-nação; e a forma política do capitalismo global não é um Estado global e sim um sistema de múltiplos Estados locais (WOOD, 2003, p. 47).

O MTST concebe o Estado como um instrumento do capitalismo que "não tem condições de transformar as relações sociais de dominação, podendo no máximo mediá-las" (PROGRAMA..., s/d), por isso, impede que seus militantes sejam candidatos, tanto como forma de evitar a cooptação e/ou acomodação no aparelho estatal, como por entender que há um desgaste da representação parlamentar entre sua base social, que a associa com corrupção e privilégios.

Suas formas de ação mostram como o movimento se põe como mediador na construção da classe em relação ao capital e ao Estado. Distinguimos três elementos que consideramos centrais neste processo constitutivo da classe na luta política: a concepção de ação direta, as ocupações e a articulação entre ação de massa e formação política.

Em seu programa o MTST reconhece a especificidade da luta urbana, onde

> A concentração do poder econômico e político, o loteamento completo do espaço construído e as características próprias do modo de vida nas cidades obrigam os movimentos urbanos a construírem e trilharem seus próprios caminhos, desenvolvendo respostas novas para os novos problemas que surgem no caminhar (PROGRAMA..., s/d).

Neste espaço urbano, segundo o MTST, a carência de moradia está diretamente relacionada à falta de serviços sociais básicos e infra-estrutura urbana, ambos aspectos que caracterizam a paisagem segregada da cidade, cujos bairros periféricos e mal-assistidos são o local destinado à classe trabalhadora, atualmente em grande medida aterrorizada pelo desemprego. Daí o movimento relacionar três demandas, embora em escalas diferenciadas: moradia, serviços urbanos e emprego.

Este imbricamento oferece uma flexibilidade de trabalho de formação política e associação com outras entidades e organizações que atuam no espaço da cidade, desnudando as sobreposições de dominação que se estabelecem na sociedade de classes e se materializam no espaço da cidade capitalista.

A adoção da luta direta, negando as ações institucionais de negociação pelas vias estatais formais (fóruns, conselhos, etc.), com o privilegiamento das ocupações de terrenos, bloqueios de rodovias (ver anexos) e ocupações de prédios ocupados por órgãos estatais, evidencia para a sociedade a luta contra a propriedade fundiária e a especulação imobiliária (no caso das ocupações); a luta contra a valorização do capital na esfera da circulação (com os

bloqueios) e a interpelação do Estado, com a denúncia de sua parcialidade na luta de classes (com ocupação dos prédios).

Todas as ações tem ao mesmo tempo um elementos de reivindicação imediata (negociação contra despejo, cobrança do bolsa-aluguel, etc.) e uma denúncia da exploração e dominação das classes trabalhadoras na sociedade capitalista. Este segundo elemento é incorporado na luta ideológica constantemente e se realiza das mais variadas formas, como veremos.

A orientação ideológica de um movimento social é outro elemento para sua análise e embora muito presente, é mais sutil de ser percebido, pois a ideologia está entranhada nas ações e falas cotidianas.

Como o MTST se coloca claramente no campo anticapitalista, o "discurso de classe" se mostra em evidência, mas há uma preocupação dos militantes para que haja uma construção ideológica a partir da realidade concreta da base social.

Percebemos que as atividades culturais (saraus, cinema, capoeira, cantos, etc.), assim como as palavras de ordem, buscam centrar-se na cultura popular urbana que contenha potencial contestatório.

O conceito de elemento inerente de Rudé nos parece adequado para compreendermos esta fusão entre idéias, noções e pensamentos que estão presentes nas periferias das grandes cidades e que são (re)elaborados no interior do movimento.

Rudé trata de elemento inerente, o que está "baseado na experiência direta, na tradição oral, na memória folclórica e não aprendido ouvindo-se discursos ou lendo livros" (1982, p. 25). O segundo elemento "é o repertório de idéias e crenças 'derivadas' ou tomadas de empréstimo a outros, que, com freqüência, adquire a forma de um sistema mais estruturado de idéias, políticas ou religiosas" (Ibidem).

Vejamos o que nos diz esta mulher, que participa de uma manifestação, acorrentada aos portões da prefeitura de Itapecerica da Serra:

> Uma mulher disse pra mim que nós do MTST tamos querendo tomar o que é dos outros. Eu disse pra ela que não... Nós não queremos tomar o que é dos outros. O que é deles também é nosso. Porque eu li na bíblia, que Deus quando fez a Terra ele falou: "Vai, crescei-vos e multiplicai-vos e ocupem a Terra". Isso vale pro rico, pro classe média e pra nós. Então, nós não quer nada dos outros, nós quer o que é nosso também. Porque se fosse pra gente não ter terra, a gente não vinha pra Terra, né? (ACORRENTADOS parte 1, 2005)

A fala da militante contém elementos que permitem pensar como o MTST ressignificou a questão religiosa à luz de uma interpretação socialista. Sem dúvida a

religiosidade é parte do cotidiano da imensa maioria dos trabalhadores, que procuram explicações sobrenaturais para as mazelas que enfrentam, e em geral projetam para um futuro indefinido a "terra prometida"; na esperança de livrar-se da vida de dificuldades, esperam viver uma "outra vida", em que não existam mais carências materiais e espirituais.

A militante revela uma apropriação do texto religioso, a Bíblia, para justificar a sua luta em vida, no presente. Evocando a autoridade máxima das religiões cristãs, Deus, a "ocupação da Terra" é apresentada como algo que deve ser necessariamente buscado, algo que daria sentido a existência das pessoas, pois "se fosse pra gente não ter terra, a gente não vinha para a Terra".

Do trecho citado também se depreende a questão de classe, já que a terra é para todos "pro rico, pro classe média e pra nós". Ora, a militante sabe da apropriação indevida feita "pelos ricos" e luta pela terra que não é dos outros, mas sim pelo "que é nosso também". Está claro que ela entende que a propriedade "dos ricos" foi usurpada dos trabalhadores.

Por último, cabe indicar a noção de coletividade, já que em nenhum momento a militantes se refere a si mesma, individualmente. Ela não é o que é "seu", e sim o que é "nosso", num discurso com um profundo sentido de coletividade.

Esta fusão de ideologia inerente e derivada é percebido nos nomes atribuídos à ruas, brigadas e ocupações, que agregam lideranças populares (como Chico Mendes) e nomes da esquerda socialista (Rosa Luxemburgo).

Outro exemplo é o resgate e incentivo à cultura popular urbana, com manifestações como o hip-hop, movimento nascido nas periferias das metrópoles, que no Brasil, teve início no final dos anos 1970 e início dos 1980 e conquistou a juventude pobre e negra, pelas letras de denúncia da pobreza, violência e racismo.

Músicas do cancioneiro popular, sobretudo sambas e marchinhas, são entoadas originalmente ou como releituras nas festas, saraus, marchas e manifestações, como esta:

> Avisa o patrão que candeeiro no chão pode queimar.
> Avisa o dono de terras que candeeiro no chão pode queimar.
> Avisa o governo que candeeiro no chão pode queimar.
> Avisa os senhores da guerra que candeeiro no chão pode queimar.
> Mas, avisa também o meu povo que candeeiro no chão pode queimar.
> E que não é só em fevereiro que a gente vai dançar.
> Avisa meu povo que na luta, a batalha a gente vai ganhar.
> Avisa meu povo que candeeiro no chão pode queimar.(DIREITOS...1/2, 2005)

A valorização das falas, dos gestos, das músicas, da cultura urbana, reconstitui-se como identidade de classe, ressignificada como positiva. Os trabalhadores e trabalhadoras se

assumem como sujeitos culturais, portadores de significados que se compartilham nas atividades do MTST.

Este forte sentido de comunidade, de coletividade que é exacerbado nas atividades político-culturais do movimento faz parte de como o movimento entende suas formas de organização.

O poder popular é um elemento central no MTST, que aparece como forma de organização (decisões horizontalizadas), objetivo (construção do poder popular nas áreas ocupadas, nos núcleos, etc., e como exercício de uma nova sociabilidade) e como formação política para a ação militante.

Como forma de organização o poder popular se expressa na apropriação de todos os integrantes, tanto das decisões, quanto da execução de atividades dentro dos espaços coletivos, o que mostra a relevância que os espaços de discussão tem para o MTST.

A organização dos acampamentos, com eleição de coordenador(a) de rua, a formação das brigadas (conjunto de barracos), as comissões de trabalho, etc., com reuniões periódicas e a assembléia como instância última de decisão do acampamento, mostra que há "significação política extremamente interessante (para) o avanço do trabalho de base do MTST" (PROGRAMA..., s/d).

A existência dos núcleos de poder popular é outro ponto que mostra que a organicidade do movimento privilegia a participação ativa de seus membros. Os núcleos são formados por famílias e/ou indivíduos que com o fim de um acampamento, voltam às suas casas, ou de parentes, etc., mas continuam organizados em núcleos territorializados. Sua importância está em

> garantir uma relação contínua do MTST com a base social que participa de nossas lutas [...] (pois) se realizarmos uma série de intervenções descontínuas e pontuais numa certa região podemos construir uma extensa referência social, mas não uma base social organizada. [...] (tornando) impossível um trabalho com resultados de longo prazo [...] sem nenhuma ressonância estratégica (PROGRAMA..., s/d)

Sua atuação continua vinculada às atividades gerais do movimento, com mobilização em atividades como marchas, bloqueios, manifestações e muitas "famílias nucleadas", participam de novas ocupações e formação política.

O poder popular, então, se constitui de uma concepção e uma prática que visa fortalecer a democracia direta nas instâncias do movimento e permanece como exercício de organização anticapitalista, buscando superar a democracia apenas por representação, com

suas limitações, além de colocar a perspectiva de relações sócio-políticas baseadas no trabalho coletivo, na igualdade significativa e na liberdade de atuação.

No que tange à formação política, o MTST tem como foco a desmistificação das relações sociais capitalistas em todos os âmbitos do movimento. Isto porque, como já dissemos, há uma articulação entre ação de massa e formação política, que ocorre desde o trabalho de base antes das ocupações, até os cursos de formação que são realizados fora do movimento pelo Núcleo 13 de Maio de Educação Popular[183], que atua como apoiador.

Um dos aspectos que enfatizamos nos movimentos sociais urbanos, desde os anos 1970, é sua fragmentação, que ocorre pela focalização de demandas, pela orientação político-ideológica, pela dificuldade de organização conjunta, etc.

Este é um ponto de extrema importância para o MTST, visto que sua história mostrou que o isolamento contribui enormemente para a derrota de movimentos urbanos que atuam na periferia, por permanecerem "enclausurados" em sua luta local, sem repercussão midiática e apoio político de outras organizações.

A luta corporativa é vista como um direito, mas que deve ser superada para o enfrentamento de conflitos mais amplos no âmbito social.

Com uma caracterização do fim do ciclo de hegemonia do PT e da CUT à frente da classe trabalhadora, o MTST propõe uma aliança de esquerda.

> A esquerda brasileira está vivendo um período de crise já há mais de 10 anos. Isso porque aquelas que foram as principais organizações dos trabalhadores – o PT e a CUT – mudaram de lado e se aliaram com a burguesia. [...] A classe trabalhadora perdeu com isso um instrumento poderoso, que havia realizado muitas lutas. Isso gerou uma grande confusão na consciência dos trabalhadores e desorganizou e enfraqueceu as lutas (A REORGANIZAÇÃO..., 2009)

A inserção do movimento nesta aliança se dá por duas vias: por sua participação na construção da CSP-Conlutas e da Frente de Resistência Urbana.

Na CSP-Conlutas o MTST vê uma possibilidade de articulação da esquerda sindical e dos movimentos populares, em torno de um programa antineoliberal e anticapitalista, que reúna na mesma organização e em suas ações, os trabalhadores sindicalizados, os subproletários ainda desorganizados e a base social dos movimentos populares.

O fortalecimento da luta classe trabalhadora brasileira, passaria pela unidade das organizações em um instrumento amplo e democrático, que se baseasse, não no formalismo

[183] Os cursos que são oferecidos pelo Núcleo 13 de Maio, geralmente são "Como funciona a sociedade I, II e III".

da representação de suas entidades, mas no trabalho de base efetivo. Reproduzimos aqui um dos debates que o MTST realiza internamente na CSP-Conlutas com relação à representação na composição da direção da entidade.

> [...] a questão é definir uma forma equilibrada de representação entre a organização de trabalhadores por categoria (sindicatos) e a organização de trabalhadores no território (ocupações ou organizações comunitárias). [...] como evitar, por exemplo, que alguém apenas sendo morador de um bairro, sem intervenção nem condições de mobilização neste, se apresente à central como representante do movimento local.[...] Por outro lado, [...] sabemos que há sindicatos meramente formais, sem vínculo efetivo com a base da categoria. (CONTRIBUIÇÃO..., 2009)

A proposta do MTST para equilibrar estas possíveis distorções é a formação de uma comissão ampla e transparente que possa realizar "formas e metodologias de caráter qualitativo" (Idem), como forma de superar a tão combatida, mas plenamente utilizada, "hegemonia por maioria". Não discutiremos a qualidade da proposição do MTST neste ponto, mas colocar em discussão formas de agir tão consolidadas entre as organizações dos trabalhadores, é salutar para que outras relações entre os agrupamentos possam surgir destes questionamentos, que podem, no mínimo, gerar incômodo, e na melhor perspectiva, a autocrítica pública das organizações.

O que está em jogo implicitamente é a autonomia do MTST em relação à CSP-Conlutas e indiretamente aos partidos e sindicatos que a compõem. Se por autonomia entendemos a auto-organização, livre dos condicionamentos do Estado, no caso dos movimentos sociais classistas, o tema da autonomia financeira está no centro do debate, visto que a necessidade de dedicação dos militantes e das ações pode interferir, levando a acordos que viabilizem a sustentação financeira do movimento.

> Entendemos a unidade da classe como um fator decisivo para as lutas que seguirão. A Central que estamos construindo deve representar um salto de qualidade neste sentido. Mais do que o número de trabalhadores que estão na construção deste processo – ainda uma parcela muito reduzida – podemos apontar para um novo modelo de organização, que não separe a luta dos trabalhadores no espaço de trabalho e no território e que unifique demandas distintas da classe. Mas para isso não basta uma unidade formal. Precisamos desenvolver uma unidade real nas lutas, na prática cotidiana e no debate estratégico. (A CENTRAL..., s/d)

A formação da Frente de Resistência Urbana se inscreve na avaliação da necessidade de uma ação nacional unificada. Segundo Guilherme Boulos, mais do que a oposição ao governo do PT, os movimentos sociais urbanos que se integraram à iniciativa de criação da Frente de Resistência Urbana, o fizeram, sobretudo, por partilharem da centralidade da luta

direta como instrumento de ação coletiva e da proposta de uma Reforma Urbana anticapitalista. Nos termos da Frente de Resistência Urbana, as obras do PAC, o programa *Minha Casa, Minha Vida*, são parte de uma contra-reforma urbana, que evidencia

> A aliança perversa entre Estado e capital imobiliário reproduz uma lógica excludente e repressiva de desenvolvimento urbano. Sob a bandeira do "crescimento econômico" passam por cima do que estiver pela frente, em geral comunidades inteiras, historicamente estabelecidas. (NA LUTA..., 2010)[184]

A avaliação é de que esta contra-reforma se intensifique, não somente pela investida do Estado e do capital imobiliário através de intervenções urbanas, mas com o uso intensivo da repressão estatal e de uma enorme força ideológica que unificaria os indivíduos em torno da paz social para o "crescimento do país" em eventos internacionais.

> Aí vem a Copa no Brasil! O sonho de muitos brasileiros promete tornar-se um terrível pesadelo. E, para que tudo esteja pronto, as obras começarão em breve, aliás, já estão atrasadas. O número de famílias despejadas no país – e não será só nas cidades-sede – deve chegar à casa das centenas de milhares. Em muitos casos, despejos sem indenização e sem alternativa de moradia. Ou com os ridículos "cheques-despejo", com um valor que não permite sequer a compra de um barraco numa encosta de morro. Além disso, as medidas de repressão e criminalização da pobreza tendem a se tornar cada vez mais bárbaras nestes próximos anos, consolidando a política de "higienização social". Várias situações já apontam para isso: as Unidades de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro; o aumento da repressão a trabalhadores informais (especialmente camelôs) em várias cidades; o impedimento de moradores de periferia em freqüentar espaços públicos nos centros, como ocorreu num shopping Center de Curitiba (por ordem judicial!); etc. A ordem é: a cidade para os ricos e turistas, que os pobres fiquem nas periferias! (NA LUTA..., 2010).[185]

Sabedores das dificuldades de um processo de nacionalização, cujos ritmos, formas e histórias são diferenciados, a Frente de Resistência Urbana tem priorizado campanhas nacionais que unifiquem as reivindicações, mas que respeitem as condições de cada movimento em sua realidade de desenvolvimento local.

Foi o que aconteceu com a Campanha Nacional Contra os Despejos lançada em agosto de 2010, com o nome de Minha Casa, Minha Luta, que gerou protestos em todo o país, inclusive com a paralisação das rodovias Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Rodoanel Oeste,

---

[184] Disponível em http://mtstrj.blogspot.com/search/label/Frente%20de%20Resist%C3%AAncia%20Urbana. Acesso em: 15 jan 2010.

[185] Idem

Anhanguera e Santos Dumont no Estado de São Paulo e que teve como mote de reivindicações,

> Contra a política de despejos e remoções.
> Garantia de moradia digna para todos.
> Combate à repressão e criminalização da pobreza.
> Pelo direito à vida e ao trabalho.
> Por uma política nacional de desapropriações de imóveis vazios e medidas de combate à especulação imobiliária.
> Por uma política de construção de moradias populares, baseada no subsídio integral, na qualidade habitacional e na gestão direta dos empreendimentos.
> Em defesa de uma reforma urbana popular. (NA LUTA..., 2010)[186]

Acreditamos que a diversidade que compõe a Frente de Resistência Urbana alterará inevitavelmente a dinâmica do MTST, com o diálogo com outros movimentos, que tem outras histórias e formas de relacionamento interno e externo. Mas isto apenas ocorrerá, se o MTST quiser verdadeiramente construir a Frente em termos igualitários, sem priorização de lutas locais e sem hierarquias formais. Ou seja, formando "um movimento nacional, massivo e anticapitalista" (PROGRAMA, s/d).

Pelo exposto até aqui, concluímos que o MTST tornou-se um movimento de resistência antineoliberal e anticapitalista de atuação urbana que tem um importante papel de organização da classe trabalhadora brasileira, bem como, compõe um campo classista de oposição aos governos do PT.

4.1.2 – Desafios do MTST

Para finalizarmos esta análise queremos apontar alguns elementos que percebemos na dinâmica de atuação do MTST, sendo que a maioria deles não é explicitado em documentos, mas apenas pode ser conhecido através das entrevistas e do acompanhamento do cotidiano do movimento.

Consideramos que estes elementos apontam questões que devem ser pensadas pelo MTST, como material de autocrítica, reflexão, ponderação, para que contradições nefastas não engendrem relações e concepções não desejadas.

Sem dúvida, nenhum movimento social, seja ele classista ou não, está livre das influências dos governos do PT, no caso desta pesquisa, ou de qualquer outro, mas como já

[186] Idem

discutimos, os últimos dois governos federais, evidenciaram profundas contradições nas organizações das classes trabalhadoras.

O MTST surge como movimento autônomo, com instâncias próprias em 2003, e tem, portanto, grande parte de sua existência sob governos do PT, com a presença de Lula na Presidência da República, o que faz com que ele seja diretamente atingido pela cooptação de suas bases sociais pela via das políticas assistenciais compensatórias e pela arregimentação ideológica pelo "presidente-operário".

O MTST, por seu projeto político, formas de ação e orientação ideológica tem se mantido em luta e enfrentado, com a organização dos trabalhadores e trabalhadoras, as políticas neoliberais dos últimos governos. Porém, não sem a introdução de mecanismos que fragilizam o movimento em seus princípios mais caros.

O MTST até hoje, não conseguiu que as moradias fossem entregues em nenhum de seus acampamentos e núcleos, embora haja projetos já aprovados pelo programa *Minha Casa, Minha Vida* em andamento, com mudanças importantes em relação ao projeto original, como por exemplo, o aumento da área útil das moradias.

As idas e vindas dos ativistas entre acampamentos gera uma demanda de amenização dos problemas financeiros das famílias, o que levou o MTST a cadastrá-las, através das prefeituras dos municípios onde há atuação, nos programas de bolsa-aluguel, ou bolsa-auxílio. Em grande medida, estes programas geram um auxílio mensal entre R$ 300,00 e R$ 500,00 reais e tem a duração de seis meses, com possibilidade de renovação no contrato.

Ocorre, no entanto, que o movimento tem assumido o cadastramento das famílias gerando uma enorme demanda burocrática para o movimento, além de criar relações de hierarquia e poder de veto de militantes à bolsas-auxílio de outros ativistas.

Uma vez "arrancada" da prefeitura a bolsa-aluguel, por meio de lutas do movimento, entra-se em um processo demorado e que gera muitos melindres entre os acampados, coordenadores e militantes. O movimento fica responsável por cadastrar internamente as famílias que desejam receber o auxílio, listando-as com todos os seus dados (pessoais, endereços, conta bancária, etc.). Para que o trabalho seja distribuído, são os coordenadores de rua que fazem o primeiro levantamento e decidem em reunião com todos os coordenadores, quais famílias receberão o auxílio, segundo os critérios decididos coletivamente em assembléia do acampamento ou do núcleo popular.

Ainda que os critérios sejam públicos e abertamente discutidos, os coordenadores de rua sofrem pressão de membros do movimento. Os acampados, "por baixo", que por ventura

fiquem “fora da lista” e dos militantes, “por cima” que buscam equacionar a distribuição respeitando o máximo possível os critérios adotados.

Há vários critérios que podem ser adotados, dentre os quais, a participação nas ações do movimento é sempre um dos principais, ou seja, há sempre uma lista de famílias/pessoas, organizada pelo coordenador de cada rua/brigada/núcleo, onde consta a participação nas diversas atividades do movimento, desde reuniões semanais da rua à bloqueios de rodovias, marchas, etc.

O fato do MTST ter assumido a organização do cadastramento das famílias do bolsa-aluguel, têm gerado conflitos entre as famílias acampadas, muitas vezes fundadas apenas em questões pessoais, mas que encontraram no “pequeno poder” do coordenador, uma via para se expressar.

Desta forma, os coordenadores, buscando apoio e sustentação às suas ações, criam laços com os militantes e os afasta dos acampados, que são por vezes chamados de “povinho”, por coordenadores que vêem, nas famílias por eles coordenadas e que não aceitam as decisões de maioria, como teimosos e inadequados para a luta.

Outra conseqüências da adoção da bolsa-aluguel pelo MTST aos seus membros é a tarefa burocrática do Estado que é assumida em primeira instância pelo movimento e faz dele um primeiro “selecionador” das famílias beneficiadas pelo programa. Definitivamente, esta não é uma posição confortável para um movimento que questiona as políticas compensatórias e se vê selecionando entre sua própria base social, famílias que “merecem” ser contempladas.

Este processo aprofunda a separação entre a base e a direção, já presente desde 2009, quando no Encontro Nacional do MTST em junho, no acampamento Anita Garibaldi, este tema foi central nos debates.

Não é incomum as famílias acampadas se referirem ao MTST, como “eles”, como por exemplo: “eles nos ensinam muita coisa” ou “eles tem que decidir como vai ser o cadastramento”, o que denota um distanciamento que coloca de maneira simbólica e concreta a base social apartada da dinâmica do movimento.

Evidentemente que há distinção entre o modo de vida dos militantes que são mantidos pelo movimento, para se dedicarem em tempo integral à luta e as famílias acampadas ou dos núcleos populares. Esta distinção, por si só, causa um distanciamento que pode, ou não, ser minimizado, dependendo das formas de envolvimento e relação entre os militantes em meio à base social.

Uma questão que o movimento já se coloca, mas ainda não vivencia é como privilegiar o trabalho coletivo e uma sociabilidade que sobreponha as questões comuns às individuais/familiares.

Quando os primeiros conjuntos habitacionais forem entregues aos grupos de famílias do MTST, a manutenção da distribuição de unidade casa/família, tende a estimular resoluções em nível familiar e não coletivo. Para que o contrário possa ocorrer o movimento terá, necessariamente, que investir em formas de associação entre as famílias no espaço coletivo.

Um ponto positivo para que a coletividade se sobreponha aos individualismos, foi a exigência do MTST, de que os projetos habitacionais tivessem espaços coletivos em quantidade proporcional às famílias, para atividades culturais, reuniões, assembléias, cursos, etc.

Outro ponto que salientamos como um desafio a ser enfrentado é a dicotomia entre luta local e geral. Embora os documentos articulem muito bem estas duas dimensões, na prática política cotidiana, há dificuldades em executá-la de maneira equilibrada.

A base social não tem dificuldades em compreender que o terreno vazio é mais proveitoso ao proprietário, do que se ocupado por um conjunto habitacional e manifestar em frente à prefeitura para forçar uma negociação é facilmente assimilado. O mesmo não podemos dizer sobre o caráter privatista do programa *Minha Casa, Minha Vida* e dos ganhos do capital imobiliário com a alta de suas ações na Bolsa de Valores.

Realizar atos contra um governo nitidamente neoliberal, em conjunto com outras organizações da classe trabalhadora, ligadas à mesma central sindical que o MTST, não é uma questão a se discutir. Daí que os acampados em geral, sejam conclamados à participarem de mobilizações que muitos deles não compreendem, mas se sentem compelidos à tomar parte, visto que a participação é um critério decisivo na distribuição de futuras conquistas, ou para muitos, para a "concessão de benefícios".

Como uma entrevistada postulou, há um claro "movimento para o alto e para fora", que não é acompanhado pela base do movimento, que passa a participar, mas não a age como sujeito na luta.

Estas não são questões fáceis, mas penso que são centrais para um movimento que tem um potencial aglutinador e transformador, como é o caso do MTST.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2010, mais uma vez, as eleições presidenciais “roubaram a cena” política no Brasil, encobrindo os conflitos que multiplicavam-se no campo e nas cidades. Ocupações e despejos, reintegrações de posse, enfrentamentos com a polícia, tomada dos morros cariocas pelo exército, etc.

Dilma Rousseff eleita pelo PT tendo Michel Temer do PMDB como vice-presidente e uma base aliada que congrega do Partido Comunista do Brasil (PC do B) ao Partido da República (PR). De todo modo, com Dilma ou não, a luta de classes no Brasil não cessa, mas nem por isso, podemos abandonar esta esfera na análise dos conflitos sociais. Questões como as que expomos abaixo, mostram alguns aspectos relevantes para o próximo período.

O governo do PT, tendo à Presidência da República Dilma Rousseff, será capaz de aprofundar a ruptura que os governos de Lula causaram na classe trabalhadora, mantendo a preferência eleitoral do subproletariado? Como os eventos internacionais, como Copa do Mundo e Olimpíadas organizarão os interesses das frações da classe dominante e qual o desenvolvimento da luta de classes nas áreas urbanas? Os movimentos anticapitalistas se alinharão à uma proposta de ação, aproximando organizações como a Frente de Resistência Urbana, CSP-Conlutas, partidos de esquerda, MST? Em uma possível confluência destas organizações, como se comportarão os movimentos sociais que até o momento foram base de sustentação para as políticas implementadas nos governos do PT?

Muito embora questões como estas (poderíamos listas outras mais) possam parecer deslocadas de nossa pesquisa, elas são preocupações latentes no MTST, quer de maneira elaborada, quer espontânea. Isto porque, os movimentos sociais urbanos envolvem diversos elementos quando se põe em luta. Como vemos, desde a propriedade da terra até a lucratividade dos grandes conglomerados da construção civil, passando pela legislação que regula a vida na cidade.

Por isso, quando nos questionamos sobre como o MTST constrói um projeto anticapitalista ao reivindicar moradia urbana, sabíamos que o estudo do próprio movimento nos levaria a outros aspectos das relações sociais que não se mostravam inicialmente.

As hipóteses que orientaram nossa investigação partiram das relações sócio-históricas do MTST e sua inserção na luta de classes no Brasil. Daí sustentarmos que o MTST tem heranças dos movimentos sociais das décadas de 70 e 80, mas que as superou ao abandonar a

supremacia da cidadania como objetivo da luta e ao centrar-se em uma concepção classista, antineoliberal e anticapitalista, abandonando o projeto participativo democratizante.

Desta hipótese, deriva outra, que originário de um movimento anticapitalista, o MST, em uma conjuntura cujas medidas neoliberais estavam em plena implementação, o MTST se constituiu como um pólo de resistência urbana, inclusive em oposição aos governos do PT, mas não sem sofrer as contradições que a ruptura do ciclo de hegemonia do PT e da CUT na direção das classes trabalhadoras tem causado na esquerda anticapitalista brasileira.

O MTST é um movimento com um projeto político que se coloca no campo anticapitalista, cujas práticas internas buscam construir uma identidade coletiva dos trabalhadores que passe pela realização do poder popular em suas instâncias como exercício para sua prática social. No enfrentamento com o capital e o Estado, reconhecidos como agentes da sociedade capitalista, o movimento se põe em uma posição de ataque às práticas mercadológicas e opressoras, compreendendo suas ações como parte de uma luta da classe trabalhadora, em parte representada no MTST.

Sua base social é formada por trabalhadores em condições precárias de trabalho, moradia e acesso aos equipamentos sociais da cidade, tais como saúde, transporte, educação, etc., justamente por se fixarem nas regiões periféricas das cidades com baixo investimento estatal.

Utilizamos como definição para as condições de trabalho que atingem a maior parte da base social do MTST, subproletarização, deve levar em conta, em primeiro lugar, que este processo é uma tendência crescente vinculada às transformações no âmbito da produção capitalista como a reestruturação produtiva e o desemprego estrutural. Ademais, precariza a materialidade da reprodução da força de trabalho, transformando em subproletário, todo trabalhador que depende da venda de sua força de trabalho de forma explícita, com o trabalho produtivo e a valorização do valor, ou de forma camuflada, com o trabalho improdutivo pela regulação do sistema de assalariamento, inseridos em condições precárias de trabalho e remuneração, instabilidade da atividade laborativa, jornadas ampliadas e direitos do trabalho negados.

Por último, a competitidade entre os trabalhadores isolados, sem representação sindical e sem proteção trabalhista legal, leva a uma extrema individualização das ações que buscam minimizar a brutalização do trabalho diário. Por outro lado, a necessidade do aumento da renda pode levar à inserção em atividades ilícitas, não como atividade principal, mas secundária e periférica na vida destes trabalhadores.

O crescimento do subproletariado criou uma "zona" intermediária entre o proletariado produtivo e/ou improdutivo, inserido nas relações contratuais de trabalho, conhecido como proletariado tradicional e o lumpen-proletariado, que garante sua sobrevivência fora dos limites do sistema de assalariamento e das normas legais de "conduta", vinculado prioritariamente à criminalidade e, consequentemente à violência social explícita.

Com essa parcela crescente da classe trabalhadora, o movimento propõe a construção de uma identidade coletiva que possibilite a unificação desses trabalhadores em torno de um projeto comum de luta. Assim, os sem-teto podem ser provenientes de diversas situações de moradia e de trabalho. Podem vir da população em situação de rua, de famílias conviventes, de moradores de habitações inadequadas, de famílias com ônus excessivo da renda com aluguel, etc, mas passam a ser sem-teto quando assumem-se enquanto tal e isso acontece no interior do movimento por moradia. Não ter casa não é, portanto, sinônimo de ser sem-teto.

Não sendo mais o trabalhador aquele que vive o mundo da fábrica, mas aquele que vive sob o jugo do capital em todas as suas formas, constituindo-se daqueles que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver, valorizando o capital, seja diretamente por meio da produção, seja nas relações que indiretamente o fazem, daí incluirmos no termos classes trabalhadoras, o trabalhador assalariado, o subproletário, o trabalhador rural, o desempregado.

Adotando a perspectiva marxista de análise dos movimentos sociais e o conceito de classes trabalhadoras debatidos acima, consideramos que o MTST é um movimento social classista e deve ser estudado em seu contexto histórico que abrange os aspectos sociais, políticos e ideológicos.

Podemos afirmar que há uma finalidade de classe no ideário deste movimento, que se coloca numa posição de organização classista, em oposição à exploração e dominação capitalista, em princípio por meio da luta por moradia, ampliando-a para o confronto com o capital e o Estado, ao questionar a propriedade privada da terra e a dinâmica do capital imobiliário e a forma como o Estado, através da legislação e das formas de negociação com o movimento trata esta questão urbana.

As condições estruturais do capitalismo fragmentam e fracionam as classes trabalhadoras que têm tido dificuldades em encontrar semelhanças entre iguais e as desigualdades parecem cada vez maiores, mesmo entre os "pobres". Nesta conjuntura internacional de avanço do capital sobre a classe trabalhadora no mundo todo, no Brasil o MTST tem se apresentado como um opositor do neoliberalismo que perpassou os governos dos anos 90, chegando aos mandatos do presidente Lula e do PT.

E, se por um lado, o governo do PT conseguiu ampliar as medidas neoliberais, favorecendo o conjunto da burguesia, entre os trabalhadores não perdeu apoio, ao contrário, o aumentou. Esta difícil conjunção foi realizada, não apenas com medidas econômicas, mas contou com ações não menos importantes no âmbito político e ideológico, garantidas pela ampliação das políticas compensatórias que interpelam diretamente a classe trabalhadora, tendo como "garoto propaganda" o próprio presidente.

Mas, sem dúvida, o vínculo historicamente construído entre o PT e os movimentos sociais, que se apoiou nos anos 80 e 90 no projeto participativo democratizante, aos poucos foi convertido em um projeto de classe, da classe dominante, tendo o PT como partido da ordem. No entanto, boa parte dos movimentos sociais continuaram atrelados ao partido e agora, ao governo na tentativa de alcançar conquistas por vias internas ao Estado.

Embora o MTST não faça parte desta parcela dos movimentos sociais, ao contrário, juntamente com a Frente de Resistência Urbana se coloca crítico a este posicionamento, faz uso de parte dos programas governamentais, tais como o bolsa-aluguel (negociado com os municípios) e o *Minha Casa, Minha Vida*, produzindo contradições internas.

Enfrentando a política neoliberal aprofundada pela coligação conservadora que continua no governo federal, o MTST e outros movimentos sociais classistas, procuram caminhos para fortalecer sua atuação junto à classe trabalhadora, não só através de um programa anticapitalista, mas também por meio de uma prática que busca construir formas de poder popular que se contraponha à dominação burguesa.

Por fim, buscamos com este trabalho realizar reflexões acerca dos movimentos sociais por meio de uma leitura marxista de suas ações no campo da luta de classes no Brasil, focando o MTST, até o presente momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

2 MESES E 23 MINUTOS (parte 1). 2008. 2 MESES E 23 MINUTOS. [online]. [Visto em abr 2009] proveniente da http://www.youtube.com/watch?v=npU1H1nTsa0&feature=player_detailpage.

2 MESES E 23 MINUTOS (parte 2). 2008. 2 MESES E 23 MINUTOS. [online]. [Visto em abr 2009] proveniente da http://www.youtube.com/watch?v=pNYWrAiNiAM&feature=player_detailpage.

2 MESES E 23 MINUTOS (parte 3). 2008. 2 MESES E 23 MINUTOS. [online]. [Visto em abr 2009] proveniente da http://www.youtube.com/watch?v=HORUhpkQQ8w&feature=player_detailpage.

338 MIL FUNDAÇÕES Privadas e Associações. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1205&id_pagina=1. Acesso em: 20 abril 2010.

A CRISE do emprego se agrava na gestão Lula. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 27 jul. 2003. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u51647.shtml.) Data de acesso: 22 jan. 2010.

A REORGANIZAÇÃO da esquerda no Brasil. Texto para o Encontro Estadual do MTST. São Paulo. Mai 2009. Mimeo.

A ROTA da desordem. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 jul. 2003. Editorial, p. 2.

AGUIRRE ROJAS, C. A. *Movimientos antisistémicos:* pensar lo antisistémico en los inícios del Siglo XXI. Rosário: Prohistoria Ediciones, 2010.

AGUITON, C.; BENSAïD, D. *Le retour de la question sociales*: le renouveau des moviments sociaux em France. Lausanne: Page Deux, 1997.

ALCKMIN diz que políticos estão por trás das invasões. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 jul. 2003. Brasil, p. 4

ALMEIDA, L. F. Corrosões da cidadania: contradições da ideologia nacional na atual fase de internacionalização do capitalismo. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 1 Xamã, 1996.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n.76, p. 49-86, 2009.

ALVES, C. Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. *Revista Democracia Viva,* Rio de Janeiro, n. 18, 2003. Entrevista concedida a Alfredo Boneff, Elaine Ramos, Geni Macedo, Iracema Dantas, Jamile Chequer e Marcelo Carvalho. Disponível em: http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=892. Acesso em: 10 out. 2010.

AMARAL alerta MST e diz que não negocia invasões. *Folha de S. Paulo*, Campinas, 02 jan. 1997. Campinas, p. 5.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. (org). *Pós-neoliberalismo:* As políticas sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, p. 9-38, 1995.

ANT, C.; KOWARICK, L. Cem anos de promiscuidade*:* o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, L. (org.) *As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente.* Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec/UNRISD, 1988.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1995.

_____. *Os Sentidos do Trabalho:* ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARANTES, P. F. Marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos Estudos,* nº. 83, p. 103-127, março 2009.

ARCARY, V. Peculiaridades da história política do Brasil contemporâneo: notas para um balanço do ciclo de supremacia do PT e da CUT. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 19/20, p.150-162, 2008.

AZEVEDO, T. R. Perfil socioeconômico básico da população do acampamento Carlos Lamarca – Osasco (SP). *GEOUSP: espaço e tempo: Revista da pós-graduação em geografia São Paulo*, São Paulo, n. 14, p. 129-141, 2003.

BEHRING, E. R. *Brasil e Contra-reforma*: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BENJAMIN, C. Governo do capital contra o trabalho? *Revista Crítica Marxista*. São Paulo, n. 18, p. 138-140, 2004.

BENOIT, H. O assentamento Anita Garibaldi: entrevista com lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). *Revista Crítica Marxista*. São Paulo, n.14, p. 134-149, 2002.

BENSAÏD, D. *Os irredutíveis:* teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo, 2008.

BÉROUD, S. et al. *Le mouvement social en France:* essai de sociologie politique. Paris: La Dispute, 1998.

_____. Le renouveau des lutte: entre fragmentation et convergences anticapitalistes. In: BOUFFARTIGUE, P. (Org) *Le retour des classes sociales:* inégalités, dominations, conflits. Paris: La Dispute, p. 231-248, 2004.

BIANCHETTI, R. G. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BIHR, A. *Da grande noite à alternativa:* o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

_____; PFEFFERKORN, R. Du système d´inégalités aux classes sociales. In: BOUFFARTIGUE, P. (Org) *Le retour des classes sociales*: inégalités, dominations, conflits. Paris: La Dispute, p. 37-54, 2004.

BLAY, E. A. *Eu não tenho onde morar*: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BOITO JR, A. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. *Revista Ideias*. Campinas. Ano 9 (1), p. 13-48, 2002.

_____. A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Revista Crítica Marxista*, Campinas, n. 17, 2003.

_____. A burguesia no governo Lula. In: BASUALDO, E. M. e ARCEO, Enrique. (Orgs.) *Neoliberalismo y sectores dominantes:* tendências globales y experiências nacionales. Buenos Aires: CLACSO, p. 237-264, 2006.

BOLAFFI, G. A casa das ilusões perdidas: aspectos socioeconômicos do Plano Nacional de Habitação. *Caderno Cebrap*, 27, 1977.

_____. Planejamento urbano: reflexão sobre a experiência recente. *Novos Estudos Cebrap*, n. 4, p. 50-53, nov. 1982.

BONDUKI, N. e ROLNIK, R. *Periferia – ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*. São Paulo: FAU/USP, Fundação para pesquisa ambiental, 1979.

_____. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (org**.)** *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-ômega, p. 117-154,1982.

_____. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida. *Revista Teoria & Debate*, São Paulo, n. 82, p. 08-14, maio/jun 2009.
BORGES, A. Governo Lula: um enigma a decifrar. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, n. 18, p. 145-148, maio 2004

BORGES, C.R.C. *Através do Brasil: taylorismos, fordismos, toyotismos*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

BORGES, M. A. Pensamento econômico e movimentos sociais: uma abordagem ontológica da práxis marxiana*. Revista Lutas Sociais*. São Paulo, n. 9/10, 2003.

BORON, A. Imperialismo, movimientos sociales y ciencia crítica latinoamericana. *Revista Herramienta*, Buenos Aires, n. 28, 2005. Disponível em http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-28/imperialismo-movimientos-sociales-y-ciencia-critica-latinoamericana. Acesso em: 28 mai 2009.

BOSCHI, R. R. VALLADARES, L. do P. Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos. In: BOSCHI, R. R. (org.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 103-142, 1983.

_____; *A arte da associação. Política de Base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj/Vértice, 1987.

BOTELHO, A. *O urbano em fragmentos*. São Paulo:Annablume/FAPESP, 2007.

BOULOS, G. *O MTST é mais que um movimento de moradia*. São Paulo, 2006. Entrevista concedida a José Afonso Silva. Disponível em http://www.lsr-cit.org/movimentos/46-movimentos/170--o-mtst-e-mais-do-que-um-movimento-por-moradia. Acesso em: 24 jan. 2011.

BRANT, V. C. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. *Cidade, povo, e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Programa Minha Casa, Minha Vida*. 2009. Disponível em: http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/CARTILHACOMPLETA.PDF. Acesso em: 20 jun 2010

BRASIL. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. *Déficit habitacional no Brasil 2007*. Brasília, DF, 2009.

CACCIA BAVA, S.. Conselhos e a participação dos trabalhadores. *Lua Nova*. São Paulo: Cedec, vol. 1, n° 2, p. 97, jul./set. 1984.

CALDEIRA, T. P. do R**.** *A política dos outros.* O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CAMPANHA NACIONAL CONTRA OS DESPEJOS. 2010. Campanha nacional contra os despejos. [online]. [Visto em jan 2011] proveniente da http://www.youtube.com/watch?v=w5OQEmtsxQA&feature=player_detailpage.

CARDOSO, R. C. L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B. (org.) *Sociedade e Política no Brasil pós-64***.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90: Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, p. 81-90, 1996.

CARLOS, A. F. A.. *A (Re)Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

CARTA AO POVO BRASILEIRO. In: CHAUÍ, M. et al. *Leituras da crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, p. 193-199, 2006.

CARTILHA do militante: movimento dos trabalhadores sem-teto. São Paulo, s/d Disponível em: http://www.mtst.info/files/mtst/CartilhadomilitanteMTST.pdf. Data de acesso: 20 jan. 2008.

CASSAB, C. *Mudanças e permanências:* novos desafios aos movimentos urbanos: uma aproximação ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) 195 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CASTANHÊDE, E. A cada dia sua agonia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 mar. 2003. Opinião, p. 2

CASTELLS, M. *Lutas urbanas e poder político*. Porto: Afrontamento, 1976.

_____. *Movimientos sociales urbanos*. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1991.

CDHU pesquisa origem e número de invasores de terreno no ABC. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 ago. 2003. Cotidiano, p. 7.

CECEÑA, A. E. Os desafios do mundo em que cabem todos os mundos e a subversão do saber histórico da luta. *Revista Margem Esquerda*, São Paulo, n. 4, out 1994.

CHAUVEL, L. Classes e gerações a insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes sociais**.** *Revista Crítica Marxista*, Campinas, n.15, 2002.

CHAZEL, F. Movimentos sociais. In: BOUDON, R. *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

Chico Mendes a dignidade não se rende. 2005. Chico Mendes: a dignidade não se rende. [CD]. Brigada de Guerrilha cultural do MTST.

CLOUX, R. F. O Movimento dos Sem Teto de Salvador e a Mídia: trajetória, mobilização social e conflitos. In: II CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA. SC 13: SOCIEDADE CIVIL, PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO II. Belo Horizonte. Dezembro 2007. Disponível em: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/sc_scp-raphael.pdf

CONJUNTO Nova Sepetiba teme favelização. *Folha de S. Paulo*, Campinas, 16 abr. 2001. Vale, Cotidiano, p. 6.

Construindo o Poder Popular. 2008. MTST - Construindo o Poder Popular 2008 - Brigada de Guerrilha Cultural do MTST - sobre a ocupação Silvério de Jesus. [online]. [Visto em abr 2009] proveniente da http://www.youtube.com/watch?v=-Gc1AqkTcq8&feature=player_detailpage.

CONTRIBUIÇÃO DO MTST à construção de uma nova central. São Paulo, 2009. mimeo.

CONTRIBUIÇÃO para avaliação de 2008 – Texto para o Encontro Estadual do MTST. São Paulo, mai. 2009. Mimeo

COUTINHO, J. *ONGs e políticas neoliberais no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 241.

CRONOLOGIA das lutas. São Paulo. Disponível em http://www.cut.org.br/institucional/68/cronologia-de-lutas. Data de Acesso: 15 jan. 2010.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90:* Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, p. 103-118, 1996.

_____. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.) *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: DAGNINO, E.; PINTO, R. P. (org) *Mobilização, participação e direitos*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2007.

DANIEL, C. As administrações democráticas e populares em questão. *Revista de Estudos Regionais e Urbanos - Espaço & Debates*, ano X, n. 30, p. 11 – 27, 1990.

DEL ROIO, M. Política operaria: há futuro? *Revista Outubro*, São Paulo, n. 7, 2002.

_____. O governo Lula e a derrota da esquerda**.** *Revista Outubro*, São Paulo, n. 10, 2004.

_____. *Os prismas de Gramsci*. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. Da crise do movimento operário ao proletariado do século XXI: a construção de uma nova subjetividade. In: ROCHA, E. (Org.). *Cem anos de movimento sindical no Brasil:* balanço histórico e desafios futuros. 1ª ed. Brasília - DF: Abaré, p. 217-231, 2010.

DESEMPREGO abre crise em sindicatos. *Folha de S. Paulo*. Campinas, 02 mar 1997. Campinas, p.1

DIAS, E. F. Democrático e popular? *Revista Outubro*, São Paulo, n. 8, p. 07-26, 2003.

Direitos Esquecidos: Moradia na Periferia (1/2). 2005. *Direitos esquecidos: moradia*. [online]. [Visto em abr 2009] proveniente da http://www.youtube.com/watch?v=VRwQ_x8GNJ0&feature=player_detailpage.

Direitos Esquecidos: Moradia na Periferia (2/2). 2005. *Direitos esquecidos: moradia.* [online]. [Visto em abr 2009] proveniente da http://www.youtube.com/watch?v=hBKoM9br3E0&feature=player_detailpage.

DISE apreende drogas e Polícia civil prende seis. *Folha de S. Paulo*, Campinas, 23 out. 1998. Cotidiano, p. 1.

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular:* movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70. Rio de Janeiro: Relume/Dumará: ANPOCS, 1995.

DUMÉNIL. G. Neoliberalismo e dominação de classe: uma análise marxista do capitalismo contemporâneo. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 17/18, 2007.

DURHAM, E. R. Movimentos sociais: a construção da cidadania. *Novos estudos Cebrap*, São Paulo. v. 2, pp. 24-30, out 1984.

_____. A pesquisa antropológica com populacões urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth. (org.) *A aventura sociológica:* teoria e prática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 17 – 38, 1986.

EDER, K. A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 5-27, 2001.

EDITORA diz que não é dona de terreno invadido por sem-teto em São Paulo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 maio 2004. Cotidiano, p. 6.

EDITORIAL. *Correio Popular*, Campinas, 08 abr. 2008. Campinas, p. 2

EM 2 SEMANAS, sem-teto erguem favela. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 mar. 2007. Cotidiano/Especial, p. 4

EM SÃO BERNARDO vizinhos reforçam invasão. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 jul. 2003. Cotidiano, p. 3.

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: global, 1986.

_____. *Anti-Dühring*. http://www.marxists.org/archive/marx/works/1877/anti-duhring/ Acesso em: 20 nov. 2008.

ESCOLA 'forma' sem-teto em ocupação. Folha de S. Paulo, Campinas, 01 dez. 1997. Campinas, p. 3.

EVERS, T. Os movimentos sociais urbanos: o caso do movimento do custo de vida. In: MOISÉS, J. A. et all. *Alternativas populares da democracia:* Brasil, anos 80. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEDEC, p. 75-98, 1982.

_____; MULLER-PLANTENBERG, C.; SPESSART, S. Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. *Cidade, Povo e Poder*. Rio de Janeiro, Cedec/Paz e Terra, p.110-164, 1982.

_____. De costas para o Estado, longe do parlamento. *Novos estudos Cebrap,* São Paulo. n. 1, vol. 2, abril 1983.

_____. Identidade: a face oculta dos movimentos sociais. *Novos Estudos Cebrap*, vol. 2, n° 4, 1984.

_____. Reprodução da Força de Trabalho e movimentos populares: o caso dos loteamentos clandestinos em São Paulo. In: KRISCHKE, P. J. (org.). *Terra de habitação x terra de espoliação*. São Paulo: Cortez, 1984.

FAVELADOS e Punks invadem shopping. *Folha de S. Paulo*, Campinas, 05 ago. 2000. Campinas, p. 6.

FIX, M. *São Paulo cidade global*: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____; ARANTES, P. *Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação*. Disponível em: http://passapalavra.info/?p=9445. Acesso em: 17 nov 2009.
FONTES, V. Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil-filantrópica. *Observatório Social de América Latina - OSAL*. Año VII, n. 19, p. 341-349, 2006.

FOTÓGRAFO é morto em frente à área invadida. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 jul. 2003. Cotidiano, p. 1.

FRANK, A. G.*;* FUENTES*,* M. *Dez teses acerca dos movimentos sociais*. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n.17, p.19-48, jun. 1989.

FRENTE nacional de movimentos urbanos. *Frente Nacional de Movimentos Urbanos.* São Paulo, 2009. Disponível em http://www.mtst.info/?q=node&page=2. Acesso em 20/09/2009.

GALVÃO, A. Reanimação das lutas sociais e a esquerda na Europa hoje. Entrevista concedida por René Mouriaux. *Revista Crítica Marxista*, n. 14, São Paulo, 2002.

_____. *Neoliberalismo e Reforma Trabalhista no Brasil.* Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. p. 406.

_____. Os movimentos sociais da América Latina em questão. 6º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, Campinas, Unicamp, 29 de jul. - 1 de ago. de 2008a.

_____. O marxismo importa na análise dos movimentos sociais? In: 32º ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, Caxambu, 2008b.

_____. Ideologia e política nos movimentos sociais da América Latina. In: XXVIII INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, Rio de Janeiro, 2009.

_____. Marxismo e movimentos sociais. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, n. 32, p. 107-126, 2011.

GOHN, M. G. *Reivindicações Populares Urbanas*. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. *Teoria dos movimentos sociais:* paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997a.

_____. *História dos movimentos sociais:* a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1997b.

_____. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América latina. Cadernos CRH, Salvador, v. 21, n. 54, dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 abr. 2011.

GONÇALVES, R. *Vamos acampar? A luta pela terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST no Pontal do Paranapanema*. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2005.

_____. Assentamentos como pactos de (des)interesses nos governos democráticos. *Revista Lutas Sociais*, n. 15/16, São Paulo, p. 184-196, 2006.

GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1982

GOULART, D. C. *Entre a denúncia e a renúncia: a APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) frente às reformas na educação pública na gestão Mário Covas (1995-1998)*. Dissertação (mestrado em Sociologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2004.

_____. Opostos que não se atraem: a sociedade civil para Gramsci e os neoliberais do capitalismo contemporâneo**.** *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 19/20, 2008.

GUIMARÃES, J. Sair da crise com a energia do povo. Entrevista com João Pedro Stédile. In: CHAUÍ, M. et al. *Leituras da crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, p. 141-191, 2006.

HARVEY, D. *A Justiça Social e a Cidade*. Hucitec: São Paulo, 1980.

_____. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Revista Espaço e Debates*, São Paulo, n. 6, p. 6 - 35, 1998.

_____. El Derecho a La Ciudad, *NLR*, n. 53, nov/dez, pp. 23-39, 2008.

HAYEK, F.A. *O Caminho da Servidão*. São Paulo: Instituto Liberal, 1987.

HIRATA, F. "Minha Casa, Minha Vida": política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana? *Revista Aurora*, Marília, ano III, n. 4, p. 1-11, jul 2009.

HOJE. 2010. *Hoje*. [online]. [Visto em jun 2011] proveniente da http://vimeo.com/22740555.

IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe:* o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

INDICE de desenvolvimento humano – municipal. 1991-2000. Disponível em http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrescente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm). Acesso em: 14 jan. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Economia informal urbana: ENCIF 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

INVASÕES vão ser intensificadas em Campinas, diz líder do MST. *Folha de S. Paulo*, Campinhas, 05 jan.1997. Campinas, p. 2.

IZAGUIRRE, I. *Algunos ejes teóricos-metodológicos en el estudio del conflicto social*. Disponivel em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/izagui.rtf. Acesso em: 07 dez. 2009.

JACOBI, P. Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia. *Espaço & Debates, NERU, São Paulo*: Cortez, nº 7, pp. 53-69, out./dez. 1982.

_____. Movimentos populares urbanos, poder social e conquista da democracia. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. *Cidade, Povo e Poder*. Rio de Janeiro, Cedec/Paz e Terra, 1982.

_____. Prefeituras democráticas, movimentos populares e poder local: participação, cooptação ou autonomia? *Espaço & Debates, NERU*, São Paulo, n. 9, 1983.

_____. Prefeituras democráticas, movimentos populares e poder local: : participação, cooptação ou autonomia?. *Espaço & Debates*, *NERU, São Paulo:* Cortez, nº 9, pp. 66-69, maio/ago, 1983.

_____. Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle popular vs. cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, R. R. (org.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983a. p. 145-179.

_____; NUNES, E. Movimentos sociais urbanos na década de 80: mudanças na teoria e na prática. *Espaço & Debates, NERU*: Cortez, vol. III, nº 10, pp. 61-77, 1984.

_____. Movimentos sociais urbanos numa época de transição. In: SADER, E. (org). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: SADER, E. (org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, p. 11-22, 1987.

_____. Dimensões e alcances dos movimentos sociais urbanos no Brasil. *Luso-Brazilian Review*. N. XXVIII, p. 41-58, 1990.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOWARICK, L; BRANT, V. C.; CAMARGO, C. P. (Ogs) *São Paulo 1975:* crescimento e pobreza. São Paulo: Loyola, 1975.

_____. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. *Cidade, povo, e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 30-48, 1982.

_____.; CAMPANÁRIO, M. São Paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 13, p. 66-73, out 1985.

_____; BONDUKI, N. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. *Comunicação e Política*, Rio de Janeiro, vol. 3, nº 1-4, pp. 9-28, 1986.

_____. Movimentos sociais urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 3, 1987.

_____ (org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra/Cedec/Unrisd, 1988.

_____; ANT, C. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra/Cedec/Unrisd, 1988.

_____. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

KRISCHKE, P. J. Os loteamentos clandestinos e os dilemas e alternativas democráticas dos movimentos de bairro. In: _____.*Terra de habitação x terra de espoliação*. São Paulo: Cortez, 1984.

LARANJEIRA, S. (org). *Classes e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1990.

LEFEBVRE, H. *O pensamento marxista e a cidade***.** Lisboa: Ulisseia, 1972.

_____. *A revolução urbana*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEHER, R. e SETÚBAL, M. (orgs.). *Pensamento crítico e movimentos sociais:* diálogo para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

LENIN, I. V. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Centauro, 2007.

LIGUORI, G. Estado e sociedade civil de Marx a Gramsci. *Revista Novos Rumos,* São Paulo. Ano 21, n. 46, 2006.

_____. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

LIMA, S. L. R. de. *Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. Nouveaux rapports de classe, nouveaux mouvements sociaux, et alternatives au capitalisme. *Actuel Marx*, n. 26, deuxième semestre 1999.

_____; COURS-SALIES, P.; VAKALOULIS, M. *Nouvelles luttes de classes*. Paris: Presses Universitaires de Frances/Actuel Marx, 2006.

LONA E DESPEJO. 2010. *Lona e Despejo*. [online]. [Visto em jun 2011] proveniente da http://vimeo.com/22739951.

LÖWY, M. Marxismo, resistência e utopia. In: BENSAÏD, Daniel; _____. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, p. 241-247, 2000.

_____. A cidade, lugar estratégico do enfrentamento das classes. *Revista Margem Esquerda*, São Paulo, n. 8, 2006.

LUTA. 2010. *Luta*. [online]. [Visto em jun 2011] proveniente da http://vimeo.com/22741113.

MACHADO DA SILVA, L. A. e ZICARDI, A. Notas para uma discussão sobre movimentos sociais urbanos. *Cadernos CERU*, São Paulo, n. 3, vol. I, 1987.

MACHADO, E.R. Lutas sociais e movimentos populares na América Latina: notas para um debate. In: VI COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX ENGELS, 2009, Campinas. *Anais*..., 2009. p. 1-9.

_____. *Mal-estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90:* Lutas sociais na contramão do neoliberalismo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

MACHADO, J. A crise de 2005 e a social-liberalização do PT. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 13, 2006.

MAGNANI, J. G. *Festa no pedaço:* cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MAIO, M. M. C. *Ilhas de Alto Padrão:* o caso do Parque dos Príncipes e da Vila São Francisco – SP (1970-2008). Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

MAMMARELLA, R. Movimentos sociais urbanos: pensando uma realidade em construção. *Ensaios FEE*. Porto Alegre, n. 14, p. 188-226, 1993.

MANIFESTAÇÃO CASA PAULO COLOMBO. 2010. MTST - manifestação Casa Paulo Colombo. [online]. [Visto em jan 2011] proveniente da http://vimeo.com/16003512.

MANIFESTO 28 de março – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Disponível em: http://www.mtst.info/?q=taxonomy/term/66%2B67. Data de Acesso: 13 fev. 2009.

MANSUR, A., AZEVEDO, S., MENDONÇA, R., e COTES, P. Uma bala no peito. *Revista Época*, edição 217, 28 jul. 2003. Disponível em: http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT575335-1653-3,00.html. Acesso em: 20 jan. 2010.

MARCHA DOS 5 MIL. 2007. MTST - *Marcha dos 5 mil*. [online]. [Visto em abr 2009] proveniente da http://www.youtube.com/watch?v=LbDHrjeE_i0&feature=player_detailpage.

MARICATO, E. *A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial*. São Paulo: AlfaOmega, 1982.

_____. (Org). *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1995.

MARQUES, R. M. O governo Lula e a contra-reforma da Previdência. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, n. 18, p.3-15, 2004.

MARSHALL, T.S. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MARTUSCELLI, D. E. Ruptura sem precedentes, pluralismo irrestrito e democratismo: as três faces ideológicas da identidade petista. *Revista Lutas & Resistências*, Londrina, n. 3, 2007.

MARX, K. *O manifesto do partido comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. O método da economia política. In: FERNANDES, F. (Org.). *Marx e Engels. História.* São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1983.

_____. *A miséria da filosofia*. Rio de Janeiro: Global, 1985.

_____. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Abril Cultural, 1995.

_____. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. A chamada acumulação original. In: _____.*O capital*. Capítulo XXIV. s/d, Disponível em http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/index.htm. Acesso em: 15 maio 2009.

_____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. As lutas de classe na França de 1848 a 1850. In: _____. ; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, v.1, p.93-198, s/d.

_____As lutas de classe na França de 1848 a 1850. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, v.1, s/d, p.93-198.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, São Paulo, nº 17, pp. 49-65, 1989.

MIAGUSKO, E. *Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo:* experiências no contexto do desmanche. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanos/USP, São Paulo, 2008.

MOISES, J. A. et al. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. *Cidade, Povo e Poder*. Rio de Janeiro, Cedec/Paz e Terra, p. 14-28, 1982.

_____; MARTINEZ-ALIER, V. A revolta dos suburbanos ou “Patrão, o trem atrasou”. In: MOISES, J.A. (et all). *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 13-62, 1987.

MORADIA popular terá subsídio de R$ 200 milhões. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 ago. 2003. Cotidiano, p. 5

MORAES, R. *Neoliberalismo:* de onde vem, para onde vai? São Paulo: SENAC, 2001.

MOTTA, C. M. da. A política de reformas do Estado brasileiro na década de 1990: uma inserção neoliberal? Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

MOURIAUX, R. Sortir de la dénégation. In : COURS-SALIES, P.; VAKALOULIS, M. (Org.), *Les mobilisations collectives:* une controverse sociologique. Paris: Presses Universitaires de Frances, 2003.

_____; BÉROUD, S. Para uma definição do conceito de ‘movimento social’. In: LEHER; R.; SETÚBAL, M. (Org.). *Pensamento crítico e movimentos sociais:* diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

MOVIMENTO de sem-teto se desarticula. *Folha de S. Paulo*, Campinas, 16 abr.2001. Vale, Cotidiano, p. 6.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. *Proposta para a reforma agrária.* III ENCONTRO NACIONAL DO MST. São Paulo, maio de 1995. http://www.cptmg.org.br/PROPOSTA%20DE%20REFORMA%20AGRARIA%20DO%20MST1.htm#_ftn1

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO DO RIO DE JANEIRO. *Grupo de Tortura Nunca Mais*, Rio de Janeiro, ano 22, n° 64, p. 3, março de 2008. Entrevista concedida por Miguel Baldez.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO. *Carta ao Presidente Lula*. São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.mtst.info/?q=node&page=2. Acesso em: 15 ago. 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO. *Frente Nacional de Movimentos Urbanos*. São Paulo, (2009b). Disponível em: http://www.mtst.info/?q=node&page=2. Acesso em: 10 dez. 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO. *Jornada Nacional “Minha Casa, Minha Luta”*. São Paulo, 2009d. Disponível em: http://www.mtst.info/?q=node&page=1. Acesso em: 16 ago. 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO. *MTST realiza ações em todo Brasil com Frente Nacional de Movimentos Urbanos*. São Paulo, 2009c. Disponível em: http://www.mtst.info/?q=node&page=2. Acesso em: 20 fev. 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO. *Princípios de organização do MTST*. São Paulo, 2009. mimeo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO. *Relatório da reunião nacional do MTST*. São Paulo. Set. 2009. Mimeo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO. *Vitória! Negociação com o governo Federal avança para nossa casa!* São Paulo, 2009a. Disponível em: http://www.mtst.info/?q=node&page=2. Acesso em: 15 ago 2009.

MOVIMENTO é 'irmão' do MST. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 jul 2003. Cotidiano, p. C3.

MST lidera marcha de sem-teto. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 26 jul 1997. Brasil, p. 1.

MURILLO, S. El nuevo pacto social, La criminalización de los movimientos sociales y La "ideologia de La seguridad", *Observatório Social da América Latina - OSAL*. Buenos Aires: CLASCO, p. 261-273, 2004.

NA LUTA por moradia digna, movimentos lançam campanha contra despejos – frente de movimentos urbanos. Disponível em http://mtstrj.blogspot.com/search/label/Frente%20de%20Resist%C3%AAncia%20Urbana. Acesso em: 15 jan 2010.

NAVES, M. Democracia e dominação de classe burguesa. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, Vol. 1, nº 4, 1997.

_____. A "ilusão da jurisprudência". *Revista Lutas Sociais,* São Paulo, n. 7, p. 67-74, 1 sem. 2001.

NETO, E. A. Governo Lula: *taliban* do neoliberalismo. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, n. 18, p141-144, 2004.

NO ABC, sem-teto pedem intervenção de Lula. *Folha de S. Paulo*, Campinas, 28 jul. 2003. Campinas. Cotidiano, p. 4.

NO ABC, sem-teto são despejados pela 2ª vez. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 ago. 2003. Cotidiano, p. 5.

NUNES, E; JACOBI, P. Movimentos Populares Urbanos, Poder Local e Conquista da Democracia. In: MOISÉS, J. Á. et al. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, p. 165-199, 1982.

_____. Movimentos populares na transição inconclusa. *Lua Nova*, São Paulo, n. 13, p. 86-94, 1987.

O INÍCIO DA OCUPAÇÃO. 2010. *O início da Ocupação.* [online]. [Visto em abr 2009] proveniente da http://vimeo.com/22739372.

O RADICAL do shopping. *Revista Veja*. São Paulo, edição 1663, 23 ago. 2000. Disponível em: http://veja.abril.com.br/230800/p_124.html. Acesso em: 10 jan. 2011.

OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? *Trabalho & Sociedade*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, vol. I, 1989.

OLIVEIRA, F. Acumulação monopolista, Estado e Urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J. A. et alii. *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*. Rio de Janeiro, CEDEC: Paz e Terra, p. 65-79, 1979.

_____. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, E. M. e ARCEO, Enrique. (Orgs.) *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendências globales y experiências nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 265-292, 2006.

OLIVEIRA, H. C. *Organização do movimento popular urbano:* o caso do MTST. Monografia de conclusão de curso - Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, Veranópolis, Rio Grande do Sul, 2001.

OLIVEIRA, N. C. *Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)*. Dissertação (Ciência Política) - Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2010.

OSORIO, J. Crítica de La ciência vulgar. Sobre epistemología y método en Marx. *Revista Herramienta*. n. 26, jul. 2004.

PARQUE Oziel recebe mais cem famílias de sem-teto hoje. *Folha de S. Paulo*, Campinas, 10 jun. 1997. Cotidiano, p. 3.

PERRUSO, M. A. Em busca do "novo": movimentos sociais no pensamento social brasileiro dos anos 1970/80. *Perspectivas*, São Paulo, v. 37, p. 249 - 268, jan./jun. 2010

PETRAS J. As esquerdas e as novas lutas sociais na América Latina. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 2, 1º sem. 1997a.

_____. *Neoliberalismo en América Latina:* La Izquierda devuelve el golpe. Rosário: Homo Sapiens, 1997b.

_____. Os fundamentos do neoliberalismo. In: RAMPINELLI, W. J. (Org.). *No fio da navalha*: crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 2000. p. 15-38.

PINASSI, M. O. *Da miséria ideológica à crise do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. O lulismo, os movimentos sociais e o lugar social da política. Revista Herramienta, ano XV, 2011. Disponível em http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-46/o-lulismo-os-movimentos-sociais-no-brasil-e-o-lugar-social-da-politica. Acesso em: 17 abr. 2011

PINHEIRO, J. Ação política, ideologias e interesses: o município de São Paulo – 1989/1996. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Nem teto, nem mãe gentil: luta dos sem-teto pelo solo urbano em São Paulo. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 13/14, p. 160-171, 2005.
_____. As classes trabalhadoras em movimento: alguns aspectos teóricos**.** *Revista Lutas Sociais***,** São Paulo, n. 17/18, p. 130-142, 2007.

_____. Uma cena decepcionante. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 15/16, p. 149-161, 2006.

_____. De frente para o Estado. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 19/20, p. 39-52, 2008.

_____. Novos movimentos sociais classistas. *Revista Aurora*, Marília, ano VI, n. 6, ago 2010. Disponível em http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/PINHEIRO.pdf. Acesso em: 10 set. 2010.

PINHEIRO, P. S.; SOUZA, L. A. F. Participação política e organizações da sociedade civil em novas democracias. In: MOISÉS, J. A. et alii. *Cultura e Democracia*- volume I. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2001

PM monta cerco no Parque Oziel. *Folha de S. Paulo*, Campinas, 21 jul. 1998. Campinas, p. 1.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PREFEITURA e Volks se negam a negociar. *Folha de S. Paulo*, Campinas, 29 jul. 2003. Cotidiano, p. 3.

PREFEITURA pede 'trégua' a sem-teto. *Folha de S. Paulo*, Campinas. 15 jul 1997. Cotidiano, p. 1.

PROGRAMA de ação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – Construindo o poder popular. São Paulo. s/d. mimeo.

SEMINÁRIOS de Guerrilha Cultural do MTST. 2004. São Paulo. Mimeo.

RAULET, G. O trabalho de organização ideológica ou como polarizar os movimentos anticapitalistas. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 4, 1 sem. 1998.

REINTEGRAÇÃO de posse tem conflitos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 maio 2004. Cotidiano, p. 4.

REIS, B. P. W. O. O conceito de classes sociais e a lógica da ação coletiva. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 415-441, 1991.

RODRIGUES, C. M. L. *Daqui não saio, daqui ninguém me tira:* estudo de caso do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), para além da dicotomia entre identidade e estratégia. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2002.

RUDÉ, G. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SADER, E; PAOLI, M. C. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, R. (org.). *A aventura sociológica:* teoria e prática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAES, D. A. M. *República do Capital:* capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. *Revista Crítica Marxista*, Campinas, n. 16, 2003.

SANTOS, B. S. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, O. A. A. Movimento dos Trabalhadores Sem Tetos (MTST) e a questão da cidadania em Recife/PE. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. Anais... Porto Alegre, 2010.

SANTOS, R. B. *Movimentos Sociais Urbanos.* São Paulo: Edunesp, 1988.

SANTOS, W. G. dos. *Cidadania e justiça:* a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SAQUE SIMBÓLICO 19/11/2008. 2008. MTST - Saque Simbólico 2008**.** [online]. [Visto em abr 2009] proveniente da http://vimeo.com/2744554.

SCHERER-WARREN, I**.** O caráter dos novos movimentos sociais. In: _____**;** KRISCHKE, P. J (org). *Uma revolução no cotidiano?* Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, p. 35-53, 1987.

_____. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Estado e Sociedade, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SCHOR, S. M; BORIN, M. do E. S. Cortiços adaptados e concebidos na Cidade de São Paulo. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 11, p. 152 – 159, 1997.

SEM-TETO ACORRENTADOS EM ITAPECERICA DA SERRA parte I. 2007. Acorrentados do Brasil: Fogo no Pavio! [online]. [Visto em abr 2009] proveniente da http://www.youtube.com/watch?v=yq_A22h4fK8&feature=player_detailpage.

SEM-TETO ACORRENTADOS EM ITAPECERICA DA SERRA parte II. 2007. Acorrentados do Brasil: Fogo no Pavio! [online]. [Visto em abr 2009] proveniente da http://www.youtube.com/watch?v=6ZnL8jbjDsY&feature=player_detailpage.

SEM-TERRA de Campinas abre escritório. *Folha de S. Paulo*, Campinas, 16 abr. 1997. Cotidiano, p. 1.

SEM-TETO criam comida alternativa. *Folha de S. Paulo*, Campinas, 22 jun. 1997. Campinas, p. 1.

SEM-TETO de Campinas monopoliza os atos. *Folha de S. Paulo*, Campinas, 02 maio 1997. Cotidiano, p. 1.

SEM-TETO do Oziel carregam cruz por 2 horas. *Folha de S. Paulo*, Campinas, 28 jul. 1997. Campinas, p. 3.

SEM-TETO dribla a miséria com o cultivo na 'Campituba'. *Folha de S. Paulo*, Campinas, 30 mar. 1997. Campinas, p. 1.

SEM-TETO faz protesto de 9 h em Campinas. *Folha de S. Paulo*, Campinas, 4 jun 1998. Cotidiano, p. 3.

SEM-TETO fazem novas invasões em PE e na BA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 ago 2003. Cotidiano, p. 5.

SEM-TETO invadem 'terreno corintiano'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 maio 2004. Esportes, p. 3.

SEM-TETO invadem terreno e esperam apoio da Igreja. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 maio 2004. Cotidiano, p. 3.

SEM-TETO pretendem ocupar 15 prédios. *Folha de S. Paulo*, Campinas, 4 jun 1997. Cotidiano, p. 3.

SEM-TETO são despejados pela segunda vez. *Folha de S. Paulo*, Campinas, 07 jan. 2003. Vale, Cotidiano, p.6.

SILVA, A. A. Dimensões da Interlocução Pública: cidade, movimentos sociais e direitos. In: DINIZ, E.; LEITE LOPES, J. S.; PRANDI, R. (orgs). *O Brasil no rastro da Crise.* São Paulo: ANPOCS/IPEA/HUCITEC, p. 205-224, 1994.

SILVA, L. A. M. da; ZICCARDI, Alicia. Notas para uma discussão sobre movimentos sociais urbanos. III ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. In: Anais... Belo Horizonte, 1979.

SINGER, A. As bases sociais e ideológicas do lulismo. *Revista Novos Estudos*, 85, p. 83-102, nov. 2009.

SINGER, P. "Trabalho Informal: Origens e Evolução". In: JAKOBSEN, K.; MARTINS, R. e DOMBROWSKI, O. (Orgs.). *Mapa do Trabalho Informal*. São Paulo: CUT/Perseu Abramo, 2000.

SOARES, M. A. T. *Trabalho Informal:* da funcionalidade à subsunção ao capital. Vitória da Conquista: Uesb, 2008.

SOUSA, C. N. Trabalho "Informal": alavanca e condição de existência da acumulação capitalista. In: VI COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX ENGEL. Anais..., Campinas, 2009. p. 1-7.

SOUZA, J. dos S. *Trabalho, Educação e Sindicalismo no Brasil*. Campinas; Autores Associados, 2002.

SOUZA, J. F. V. de. Parque Oziel, 10 Anos de Luta: Uma Análise dos Conflitos de Desigualdade Social e Meio Ambiente. In: XVIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI. Anais... São Paulo: 04 - 07 nov.2009. Disponível em http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/2992.pdf

SPOSITO, M. *A ilusão fecunda:* a luta por educação nos movimentos populares. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1993.

SUSPEITO de matar fotógrafo é morto. *Folha de S. Paulo*, Campinas, 31 jul. 2001. Cotidiano, p.5.

TARROW, S. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAVARES, M. A. *Os fios (in)visíveis da produção:* informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TEDESCO, M. Cinema (de) sem-teto: apropriações e usos do audiovisual em um movimento popular. *Revista Mediação*. Belo Horizonte, v. 9, n. 8, p. 87-99, jan/jun de 2009.

TELLES, V. S. Movimentos Sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: WARREN, I.S. e KRISCHKE, P. *Uma revolução no cotidiano:* os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____ Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, L. (org.). *As lutas sociais e a cidade. São Paulo:* passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec/UNRISD, 1988. p. 247-286.

_____. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (org). *Anos 90:* política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 91-102.

_____. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 1999.

TEMER, M. Um governo subalterno e decepcionante. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, n. 18, p. 149-151, 2004.

THERBORN, G. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs). *Pós-neoliberalismo:* As políticas sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 39-62.

TOLEDO, C. N. A modernidade democrática da Esquerda: adeus à revolução? *Revista Critica Marxista*, Campinas, n. 1, 1994.

TOLEDO, C. N. Partido dos Trabalhadores e governo Lula: a regressão da luta ideológica. Revista Crítica Marxista, n. 26, p. 117-138, 2008.

TOURAINE, A. *Mouvements sociaux d'aujourd'hui:* Acteurs et analystes. Paris: Ed. Ouvieres, 1982.

_____. *El regresos del actor*. Buenos Aires: EUDEBA, 1987.

_____. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, São Paulo, n.17, 1989.

_____. *La voix et le regard* – sociologie des mouvements sociaux. Paris: Seuil, 1993.

VAKALOULIS, M. Antagonisme social et action collective. In: VAKALOULIS, M. (Org.) *Travail salarié et conflit social.* Paris: Presses Universitaires de Frances-Actuel Marx Confrontation, 1999.

_____. Problemas de la acción colectiva hoy. In: ANDREANI, T.; _____. (coord.). *Refaire la politique*. Paris: Editions Syllepse, p. 119-127, 2002.

_____. Les mouvements sociaux à l'épreuve du politique. In: COURS-SALIES, P.; VAKALOULIS, M. (Org.). *Les mobilisations collectives:* une controverse sociologique. Paris: Presses Universitaires de Frances, 2003.

_____. Antagonismo social e ação coletiva. In. LEHER, R.; SETUBAL, M. (coord.).*Pensamento critico e movimentos sociais:* diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

VALLADARES, L. do P.; FIGUEIREDO, A. Habitação no Brasil: uma introdução à literatura recente. In: O que se deve ler em ciências sociais no Brasil – *Boletim informativo e Bibliográfico de Ciências*. São Paulo: Cortez/ANPOCS, p. 38-78, 1986-1987.

VÀSQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Buenos Aires: Clacso/São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VERRI, N. B. W. *O sem-teto do centro de São Paulo:* um balanço dos anos 2001-2004. Tese (Doutorado em Sociologia - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

VIGEVANI, T. Movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto. *Revista Análisis Político*, n. 6, p. 93-109, jan./abril, 1989.

VIGUERA, A. Movimientos Sociales y Lucha de Clases. *Revista Conflicto Social*, Año 2, N° 1, p. 7-25, Junio 2009.

VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, M. A. A. de et. al. *Metrópole e Globalização*: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: CEDESP, 1999.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.

_____. *Qual democracia?* São Paulo: Cia das Letras, 1992.

WHITAKER, B. Os movimentos de moradia e a questão urbana. *Revista Margem Esquerda*, São Paulo, n. 12, Nov. 2008.

WOOD, E. M. O que é (anti)capitalismo? *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, n. 17, p. 27-50, 2003.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ZIBECHI, R. Movimientos sociales: nuevos escenarios y desafios inéditos. *Observatório Social da América Latina - OSAL*, Buenos Aires/CLACSO, año VII, nº 21, p. 221-230, 2006.

FOTOS

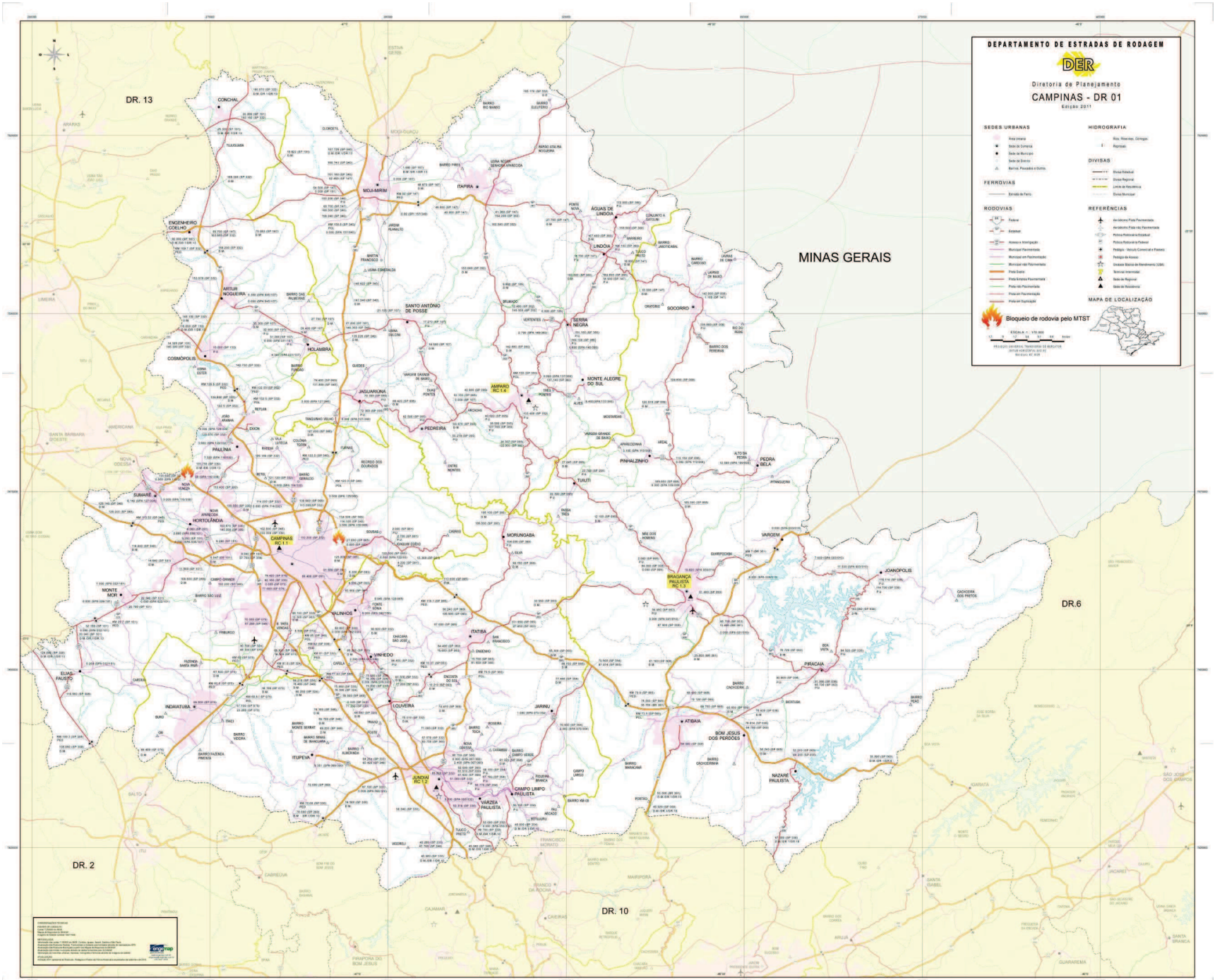
Capítulo 1 – Encontro Estadual do MTST. 09 maio 2009. Foto: Débora Goulart

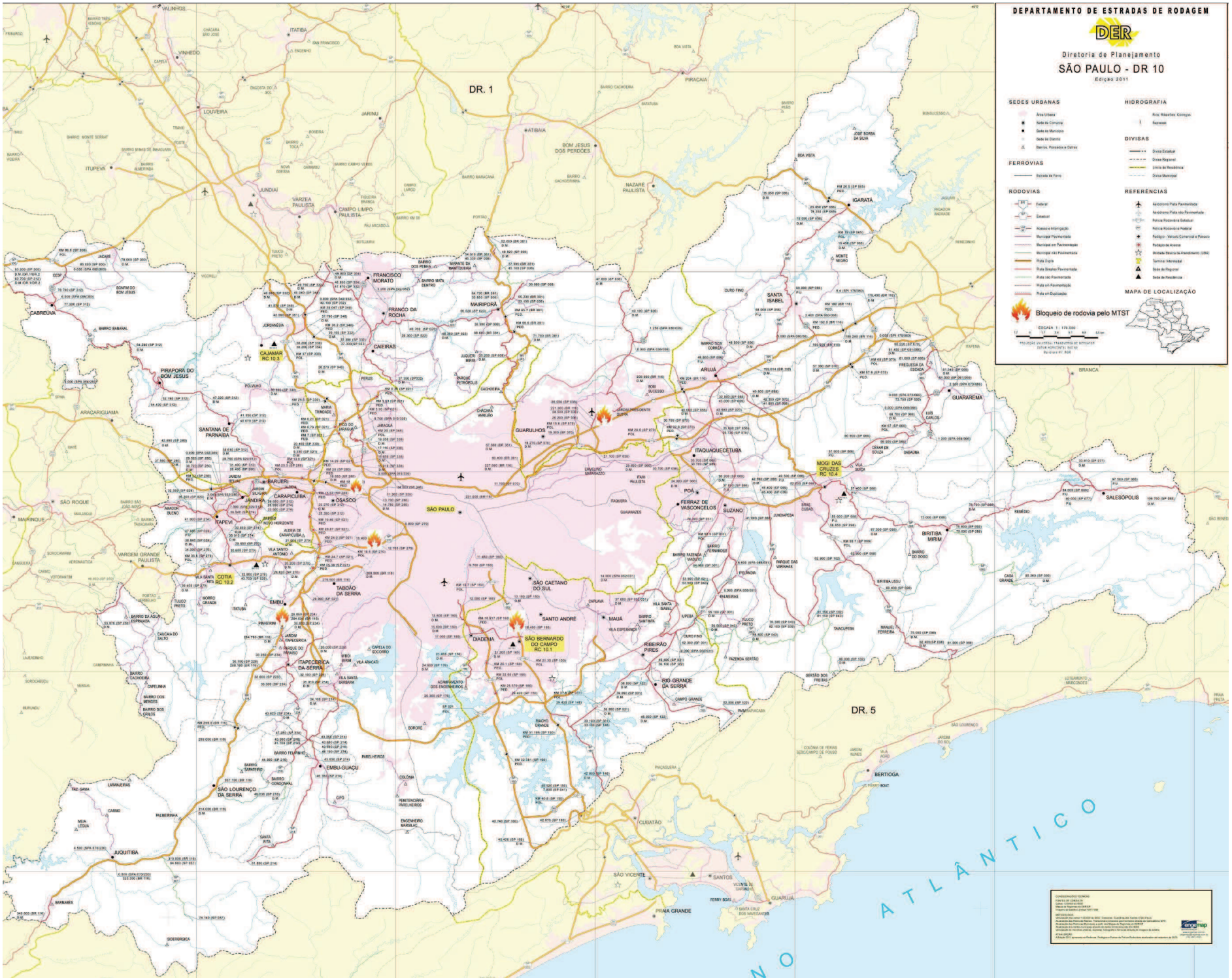
Capítulo 2 – Marcha na Paulista. 29 out. 2008. Disponível em http://www.mtst.info/?q=node/936 . Foto: não identificado.

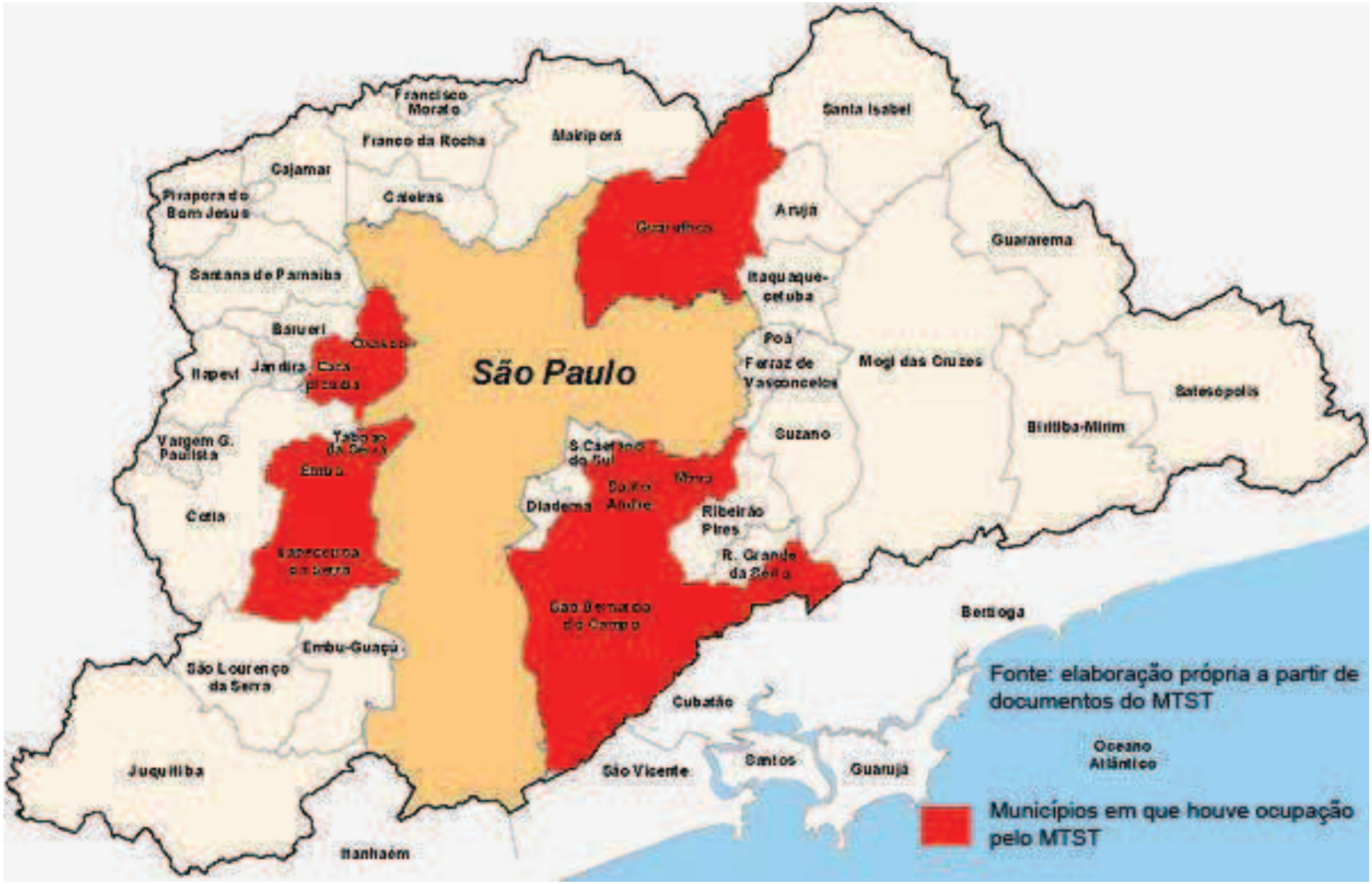
Capítulo 3 – Trançaço em 30 mar. 20009 em São Paulo. Disponível em: http://www.mtst.info/?q=node/978. Foto: não identificado.

Capítulo 4 - Bloqueio da Rodovia Santos Dumont (SP). 22 set. 2010. Disponível em: http://www.mtst.org/index.php/midia/fotos.html?start=2. Foto: não identificado.

ANEXOS


DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DER
Diretoria de Planejamento
CAMPINAS - DR 01
Edição 2011
SEDES URBANAS
HIDROGRAFIA
DIVISAS
FERROVIAS
RODOVIAS
REFERÊNCIAS
MAPA DE LOCALIZAÇÃO
Bloqueio de rodovia pelo MTST
MINAS GERAIS
DR. 13
DR. 2
DR. 10
DR.6
CONCHAL
MOJI-MIRIM
ITAPIRA
ÁGUAS DE LINDÓIA
LINDÓIA
SOCORRO
SANTO ANTÔNIO DE POSSE
SERRA NEGRA
ENGENHEIRO COELHO
ARTUR NOGUEIRA
HOLAMBRA
COSMÓPOLIS
JAGUARIÚNA
PEDREIRA
AMPARO RC 1.4
MONTE ALEGRE DO SUL
PAULÍNIA
SUMARÉ
HORTOLÂNDIA
CAMPINAS RC 1.1
MORUNGABA
TUIUTI
PINHALZINHO
PEDRA BELA
VARGEM
BRAGANÇA PAULISTA RC 1.3
JOANÓPOLIS
PIRACAIA
ATIBAIA
BOM JESUS DOS PERDÕES
NAZARÉ PAULISTA
VALINHOS
VINHEDO
ITATIBA
LOUVEIRA
JARINU
ELIAS FAUSTO
INDAIATUBA
ITUPEVA
JUNDIAÍ RC 1.2
CAMPO LIMPO PAULISTA
VÁRZEA PAULISTA
MONTE MOR


DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DER
Diretoria de Planejamento
SÃO PAULO - DR 10
Edição 2011
SEDES URBANAS
Área Urbana
Sede de Comuna
Sede de Município
Sede de Distrito
Bairros, Povoados e Outros
HIDROGRAFIA
Rios, Ribeirões, Córregos
Represas
DIVISAS
Divisa Estadual
Divisa Regional
Limite da Residência
Divisa Municipal
FERROVIAS
Estrada de Ferro
RODOVIAS
Federal
Estadual
Acesso e Interligação
Municipal Pavimentada
Municipal em Pavimentação
Municipal não Pavimentada
Pista Dupla
Pista Simples Pavimentada
Pista não Pavimentada
Pista em Pavimentação
Pista em Duplicação
REFERÊNCIAS
Aeródromo Pista Pavimentada
Aeródromo Pista não Pavimentada
Polícia Rodoviária Estadual
Polícia Rodoviária Federal
Pedágio - Veículo Comercial e Passeio
Pedágio de Acesso
Unidade Básica de Atendimento (UBA)
Terminal Intermodal
Sede de Regional
Sede de Residência
MAPA DE LOCALIZAÇÃO
Bloqueio de rodovia pelo MTST
ESCALA 1 : 170.000
DR. 1
DR. 5
OCEANO ATLÂNTICO
SÃO PAULO
GUARULHOS
OSASCO
CARAPICUÍBA
BARUERI
JANDIRA
ITAPEVI
COTIA
TABOÃO DA SERRA
EMBU
EMBU-GUAÇU
ITAPECERICA DA SERRA
SÃO LOURENÇO DA SERRA
JUQUITIBA
SANTANA DE PARNAÍBA
PIRAPORA DO BOM JESUS
CAJAMAR
RC 10.3
CAIEIRAS
FRANCISCO MORATO
FRANCO DA ROCHA
MAIRIPORÁ
ARUJÁ
SANTA ISABEL
IGARATÁ
GUARAREMA
MOGI DAS CRUZES
RC 10.4
SALESÓPOLIS
BIRITIBA MIRIM
ITAQUAQUECETUBA
POÁ
FERRAZ DE VASCONCELOS
SUZANO
SÃO CAETANO DO SUL
SANTO ANDRÉ
MAUÁ
RIBEIRÃO PIRES
RIO GRANDE DA SERRA
SÃO BERNARDO DO CAMPO
RC 10.1
DIADEMA
CAPIVARI
JUNDIAÍ
VINHEDO
LOUVEIRA
ITUPEVA
CABREÚVA
JACAREÍ
SÃO ROQUE
MARINGUÁ
VARGEM GRANDE PAULISTA
ARAÇARIGUAMA
SANTOS
SÃO VICENTE
GUARUJÁ
PRAIA GRANDE
BERTIOGA
CUBATÃO
PIRACAIA
ATIBAIA
BOM JESUS DOS PERDÕES
NAZARÉ PAULISTA
JOANÓPOLIS
BRANCA
REMÉDIO
CASA GRANDE
SERTÃO DOS FREITAS
RODOANEL MÁRIO COVAS TRECHO SUL
RODOANEL MÁRIO COVAS TRECHO NORTE
ANEL VIÁRIO METROPOLITANO
ANEL VIÁRIO PRESIDENTE DUTRA
ANEL VIÁRIO PRESIDENTE CASTELO BRANCO
ANEL VIÁRIO ERMELINO MATARAZZO
ANEL VIÁRIO PRESIDENTE TANCREDO NEVES
ANEL VIÁRIO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK
ANEL VIÁRIO PRESIDENTE ARTUR DA COSTA E SILVA
ANEL VIÁRIO PRESIDENTE JOÃO GOULART
ANEL VIÁRIO PRESIDENTE HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO
ANEL VIÁRIO PRESIDENTE ITAMAR FRANCO
ANEL VIÁRIO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
ANEL VIÁRIO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
ANEL VIÁRIO PRESIDENTE DILMA VANA ROUSSEFF
ANEL VIÁRIO PRESIDENTE MICHEL TEMER
ANEL VIÁRIO PRESIDENTE JAIR MESSIAS BOLSONARO


Francisco Morato
Franco da Rocha
Mairiporã
Cajamar
Pirapora do Bom Jesus
Caieiras
Santana de Parnaíba
Barueri
Osasco
Itapevi
Jandira
Carapicuíba
São Paulo
Guarulhos
Santa Isabel
Arujá
Guararema
Itaquaquecetuba
Poá
Ferraz de Vasconcelos
Mogi das Cruzes
Suzano
Biritiba-Mirim
Vargem G. Paulista
Taboão da Serra
Embu
Cotia
S. Caetano do Sul
Diadema
Santo André
Mauá
Ribeirão Pires
R. Grande da Serra
Rabicó da Serra
São Bernardo do Campo
Embu-Guaçu
São Lourenço da Serra
Juquitiba
Itanhaém
São Vicente
Cubatão
Santos
Guarujá
Bertioga
Oceano Atlântico
Fonte: elaboração própria a partir de documentos do MTST
Municípios em que houve ocupação pelo MTST

Fonte: elaboração própria a partir de documentos do MTST e Frente de Resistência Urbana

MATERIAL DE AÇÕES DO MTST 2005-2011
SITE MTST

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	**Ano**	**Data**	**Tipo de ação**	**Nome da ação**	**Local**	**Número de participantes**	**Entidades na ação**	**Desenvolvimento da ação**	**Motivações/reivindicações**	**Agentes de negociação**
2	2005	30/jul	Formação/divulgação	Reforma ou Revolução? - Caminhos, descaminhos e ambigüidades da "reforma urbana" no Brasil	Ação Educativa - ONG São Paulo	sem dados	Centro de Mídia Independente - CMI e MTST	Debate com o Prof. Marcelo Lopes de Souza (Geografia/UFRJ), colaborador da Frente de Luta Popular (ocupações Chiquinha Gonzaga e Zumbi dos Palmares, no centro do Rio de Janeiro).		
3	2005	16/out	Atividade cultural no acampamento	sem nome	Acampamento Chico Mendes	sem dados	MTST	presença dos grupos "Inimigos do Ritmo é Samba" e "Tiririca do Forró", rodas de viola e grafite		
4	2005	25/out	ato/manifestação	sem nome	prefeitura de Taboão da Serra	sem dados	MTST	manifestação ocorreu em frente a prefeitura e uma reunião com chefe de governo houve agressão verbal e os manifestantes que permaneceram na rua sofreram uma ação de despejo (?) para esvaziar o local	negociação para desapropriação do terreno ocupado visto que o Ministério das Cidades aprovou construção de moradias	prefeitura de Taboão da Serra. Dr. Evilásio Farias (PSB)
5	2005	02/nov	atividade cultural	sem nome	O jardim elétrico - espaço cultural (próximo à USP)	sem dados	MTST	Exibição do filme "Chico Mendes, uma dignidade que não se rende", com debate posterior e roda de samba	arrecadar dinheiro para as famílias do Chico Mendes - entrada R$ 5	
6	2005	05/nov	Atividade cultural no acampamento	Festival de RAP	Acampamento Chico Mendes	sem dados	MTST e convidados Wesley Noog Gaspar Zafrica Brasil Gato Preto Versão Popular	Festival de RAP - sem maiores informações		
7	2005	de 12 a 15/n	Atividade cultural no acampamento	Feriadão cultural no Chico Mendes	Acampamento Chico Mendes	sem dados	MTST, Cooperifa (cooperativa de artistas da periferia), grupo teatral IVO 60, Brigada de Guerrilha Cultural do MTST, Grupo Imaginário (teatro mamulengo)	12/11 poesia na fogueira com COOPERIFA 13/11 O GRUPO IMAGINÁRIO, de teatro de mamulengo e exibição do filme no O jardim elétrico mais uma exibição do vídeo "Chico Mendes, uma dignidade que não se rende", realizado pela Brigada de Guerrilha Cultural do MTST. 15/11 O grupo de teatro IVO 60 apresenta a peça: "Gozolândia – uma farsa democrática" e há festa com ESPÍRITO DE ZUMBI: ciranda, coco e maracatu	arrecadar dinheiro para as famílias do Chico Mendes - entrada R$ 5 - somente no dia 13/11	
8	2005	de 22 a 24/nov	Formação/divulgação	Movimentos sociais e a Universidade: Os movimentos sociais populares urbanos, as lutas por moradia e o papel do intelectual	PUC-SP	Convidados/participantes das mesas:MTST, MMRC, NEILS, C.A. Leão XIII, CSMTST, APROPUC, Paulo Eduardo Arantes (Filósofo – USP), Maria Rita Kehl (Psicanalista), Edimilson Brito Rodrigues (UFRA, ex-Prefeito de Belém PA), Jair Pinheiro (Cientista Político – UNESP/NEILS), Lucio Flavio R. de Almeida (Cientista Político – PUC SP/ NEILS), José Moura Gonçalves (Psicanalista – IP USP)	O Comitê de Solidariedade ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) O Centro Acadêmico Leão XIII O Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) e Associação de Moradores do Acampamento Esperança de Um Novo Milênio	02 dias de debates - mesas redondas - com presença de intelectuais e movimentos e 01 dia de visita ao Acampamento Chico Mendes. **Temas das mesas**: 1.Grande São Paulo, 2005: crescimento e pobreza nas cidades e o papel social da Igreja, 2.A responsabilidade social do intelectual, 3. Política nas grandes cidades periféricas, 4. Poder, Política e Ressentimento nos movimentos sociais		Convidados: MTST, MMRC, NEILS, C.A. Leão XIII, CSMTST, APROPUC, Paulo Eduardo
9	2005	10/dez	Atividade cultural no acampamento	II Festival de Hip Hop da Ocupação Chico Mendes	Acampamento Chico Mendes	sem dados	Grupos convidados: - Soldados do Baixo Escalão - 100% Veneno - Periafricania - O Time Cabuloso - Zafrica Brasil	sem descrição		
10	2005	27/dez	Formação/divulgação	MTST na RedeTV! - "Direitos esquecidos: Moradia"	REDE TV emissão	sem dados	Brigada de Guerrilha Cultural do Acampamento do distrito autônomo de Chico Mendes e Coalisão Subverso Popular de ativistas e militantes que atuam com vídeo e cinema.	Foi exibido em 27/12)entre 16:00 e 18:00 na Rede TV! canal 09 , o vídeo Direitos Esquecidos: Moradia na Periferia. processo jurídico realizado pelo Centro de Direitos Humanos, pelo ministério público e ONG de direitos humanos contra o apresentador João Kleber por discriminação aos homossexuais e as mulheres.		

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	Ano	Data	Tipo de ação	Nome da ação	Local	Número de participantes	Entidades na ação	Desenvolvimento da ação	Motivações/reivindicações	Agentes de negociação
11	2006	29/jan	Atividade cultural no acampamento		Acampamento Chico Mendes	sem dados	MTST - Brigada Cultural	em programas habit. 11:00 - Peça de teatro sarau de música e poesia. Projeção dos filmes: - "MSTS" - Filme sobre o Movimento Sem-Teto de Salvador - "5 vezes favela" - "A pedreira de São Diogo" - León Hirszchman - filme do Cinema Novo - "Direitos esquecidos: Moradia na periferia" - Brigada de Guerrilha Cultural - MTST - "Construção" - Maria Gutiérrez - Curta de "Chaplin" - ainda não definido	Dia de atividades contra o despejo. Acordo com o governo federal de inclusão de 800 famílias, não comprido. Busca por alojamento provisório e adiar reintegração de posse	
12	2006	03/fev	Atividade cultural no acampamento	MTST - Apresentação do Grupo Nzinga de Capoeira Angola	Acampamento Chico Mendes	sem dados	Grupo Nzinga de capoeira angola	Apresentação do grupo no acampamento		
13	2006	18/fev	Atividade cultural no acampamento	Cinema & Rap no Chico Mendes	Acampamento Chico Mendes	sem dados	coletivo de cinema popular "Cine Zagaia" de Carapicuiba grupos de rap "Versão Popular", "Sabedoria de Vida" e "Saravox	exibição de filmes do coletivo Cine Zagaia e do MTST e apresentação de grupos de RAP		
14	2006	22/abr	Atividade cultural no acampamento	III Noite Cultural da Comunidade chico Mendes	Acampamento Chico Mendes	sem dados	MTST	é a III noite porque todos os sábados de abril houve apresentações culturais, como peças teatrais para o público infantil e adulto, capoeira, maracatu, rodas de viola e exibição de filmes e curta-metragens,		
15	2006	21/mai	Formação/divulgação	Debate político	Acampamento Chico Mendes	sem dados	MTST, PSOL	debate com Plínio de Arruda Sampaio		
16	2006	21/jul	atividade cultural em comunidade	Sarau no Alto Maria Rosa	Comunidade Maria Rosa, bairro de Taboão da Serra	sem dados	núcleo de resistência cultural constituído na comunidade Chico Mendes deu origem à Brigada de Guerrilha Cultural do MTST,em parceria com a Associação Periferia Ativa	Sarau nos moldes dos realizados no Chico Mendes vai para outras comunidades	trabalho de base em possíveis áreas de ocupação e formação cultural	
17	2006	19/ago	atividade cultural em comunidade	Sarau no Jardim Ingá	Comunidade Jd. Ingá, próximo ao Term. João Dias	sem dados	Brigada de Guerrilha cultural MTST	Sarau nos moldes dos realizados no Chico Mendes vai para outras comunidades	trabalho de base em possíveis áreas de ocupação e formação cultural	
18	2006	19/set	atividade cultural	Projeção, Samba e Feijoa	Rua Mathias Aires, 913 (travessa da rua da Consolação, próximo ao Metrô Consolação)	sem dados	MTST em parceria não anunciada, visto que o local não é do movimento	Feijoada, exibição de filmes e samba	cobrada (15,00) para financiar a cooperativa do Acampamento Carlos Lamarca - já contava com uma horta e oficina de costura	
19	2006	23/set	Ato/manifestação e atividade cultural em comunidade	23 de setembro: Dia de ato, noite de sarau! Dia de luta, noite de guerrilha cultural!	Ato - Camara municipal de Taboão da Serra e Sarau no Jardim Ingá	sem dados	MTST em parceria com MS não anunciados e Brigada de Guerrilha Cultural com Periferia Ativa	Ato em parceria com MS em frente à prefeitura de Taboão da Serra para intervir no Plano Diretor da Cidade a ser votado. É o último dia para aceitação de emendas. Sarau para fomentar a luta.	sugestões de emendas ao Plano Diretor de Taboão da Serra através de mobilização para que as emendas sugeridas pelos movimentos sociais sejam incorporadas à lei.	
20	2006	26/out	Ato/manifestação	Dia Nacional de Luta pelo Passe Livre	Praça da Sé com caminhada até a Praça do Patriarca	sem dados	Movimento Passe Livre de São Paulo - MPL e MTST	concentração na Praça da Sé com caminhada até a Praça do Patriarca com shows e exibição de filme do Festival Latinoamericano de la Clase Obrera, de cinema e vídeo		
21	2006	10/nov	Formação/divulgação	Semana dos Movimentos Sociais na USP	USP - Butantã	sem dados	Organizado por Coletivo Margarida Alves e presentes MTST, MST, MTL, SINTUSP, Sindicato dos Químicos (Osasco - Vinhedo - Campinas)	05 dias de debates, oficinas, cultura, para debater temas como: Reforma Urbana e Agrária, Criminalização dos MS, Cultura e Poder Popular, alternativas na produção, meio ambiente, democratização da escola/ Univ. públicas		
22	2006	02/dez	Formação/divulgação	Inauguração da biblioteca Revolução Bolivariana	Inauguração de biblioteca na comunidade Carlos Lamarca	sem dados	MTST sem menção à Brigada	abertura da biblioteca aberta à comunidade local, onde ocorrem saraus e leituras coletivas		
23	2006	17/dez	atividade cultural em comunidade	Sarau no jardim Helga	Sarau no jardim Helga, Zona Sul de SP	sem dados	MTSTe Brigada Guerrilha Cultural	a exposição "Periferia mostra sua arte", com artesanato, quadros, livros e roupas. distribuído texto sobre Solano Trindade (ativista negro) e exibição do documentário "Imagens de uma vida simples", produzido pelo NCA (Núcleo de Comunicação Alternativa), em parceria com a Cia. Teatral Sansacroma.		
24	2006	23/dez	atividade cultural em comunidade	encontro de fim de ano	Sede da Cooperativa dos Perueiros de Taboão da Serra.	sem dados	MTST e Cooperativa de Perueiros do Taboão da Serra	Festa para comemorar o ano de luta	faz referência a uma greve de fome de 7 companheiros em luta pelo Carlos Lamarca (dez/2005?)	

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	Ano	Data	Tipo de ação	Nome da ação	Local	Número de participantes	Entidades na ação	Desenvolvimento da ação	Motivações/reivindicações	Agentes de negociação
25	2007	07/jan	ato simbólico - marcha	ato simbólico contra o latifundio urbano	marcha até Pq. Laguna	sem dados	MTST	marcha do cemitério da saudade até o terreno no pq. Laguna decretada Zona Especial de Interesse social - comunidade chico mendes	ato simbólico para levantar o debate sobre a extrema dificuldade sofrida pelos movimentos sociais ao tentar negociar terras com os proprietários. Movimento não consegue achar uma área para iniciar o projeto das casas acertado com o ministério das cidades	
26	2007	17/jan	ato	17/01 - Ato pela revogação do aumento da passagem em Taboão	concentração na Praça de Taboão	sem dados	MTST, Periferia Ativa, Apeoesp Taboão e Cooperativa dos Perueiros	ato contra aumento das tarifas de ônibus	revogação do aumento da tarifa	
27	2007	28/fev	marcha ao Palácio dos Bandeirantes	28/02 - Marcha contra despejos de ocupações	concentração na Praça de Taboão	sem dados	MTST Periferia Ativa	marcha da praça do taboão até o Palácio dos Bandeirantes - Gov. Serra	Centenas de famílias da Comunidade Carlos Lamarca (MTST Osasco) e ocupações do Jardim Ingá, Jardim das Palmas e Jardim Vital (Associação Periferia Ativa) estão ameaçadas de despejo e 150 famílias do Chico Mendes que tem bolsa-aluguel tem que renovar	governo Serra abre negociações e suspende os despejos por uma semana, prazo para conversa com CDHU para inclusão das famílias em programa habitacional
28	2007	16/mar	Ocupação do terreno em Itapecerica da Serra	futuro João Cândido	terreno em Itapecerica da Serra - Valo Velhor	500 famílias ocuparam	MTST		Terreno leiloado pelo Banco do Brasil, tem 1,2 milhão de m2, pertence a duas empresas representante legal é Itapecerica Golf Urbanização Ltda	prefeitura de Itapecerica da Serra - prefeito Jorge Costa PMDB
29	2007	20/mar	Marcha até a prefeitura de Itapecerica	Acampamento João Candido	concentração no acampamento	1000 famílias (aumento de famílias em 1 semana) dados de 2500 famílias	MTST	Marcha até a prefeitura e câmara municipal	pressionar contra a liminar de reintegração de posse expedida no domingo	vereadores assinam uma moção de apoio ao acampamento e o prefeito Jorge José da Costa vai ao acampamento dizer que fará o possível para resolver
30	2007	21/mar	Atividade cultural no acampamento	Acampamento João Candido	Ocupação João Candido	sem dados	MTST e Brigada Guerrilha Cultural	Ciranda com as crianças e vídeo com a Brigada a noite	acampamento conta com cozinha coletiva, barracão da ciranda e banheiros coletivos	
31	2007	23 e 24/mar	Atividade cultural no acampamento	Rapper GOG e Sarau na Ocupação João Cândido	Ocupação João Candido	sem dados	MTST, Brigada Guerrilha Cultural e Rapper GOG	23/03 - visita do GOG ao acampamento e 24/03 1º sarau do acampamento	comemorar uma semana de ocupação do João Candido	
32	2007	30/mar	marcha até o Palácio dos Bandeirantes	30/03 - Marcha com cerca de 5 mil pessoas segue até o Palácio dos Bandeirantes	Concentração no acampamento João Candido	5.000	MTST	marcha até o Palacio dos Bandeirantes (18 km) foi recebida pela tropa de choque do governo Serra que impediu os manifestantes de chegarem ao palácio, mas uma comissão foi recebida	com reintegração de posse o mtst exige que o governo do estado e a prefeitura tenham uma solução para as famílias acampadas. Foi marcada uma reunião para uma semana com , Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo e Prefeitura de Itapecerica da Serra e o bispo do Campo Limpo, Emilio Pignolli para discutir uma convênio entre CDHU e CEF	governo do Estado Serra e Prefeitura de Itapecerica
33	2007	30/mar	situação do Chico Mendes				MTST	Foi encontrado um terreno que atende as exigências do convênio com a CEF, mas falta a prefeitura desmembrá-lo para começar o projeto de moradias em Taboão. Há 100 bolsas-aluguel da prefeitura que foram renovadas por mais 6 meses (já tinha 1 ano) e outras 150 que são do estado ainda podem ser suspensas.		
34	2007	31/mar	Atividade cultural no acampamento João Candido	Sarau no acampamento João Candido	Ocupação João Candido	sem dados	MTST e Brigada Guerrilha Cultural	exibição do vídeo realizado na marcha dos 5.000 no dia 30/03 no Palácio dos Bandeirantes		
35	2007	04/abr	Ato/manifestação	sem nome	Em frente a loja Daslu, Vila Olímpia	200 integrantes MTST	MTST e Brigada Guerrilha Cultural	atividades culturais e tentativa de entrada na loja (frustrada pelos seguranças)		

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	Ano	Data	Tipo de ação	Nome da ação	Local	Número de participantes	Entidades na ação	Desenvolvimento da ação	Motivações/reivindicações	Agentes de negociação
36	2007	04/abr	marcha à prefeitura de Itapecerica		marcha do acampamento João Candido até a prefeitura	3.000	MTST	Marcha exigindo uma solução para as 3.000 famílias que estão no terreno	prefeito falta à reunião com o governo do estado e descumpre o acordo em que se comprometeu em assembléia no acampamento a buscar solução para o caso das moradias	
37	2007	04/abr	reunião com Secretaria do Estado da Habitação e Ministério das Cidades			sem dados	MTST e Periferia Ativa	reunião sobre a ocupação João Candido, Chico Mendes e Jardim Ingá e Jardim das Palmas (Periferia Ativa)	Sobre João Candido: CDHU buscará um convênio com gov. federal. O MTST entregou uma relação de áreas na região de Itapecerica da Serra, Embu e Taboão da Serra, passíveis de compra ou desapropriação. Prefeito de Itapecerica ofereceu um terreno provisório apenas para as famílias que já moravam na cidade. MTST recusou. Chico Mendes - não há solução por enquanto - secretaria de Assist. Social verificará ampliação do bolsa aluguel. Periferia Ativa - moradias no CDHU.	CDHU, gov. estadual e gov. federal
38	2007	07 e 11/abr	Atividade cultural no acampamento	Programação Cultural da Ocupação João Cândido	Ocupação João Candido	sem dados	MTST, Brigada Guerrilha Cultural e Cia. Monocirco	07/04 - 19 h IV sarau e 22 h forró 11/04 - Cia. Monocirco , no show "Balaio de Graça		
39	2007	13 e 14/abr	Atividade cultural no acampamento	Programação Cultural da Ocupação João Cândido	Ocupação João Candido	sem dados	MTST sem menção à Brigada e Cia São Jorge de Variedades (teatro)	13/04 - Cia. São Jorge de Variedades, em ensaio aberto da peça "O santo guerreiro e o herói desajustado 14/04 - sarau		
40	2007	15/abr	atividade cultural no acampamento	Aniversário de 1 mês da Ocupação João Cândido	Ocupação João Candido	sem dados	MTST e Brigada Guerrilha Cultural	14h – Grupo Engenho Teatral, com a peça Em pedaços 14h40 – Assembléia com participação dos apoiadores da ocupação. 15h15 – Mística -história de luta do almirante negro , João Cândido, associada à história de luta da Ocupação João Cândido. 16h – Inauguração da estrutura física da Ciranda (espaço de Educação Infantil). 17h – Refeição coletiva, 18h – Shows musicais Wesley Noog (samba-rock), Periafricania e Denegrir (rap).		
41	2007	17/abr	manifestação	sem nome	Av. Paulista e Brigadeiro Luis Antonio	400 integrantes do MTST (sem dados sobre profs)	APEOESP e outras entidades servidores públicos (sem dados)	participação na passeata dos professores da rede estadual	solidariedade de classe	
42	2007	21/abr	Atividade cultural no acampamento	Programação Cultural da Ocupação João Cândido	Ocupação João Candido	sem dados	MTST sem menção à Brigada	Cine Sem teto - projeção de vídeos e V sarau		
43		22/abr	O I Seminário da Associação de Comunidades Periferia Ativa (APA)	I Seminário da Associação Periferia Ativa reúne mais de 50 comunidades	ginásio ao lado da ocupação João Candido	sem dados	FOMAESP -Fórum de Moradia e Meio Ambiente do Estado de SP, Conlutas, Apeoesp Taboão da Serra e 50 comunidades e MTST		A APA tem a proposta de organizar unificar a luta do povo das periferias das cidades por uma nova sociedade, construindo o poder popular. Dois princípios: trabalho comunitário e lutas por mudanças (educação, saúde, moradia, etc.)	
44	2007	23/abr	Marcha até a prefeitura de Itapecerica	Com luta, Comunidade Chico Mendes destrava negociação de terreno	prefeitura de Itapecerica	500 integrantes do MTST	MTST	em reunião a prefeitura se comprometeu a desmembrar o terreno no parque Laguna em um mês	era acelerar o processo de desmembramento do terreno que está em negociação para a construção das moradias da Comunidade Chico Mendes e exigir a infra-estrutura necessária para o novo loteamento.	prefeitura de Itapecerica

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	Ano	Data	Tipo de ação	Nome da ação	Local	Número de participantes	Entidades na ação	Desenvolvimento da ação	Motivações/reivindicações	Agentes de negociação
45	2007	25/abr	interdição de rodovia		Castelo Branco, Raposo Tavares e Régis Bittencourt	sem dados	MTST	bloqueio das rodovias Castelo Branco, Raposo Tavares e Régis Bittencourt	o objetivo de chamar a atenção da sociedade para a ausência de políticas sociais que garantam os direitos da população pobre. 1. . Por uma política governamental de desapropriação de terras urbanas e rurais. A necessidade de criar uma política de desapropriação de terrenos ociosos; 2. . Contra os despejos. A atual falta de políticas públicas para habitação, em diversas esferas de governo, faz com que se instaure um prática de despejos. 3. . Toda solidariedade às lutas dos trabalhadores por direitos sociais. Juntamo-nos ao coro formado por diversos outros movimentos sociais e sindicatos que reivindicam uma vida mais digna para a população trabalhadora: Abril Vermelho, promovido pelo MST, lutas por moradia, por emprego, por educação, saúde e contra a precarização do trabalho (Reforma da previdência, trabalhista e Emenda 3). Em particular, somos solidários à luta do funcionalismo estadual contra os ataques do governo e à imediata reintegração dos metroviários demitidos.	
46	2007	28/abr	Atividade cultural no acampamento	Programação Cultural da Ocupação João Cândido	Ocupação João Candido	sem dados	MTST sem menção à Brigada e Bloco Ilu Oba de Mim	apresentação do bloco pesquisa e divulgação musical de matriz africana e afro-brasileira, composta por 30 mulheres ritmistas e V sarau (de novo V?)		
47	2007	01/mai	Ato/manifestação	1º de maio Unificado de luta	Praça da Sé com caminhada até a Praça Ramos	500 integrantes do MTST (sem dados gerais)	Conlutas, Intersindical, Pastorais sociais, outras entidades	Ato na Sé e caminhada até a Praça Ramos		
48	2007	02/mai	Marcha/manifestação	Ação da ocupação João Candido	prefeitura de Itapecerica	3.000	MTST	Marcha e manifestação em frente a prefeitura de Itapecerica	reivindicar a ida para um terreno provisório pois o acordo judicial permite a permanencia no terreno até 7 de maio e há acordo para construção de moradias com gov. federal	prefeitura de Itapecerica
49	2007	02/mai	Marcha/manifestação	ação da ocupação chico mendes	Secretaria de Assistência Social do Governo do Estado de São Paulo	sem dados	MTST	Marcha e manifestação em frente secretaria de Assist. Social	reivindicar a extensão das bolsas aluguel cortadas neste mês, pois há acordo realizado em dez de 2005 para compra de terreno e construção de casas, mas que não andou	governo do estado
50	2007	03/mai	reunião com 3 esferas de governo e João Candido			sem dados	MTST		acordo entre CDHU e CEF para compra de terreno e construção de moradias e prefeitura ofereceu um terreno provisório, mas é pequeno para a demanda do movimento	3 esferas do governo
51	2007	06/mai	ato político no acampamento João Candido		Ocupação João Candido	sem dados	Prof. Plínio de Arruda Sampaio; MST; Fomaesp; Conlutas; Intersindical; Apeoesp Sul, Taboão da Serra e Lapa; Simpro Guarulhos; Sindicatos dos Químicos de Osasco; Psol; PSTU; deputados estaduais Carlos Gianazzi (Psol), Raul Marcelo (Psol) e Simão Pedro (PT); vereador Paulo Félix (Taboão da Serra); Pastoral da Juventude; padre Antonio Naves, representando o bispo dom Pedro Luiz; padre Jaime; padre Fernando; e pastor Hélio.	ato de apoio ao MTST que teve a reintegração de posso do terreno do João Candido decretada para o dia 18 de maio		

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	Ano	Data	Tipo de ação	Nome da ação	Local	Número de participantes	Entidades na ação	Desenvolvimento da ação	Motivações/reivindicações	Agentes de negociação
52	2007	12/mai	Atividade cultural no acampamento	Programação Cultural da Ocupação João Cândido	Ocupação João Candido	sem dados	MTST sem menção à Brigada	VI sarau		
53	2007	14 a 18/mai	negociação, acampamento na prefeitura e despejo João Candido		Ocupação João Candido	sem dados	MTST	movimento acampa em frente a prefeitura no dia 14 de maio e lá fica até dia 16, quando o prefeito finalmente realiza reunião sobre terreno provisório. Oferece um terreno pequeno (Vila Calu), mas o MTST aceita. No dia do despejo 18 de maio a prefeitura entra com reintegração de posse do terreno oferecido (posse da prefeitura) descumprindo o acordo e entrou com um interdito proibitório de multa de 100 mil por dia em caso de ocupação da nova área		prefeitura de Itapecerica
54	2007	20/mai	Assembléia no acampamento João Candido/vila Calu		Ocupação João Candido/Vila Calu	3.000	MTST	1ª assembléia do acampamento na Vila Calu para onde foram 350 famílias das 3.000 que estavam no antigo terreno do João Candido (Valo Velho)		
55	2007	23/mai	interdição de rodovia	Dia Nacional de Mobilização	Rodovia Anchieta-Imigrantes e Piaçaguera- Guarujá	sem dados	sem dados - muitas entidades inclusive o MST	interdição das rodovias Anchieta-Imigrantes e Piaçaguera- Guarujá em conjunto com MST. Retirada pela PM com gás da Anchieta.	pelos direitos sociais e trabalhistas e contra as políticas neoliberais do governo Lula	
56	2007	28/mai	manifestação na prefeitura de Taboão da Serra	violência da guarda civil metropolitana em Taboão da Serra	Ocupação Chico Mendes	sem dados	MTST	a manifestação corria normalmente quando o prefeito acenou para os manifestantes e houve tentativa de ocupação da prefeitura. A guarda civil atirou, prendeu 8 pessoas e feriu 20 manifestantes	ato para reivindicar o desemembramento do terreno Pq. Laguna acordado com CDHU e CEF e atrasado pela prefeitura	prefeitura de Taboão da Serra - pref. Evilásio Farias PSB
57	2007	28/jun	reunião com prefeitura de Taboão		prefeitura de Taboão da Serra	sem dados	MTST	em reunião o MTST conseguiu o compromisso da prefeitura em oferecer infra-estrutura no acampamento Chico Mendes e 100 bolsas aluguel. Reunião foi com secretário de Governo, Prof. Said Jorge de Moraes, e a secretária de Habitação, Ângela Amaral.		prefeitura de Taboão da Serra - pref. Evilásio Farias PSB
58	2007	06/jul	sessão na câmara dos vereadores de Itapecerica da Serra	Acampamento João Candido	câmara municipal de Itapecerica	sem dados	MTST	em sessão a Camara negou a doação do terreno da Vila Calu para o CDHU para moradias acordado com o movimento anteriormente		prefeitura de Itapecerica
59	2007	de 07 a 28 /ago	atos e acorrentamento à prefeitura de Itapecerica	comunidade João Candido	Camara e prefeitura de Itapecerica	sem dados	MTST	do dia 07 a 09 de agosto o MTST acampou em frente a camara municipal e foi despejado á força, quando foram para a prefeitura e lá acamparam até o dia 13, quando uma ordem de reintegração de posse os tirou de lá e proibiu o movimento de acampar em qualquer lugar público da cidade. No dia 13 então, pessoas se acorrentaram aos portões da prefeitura até o dia 28 (dia previsto para o despejo do terreno vila Calu) quando o prefeito adiou a reintegração de posse para dali a 15 dias		prefeitura de Itapecerica
60	2007	13/ago	marcha ao Palácio dos Bandeirantes		acampamentos Chico Mendes e João Candido	sem dados	MTST	marcha foi impedida de chegar ao Palácio, mas comissão foi recebida e foi marcada outra reunião para dia 16/08 para negociar os métodos e cronograma das ações para construção das moradias	forçar o acordo com CDHU e CEF	governo do estado
61	2007	29/set	Assembléia e atividade cultural no acampamento	Ato Político e Cultural com GOG, Periafricania e mais na Vila Calu	Comunidade da Vila Calu/João Candido	sem dados	MTST, Brigada Guerrilha Cultural, GOG (RAPADURA E LINDOMAR 3L) PERIAFRICANIA PRETO SOUL VERSÃO POPULAR + GRUPOS DA QUEBRADA com presença da CDHU e CEF	assembléia para anunciar os acordos com CDHU e CEF (presentes no ato), seguido de evento cultural com os grupos de RAP, vídeos e apresentação cultural da brigada - solicitação de 1 kg de alimento ou livro (facultativo)	divulgar acordo com CDHU e CEF em assembléia	
62	2007	25 e 26/out	encontro/reunião	Encontro de Movimentos Populares Urbanos	sem dados - provável Brasília	sem dados	o MUST, MTST, FOMAESP, organizações de camelôs de São Paulo e movimentos outros estados (Pará, Amazonas, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo)	sem dados	debater estratégias de atuação e avançar na unidade dos diversos movimentos em torno a uma luta comum.	
63	2007	24/out	Ato/manifestação	Não à reforma da previdência / plebiscito da Vale	Brasília	sem dados	sem dados - muitas entidades inclusive o MST	sem dados	contra reforma da previdência	
64	2007	24/out	Ato/manifestação	sem nome	Brasília - Ministério das Cidades	1.000 integrantes (nacional)	MTST	Ato em frente ao Ministério das Cidades	pauta principal é a criação de uma política nacional de desapropriação de terras em solo urbano	
65	2007	04/nov	Ação Rio de janeiro	ocupação de prédio do INSS	Rio de Janeiro	68 famílias	MTST RJ		ocupação de prédio do INSS há 14 anos desocupado na av. Mende Sá	

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	Ano	Data	Tipo de ação	Nome da ação	Local	Número de participantes	Entidades na ação	Desenvolvimento da ação	Motivações/reivindicações	Agentes de negociação
66	2007	30/nov	atividade cultural	Show do Periafricania essa sexta 30/11 - solidariedade com a Vila Calu	Ação Educativa - ONG São Paulo	sem dados	MTST, Ação Educativa e Periafricania	encerramento da programação "África" da Ação Educativa com doação de 1kg de alimento em solidariedade com acampamento Vila Calu (ex João Candido)	solidariedade com o MTST - doação de alimentos	
67	2007	06/dez	Premio Cooperifa		Ocupação João Candido	sem dados	Cooperifa	Ocupação João Candido ganha o premio Cooperifa da 3ª edição		
68	2007	18/dez	ocupação local privado	Dia Nacional de Luta pela tarifa social de energia elétrica	São Paulo: Eletropaulo (Central, Santo Amaro, Faria Lima e Taboão da Serra), além da CSPE; CPFL de Campinas e Araraquara; Elektro de Campos do Jordão; Bandeirante de Jacarei e São José dos Campos. Outros estados: de Pernambuco, Ceará, Sergipe e Amazonas	sem dados	Em São Paul: MTST, Associação Periferia Ativa (APA), Movimento Urbano Sem Teto (Must), Movimento da Economia Informal, Movimento de Defesa da Moradia de Paraisópolis	ocupação de postos das concessionárias de energia elétrica	1. exigir que as concessionárias de energia elétrica cumpram a decisão judicial de que as residências de baixa renda que consomem entre 80 e 220 kWh/mês devem ter desconto de até 65% na taxa de energia elétrica sem a comprovação de participação em programa social do Governo Federal. 2. denunciar os aumentos abusivos nos preços das tarifas de energia elétrica após as privatizações e reivindicar a reestatização do setor de energia elétrica.	concessionárias de energia
69	2008	28/mar	ocupações simultâneas dentro de uma jornada nacional	MANIFESTO POPULAR DE 28 DE MARÇO	**São Paulo**: MTST ocupações em Campinas (Frei Tito), Mauá (Terra e Liberdade), Embu (Silvério de Jesus). Mov. de mães sem creche - ato na SEE. **Ceará:** Mov. Conselhos Populares - ocupação de secretarias do estado. **Manaus:** ocupação Pq. Rio Negro. **São Luis**: Mov. Quilombo urbano - ato contra criminalização. **Recife:** Mov. Luta Popular bloqueio de rodovia. **BH:** Fórum de Moradia - bloqueio de rodovias e depto da prefeitura. **São José dos Campos:** MUST - marcha	total - sem dados	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) / Mov. Urbano dos Sem Teto (MUST) / Mov. Sem Teto da Bahia (MSTB) / Mov. dos Conselhos Populares - Ceará (MCP) / Mov. Sem Teto de Luta – Amazonas / Mov. de Luta Popular Comunitária (MLPC) – Pernambuco / Mov. das Famílias Sem Teto (MFST) – Pernambuco / Mov. Quilombo Urbano –Maranhão / Mov. das Mães Sem Creche / Fórum de Moradia – Minas Gerais/ MTL Democrático Independente – Minas Gerais - assinam o documento. **Apoio de** parlamentares do PSOL, Conlutas e Intersindical, intelectuais e sindicatos	Ação articulada em vários estados por diversos movimentos urbanos, com ações de ocupação de terreno, bloqueio de rodoviais, ocupação de prédios públicos, atos e marchas	1. Uma política habitacional popular baseada em subsídios 2. política nacional de desapropriações de terrenos e edifícios urbanos que não cumprem função social, 3. Uma política nacional integrada de transporte urbano público gratuito, de qualidade, 4. Uma política de educação que crie creches financiadas pelo Estado sob o controle dos trabalhadores, 5. Controle restritivo das taxas cobradas por serviços públicos básicos, 6. política de geração de emprego	governos locais e federal, pela ação articulada e análise de política neoliberal de Lula
70	2008	28/mar	Ocupação em Mauá - Terra e Liberdade	Jornada Nacional Popular de 28 de março	Mauá - Terra e liberdade	500 famílias ocuparam	MTST	terreno de propriedade da Petrobrás, ficou negociado com a prefeitura que colocaria bicos de água no acampamento e marcaria uma negociação com CDHU E CEF		prefeitura de Mauá - Prefeitura Leonel Damo - PV
71	2008	09/abr	marcha a prefeitura de Embu das artes	Acampamento Silvério de Jesus - Jd. Tomé	Prefeitura de embu das artes	500 famílas	MTST	Marcha até a prefeitura e câmara municipal	um requerimento de projeto para a mudança da área de zona industrial para zona especial de interesse social - ZEIS para a compra do terreno pelo CDHU	prefeitura de Embu - prefeito Geraldo Leite da Cruz (PT)
72	2008	28/mar a 12 abril	Ocupação de terreno em Campinas - Frei Tito	Acampamento Frei Tito	Prefeitura de Campinas	500 famílias ocuparam	MTST	a ocupação do terreno durou 15 dias. Em 08 de abril, cinco pessoas se acorrentaram na camara para forçar negociação que não aconteceu mesmo depois de 2 marchas a prefeitura. Em 12 de abril houve uma reunião em que a prefeitura sinalizou uma reunião com CEF e CDHU		prefeitura de Campinas Hélio de Oliveira Santos (PDT)
73	2008	27/jun	conquista de moradias no Carlos Lamarca - Osasco	Acampamento Carlos Lamarca	Osasco	sem dados	MTST	acampamento existe desde 2002 e sofreu 5 despejos. Está atualmente em um galpão cedido pela prefeitura - Emídio PT que anunciou a construção de 160 unidades habitacionais		prefeitura de Osasco - Emídio PT

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	**Ano**	**Data**	**Tipo de ação**	**Nome da ação**	**Local**	**Número de participantes**	**Entidades na ação**	**Desenvolvimento da ação**	**Motivações/reivindicações**	**Agentes de negociação**
74	2008	08/jul	ocupação de prédio público	ocupação da secretaria de assistencia social de Mauá	Mauá - Terra e liberdade	sem dados	MTST	após despejo do terreno as famílias estão na Paróquia São João Batista a prefeitura anunciou bolsa aluguel para as famílias alojadas na paróquia		prefeitura de Mauá - Prefeitura Leonel Damo - PV
75	2008	23/jul	marcha a prefeitura de Itapecerica da Serra	Acampamento João Candido		400 familias	MTST		agilizar os tramites burocráticos de assinatura da venda dos terrenos da vila Calu e Jd. Trapé para a CDHU construir as casas - promessa de realizar o processo até dia 28 agosto 2008	prefeitura de Itapecerica da Serra - prefeito Jorge Costa PMDB
76	2008	30/jul	negociações em Carapicuíba no Jardim Tonato 2'	Jardim Tonato 2	Carapicuíba Jd Tonato 2	500 famílias	MTST	comunidade do Jardim Tonato 2 contatou o MTST para ajudar nas negociações com a prefeitura que pediu reintegração de posse de terreno onde a anos moram centenas de famílias que ocuparam a área abandonada. O terreno é da empresa Savoi, cujo proprietário é Umberto Salomone. O despejo foi adiado até dia 18 de agosto		prefeitura de Carapicuíba - prefeito Fuad Gabriel Chucre - PSDB
77	2008	05/ago	reintegração de posse Carlos Lamarca		Ocupação Carlos Lamarca - Osasco	sem dados	MTST	após cadastramento da prefeitura e aprovação de 160 moradias, uma juíza assina a reintegração de posse do terreno em Osasco	movimento diz que resistirá	
78	2008	29/ago	marcha até a prefeitura de Carapicuíba	comunidade Jardim Tonato 2	Jardim tonato 2 - carapicuíba	sem dados	MTST	a marcha exigia a abertura de negociações com o prefeito que desmarcou reunião e não remarcou. A marcha possibilitou o adiamento do despejo até 07 de outubro e o movimento cobra um terreno provisório ou que o terreno do Jd. Tonato 2 seja decretado de interesse social.		prefeitura de Carapicuíba - prefeito Fuad Gabriel Chucre - PSDB
79	2008	06/set	ocupação Silvério de Jesus II - Jd. Nossa senhora de fátima	Acampamento Silvério de Jesus II	Embu das Artes	600 famílias ocuparam	MTST	após despejo do jardim Tomé, as famílias ocuparam um terreno no Embu novamente. 100.000 m2 pertence à Teresa Basile e tem cerca de 120.000,00 reais de dívida de IPTU e está a 20 anos abandonado		prefeitura de Embu - prefeito Geraldo Leite da Cruz (PT)
80	2008	12/set	marcha a prefeitura de Embu das artes	acampamento Silvério de Jesus II	Embu das Artes	400 familias	MTST	na primeira ocupação a prefeitura assinou um documento de prioridade de venda para o CDHU do terreno e depois apoiou o despejo.	Em marcha o MTST nesta 2ª ocupação exige - Fornecimento de água e infra-estrutura básicas, como coleta de lixo, para as famílias que estão na ocupação. - Um posicionamento político em relação a ocupação. - Que a Prefeitura participe da reunião que ocorrerá segunda-feira entre o MTST, a proprietária do terreno, a Caixa Econômica e a CDHU.	prefeitura de Embu - prefeito Geraldo Leite da Cruz (PT)
81	2008	18/set	acampamento em frente a prefeitura de Carapicuíba	comunidade jd. Tonato II	Carapicuíba Jd Tonato 2	120 famílias	MTST e comunidade Tonato II	as famílias acamparam em frente a prefeitura para exigir negociação com a prefeitura que não negociou e o despejo está marcado para 07 de outubro		prefeitura de Carapicuíba - prefeito Fuad Gabriel Chucre - PSDB
82	2008	19/set	marcha à prefeitura de Embu das artes	Acampamento Silvério de Jesus II	Embu das Artes	700 famílias	MTST	em reunião com o CDHU, CEF e prefeitura houve uma predisposição em negociar o terreno com a proprietária ou desapropriar outras áreas para construção de moradias. A marcha serviu para conseguir apoio do legislativo municipal para agilizar o processo.	Com a Câmara locatada os vereadores de Embu aprovaram por unanimidade, contendo a assinatura de todos, uma moção de apoio a ocupação e ao movimento. Se comprometeram também em falar com a Juíza do distrito para evitar a reintegração de posse.	camara muncipal de embu das artes
83	2008	29/out	marcha à Paulista	acampamento Silvério de Jesus II	Av. Paulista	700 famílias	'MTST	a juiza da cidade determinou a reintegração de posse para o dia 26 de novembro, mesmo a CEF e CDHU tendo apontado para a compra do terreno e construção de casas populares. A marcha foi da Av. Paulista para o escritório da proprietária que fica na Av. Conselheiro Rodrigues Alves, 640, Vila Mariana (Próximo a estação Ana Rosa do Metro)	denúncia da proprietária Rosa Tereza Basili	

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	**Ano**	**Data**	**Tipo de ação**	**Nome da ação**	**Local**	**Número de participantes**	**Entidades na ação**	**Desenvolvimento da ação**	**Motivações/reivindicações**	**Agentes de negociação**
84	2008	31/out	marcha à camara municipal de Embu das artes	acampamento Silvério de Jesus II	Camara Municipal de Embu das artes	sem dados	MTST e apoiadores - Fernanda Leão (Promotora do Ministério Público Estadual) - Antônio Funari (Ouvidor do Estado) - Plínio de Arruda Sampaio (Direção Nacional do PSOL e presidente da ABRA) - Raul Marcelo (Deputado Estadual de São Paulo - PSOL)	ato na camara municipal com apoiadores para forçar negociação com a prefeitura e justiça da cidade		
85	2008	07/nov	ocupação de terreno em Mauá - Petrobras		Jd. Nova Mauá - Petrobrás	500 famílias	MTST	ocupação de um terreno de 1 milhão de m2 pertencente a Petrobras em área sem infraestrutura e próximo da construção da Jacú Pessego. O acampamento não chegou a ter nome e não tem mais notícias dele no site		com Leonel Damo - PV (prefeito de Mauá) e José Roberto Correia (secretário de Habitação)
86	2008	11/nov	ocupação do Ministério das cidades	Sem-Tetos de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Goiás e Brasília ocupam o Ministério das Cidades!	Brasília DF - Ministério das Cidades	400 famílias	MTST, MTL e MUST pinheirinho	ocupação do prédio do Ministério	a) Abertura de negociações oficial com o Ministro sobre as áreas ocupadas pelos respectivos movimentos; b) Vistoria das áreas ocupadas nos estados de São Paulo (São José dos Campos, Mauá, Embu das Artes), Minas Gerais, Brasília e Rio de Janeiro e Goiás, e c) Distribuição de cesta-básica emergencial as famílias dos acampamentos.	
87	2008	14/nov	ocupação do terreno - futuro zumbi dos Palmares	MTST ocupa área em Sumaré. Famílias se levantam para fazer cumprir Plano Diretor!	Jd. Denadai Sumaré - SP	700 famílias	MTST	Ocupação da área de 580 m2. o déficit habitacional na região é o 2º maior atrás de Campinas apenas. Há 78 favelas na cidade e 23% da população vive em situação de risco ou está sem moradia, o que equivale a 65 mil pessoas.		Prefeitura de Sumaré - eleito em 2008 gestão 2009/2012 José Antonio Bacchin - PT
88	2008	18/nov	marcha á camara municipal de Sumaré	Manifesto pela Desapropiação de Área no Jd. Denadai em Sumaré - Acampamento ZUMBI DOS PALMARES	Camara Municipal de Sumaré	5.000 pessoas	MTST	marcha do acampamento até a camara municipal	Exigimos que o poder executivo converta a área do acampamento Zumbi dos Palmares para "Área Especial de Interesse Social III" (AEIS III) e desapropriada	Prefeitura de Sumaré - eleito em 2008 gestão 2009/2012 José Antonio Bacchin - PT
89	2008	19/nov	ocupação de dois supermercados Extra	Jornada Nacional de Luta contra a Carestia!	**São Paulo: MTST** - atos nos supermercados extra (Estrada do Campo Limpo e Giovani Gronchi). SJC: MUST - ato no carrefour. **RJ: MTST** - ato no Ceasa. MG: Brigadas populares - ato no tribunal de justiça e em hipermercado. Ceará: Ato no centro por restaurante popular. Ações também em RR, PE e MA.	350 em Campo Limpo e 350 na Giovani Gronchi RJ - sem dados	Mov. dos Trabalhadores Sem Teto - Mov. Urbano dos Sem Teto - Mov. Passe Livre (SP) - Mov. dos Conselhos Populares (CE) - Frente Estadual de Luta pela Moradia (MG) - Brigadas Populares (MG) - Mov. das Famílias Sem Teto (PE) -Mov. Quilombo Urbano (MA) - Mov. Terra, Trabalho e Liberdade (PA) - Centro Popular pelo Direito à Cidade (PA) - Mov. Popular Socialista (PA) - Federação das entidades comunitárias de Castanhal (PA) - Associação Afro-religiosa Omo Ode (PA) - Grupo Garra Afro (PA) - Circulo Palmarino - Mov. Sem Teto da Bahia.		- Política estatal de controle e congelamento de preços. - Manutenção e abertura de novos restaurantes populares públicos. - Abertura de mercados populares subsidiados pelo estado e administrados por organizações populares. - Nenhum subsídio ao mercado financeiro. Que o governo subsidie a alimentação, a moradia popular, o transporte público, etc.	
90	2008	02/dez e 09/	despejo do Silvério de Jesus e reocupação - Embu das Artes	Confirmado o despejo do Acampamento Silvério de Jesus! Chamamos a todos para esse momento!	Ocupação Silvério de Jesus II	500 famílias saem do terreno e 200 marcham até o centro	MTST	pedido de reintegração de posse concedido pela juiza da região - despejo ocorre em 02 de dez. e 200 famílias marcham e acampam na Pça da Lagoa no centro histórico da cidade. Em 09 de dez reocupam o mesmo terreno, visto que havia a notícia que a PM retiraria as pessoas da praça à força	* Um acordo com a Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo para a construção de moradias populares em Embu das Artes. * A garantia de que enquanto as moradias definitivas são construídas as famílias receberão auxílio emergencial, o bolsa aluguel, com número e valor a serem definidos.	prefeitura de Embu - prefeito Geraldo Leite da Cruz (PT)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	**Ano**	**Data**	**Tipo de ação**	**Nome da ação**	**Local**	**Número de participantes**	**Entidades na ação**	**Desenvolvimento da ação**	**Motivações/reivindicações**	**Agentes de negociação**
91	2008	09/dez	reocupação do zumbi dos Palmares - Sumaré	Vitória! Em Sumaré MTST ganha na justiça e reocupa terreno no Denadai!	Ocupação Zumbi dos Palmares - Sumaré	sem dados	MTST	Foram marchas, conflitos com policiais, dois acampamentos em praça pública, negociações de mais de 5 horas.	A Prefeitura de Sumaré, compreendendo sua realidade (23% da população da cidade não tem teto) e mantendo um diálogo adulto com o MTST, teve sensibilidade e cedeu ao movimento um lugar provisório para as famílias aguardarem a construção definitiva de suas moradias, bem como está fazendo o cadastro das famílias do movimento.	Prefeitura de Sumaré - eleito em 2008 gestão 2009/2012 José Antonio Bacchin - PT
92	2008/2	07/nov/2008 a 19/02/2009	ocupação de terreno em Mauá - Jd Paranavaí e marcha à prefeitura	Nota Sobre a Ação Truculenta da Prefeitura e Guarda Civil Metropolitana de Mauá	ocupação em Mauá - Jd. Paranavaí	marcha 200 famílias	MTST	ocupação em 07 de novembro no Jd. Paranavaí. Em 26 de janeiro em reunião com novo prefeito Oswaldo Dias - PT souberam da reintegração de posse. Em 19 de fev. a marcha de 200 famílias até a prefeitura que ocuparam o prédio e foram agredidas com cassetetes e balas de revólver. 25 processados, 79 presos e 08 foram para a penitenciária por 1 semana, quando todos foram soltos.		prefeitura de Mauá - Oswaldo Dias - PT mandato 2009-2012. Secretario da Habitação Sergio Afonso
93	2009	02/mar	assembléia no Anita Garibaldi	Grande Assembléia na ocupação Anita Garibaldi garante a retomada das negociações	ocupação/bairro Anita Garibaldi Guarulhos	800 famílias	MTST	assembléia na área coletiva da comunidade retoma a ação do MTST na área do Anita Garibaldi		
94	2009	30/mar	interdição de rodovia	MTST tranca rodovias e avenidas em 4 ações no Estado de São Paulo	Em São Paulo: Avenida Francisco Morato e Estrada do Campo Limpo. Em Campinas: da Rodovia Anhangüera na altura de Sumaré. Em Guarulhos:Paralização de avenidas e manifestação em frente a Prefeitura de Guarulhos. Em Osasco: Avenida Autonomista e manifestação em frente a Prefeitura de Osasco.	sem dados	MTST	interdição das rodovias	* Maior agilidade nas construções e burocracias nos planos de habitação da CDHU. * Participação no novo plano de habitação do Governo Federal via Caixa Econômica. A promessa de 1 milhão de casas do governo Lula. * Fim dos despejos e apoio a construção de moradia popular pelas Prefeituras Municipais.	
95	2009	10/mai	Encontro Estadual do MTST		acampamento Anita Garibaldi	300 pessoas de 03 ou 04 ocupações	MTST e apoiadores	03 dias de debates sobre conjuntura e especialmente preparando a nacionalização		
96	2009	16/jun	despejo do Silvério de Jesus - Embu das Artes	Acampamento Silvério de Jesus chama a todos! Despejo Confirmado!	Acampamento Silvério de Jesus II - Jd. Nossa Senhora de Fátiva	sem dados	MTST	em janeiro de 2009 150 famílias da ocupação foram contempladas com o bolsa aluguel, mas só saiu a um mês e há ainda famílias que não encontraram casas para alugar	local provisório para as famílias despejadas, como um galpão, por exemplo.	prefeitura de Embu - prefeito 2009-2012 Chico Brito - PT
97	2009	09 - 16/jul	acorrentamento em frenta a casa de Lula	Acorrentados em frente a residência do Presidente Lula	São Bernardo do Campo	sem dados - 08 acorrentados	MTST	acampamento e acorrentamento de 1 militante por dia (8 dias)	1 – Desapropriação de terrenos ocupados pelo MTST. Em especial o terreno da ocupação **Zumbi dos Palmares** em Sumaré, que está ameaçado de despejo. 2 – Regularização fundiária do assentamento **Anita Garibaldi** para mais de 2000 mil famílias. 3 - Agilidade burocrática para as famílias do Acampamento **Carlos Lamarca**, a mais de 5 anos esperando resposta do governo. 4 – Participação ativa do Governo Federal nas negociações do MTST em todas as regiões e Estados onde o MTST está presente.	

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	Ano	Data	Tipo de ação	Nome da ação	Local	Número de participantes	Entidades na ação	Desenvolvimento da ação	Motivações/reivindicações	Agentes de negociação
98	2009	20/jul	reunião com três esferas após negociação com gov. federal (acorrentamento)		Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo - Sumaré		promotor Carlos Paulo Travain Filho, Ministro das Cidades Marcio Fortes, Prefeito José Antonio Bacchim, os representantes do MTST, Guilherme Simões e João Batista Albuquerque, e o advogado da empresa proprietária da área onde estão as famílias acampadas – Empreendimentos Imobiliários Cidade de Paulínia –, Eduardo Cruvinel.	reunião formou um grupo de trabalho com agentes das três esferas para dar andamento ao processo de construção de moradias		3 esferas do governo, MTST e agente privado do terreno
99	2009	14/ago	ações simuntâneas em vários estados	MTST realiza ações em todo Brasil junto com Frente Nacional de Movimento Urbanos - Jornada Nacional de Lutas	São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Amazonas, Roraima, Pará, Ceará	sem dados	MTST, MUST, Fórum de Moradia e Brigadas Populares (MG), MSTB (Bahia), MTST Amazonas, Roraima, Movimentos populares por Moradia (Pará), MCP Movimento de Conselhos Populares - Ceará	Em São Paulo Marcha do MTST na avenida Dr. Arnaldo até o MASP com mais de 1000 sem-tetos; no MASP encontrará o Ato Unificado das Centrais Sindicais. - Bloqueio pelo MTST da rodovia Anchieta em São Bernardo do Campo e rodovia Dutra em São José dos Campos MUST - Marcha do MTST até a Prefeitura de Guarulhos. - Ato-denúncia do MTST em frente a empresa de latifundiário em Campinas. - Minas Gerais: Marcha de ocupações urbanas no centro de Belo Horizonte (Fórum de Moradia e Brigadas Populares). - Bahia: Ação do Movimento Sem-Teto da Bahia por moradia e trabalho. - Amazonas: Bloqueio pelo MTST de avenidas no Centro de Manaus com ocupações de sem-teto. - Roraima: Bloqueio pelo MTST de rodovia federal em Boa Vista. - Pará: - Ação dos movimentos populares por moradia e	foi uma manifestação nacional que envolveu muitas entidades: CGTB, CTB, CUT, FORÇA SINDICAL, NCST, UGT, INTERSINDICAL, ASSEMBLÉIA POPULAR, CEBRAPAZ, CMB, CMP, CMS, CONAM, FDIM, MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, MST, MTL, MTST, MTD, OCLAE, UBES, UBM, UNE, UNEGRO/CONEN, VIA CAMPESINA, CNTE, CIRCULO PALMARINO.	
100	2009	03 e 04/set	encontro nacional do MTST		São Paulo		seis estados: Pará, Amazonas, Roraima, Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo	para discutir o pacote econômico do governo lula pra o setor de habitação (Programa Minha Casa Minha Vida), trocar informações entre os estados que estiveram representados na reunião (Quantidade de ocupações, metodologia de trabalho, principais problemas, alianças e relação com o poder publico nos estados) e tratar de questões organizativas internas.	deu passos significativos para nacionalização do MTST;Sobre o programa Minha Casa Minha Vida, o movimento definiu por uma participação crítica por entender o conteúdo de mercado desse projeto. Sabe-se que ele estabelece um cronograma de repasse de 33milhões de reais para a movimentação e acumulação de capital do setor da construção civil, o que se super dimensiona se considerar o PAC, ao passo que, para as iniciativas comunitárias de produção cooperativada estabelece apenas o repasse de 0,5bi. Além disso, o programa prevê a construção de um milhão de unidades de moradia, mas já foram cadastrados mais de 18 milhões de pessoas	
101	2009	09/set	ocupação de shopping Campinas	Contra a farsa na política e por nossos diretos! No dia 7 de Setembro MTST ocupa shopping em Campinas!	Campinas Parque D. Pedro shopping	sem dados	ocupação de shopping sem incidentes	denúncia desigualdade social		
102	2009	29/nov	debate sobre área em Embu das Artes	Debate Público em Embú das Artes: Nosso direito à vida!	Domingo, dia 29, no Ginásio Municipal embu	sem dados	sem dados	debate público para discutir os rumos de uma área bastante grande (aproximadamente 450 mil metros quadrados) localizada na cidade de Embú das Artes. É uma área desapropriada pela CDHU há mais de dez anos e que resguarda uma importante mata preservada na cidade.	Neste debate proporemos que esta área de preservação seja utilizada para construir um assentamento sustentável de famílias sem teto, onde a comunidade seja o principal agente de preservação. Um tipo de preservação que entende o homem como parte da natureza e percebe que também ele está vivendo todas as vicissitudes e degenerações de um sistema econômico que visa cegamente o lucro.	

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	Ano	Data	Tipo de ação	Nome da ação	Local	Número de participantes	Entidades na ação	Desenvolvimento da ação	Motivações/reivindicações	Agentes de negociação
103	2010	26/mar	ocupação de terreno em Taboão da Serra - Che Guevara	Em Taboão da Serra, ocupação "Che Guevara" tem boas perspectivas	Tabõao da Serra-ocupação Che Guevara	sem dados	MTST	houve acampamento na casa do proprietário, marchas, etc., mas as características desse acampamento são diferenciadas por não ter como objetivo massificar (palavras de Gabriel)		
104	2010	29/mar	Jornada Minha Casa, Minha Luta	Jornada Nacional Minha Casa, Minha Luta		sem dados	MTST - São Paulo, Roraima, Amazonas e Pará MUST, MTL, Brigadas Populares e fórum de Moradia (MG), MSTB (Bahia), Ceará - movimento de conselhos populares, Ação do Movimento de Luta Popular (MLP) - Pará, Quilombo urbano - Maranhão.	São Paulo:Ato do Movimento dos ambulantes de São Paulo (MASP) contra a repressão aos trabalhadores-Marcha de 2.500 sem-tetos da ocupação Pinheirinho (MUST), em São José dos Campos, Travamento de avenida no Jd. Pantanal (Zona Leste de São Paulo), pelo Movimento Terra Livre. Ocupação de latifúndio urbano pelo MTST em Taboão da Serra, Ocupação-denúncia de terreno pelo MTST em Sumaré Minas Gerais: - Ocupação de terreno em Belo Horizonte pelas Brigadas Populares e Fórum de Moradia do Barreiro. Bahia: - Duas ocupações de terrenos em Salvador, pelo MSTB. Ceará: Ação contra remoções relacionadas à Copa do Mundo 2014 na comunidade Titanzinho, em Fortaleza, pelo MCP. Amazonas: Marcha para Prefeitura de Manaus por política habitacional, com 400 famílias, pelo MTST. Pará Ocupação de terreno pelo MTST na Região metropolitana de Belém. Ação do Movimento de Luta Popular (MLP) Roraima: Ação do MTST em Boa Vista. Maranhão: - Ação do Quilombo Urbano em São Luiz do Maranhão	Uma série de ações ocorreram em mais de oito estados para denunciar a ausência de políticas contundentes no que diz respeito à solucionar de fato o problema da moradia e da Reforma Urbana.	
105	2010	08 - 25/maio	ocupação de terreno em Santo André - Nova Palestina e ocupação do paço municipal no dia 21/05		Nova Palestina - Bairro Cidade São Jorge	150 famílias na ocupação, 500 famílias na 2ª ocupação	no dia 08 de maio houve a ocupação do terreno de 40 m2 de posse da Construbig construções e empreeendimentos LTDa e da prefeitura de Sto André. A prefeitura não abriu negociação e em 25 de maio houve a reintegração de posse, mas o movimento foi para um terreno ao lado, de propriedade da prefeitura		em 11 de junho há a notícia de que a prefeitura negociou um projeto conjunto com os governos estadual e federal para a construção de moradias	
106	2010	01/mai	manifesttação 1º de maio	MTST no 1º de maio	São Paulo, Pça da Sé	sem dados	Fórum das Pastorais Sociais e CEBS da Arquidiocese de São Paulo – INTERSINDICAL – CONLUTAS – MTST – ANEL – CONTRAPONTO – MUST – SEFRAS – Padres Oblatos de Maria Imaculada – Casa da Solidariedade – Fórum dos Trabalhadores Desempregados – Tribunal Popular – Fórum Popular de Saúde – Espaço Cultural Carlos Marighela – Instituto Zequinha Barreto – Circulo Palmarino – PCB – PSTU – PSOL	Ato na Pça da Sé com as entidades		

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	**Ano**	**Data**	**Tipo de ação**	**Nome da ação**	**Local**	**Número de participantes**	**Entidades na ação**	**Desenvolvimento da ação**	**Motivações/reivindicações**	**Agentes de negociação**
107	2010	22,24 e 30/jun	ocupação de prédio público, interdição de rodovia e ocupação simbólica de terreno	Jornada Estadual de Lutas - Nossa Dignidade Não se Rende! - SP	Estado de São Paulo	sem dados	MTST	ocupação da secretaria estadual de habitação CDHU - 22/-6, ocupação de terreno simbólicamente - 24/06 e interdição do rodoanel no trecho sul 30/06	1. Travamento do Rodoanel em seu trecho sul – Pois que se há recursos para investir nos caminhos dos automóveis há que se priorizar o investimento nas necessidades dos que mais precisam. 2. Ocupação da Secretaria estadual de Habitação no dia 22/6 – Pois entendemos que o Estado, moroso como é em atender direitos essenciais, deve sofrer a pressão dos trabalhadores. 3. E ocupação simbólica de um terreno estadual, do dia 24/6 como uma maneira de deixar claro que se não há, por parte dos governos, vontade política para resolver, haverá ação direta dos que precisam de solução.	
108	2010	10/jul	sarau no acampamento Che Guevara	Sarau Sem Teto	Acampamento Che Guevara	sem dados	MTST	sarau no Che Guevara - não diz o que será feito		
109	2010	06 - 15/out	acampamento em frente a residência de proprietário de terreno de Taboão da Serra - ocupação Che Guevara	MTST acampa em frente a casa do proprietário do terreno da ocupação Che Guevara, em Taboão da Serra-SP	rua Coronel Palimércio de Resende, na altura do número 223, no Butantã	400 pessoas	MTST	acampamento em frente à residência do proprietário Paulo Colombo, dono da construtora Paulicoop Assessoria, no dia 15 a Guarda Municipaç com sprays de pimenta forçou a retirada dos acampados.		pressão sobre particular
110	2010	20 - 23/out	interdição de rodovia	Jornada Nacional de Lutas Contra os Despejos" da "Resistência Urbana - Frente Nacional de Movimentos		sem dados	Frente de Resistência Urbana	Interdições de rodovias e atos contra as remoções e despejos decorrentes das Olimpíadas, Copa e PAC	dia 20 norte, dia 21 nordeste, dia 22 são paulo, minas e paraná e 23 brasília. Não dá pra saber se o ato no ministério da Justiça do dia 21 foi desta ação	
111	2010	21/out	ocupação de prédio público		Ministério da Justiça, Brasília	sem dados	MTST	Em negociação com o ministro, foi feito um compromisso de intervenção do governo federal nas negociações do movimento com os governos estaduais com relação aos acampamentos que estão com data de despejo marcada nos estados de MG e SP		governo federal - Lula
112	2010	28/out	marcha ao Palácio dos Bandeirantes e ocupação de prédio público	Marcha ao Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo	Palácio dos Bandeirantes e secretaria da habitação (CDHU)	2.000 pessoas	MTST	ao serem barrados no palácio, os manifestantes se dirigiram para a secretaria da habitação onde fica a sede do CDHU no centro de SP	apressar os projetos aprovados na negociação com o governo federal das áreas ocupadas	governo estadual - Serra
113	2011	25/jan	ocupação da prefeitura de Sumaré	Ato na prefeitura de Sumaré-SP	prefeitura de Sumaré	sem dados	MTST	marcha à prefeitura e ocupação da mesma	agilizar processo de andamento do projeto de moradias	
114	2011	03/fev	marcha à Prefeitura de Santo André		Prefeitura de Santo André	sem dados	MTST	180 famílias estão acampadas a 6 meses no Santa Cristina e não há negociação efetiva. Ocupação foi espontânea.		prefeitura de Santo André - Aidan Ravin - PTB
115	2011	10/fev	ocupação de prédio público	Manifestação na Secretaria de Habitação, em São Paulo	Secretaria de Assistência Social do Governo do Estado de São Paulo	400 famílias do Che Guevara	MTST	ocupação do saguão do prédio da Secretaria onde fica o CDHU	agilizar o processo de moradias, mas não está no site, que uma das reivindicações é aumento do bolsa aluguel e pagamento em dia das bolsas concedidas e que ainda não foram pagas - 500 bolsas	

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	Ano	Data	Tipo de ação	Nome da ação	Local	Número de participantes	Entidades na ação	Desenvolvimento da ação	Motivações/reivindicações	Agentes de negociação
116	2011	12 - 13/fev	seminário MTST RJ	Seminário MTST RJ	Rio de Janeiro	sem dados	MTST RJ	debates sobre 1. Construindo uma visão estratégica - História da luta por moradia e a atuação do MTST no Rio de Janeiro; 2. conjuntura nacional e estadual; 3. O projeto de cidade voltado aos grandes eventos e os seus múltiplos impactos sociais (Criminalização da pobreza, despejos, remoções, etc.); 4 COMPERJ/TKCSA – Impactos e Conflituosidades sociais/Possibilidades de intervenção política.; 5. MTST RJ: Organização e educação política	fazendo um resgate histórico, e trazendo o MTST como uma alternativa a está luta	
117	2011	24/fev	ocupação do Ministério das cidades	Ocupação do Ministério das Cidades	Brasília	400 pessoas	MTST	Ocupamos numa busca de novas formas de negociações com relação a ameaças despejos, situação que enfrentamos em diversas regiões do país. Durou 1 dia a ocupaçaõ	ocupações nos estados de SP, RJ, MG, e no próprio Distrito Federal.	governo federal - Dilma
118	2011	03/mar	bloqueio de ruas próximas ao acampamento Zumbi dos Palmares		Sumaré	sem dados	MTST	para forçar uma negociação com a prefeitura houve o bloqueio de ruas no entorno do acampamento		
119	2011	10/mar	marcha em Manaus	Marcha em Manaus	Manaus	1200 pessoas	MTST Movimento Moradia Digna, Movimento Social por Moradia Popular, o Movimento Independente de Luta por Moradia, Movimento Social de Luta Popular, Movimento Social de Área de Risco, vários apoiadores de sindicatos e de partidos.	Marcha no centro de Manaus com diversos outros movimentos para denunciar o corte de verbas do governo na área habitacional.		
120	2011	16/mar	marcha à Prefeitura de Santo André	Marcha em Santo andré	Santo André - Santa Cristina	150 famílias	MTST	marcha até a prefeitura para negociar com CDHU a revogação de despejo anunciado. Foi possível adiar pro 90 dias o despejo e há negociação marcada entre CEF, CDHU, prefeitura e proprietáro		
121	2011	22/mar	manifestação na CEF de Taboão da Serra	reportagem de internet	Taboão da Serra - Che Guevara	100 pessoas	MTST	há mais de dois meses 500 famílias aguardam o bolsa aluguel. A manifestação teve como intuito não se dispersar enquanto os depósitos não fossem realizados. O que ocorreu em um prazo de 2 horas.	recebido o bolsa aluguel as famílias tem um prazo de até 30 dias para deixar o acampamento	CEF
122	2011	23/mar	Bloqueio da anhanguera pelo acampamento Zumbi dos Palmares	reportagem de internet	Sumaré	sem dados	MTST	bloqueio da Anhanguera altura do Km 107 em Sumaré	construção das casas prometidas para final de 2009 pela prefeitura e que até o momento não foram construídas. Em nota o MTST firma que são 250 famílias no acampamento e 500 em núcleos	Prefeitura de Sumaré - eleito em 2008 gestão 2009/2012 José Antonio Bacchin - PT
123	2011	23/mar	manifestação em frente a prefeitura de Embu	reportagem de internet	Embu das Artes	200 pessoas	MTST	manifestação na prefeitura de Embu protestou contra o possível fim do bolsa aluguel e reivindicava a construção de moradias para 400 famílias	foi marcado uma reunião mensal (última sexta de cada mês) entre movimento e prefeitura, para discutir os projetos de moradia que estão sendo questionados por ambientalistas	prefeitura de Embu das Artes - Chico Brito PT - 2009-2012